

DOSSIÊ TEMÁTICO

**CORPOS NEGROS E ESPAÇOS:
LUTA E REPRESENTATIVIDADE NA
HISTÓRIA**



ESPACIALIDADES

Revista Eletrônica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços
da UFRN – Espacialidades

2021, Volume 17.2 – ISSN: 1984-817X – DOI: 10.21680/1984-817X.2021v17n2

Dossiê: Corpos negros e espaços: luta e representatividade na história

Editor responsável: Prof. Dr. Lígio José de Oliveira Maia (UFRN)

Editora gestora: Rannyelle Rocha Teixeira (UFRN)

Vice-editor gestor: Tyego Franklim da Silva (UFRN)

Secretário-geral: Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho (UFRN)

Secretário de comunicações e redes sociais: Carlos Augusto Soares Bezerra (UFRN)

Rafael Fiedoruk Quinzani (UFRN)

Editores de texto (normatização): Andressa Freitas dos Santos (UFRN)

Talita Alves da Cruz (UFRN)

Gerenciador do site: Tyego Franklim da Silva (UFRN)

Editores: Cid Morais Silveira (UFRN)

Clara Maria da Silva (UFRN)

Douglas André Gonçalves Cavalheiro (UFRN)

Edcarlos da Silva Araújo (UFRN)

Matheus Pinheiro da Silva Ramos (UFRN)

Francisco Leandro Duarte Pinheiro (UFRN)

Khalil Jobim (UFRN)

Thiago Venicius de Sousa Costa (UFRN)

Imagem de capa: AHARON, Justin. George Floyd's murder by a police officer in
Minneapolis, Minn., 25, maio, 2020.

Composição de Tyego Franklim da Silva (UFRN)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor: Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues

Vice-Diretor: Josenildo Soares Bezerra

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenadora: Carmen Margarida de Oliveira Alveal

Vice-coordenador: Márcia Severina Vasques

**ESPECIALIDADES – REVISTA ELETRÔNICA DOS DISCENTES DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Editor-responsável: Prof. Dr. Lígio José de Oliveira Maia (UFRN)

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Sala 812.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte Av. Senador Salgado Filho, 3000 –Lagoa
Nova –CEP 59078-970 - Natal/RN

Disponível/Disponible/Available:

Site: periodicos.ufrn.br/espacialidades | E-mail: espacialidades@gmail.com

NATAL (RN) – BRASIL/2021

CONSELHO CONSULTIVO DESTE VOLUME

Alarcon Agra do Ó – UFCG	Élio Cantalício Serpa – UFG
Alessandro Dozena – UFRN	Erica Lopo de Araújo – UFPI
Amadja Henrique Borges – UFRN	Fábio Augusto Morales Soares –UFSC
Ana Cristina Meneses de Souza – UESPI	Fábio Leonardo Castelo Branco Brito – UFPI
Ana Karine Martins Garcia - UFC	Fabrina Magalhães Pinto –UFF
Ana Maria Veiga – UFPB	Fagno da Silva Soares –IFMA
Ana Rita Fonteles Duarte – UFC	Fátima Martins Lopes –UFRN
Andréa Lisly Gonçalves – UFOP	Flavia Galli Tatsch –UNIFESP
Angela Maria de Castro Gomes – UNIRIO	Francisco das Chagas F. Santiago Júnior –UFRN
Antônia Valtéria Melo Alvarenga – UESPI	Francisco Firmino Sales Neto –UFCG
Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho – UFC	Frederico de Castro Neves –UFC
Antonio Paulo de Moraes Rezende – UFPE	Gabriela dos Reis Sampaio –UFBA
Beatriz Gallotti Mamigonian – UFSC	Gilmar Arruda –UEL
Bruno Uchoa Borgongino – UFPE	Haroldo Loguercio Carvalho –UFRN
Candice Vidal e Souza – PUC - MG	Helder Alexandre Medeiros de Macedo – UFRN
Carmen Margarida Oliveira Alveal – UFRN	Helder do Nascimento Viana –UFRN
Claudia Cristina Azevedo Atallah – UFMG/USS	Henrique Alonso de A. R. Pereira – UFRN
Cristiano Luís Christillino – UEPB	Isabel Cristina Reis –UFRB
Daiane Silveira Rossi – FIOCRUZ	Ítalo Domingos Santirocchi –UFMA
Durval Muniz de Albuquerque Júnior – UEPB	Jardel de Carvalho Costa –UESPI
Edrisi de Araújo Fernandes – UnB	João Pacheco de Oliveira –UFRJ
Edson Hely Silva – UFPE	Jorn Seemann –Ball State University (EUA)
	José Luis Ruiz-Peinado –Universidad de Barcelona

José Otávio Aguiar –UFCEG
Joseanne Zingleara Soares Marinho –
UESPI
Juliana Gonçalves Melo –UFRN
Juliana Teixeira Souza –UFRN
Julio Cesar Mendonça Gralha –UFF
Júnia Ferreira Furtado –UFMG
Karen Álvaro Rueda –Universidad de
Barcelona
Keila Auxiliadora de Carvalho –UFVJM
Leila Bianchi Aguiar –UFRJ
Lígio José de Oliveira Maia –UFRN
Luiz de França Costa Lima Filho –PUC-
RJ
Luzia Margareth Rago –UNICAMP
Magno Francisco de Jesus Santos –
UFRN
Manoela da Silva Pedroza –UFRJ
Marcia Maria Menendes Motta –UFF
Marcia Severina Vasques –UFRN
Márcio Roberto Voigt –UFSC
Margarida de Souza Neves –PUC/RJ
Margarida Maria Dias de Oliveira –
UFRN
Maria Helena Rolim Capelato –USP
Maria Regina Celestino de Almeida –
UFF
Marylu Alves de Oliveira –UFPI
Nauk Maria de Jesus –UFGD
Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano –
UFPB
Olívia Candeia Lima Rocha –UFPI
Patrícia Maria de Melo Sampaio –UFAM
Pedro Pio Fontinelles Filho –UESPI
Rafael Ricarte da Silva –UFPI
Raimundo Barroso Cordeiro Júnior –
UFPB
Raimundo Nonato Rocha –UFRN
Raimundo Pereira Alencar Arrais –
UFRN
Regina Horta Duarte –UFMG
Renato Amado Peixoto –UFRN
Rodrigo dos Santos Rainha –UERJ
Rodrigo Patto Sá Motta –UFMG
Rubenilson Brazão Teixeira –UFRN
Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto –
UFRN
Solange Pereira da Rocha –UFPB
Sônia Maria de Meneses Silva –URCA
Susana Cesco –UFF
Susana Isabel Marcelino Guerra
Domingos –UFRN
Tânia Maria T. Bessone da C. Ferreira –
UERJ
Teresa Cribelli –University ofAlabama
Thiago Eustáquio da Mota –UPE
Tyrone Apollo Pontes Candido –UECE
Vânia Maria Losada Moreira –UFRRJ
Vitoria Fernanda Schettini de Andrade –
UNIVERSO

Sumário

Apresentação	8
 <i>Dossiê</i>	
“Lucas, o salteador”: ecos de uma memória única na Feira de Santana de 1920	14
Eliane de Jesus Costa (UNEB)	
Simbologias negras e identidades culturais: breves reflexões	39
Mario Sélvio Ferreira de Brito (UERN / SME – Santana do Matos-RN)	
“Briosos filhos do norte!”: a representação dos escravizados e dos abolicionistas no periódico Boletim da Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense (1888)	56
Krishna Luchetti (UFRN)	
Contra-ataque em Angola: o futebol contra a situação colonial (1910 – 1974)	79
Petrus Albino de Oliveira (UFMG)	
Antirracismo(s) de outrora: Juliano Moreira, Manoel Querino e a luta contra o racismo científico	94
Mateus Ferreira Galvão (UFBA)	
 <i>Sessão Livre</i>	
Caetano da Silva Sanches: um governador interino em uma capitania subordinada (Rio Grande, 1791 – 1797)	114
Jeferson dos Santos Mendes (FLUL)	
Espacialidade, ambiente e imigração: a territorialização de alemães em Santa Maria (Rio Grande do Sul, século XIX)	129
Octávio Becker Neto (UNISINOS)	
A ronda dos séculos e a autonomia da assinatura “Gustavo Barroso”	147
Antônio Ferreira de Melo Júnior (UFRN)	
Caminhos e descaminhos da educação popular em saúde: um olhar para a sua constituição e institucionalização no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)	178
Samuel Lopes dos Santos (UFPB)	

Corpo documental

- O testamento de Maria Inácia da Assunção: crioula, forra e católica na cidade do Natal setecentista** 195
Thiago Torres de Paula (UFRN / SEEC-RN)

Entrevista

- Espaços corporais: um diálogo entre a história e a literatura** 211
Isabela Figueiredo

Apresentação

Corpos negros e espaços: Luta e representatividade na história é o dossiê temático que visa reunir artigos de pesquisas científicas que investigam e valorizam as experiências históricas dos negros, suas lutas, memórias e histórias. O corpo negro, por meio da sua representatividade, evidencia o protagonismo de negros e negras em diferentes contextos sociais, destacando a capacidade de resistência, confronto e recusa ao racismo e ao colonialismo. Através disso, permite produzir conhecimento capaz de contribuir na ocupação dos espaços que o racismo tenta interditar.

O presente dossiê é testemunho de nossa revolta contra o racismo, evidenciando que o protagonismo de negros e negras possui particularidades e singularidades e sempre os evidenciando como sujeitos de resistências, que constantemente estabelecem novas formas de se reinventar, de combater epistemologias coloniais e racistas e atrever-se a ocupar espaços outrora negados.

Os trabalhos, em suma, expressam que tanto no passado como no presente, negros e negras resistem aos lugares impostos por uma sociedade racista e excludente. Demonstram, ainda, que trata-se de uma luta que se dá em diversos espaços, variando desde o conflito físico ao racismo contra o corpo negro, à luta nos espaços de discussão epistemológica, evidenciando a perspectiva racista e colonial por vezes subjacente no próprio entendimento de mundo construído por determinados humanos.

Para Achille Mbembe em seu livro *Crítica da razão negra*, há uma transposição entre o conceito de negro como uma imagem de existência subalterna a uma humanidade castrada para uma condição universal a qual todos estamos sujeitos. Em vários países africanos que se confrontam com o drama da guerra, a recordação da morte está diretamente escrita no corpo mutilado do sobrevivente, e será a partir deste corpo e das suas enfermidades que a memória do acontecimento é refeita na relação do sujeito com o tempo. Não existe, no entanto, o corpo de um

lugar que não se relacione com o corpo humano. A própria vida deve ganhar corpo para ser reconhecida como real.

Abrindo o dossiê temático temos o artigo de Eliane de Costa, mestra em História Regional e Local pelo Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), no artigo *‘Lucas: o salteador’: ecos de uma memória única na Feira de Santana de 1920*, reflete sobre a construção de uma memória única sobre um personagem histórico. Trata-se de Lucas, homem negro escravizado, cuja História, até recentemente, apenas seria lembrada para mencionar sua ação como salteador. O artigo também chama a atenção sobre a prática representacional de Lucas da Feira, ao passo que os discursos promoveram a consciência Ocidental sobre o negro, cujo intuito era o projeto de silenciar o passado escravocrata da história da cidade de Feira de Santana.

Mário Sélvio Ferreira de Brito, mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no artigo *Simbologias negras e identidades culturais: breves reflexões*, por sua vez, reflete, através de pesquisa bibliográfica, sobre a luta nos espaços simbólicos: demonstra a importância de elementos como feijoada, o samba e os estilos identitários representativos como forma de construção de identidades. Retoma, assim, a participação dos povos negros na construção identitária brasileira, desafiando as tentativas de apagamento estabelecida por projetos racistas e imperialistas.

Já Krishna Luchetti, mestranda em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em *Briosos filhos do Norte: A representação dos escravizados e dos abolicionistas no periódico Boletim da Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense (1888)*, problematiza a forma como os escravizados eram representados no Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense (1888), assim como reflete sobre a forma pela qual os próprios abolicionistas, autointitulados homens virtuosos, representavam a si através deste Boletim.

No artigo *Contra-ataque em Angola: o futebol contra uma situação colonial (1910-1974)*, de autoria de Petrus Albino de Oliveira, graduado em História

(licenciatura) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), vemos o futebol como um espaço de resistência diante do colonialismo. Assim, o trabalho discute, através de revisão bibliográfica, os espaços associativos como formas políticas de resistência dos colonizados angolanos frente ao colonialismo.

O artigo *Antirracismo(s) de outrora: Juliano Moreira, Manoel Querino e a luta contra o racismo científico (1870-1933)*, de autoria do Mateus Ferreira Galvão, licenciado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduando em História (Bacharelado) pela mesma instituição, conhecemos como o Brasil passou por um processo de ressignificação das hierarquias sociais e políticas com o declínio da escravidão e a ascensão da República entre meados do século XIX e início do século XX. Interessante perceber como se dava o controle da população negra recém liberta e as propostas de projetos nacionais para redefinir os novos rumos que a sociedade figurava entre as preocupações das elites intelectuais. O autor pontua que a construção de um projeto nacional tinha como base as teorias raciais que enxergavam a população negra como o “problema” a ser solucionado.

Abrindo a sessão livre temos o artigo *Caetano da Silva Sanches: um governador interino em uma capitania subordinada (Rio Grande, 1791 – 1797)* do Jeferson dos Santos Mendes, doutor em História e Cultura do Brasil pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), no qual é desenvolvida uma reflexão sobre a trajetória e a administração da capitania do Rio Grande pelo capitão-mor governador interino Caetano da Silva Sanches. O autor apresenta uma história política e a trajetória dos governadores luso-brasileiros do Império português.

Já o artigo *Espacialidade, Ambiente e Imigração: a territorialização de alemães em Santa Maria (Rio Grande do Sul, século XIX)* escrito pelo autor Octávio Becker Neto, doutorando e mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, analisa os processos de inserção social e de territorialização de imigrantes alemães no município de Santa Maria, na Província do Rio Grande do Sul, no século XIX. A articulação elaborada a partir da Micro-história italiana e da História Ambiental proporciona uma reflexão sobre o espaço encontrado, ocupado

e experienciado pelos imigrantes, e também sobre o espaço por eles produzido. Que tem como consequência a produção de um novo espaço repleto de novas significações com inserção dos imigrantes que ultrapassam as marcas das relações e práticas sociais localmente reproduzidas.

No artigo *A ronda dos séculos e a autonomia da assinatura "Gustavo Barroso"*, Antônio Ferreira de Melo Júnior, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tem como objeto de estudo o livro *A Ronda dos Séculos* (1933), escrito pelo intelectual antisemita Gustavo Barroso. Utilizando a perspectiva dos espaços, partindo de teóricos como Yi-Fu Tuan e Simon Schama, e realizando uma análise do Discurso Narrativo por meio de Gérard Genette, Melo aponta que a autonomização da assinatura “Gustavo Barroso” é marcada pela confluência entre o espaço católico e judaico, dessa forma configurando-se em uma espacialidade antisemita evidenciada pela ascensão do fascismo no contexto da Queda do Liberalismo.

Em *Caminhos e Descaminhos da Educação Popular em Saúde: um olhar para a sua constituição e institucionalização no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*, Samuel Lopes dos Santos, mestrando em Ciências das Religiões, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em que discute, a partir da bibliografia do campo, como a Educação Popular em Saúde tem se construído historicamente, destacando aspectos positivos e lacunas existentes em relação a essa perspectiva. Para tanto, foca, especialmente, no caso do SUS (Sistema Único de Saúde), refletindo sobre as disputas ideológicas envolvidas na construção de narrativas sobre esta política pública. Neste sentido, destaca a importância dos movimentos sociais para a consolidação desta política.

Em seguida acompanhamos o corpo documental *O testamento de Maria Inácia da Assunção: crioula, forra e católica na cidade do Natal setecentista* escrito por Thiago do Nascimento Torres de Paula que é Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em que apresenta de forma coesa a transcrição do testamento da senhora Maria Inácia da Assunção, crioula, forra, católica,

participante de várias irmandades e proprietária de jangadas de vela. O material foi laborado na capitania do Rio Grande do Norte, freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, termo da Cidade do Natal, no ano de 1773. O autor ainda chama atenção para a importância que a transcrição em tela poderá servir como meio para o processo de ensino e aprendizado de jovens pesquisadores e como fonte para investigações nos múltiplos campos das Ciências Humanas e Sociais.

Finalizando o Volume 17.2, contamos com a entrevista Espaços corporais: um diálogo entre a história e a literatura, concedida pela escritora portuguesa Isabela Figueiredo, que atualmente é reconhecida como uma das principais autoras da literatura lusófona na atualidade procurando se dedicar suas escritas aos caminhos da memória, do ensaio, da observação pessoal e da ficção. Ao longo de sua carreira literária, ganhou prêmios com três publicações. O primeiro foi com sua obra *Conto é como quem diz*, de 1988, em que venceu a Mostra Portuguesa de Artes no mesmo ano.

Em segundo lugar ganha destaque seu romance autobiográfico *Caderno de Memórias Coloniais*, de 2009, sendo eleito pela crítica no ano seguinte como uma das obras portuguesas mais importantes da década, no ano também ganhou o Prêmio Monstro do Ano de Melhor Livro, da editora Angelus Novus. Em seu romance Isabela parte de suas lembranças de infância para construir a narrativa em que expõe a sociedade colonialista, os espaços de suas memórias tanto pelo que foi vivido na colônia (Lourenço Marques – hoje, Maputo) quanto aquele que ao chegar na metrópole (Portugal) não se reconhece nos lugares, nos espaços, nas relações sociais. Começa então, a busca ao pertencimento, a construção de uma identidade que estaria relacionada às suas experiências afetivas, coletivas e individuais durante toda a sua vida e por aqueles que foram deixados em outro território, mas que através de suas memórias o cotidiano passa ser explorado também na sua chegada à metrópole. Essa narrativa literária que perpassa o plano da memória exemplifica a dor de uma geração que sofreu com a partida, com espaços conquistados e perdidos fazem parte do imaginário de todos que saíram da África rumo a Portugal.

O romance *A Gorda*, sua obra mais recente, foi publicado em 2016, e é considerado um dos dez melhores livros do ano pela revista *Espalha-Factos*. Com esse romance venceu o Prêmio Literário Urbano Tavares Rodrigues, em 2017. Na entrevista, Isabela respondeu questionamentos a respeito da sua trajetória no processo da escrita e como essa escrita está totalmente envolvida com suas experiências pessoais. Na entrevista, Isabela revelou que a escrita transforma o mundo num corpus e que existe uma relação íntima nesse processo ao mesmo tempo em que é livre sem desenho, esquema ou plano para se seguir. Para ela, a arte pode ser vista como um norte, um caminho ou um farol que capta os ecos distintos das diferentes vozes.

O Editor Chefe e a Equipe Editorial da Revista Espacialidades desejam a todos uma excelente leitura!

Légio José de Oliveira Maia (UFRN) – Editor Chefe
Rannyelle Rocha Teixeira (UFRN) - Editora gestora
Tyego Franklim da Silva (UFRN) - Vice-editor gestor e gerenciador do site
Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho (UFRN) - Secretário-geral
Carlos Augusto Soares Bezerra (UFRN) - Secretário de Comunicação e Mídias sociais
Rafael Fiedoruk Quinzani (UFRN) - Secretário de Comunicação e Mídias sociais
Andressa Freitas dos Santos (UFRN) - Editora de texto (normatização)
Talita Alves da Cruz (UFRN) - Editora de texto (normatização)
Cid Morais Silveira (UFRN) - Editor
Clara Maria da Silva (UFRN) - Editor
Douglas André Gonçalves Cavalheiro (UFRN) - Editor
Edcarlos da Silva Araújo (UFRN) - Editor
Matheus Pinheiro da Silva Ramos (UFRN) - Editor
Francisco Leandro Duarte Pinheiro (UFRN) - Editor
Khalil Jobim (UFRN) - Editor
Thiago Venicius de Sousa Costa (UFRN) - Editor

“LUCAS, O SALTEADOR”:

ecos de uma memória única na Feira de Santana de 1920.

Eliane de Jesus Costa¹

Artigo recebido em: 21/12/2020

Artigo aceito em: 13/06/2021

RESUMO: O objetivo do artigo consiste em examinar a construção de uma memória única sobre Lucas da Feira, entre os anos de 1923-1924, na crônica jornalística intitulada, *Chronicas Feirenses*, escrita pelo jornalista Arnold Silva, durante o processo de transformação de Feira de Santana como urbe civilizada. Orientaram os caminhos das análises os conceitos de: memória (Le Goff); estereotipagem (Stuart Hall) e razão negra (Achille Mbembe) e nos possibilitou entender como o ato de recordar conduziu à prática representacional sobre Lucas da Feira, ao passo que os discursos promoveram a consciência Ocidental sobre o negro, cujo intuito era o projeto de silenciar o passado escravocrata da história de Feira de Santana e reduzir as histórias sobre Lucas da Feira à história única do negro salteador.

PALAVRAS-CHAVE: Lucas da Feira. Feira de Santana. Memória. Representação. Razão Negra.

“LUCAS, THE THIEF”:

echoes of a unique memory at the 1920 Feira de Santana.

ABSTRACT: The purpose of the article is to examine the construction of a unique memoir about Lucas da Feira, between 1923-1924, in the chronicle entitled, *Chronicas Feirenses*, written by the journalist Arnold Silva, during the transformation processo of Feira de Santana as civilized city. The analysis was guided by the concepts of: memory (Le Goff); stereotyping (Stuart Hall) and black reason (Achille Mbembe) and enabled us to understand how the act of remembering led to the representational practice on Lucas da Feira, while the speech fostered the Western consciousness about the black man, whose aim was to silence the past slavocrat of the history of Feira de Santana and to reduce the stories about Lucas da Feira to the unique narrative of the black thief.

KEYWORDS: Lucas da Feira. Feira de Santana. Memory. Representation. Black Reason.

¹ Mestra em História Regional e Local pelo Programa de Pós Graduação em História Regional e Local (PPGHIS- UNEB Campus V); Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/702955668460570>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0100-0822>. Endereço de e-mail: elianedjcosta@gmail.com

Introdução

Não se apagará o borrão da vida de Lucas, o salteador, sem que não fique uma grande falha na história da Feira.
(COVAS, 1913, p.74)

A citação em epígrafe lança luz sobre a inquietação que deu origem a este escrito: o porquê das referências ao escravizado Lucas Evangelista, o Lucas da Feira², ser acompanhadas da antonomásia “o salteador” em publicações jornalísticas nos anos de 1920, na cidade de Feira de Santana? A opção por tal referente indicia uma problemática mais ampla, uma vez que, essa concepção a respeito de Lucas da Feira foi disseminada na sociedade feirense 74 anos após sua execução e no contexto das primeiras décadas após a Proclamação da República e do Pós-abolição. No mesmo período e com a intenção de conservação dos seus privilégios, grupos dominantes de Feira de Santana buscavam e adotavam medidas para adequar o município ao processo de modernização³, que foi instaurado no Brasil nas primeiras décadas do século XX, marcado por disputas e seleção das memórias do processo

² Lucas Evangelista nasceu nos primeiros anos do século XIX, nas imediações da Freguesia de São José das Itaporocas, pertencente à Comarca de Cachoeira, na Província da Bahia. Filho dos cativos africanos jejês, Inácio e Maria, esteve submetido ao sistema escravista e foi propriedade de três senhores diferentes, sendo que um deles era o padre Alves Franco. Por volta de 1828, tornou-se criminoso ao fugir do regime escravista para as imediações da Vila de Feira de Sant’Ana, onde sobreviveu por alguns anos cometendo alguns atos considerados ilícitos (furto de animais, roupas) e mantendo-se distante dos capitães do mato e das forças de ordem pública. Por causa do destino escolhido recebeu o apelido, Lucas da Feira. Em 1840, aquilombou-se com outros escravizados furtivos a fim de se livrar da perseguição que estavam sofrendo por parte das autoridades com receio de insurreições escravas. Foi capturado em 1848 e enforcado em setembro de 1849. Em meados de 1850 teve sua sepultura violada para a retirada do seu crânio, que foi entregue à Faculdade de Medicina da Bahia e analisado pelo médico criminologista, Raimundo Nina Rodrigues, na década de 1880. Em março de 1905, um incêndio na Faculdade de Medicina da Bahia incinerou seu o crânio que fazia parte da “galeria dos celebres criminosos do Brasil”. As informações para montar a trajetória do escravizado foram extraídas da transcrição do processo crime de 1848, atualmente desaparecido, publicado no livro, *Municípios da Bahia*, de Guimarães Covas em 1915, da efeméride cachoeirana, *Lucas, o salteador. Alguns traços da vida e história de Lucas*, de Virgílio Reys, publicado em 1896 e de algumas notas jornalísticas publicadas entre 1840-1905 em diversos jornais no Brasil

³ Sevcenko (1998) apontou que a modernização no Brasil foi um processo dramático de transformação das cidades brasileiras no início do século XX e que esteve pautado nas estratégias de modernização das urbes, diretamente nas condições sanitárias, reurbanização e controle jurídicos das práticas culturais e religiosas da população negra que era composta por ex-escravizados, seus descendentes e os convivas – a população empobrecida.

histórico na formação da cidade (OLIVEIRA, 2011). Importante lembrar que o reordenamento espacial das cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX tinha como obstáculo o passado escravocrata e a preocupação de controle social dos libertos e seus descendentes, que foram definidos como ‘classes perigosas’ por meio da justificativa que a prática da ociosidade produzia a criminalidade (CHALOUB, 2001). Ora, a cidade de Feira de Santana também esteve no fluxo de mudanças urbanas e a produção dos discursos sobre Lucas da Feira serviram como uma máscara para o silenciamento da continuidade do colonialismo reencenado por meio de um projeto de urbanização e ordenamento que mantinham as estruturas violentas de exclusão racial na cidade de Feira de Santana (KILOMBA, 2019).

O objetivo desse artigo consiste em examinar os fragmentos de memória sobre Lucas da Feira disseminado na coluna⁴ *Chronicas Feirenses* do jornal Folha do Norte⁵ entre os anos de 1923 e 1924, assinada por Gil Moncorvo, pseudônimo do jornalista Arnold Silva. Propomos perceber como a organização e seleção dos fragmentos de lembranças no discurso jornalístico atuou na construção de representações sobre Lucas da Feira e influenciou a elaboração de uma memória coletiva que consolidasse uma imagem estereotipada sobre ele e, conseqüentemente, sobre a população negra que poderia ser a ele associada.

Direcionamos atenção à afirmação de Guimarães Covas, publicada na primeira década do século XX, numa obra que tinha a finalidade de destacar fatos e personalidades dos municípios da Bahia, em dois aspectos: o primeiro, que a história

⁴ As crônicas jornalísticas escritas por Arnold Silva datam de 1923 a 1953 e no período tiveram dois nomes, *Chronicas Feirenses* entre os anos de 1923-1924 e *Vida Feirense* entre os anos de 1937 e 1953. Conforme Oliveira (2000) entre os anos de 1924-1937 não houve publicações, pois, Arnold Silva estava ocupando cargos políticos na cidade de Feira de Santana e no Estado da Bahia.

⁵ Segundo Oliveira (2000) o jornal Folha do Norte foi fundado em 17.09.1909. Teve como fundador o Coronel Tito Rui Barcelar e após seu falecimento, passou a pertencer aos irmãos Silva, Arnold, Raul e Dalvário. Com o lema: *política, noticiosa, comemercial, agrícola e literária*, o semanário informava a sociedade feirense fatos do cotidiano citadino. Santos (2012) pontua que o Folha do Norte foi o principal disseminador da ideia da cidade feirense como “moderna, culta e civilizada. O jornal permanece na ativa, veiculando informações até os dias atuais, sendo considerado o mais antigo em atividade no interior da Bahia. Para maiores informações sobre o jornal Folha do Norte, ver: Santos (2012); Campos (2016).

de Lucas da Feira, que foi um escravizado e fugitivo (seu principal crime, dado que no sistema escravista fugir constituía-se delito que feria o direito da propriedade conforme as Ordenações Filipinas), foi reduzida à narrativa dele como um salteador. Tal descrição aponta o silenciamento de sua condição de escravizado insurgente em contraposição ao destaque de criminoso. O que nos possibilita afirmar que tal mudança consistiu na tentativa de silenciamento e desassociação com o passado escravocrata na sociedade feirense. O segundo, a preocupação do autor em assegurar que a memória sobre Lucas da Feira não esmaecesse na névoa do tempo e constituísse lacunas na história de Feira de Santana aponta que havia discussões que almejavam esse apagamento.

Indica também a existência de tensões em torno desse anseio, uma vez que tanto poderia haver manipulação dessa memória que servisse aos interesses dos grupos dominantes, quanto poderia haver resistência contra esse apagamento por parte da população pobre que enxergavam as ações de Lucas da Feira como horizonte de resistência ao controle e poder exercido contra eles. Todavia, compreendemos que a ressalva feita pelo autor foi direcionada àqueles que tinham o poder de determinar e contar a história da cidade, com o intuito de alertá-los não apenas sobre a seleção das lembranças e esquecimentos, mas para a forma como elas seriam narradas e escritas, a fim de determinar a memória e a história de Feira de Santana.

Memória, representação e racismo são os conceitos que orientam a discussão aqui realizada. Nossa análise consistiu em buscar compreender em que medida a insistência em marcar Lucas da Feira como um salteador formulou tanto um repertório de representação estereotipada, quanto uma estratégia para apagar as presenças negras da história da cidade, revelando as sutilezas dos episódios do racismo cotidiano. Para tanto, trilhamos caminhos que cruzaram as discussões sobre memória por Le Goff; de representação por Stuart Hall e a concepção do racismo a partir da razão negra por Achille Mbembe.

Tais conceitos estão articulados com o intuito de demarcar a relação entre linguagem, conhecimento e poder na construção de mecanismo de dominação, exclusão e morte que retiraram as possibilidades de autonomia, do direito ao reconhecimento como humanos das pessoas definidas como *outras*- inumanas, subordinadas, exóticas- e de suas contribuições na história. Particularmente no caso de Lucas da Feira, a definição dele como um exemplo criminoso teve a finalidade de apagar os rastros da sua resistência contra o sistema violento e desumano que foi o escravocrata.

A dinâmica da negação: Lucas da Feira como alvo da memória, da representação e do racismo.

Lucas da Feira foi uma das designações dada a Lucas Evangelista, homem negro escravizado, fugitivo, articulador de modos de sobrevivência, portanto, um sujeito racial. Tais informações são essenciais para compreender que as diversas histórias inventadas sobre o que seria a sua história fazem parte do que Mbembe (2018, p.61) definiu como primeira etapa da razão negra e que através da “extração de vestígios reais ou comprovados tinham a finalidade de urdir histórias, compor imagens e disseminá-las no senso comum como a consciência ocidental sobre o negro”. O autor define a razão negra como o conjunto de discursos e de prática constituído por um trabalho cotidiano de inventar, contar, repetir e promover textos com o intuito de formar um juízo de identidade em que o negro enquanto sujeito racial e individuo selvagem pode sofrer desqualificação moral e instrumentalização da prática de todos os tipos de violências (Mbembe, 2018).

Ao lançarmos o olhar sobre o reaparecimento das menções a Lucas da Feira na virada do século XIX para o XX, verificamos que esse processo foi contínuo e reatualizado em diversos momentos históricos, cuja finalidade era marcar as pessoas negras que traziam na pele a marca da cor associada com o passado da escravização e executado na prática do alterocídio, que consiste na construção delas não como semelhantes aos outros cidadãos brasileiros, mas como objeto ameaçador,

do qual era preciso se proteger, desfazer, ou que caberia excluir ou exterminar caso não pudesse exercer o controle total (MBEMBE, 2018). Nesse cenário, o nome de Lucas da Feira apareceu em diversos jornais no país⁶ na década de 1920 que visavam consolidar a imagem dele com um criminoso de alta periculosidade, com ênfase nos seus traços físicos e aparência, aspectos que fazem parte da concepção biológica sobre raças disseminada no século XIX (SCHWARCZ, 2012).

Há especificidades que precisam ser pontuadas sobre as menções a Lucas da Feira na coluna *Chronicas Feirenses* para compreensão da dinâmica da negação. Uma delas, refere-se ao fato que o nome de Lucas é mencionado sem qualquer associação à cidade de Feira de Santana, de modo que o apelido “*da Feira*” foi subtraído e substituído apenas pela antonomásia, *o salteador*. A outra, o silenciamento do fato que Lucas da Feira foi um escravizado que se rebelou contra o sistema escravista. Tais especificidades não devem ser apartadas da interação que houve da cidade de Feira de Santana como espaço reordenado conforme as “astúcias da ordem e ilusões do progresso” e o processo histórico pós abolição, conforme descreveu Sevcenko (1998).

Não devemos apagar também a subjetividade do jornalista Silva nas práticas discriminatórias e sua posição como porta voz dos dirigentes da cidade e do projeto de controle da população através da retórica como disciplina que intencionou civilizar a população pobre. Todavia, compreendendo as ações de Arnold Silva dentro da estrutura social e com o cuidado de não individualizar ou reduzir apenas nele as práticas discriminatórias, pois, a prática do racismo individual é indissociável do racismo estrutural. Assim, pode-se inferir que o medo branco de ser confrontado com as verdades de um passado construído a base de violências e desumanização de outros humanos, os conduziram a negar, reprimir e manter em

⁶ Encontramos 15 referências ao nome de Lucas da Feira em 11 jornais diferentes, sendo que 10 deles eram distribuídos na cidade do Rio de Janeiro, que naquele período era a capital do país. Esta documentação demonstra como uma versão da história de Lucas da Feira ultrapassou os limites regionais e alcançou notoriedade na capital do país. As publicações reforçavam a narrativa de Lucas da Feira como “um dos criminosos mais hediondos que já existira no país” e algumas delas faziam comparações entre Lucas da Feira e os cangaceiros que atuavam no período.

segredos quaisquer associações com a escravização, com o colonialismo e com o racismo (KILOMBA, 2019). E mais, não apenas localizados no passado, mas como práticas reatualizadas que condicionou as relações sociais estabelecidas no período analisado.

Nesse sentido que Lucas da Feira foi tomado como alvo da memória, da representação e do racismo. Sobre a noção de racismo, Mbembe (2018) afirma que historicamente raça e racismo foram formas primárias de representação criados pela empresa colonial para justificar a colonização a partir do século XV e XVI. Assim, culturalmente, o conceito de raça fez alusão às diferenças da cor de pele para justificar a inferioridade de um povo, os africanos, e para desqualificar um lugar, a África. Também para criar uma categoria sub-humana: o negro. Ao considerarmos que Lucas da Feira era filhos de africanos jejes; nascido sob o domínio escravista; e que teve seu crânio avaliado por Nina Rodrigues com base nas concepções do racismo científico do século XIX, as referências ao seu nome nas primeiras décadas do século XX não foram isentas de concepções discriminatórias e que consequentemente geraram representações estereotipadas sobre ele.

O racismo como prática discriminatória em que condições de subalternidade e de privilégios foram distribuídos entre grupos de raças diferentes, foi reverberado nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. Assim, Mbembe pontuou quatro esferas em que o racismo operou: (1) com a desumanização ou consideração de uma humanidade subalterna dos negros; (2) como o processo de alterocídio, isto é, desejo de destruição de quem é diferente; (3) a partir do sentimento de aversão e repulsa criou o sentimento de medo e imaginário de perigo dos negros; (4) como processo em que se elegeu como inimigo, o negro, e toda sua cultura foi representada pela ideia de mal e criminoso. A trajetória e as diversas versões sobre a história de Lucas da Feira foram atravessadas e determinadas pelos efeitos do racismo.

Quanto ao fato de Lucas da Feira ter sido alvo da memória, é preciso pontuar que a evocação de lembranças sobre ele esteve direcionada a consolidá-lo como o exemplar dos incivilizados, personificação do violento, selvagem, agressivo e não pode ser desarticulado do contexto de higienização moral de Feira de Santana. O jornalista Arnold Silva fazia parte do núcleo dominante da sociedade feirense tanto como intelectual como quanto político, comprometido com os ideais de modernização; recorreu ao conjunto de textos como materiais da memória coletiva sobre Lucas da Feira e que foram tomados enquanto monumentos; sinais de um tempo e que serviram para evocar o passado e perpetuar a recordação (LE GOFF, 1992). Segundo Le Goff (1992, p. 477) “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Mas, a memória coletiva não é somente conquista, é também um instrumento e objeto de poder”.

O campo de estudo das ciências humanas se interessa e utiliza a concepção da memória coletiva. Em diálogo com Pierre Nora, Le Goff (1992, p.473) a define como “o que fica do passado vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado”. Nesse sentido, apontamos que a construção de uma memória coletiva sobre Lucas da Feira foi colocada no centro da arena da luta das forças sociais pelo poder em Feira de Santana na década de 1920 e que Arnold Silva, enquanto integrante dos grupos que dominava a sociedades feirense, no processo de tentativa de consolidar uma história dos vencedores, direcionou sua escrita na coluna *Crônicas Feirense* para manipular a memória coletiva e buscou produziu mecanismos de silenciamentos e de esquecimentos da presença negra na história da cidade.

As práticas representacionais sobre Lucas da Feira significavam a diferença racial e a sua associação com uma hierarquia para produzir e fixar significados. Para Hall (2016) esse processo constitui a estereotipagem racial, uma das estratégias do discurso colonial que consistiu no processo de relação entre poder e conhecimento e que o estereótipo foi baseado em apossar das poucas características da pessoa

negra e reduzir tudo sobre ela a esse traço que depois foram exagerados e simplificados. Especificamente na estereotipagem sobre Lucas da Feira, esteve imbricada a naturalização do argumento biológico pautado nas diferenças fisiológicas e anatômicas que supostamente explicavam a “inferioridade da raça negra” e tornava exclusivo das pessoas negras a existência de um “instinto criminoso”. O regime racializado de representação evocado por Arnold Silva ao escrever sobre Lucas da Feira cumpriu a finalidade de reduzir toda sua existência ao estereotipo de um criminoso saltador.

E a Feira de Lucas? A “Princesa do Sertão” como lugar de silenciamento em que ficou “perdida” a Terra de Lucas da Feira.

A Feira de Santana, em que as narrativas de Arnold Silva sobre “Lucas, o saltador” foram disseminadas, é o espaço geográfico localizado numa região intermediária entre o Recôncavo e o Sertão baiano. Todavia, para compreensão da dinâmica espacial da cidade em 1920 se faz necessário considerar as diversas espacialidades acumuladas nesse local ao longo do tempo e suas imbricações com o processo de transformação da cidade e a generalizações do modo de vida urbano republicano.

Ramos (1982, p. 68) defende a noção de espacialidades a partir da consideração que tanto o espaço quanto a história são construções sociais e, portanto, são indissociáveis quando analisadas. O autor, com base nos estudos de Lefébvre (1975), define que cidade é um espaço- tempo e não apenas uma projeção da organização administrativa ou a redução da sociedade ao mero espaço. Desse modo, a noção de espacialidade nessa reflexão corresponde ao projeto de organização do espaço social articulado com a sociabilidade e que teve como finalidade a formulação de características específicas em que a fisionomia da Feira de Santana moderna se distanciasse da Feira de Santana rural e com um passado escravista.

Historicamente, Feira de Santana foi caracterizada por um amplo manancial hídrico com diversas lagoas, entroncamento rodoviário, terra de areias saudáveis, economia baseada no comércio e na pecuária bovina. Tais fatores ainda são mencionados para explicar os processos de ocupação da cidade, as múltiplas identidades que a compuseram e que ficaram marcadas em seus diversos apelidos: “Povoado Santana dos Olhos d’Água”; “Empório da Bahia”; “Petrópolis baiana”, “Princesa do Sertão” (OLIVEIRA, 2000). Essa última é a que ainda vigora nas referências a cidade.

Ao considerarmos a construção da identidade da cidade de Feira de Santana como urbe civilizada⁷, destacamos que desde meados do século XIX, o município, que naquele período ainda era uma Vila, alcançou notoriedade em diversos jornais do Império brasileiro ao ser associado a Lucas Evangelista, o Lucas *da Feira*⁸. Convém frisar que antes de Feira de Santana ser nomeada como “Princesa do Sertão” pelo político Rui Barbosa, em 1919, por causa do comércio local, já era conhecida em nível nacional como a “Terra de Lucas da Feira”. Porém, o que percebemos é que essa metonímia para a cidade nunca foi considerada com relevância e para alguns era motivo de vergonha. Apenas recentemente produções historiográficas tem evidenciado o termo ao propor uma escrita da história a contrapelo, com ênfase nos grupos que foram subalternizados e marginalizados⁹.

⁷ Indicamos algumas produções historiográficas que auxiliam na compreensão do processo modernizador em Feira de Santana até meados do século XX: Oliveira (2008); Oliveira (2000 e 2011); Santos (2012); Silva (2000).

⁸ VER: Jornal do Commercio de 17.02.1848, número 48, p.02; Jornal A Marmota de 01.09.1848, número 271, p.02.; Jornal O libertador de Pernambuco, número 791, p.08; Jornal Para Todos de 23.10.1869, número 19, p.03; Jornal do Commercio de 24.08.1865, número 234, p.02.

⁹ São alguns trabalhos que resgatam essa metonímia como posicionamento ético-político na produção da história feirense: OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *Canções da cidade amanhecendo”: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2011; NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. *Viver por si Histórias de Liberdade no Agreste Baiano Oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012; ALVES, Chintamani Santana. *Tramas da terra: conflitos no campo na terra de Lucas, 1900-1920*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História- Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, 2013; CALDAS, Jacson Lopes. *“Badoque, muzúá, arataca”: memórias e histórias no Museu Casa do Sertão em Feira de Santana-BA*,

Todavia, não estamos preocupadas em promover disputas das metonímias, e sim em perceber os caminhos que conduziram ao processo de silenciamento do passado escravista na escrita da história da cidade.

O silenciamento e apagamento do passado escravista fez parte do pacote de medidas para inserção da recente república no fluxo da modernização no início do século XX. Segundo Sevcenko (1998), na cidade do Rio de Janeiro, que era a vitrine do país e que contava com uma população com quase 1 milhão de habitantes, maioria negros remanescentes da escravidão, libertos e seus descendentes que habitava o centro da cidade, foi promovida a demolição dessas residências e expulsão da população que se dirigiram para as áreas periféricas da cidade, ação ancorada na justificativa de saneamento da cidade. A imprensa da capital nomeou esse acontecimento como regeneração.

Feira de Santana também foi inserida nos trilhos rumo a modernização. Segundo Damasceno (2011), entre os anos de 1893-1920, as autoridades locais colocaram como pauta e investiram em melhorias de infraestrutura – iluminação pública, alargamento, reparos e calçamento de ruas, construção de estradas ligando a cidade a outros municípios, limpezas das áreas públicas. Tais medidas para embelezar o centro da cidade tinha como contrapartida a expulsão de mulheres, homens e crianças pobres dessa região. Oliveira (2010) aponta que, durante a primeira metade do século XX, predominou em Feira de Santana uma população de negros e mulatos, descendentes de africanos. Logo, a cidade de Feira também teve no seu projeto de civilidade e conforme suas particularidades os projetos de “regeneração” e de desafrikanizar as ruas (FERREIRA FILHO, 1994).

A participação de Arnold Silva no projeto de modernização da cidade não esteve restrita à atuação política. Enquanto um dos diretores e jornalista do jornal Folha do Norte, publicava textos que discutiam sobre a política nacional, fatos da

1977-1999. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2016.

cultura e religião, cotidiano e história da cidade de Feira de Santana. Silva (2000) destacou que a imprensa feirense assumiu o papel de difusora dos princípios da modernização e que tinham a pretensão de reformar hábitos, instaurar novos costumes, moldar outras imagens da cidade e eliminar os males que impedissem o caminho da cidade rumo ao progresso.

Atenta ao contexto, o ato de rememorar o nome de Lucas da Feira também integrou o espetáculo da civilização ao mesmo tempo que construía a imagem dos negros como os outros que não integram a modernização. Arnold Silva recorreu à estratégia de recuperar e disseminar o medo dos negros nas páginas do jornal. Sua atitude não era uma novidade. Azevedo (1987) demonstrou que, desde o ano de 1888, os jornais utilizaram dessa estratégia para propagar concepções estereotipadas acerca dos negros e que o ato integrava o processo de higienização do espaço urbano, quer fosse no combate as práticas culturais afro-brasileiras, quer fosse na intenção de deslocar os negros dos centros urbanos das cidades.

Lembramos que foi a partir da homenagem feita por Rui Barbosa, que os dirigentes locais e parcela da intelectualidade urbana feirense vinculou a ideia de civilidade e progresso à identidade social de “Princesa do Sertão”. Utilizaram o codinome como incentivo e justificativa para a ambição e aplicação das estratégias política de destacar a cidade entre os outros municípios da Bahia, ao passo que afastava as possíveis associações com a existência do comércio de escravos, do cotidiano da escravidão e do passado pastoril e sertanejo. Nesse sentido, Oliveira (2000, p.8) afirmou que o cognome levou as elites locais a considerar um novo conceito para a cidade, uma espécie de segunda capital do Estado e sede do sertão.

O estudo de Santos (2012) acrescenta que o projeto alicerçado na representação “Princesa do Sertão” se desdobrou em várias vertentes que não foram restritas às transformações da configuração urbana, mas tiveram como alvo as mudanças dos hábitos ligados a tradição pastoril da cidade. A autora analisou também o Jornal Folha do Norte como lugar da relação de poder, uma vez que os

discursos ali propagados continham a intencionalidade de consolidar os projetos políticos da elite local, do qual seus redatores e donos faziam parte, e que se referia ao propósito da “Cidade Princesa do Sertão” (Santos, 2012, p. 28).

De modo que fronteiras foram estabelecidas entre os que pertenciam e os que não pertenciam a nova ordem, colocando ênfase que aqueles que estivessem “fora do lugar” eram perigosos, contaminados. Portanto, estereotipagem, representação, diferença e poder atuaram como exercício de violência simbólica e que comportou ambivalências tanto no grupo dos dominantes quanto dos dominados, pois, não se pode esquecer da contínua resistência exercida pelos excluídos.

Há possibilidade que as estratégias políticas de remodelação da cidade na década de 1920, especificamente, em relação à memória de Lucas da Feira possa ter encontrados conflitos dos mais diversos, contudo, não localizamos ainda fontes que nos possibilite traçar tais embates. Acerca da constituição de uma memória coletiva para cidade, o conflito oscilou entre tentar apagar o passado pastoril e sertanejo em contraponto a lembrar das menções ao entreposto comercial, sobretudo, da Feira do Gado (OLIVEIRA, 2000).

Durante o processo de elaboração de uma versão histórica que tem por finalidade constituir uma memória única para o lugar ocorre o esforço de assimilar o presente com o passado, e conseqüentemente, outras versões e visões de mundo são silenciadas nesse processo (ADICHE, 2019; KILOMBA, 2019). Embora pareça lugar comum, uma vez que a sociedade brasileira tem como marca inapagável o passado escravocrata, é preciso afirmar que a participação da Vila de Feira de Sant’Ana na escravidão não esteve restrita a apenas a Lucas da Feira.

O silenciamento sobre a escravidão em Feira de Santana foi posto em evidência quando se percebeu a lacuna nas produções historiográficas sobre a cidade e a necessidade de estudos históricos que abarcassem as experiências da escravidão e

da população negra em Feira de Santana. São recentes os estudos historiográficos¹⁰ que tem pontuado as especificidades do sistema escravista em Feira de Santana. Aqui, justamente pela identificação da cidade como entreposto comercial atravessar a história da cidade (SIMÕES, 2007), destacamos as discussões que apontam a relevância que o município exerceu para manutenção do sistema escravista visto que, com o fim do tráfico de escravos africanos em 1850, comerciantes e agropecuaristas locais estabeleceram o comércio de escravos para suprir a demanda pela mão- de- obra na região sudeste do país (HORA, 2014).

Hora abordou que uma das justificativas para o estudo do comércio de escravos perpassou “pela tentativa de desconstrução de uma memória coletiva que desassocia a presença de escravizados e seus descendentes do trabalho da pecuária, associando esse trabalho ao homem sertanejo- descendente de brancos e índios- e por isso livre do sangue africano” (HORA, 2014, p.3). A autora aponta ainda que as referências a escravidão em Feira de Santana foram comumente associadas a Lucas da Feira, sendo este considerado como bandido, sanguinário e perigoso. Portanto, possíveis análises que contemplassem a escravidão na região foram minimizadas e negligenciadas pela historiografia baiana.

Cabe uma ressalva acerca do argumento de Hora sobre as associações de Lucas da Feira a escravidão, uma vez que diversas publicações apenas restringiam-no a partir da criminalidade. Entendemos que tal argumentação se direciona, particularmente, as produções historiográficas sobre a escravidão em Feira de Santana produzidas a partir da década de 1990. O estudo de Zélia Lima (1990), primeiro a inserir Lucas da Feira nas páginas da história e a abordar as especificidades do sistema escravista na região, influenciou as produções históricas posteriores de certa forma a abordarem a perspectiva da escravidão na cidade de Feira concentradas em citar apenas Lucas da Feira. Nos ideais de civilização havia a preocupação e objetivo da elite e da imprensa local em disseminar para a sociedade

¹⁰ Ver: Lima (1990); Freire (2007); Nascimento (2012); Hora (2014), Souza (2016)

feirense práticas, valores e modos de vida a fim de estabelece modelos e conceitos a serem seguidos, de modo que a população pudesse identificar-se. Logo, evocar certas memórias e reafirmá-las seria indispensável para a ação pedagógica.

Ao mesmo passo que evocar outras memórias que servissem de modelos que caracterizassem referências ‘incivilizadas’ e não condizentes com uma cidade que caminhava rumo ao progresso. Ao nos referirmos ao processo de silenciamento sobre o passado escravocrata não fazemos alusão ao explícito, mas conjecturamos que a produção de sentidos silenciados corresponde a dimensão do não explícito e do autocegamento (KILOMBA, 2019; MBEMBE, 2018). Partindo da relação do imaginário construído sobre a identidade da sociedade feirense a partir da “Princesa do sertão” que podemos identificar o apagamento do passado escravista que “Terra de Lucas” poderia remeter. Portanto, passaremos a analisar a construção da representação sobre Lucas da Feira elaborada por Arnold Silva na coluna *Chronicas Feirenses*.

Lucas, o salteador: os usos da memória e o perigo de uma história única.

Em 2009, durante um discurso proferido no evento do Tecnóloga, Entertainment and Design (TED), a escritora nigeriana, Chimamanda Adiche nos alertava sobre o perigo de uma história única. Adiche afirmou que “histórias também são definidas por quem as conta, quando e quantas vezes são contadas. Esta legitimidade perpassa pelo poder de fazer de um ponto de vista a história definitiva de uma pessoa, um acontecimento e um episódio”. A transformação de diversas versões em única história perpassa por contar apenas essa versão e repeti-las diversas vezes até que está se torne o estigma, a única narrativa possível. É nesse sentido que apreendemos os discursos sobre Lucas como dimensão de uma prática discriminatória manifestada na coluna *Chronicas Feirenses* publicadas no jornal semanário *Folha do Norte* entre os anos de 1923-1924.

Compreendemos que os discursos sobre Lucas da Feira não são neutros, portanto, faz-se indispensável pontuar quem foi o intelectual que se propôs a

representá-lo. Arnold Ferreira da Silva, viveu em Feira de Santana entre os anos de 1894-1965. Durante esse período teve uma participação efetiva na elite feirense-baiana. Foi um dos donos do Jornal Folha do Norte, além de atuar como redator, cronista e, na política local, como Intendente (1924-1926) e vereador (1928-1930). Fez parte de filarmônica, membros de grêmio literário e de grupos de teatros. Elaborou diversas colunas em formato de crônicas¹¹ no jornal *Folha do Norte*. Porém, destacamos a importância das escritas entre os anos de 1923-1953, por representarem o esforço do intelectual em apresentar à Feira de Santana fragmentos da memória da cidade (CAMPOS, 2016).

As disposições das crônicas jornalísticas não seguiam uma linearidade temporal, não possuíam uma ordenação em relação aos anos e os meses de publicação. Todavia, lembramos que o modelo da publicação seguia o padrão das efemérides, ou seja, referência a um determinado acontecimento, na mesma data, em anos ou décadas anteriores. Geralmente, a coluna foi publicada na primeira página do jornal Folha do Norte, ao lado direito e na parte superior, com ressalva para o período entre junho e novembro de 1923, que as ‘Chronicas Feirenses’ passaram a ser publicadas na terceira página do jornal, sem determinação exata do espaço. Nesse interregno, as primeiras páginas do jornal foram publicadas notícias locais e nacionais sobre o processo eleitoral.

Em relação às citações a Lucas da Feira, contamos com 10 referências ao longo do ano de 1923 entre os meses março e outubro. O ano de 1924 contém apenas 04, entre os meses de janeiro e março, e a última publicação em 08.03.1924 é a maior nota publicada nos dois anos e cita parte do processo crime de Lucas da Feira. É provável que as poucas alusões no ano de 1924 sejam explicadas pelo

¹¹ A coluna “Chrônicas Feirense” pode ser classificada como crônica jornalística. Esta é definida como um gênero literário híbrido que tem por finalidade relatar a realidade e o cotidiano e que se caracteriza por narrar de maneira ordenada e detalhada certos fatos e acontecimentos. Porém, como as narrativas apresentadas na coluna tinham a característica de serem dados históricos recuperados conforme o calendário, guarda semelhanças com o subgênero historiográfico denominado efemérides que, segundo Matheus (2011), é visto como uma forma de narrar o passado, principalmente, como uma forma de comemoração que torna o passado vinculado à atualidade.

afastamento do jornalista para assumir o cargo de intendente. A fim de tecer a análise separamos as notas conforme o tema abordado na notícia e não por sequência de publicação e optamos em fazer menção ao pseudônimo usado por Arnold Silva, Gil Moncorvo. Portanto, os primeiros conjuntos de notas fazem referência ao processo de prisão e julgamento de Lucas da Feira:

O tribunal do jury condena o **salteador** Lucas Evangelista a pena última. (sic)
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 03 de mar de 1923. Chronicas Feirense nota do ano de 1849- grifo nosso)

A Relação sustenta a decisão do júri deste termo que condenou Lucas Evangelista a pena última.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 09 de jun. de 1923. Chronicas Feirense, nota do ano de 1848)

O Supremo Tribunal de Justiça nega revista do processo de Lucas, o **salteador**.
MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 30 de jun. de 1923. Chronicas Feirense, nota do ano de 1849- grifo nosso).

E' enforcado no Campo do Gado e sepultado no adro da Matriz o **salteador** Lucas Evangelista.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 29 de set. de 1923. Chronicas Feirense, nota referente ao ano de 1849- grifo nosso)

Casumbá para obter o perdão de um homicídio e a prometida recompensa de 4.000\$, fere com um tiro, a Lucas, o **salteador**.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 26 de jan. de 1924. Chronicas Feirense, nota referente ao ano de 1848- grifo nosso).

Preso nessa data, o **salteador** Lucas Evangelista perante o Juiz municipal, o dr. Leovegildo de Amorim Figueiras, os peritos dr. Symphonio Olympio Bacelar e o farmacêutico Victorio J.F. Gouveia procedem a corpo de delicto nos ferimentos que apresenta o mesmo **salteador**.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana 02 de fev. de 1924. Chronicas Feirense, nota do ano de 1848- grifo nosso)

Ao tentarmos estabelecer qual a versão que Gil Moncorvo decidiu retomar sobre a memória de Lucas da Feira, observamos o fato de tanto a alcunha, quanto as notas estarem limitadas à temática do crime, seja a aspectos referente ao julgamento de Lucas da Feira, seja aos supostos crimes cometidos por ele. Sob o olhar de Moncorvo, Lucas da Feira foi lembrado como 'Lucas, o salteador', mesmo quando o jornalista optou por fazer menção ao nome de batismo 'Lucas Evangelista'.

Logo, ao compor um perfil para Lucas da Feira, personalidade da cidade de Feira de Santana, Moncorvo o expressou tão somente como um criminoso. Nesse viés, percebemos a consonância com os ideais modernizadores que aqueles que não possuíam o “padrão de civilidade”, ou seja, a população marginalizada eram um perigo a ordem. Entretanto, o cronista não faz a alusão ao fato de Lucas da Feira ter sido um indivíduo negro, e este silenciamento oportuno pode ser compreendido como o cuidado de não associar a história da cidade de Feira de Santana à história da escravidão.

No segundo conjunto, descrevemos as notas que fazem citação aos crimes cometidos por Lucas da Feira e seus companheiros:

Lucas e seus comparsas **matam e roubam**, na estrada de Cachoeira, o negociante Antônio Leite.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 02 de jun. de 1923. *Chronicas Feirense*, nota do ano 1841- grifo nosso)

Lucas e seu companheiros Nicolau, Joaquim e Januário **assassinam, a pancada e pontapés**, Antônio Correia Pessoa.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 02 de jun. de 1923. *Chronicas Feirense*, nota do ano 1842- grifo nosso)

No lugar denominado “Buris” **o salteador** Lucas Evangelista assassina Antônio Bonifácio em sua própria casa.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 16 de jun. 1923. *Chronicas Feirense*, nota do ano de 1846- grifo nosso)

No lugar denominado S. José das Itapororocas **o salteador** Lucas mata Alexandre Felipe de Souza.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 09 de fev. de 1924. Feira de Santana, nota do ano de 1844- grifo nosso)

A leitura das notas demonstrou que quando foi citado os crimes cometidos em grupo, o nome de Lucas deixou de ser associado ao termo “salteador”. Entretanto, quando houve menção a ‘crime cometido’ em grupo, Moncorvo optou por uma narrativa descritiva dos detalhes sobre o método utilizados para execução dos crimes, o que podemos perceber com o uso dos termos: “roubou e matou”; “assassinam a pancada e pontapés”. Provavelmente, como ênfase numa suposta brutalidade e perversidade para reforçar o imaginário do medo e do perigo que os indivíduos negros, pobres, marginalizados representavam. Porém, quando a ação

criminosa foi descritiva apenas pela participação de Lucas da Feira, foi inserido novamente o termo “salteador”. Aqui não aludimos uma possível atenuação da imagem de criminoso, pelo contrário, lemos a constante repetição do termo como um reforço negativo com a finalidade de estigmatizar e não permitir frestas em que outras interpretações fossem aceitáveis (HALL, 2016).

Ressaltamos também que das 04 notas que narraram os crimes, 03 foram publicadas no mês de junho de 1923 e neste período a cidade feirense estava vivenciando os conflitos do processo eleitoral. As lembranças das ações “criminosa cometidas” por Lucas da Feira remetem a concepção de pensar o ordenamento da cidade a fim de livrá-la das classes perigosas¹². Não apenas Lucas foi “o terror” do tempo de outrora, sua rememoração poderia despertar no imaginário feirense o medo daqueles que não foram integrados às normas da “moralidade e boa conduta” das sociedades urbanas- os negros.

Acrescenta-se a possibilidade de interpretação de uma cidade com feições de nobreza, afinal era a “Princesa do sertão”. Ter sua história local associada a memória de um escravizado que se rebelou contra o sistema escravista e fugiu, além de manter-se e sobreviver através de táticas não socialmente aceitas, não poderia ser visto com bons olhos. Uma vez que, talvez o imaginário sobre Lucas da Feira como um “herói do sertão” pudesse suscitar conflitos e assim, Moncorvo, entendendo que não era possível apagar a história de Lucas da cidade de Feira de Santana, percebeu na rememoração a possibilidade de construir uma única versão sobre o indivíduo

¹² Chalhoub (2006) aponta que a noção de classes perigosas e classes pobres descrevem a mesma realidade. O autor pontua que o conceito de “classes perigosas”, de origem francesa e surgido em meados do século XIX, apresentado por Mary Carpenter fazia referência as pessoas que já tivessem passado pela prisão ou que optaram por um modo de sobrevivência que os punham à margem da lei. Essa expressão apareceu no Brasil, logo após a abolição da escravidão, num debate parlamentar onde os deputados estavam preocupados com a consequências pela situação nacional do negro e elaboraram um projeto de lei que reprimisse a ociosidade (vadiagem). Desse modo, o contexto histórico no qual a expressão classes perigosa foi aplicada no Brasil conduziu a população negra fosse os suspeitos preferenciais e a ação de expulsar as classes populares dos centros das cidades poderia estar ligada a tentativa de desarticular a memória recente dos movimentos sociais urbanos, especificamente, a luta dos negros da corte contra a escravidão.

Lucas e na coluna, *Chronicas Feirense*, o espaço para exercer a licença para dominar por meio da escrita/ fala.

Tal posicionamento serviu também como uma pedagogia de naturalização do racismo cotidiano que se apoiava na expressão que a relação com as pessoas negras era tanto uma relação de não reciprocidade, quanto de outridade, isto é, a evocação da representação de Lucas da Feira como um criminoso representavam os aspectos reprimidos pela elite da sociedade feirense e as pessoas que se assemelhassem a ele na aparência, lhes eram negadas o direito de existir e transitar pela cidade como cidadãos iguais. (KILOMBA, 2019)

O último conjunto de notas selecionadas consta apenas as duas notas em que há vestígios acerca da escravidão.

Tentando assassinar, no lugar denominado Sobradinho, o cidadão José Antônio da Silva, **o salteador** Lucas Evangelista mata, com um tiro, o cebolinho Antônio, escravo do referido Silva. (sic).
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 28 de abri.de 1923. *Chronicas Feirense*. nota do ano 1846- grifo nosso)

Nasce de pais africanos, Ignacio e Maria, na fazenda “Saco de Limão”, **o salteador** Lucas Evangelista.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 20 de out. de 1923. *Chronicas Feirense*, nota do ano de 1807- grifo nosso)

Mesmo com o uso de termos como “cebolinho”, “escravo do referido Silva” e da descrição que os pais de Lucas Evangelista eram de origem africana, que são termos que podem ser ligados a existência da escravidão, a forma como Moncorvo inseriu tais termos nas notas não possibilitou a associação direta ao fato de Lucas Evangelista ter sido escravizado e nem da cidade de Feira ter ligação com o sistema que vigorou por mais de três séculos no Brasil.

O período que corresponde as publicações das lembranças sobre as ações e existência de Lucas Evangelista, já tinham transcorridos 34 anos do fim jurídico do sistema escravista no território nacional. Contudo, as consequências dos anos de cativeiro e da marginalização da população que foi utilizada como mão de obra durante mais de trezentos anos ainda vigorava na sociedade brasileira. E,

simultaneamente ao processo de “*desafricanizar as ruas*” como citado anteriormente, havia ainda a perspectiva da miscigenação como problema patológico ou moral que era necessário ser solucionado para o desenvolvimento da nação e o trabalho do médico Raimundo Nina Rodrigues sobre antropologia criminal reforçou a difusão da criminalidade nata atribuídas as pessoas com características negras.

Ao analisarmos as *Chronicas feirense* percebemos a repetição constante do termo “o salteador” e que as reminiscências sobre a vida de Lucas da Feira perpassaram apenas por associar toda a sua existência ao crime, inclusive naturalizando uma suposta índole criminoso ao mencionar que desde o nascimento, Lucas da Feira deveria ser adjetivado como um criminoso. Há também a ausência de qualquer menção ao cognome “Lucas da Feira”, portanto, conjecturamos que a substituição ao termo “da Feira” pelo termo “o salteador” tenha sido uma estratégia de deslocar a memória de Lucas, apagando não a sua existência, mas o seu pertencimento a cidade de Feira de Santana.

Os ventos que sopraram a modernização nas cidades brasileiras, seriam os mesmos furacões que varreriam para longe, para o mundo do apagamento e do silenciamento o passado escravocrata. E Feira de Santana tinham em seus intelectuais, e entre eles, Gil Moncorvo, os domadores de moinhos de ventos que, através da caneta e da tinta, escreveria no presente um futuro de progresso. Por conseguinte, ao rememorando o passado sob o ponto de vista dos que outrora foram os senhores de escravos e seus descendentes, mantinham a prática discriminatória que alicerçou o sistema escravista e as aspirações para a Feira de Santana de 1920 não se pautou na integração da população negra e pobre. Mas, seguindo a ‘cartilha pedagógica’ das elites urbanas em relação a questão negra, houve o reforço da exclusão, repressão e perseguição, outras formas de violências simbólicas. E nesse sentido, compreendemos que as elites feirenses se esforçaram para fazer valer as frases do Hino da República: “Nós nem cremos que escravos outrora/tenha havido em tão nobre país/ hoje o rubro lampejo da aurora/ Acha irmãos, não tiranos hostis”.

Considerações finais:

Voltemos então nossa atenção ao *perigo de uma memória única*, parafraseando Adiche. Ao pontuamos as formas como Moncorvo rememorou, descreveu e representou Lucas da Feira nas páginas do jornal com expressiva notoriedade no período aqui analisados, percebemos que tantas as lembranças sobre Lucas quantos as representações disseminadas foram estereotipadas, de modo que a única verdade a ser apreendida pela sociedade feirense naquele período é que Lucas da Feira foi um terrível criminoso que transitou nas imediações de Feira de Santana, portanto, não poderia ser contado entre a memória das grandes personalidades e heróis da cidade, nem associado com o seu passado pastoril livre da presença de sangue africano.

Percebemos assim por que atualmente, não necessariamente citar a personalidade de Lucas da Feira na cidade de Feira de Santana é fazer referência ao sistema escravista. É necessário problematizar que durante a constituição de uma memória sobre ele na sociedade feirense na primeira metade do século XX, as lembranças sobre ele foram despersonalizadas e desassociada da experiência escrava e foram associadas e condensadas sobre a suposta criminalidade. É este o significado que encontramos no conjunto do imaginário da sociedade feirense: Lucas da Feira foi tomado como um bandido, vil e perverso. E essa imagem se conserva porque houve um processo de repetição constante acerca dessa memória contribuindo para manutenção do jogo de poder e de privilégios, que outras versões da memória do Lucas escravo contestariam.

Tanto quanto as feridas da escravidão ainda estão latentes na história brasileira, em semelhante proporção, o nome Lucas da Feira é marca indelével no imaginário popular feirense. Devido à sociedade escravista e conseqüentemente, racista, o escravizado da fazenda ‘Saco de Limão’ entrou para as páginas da história estigmatizado. Todavia, é importante pontuar que, para as gerações mais recentes, Lucas da Feira foi retomado na escrita da história como símbolo da resistência

escrava, como uma opção de reconfiguração da sociedade que não vive a mazela da escravidão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.

COVAS, Guimarães. *Lucas Evangelista ou Lucas da Feira*. In: _____. Municípios da Bahia. Ed. Typ. Bahiana de C. Melchades, 1913.p.74-89.

CAMPOS, Juliano Mota. *Entre tinteiros e palanques: a trajetória intelectual e política de Arnold Ferreira da Silva em Feira de Santana- Ba. (1909- 1930)*. Dissertação Mestrado em História- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2016.

DAMASCENO, Karine Teixeira. *Mal ou bem procedidas: cotidiano de transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado em História- Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2011.

_____. *“Sirigaitas, Sacudidas, Imorais, Criminosas, Bárbaras e loucas: representação, repressão e silêncio em Feira de Santana*. XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis- Santa Catarina. Anais eletrônicos: 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1474323538_ARQUIVO_Karine_teixeira_damasceno.pdf acesso em 10.08.2018.

FERREIRA FILHO, Alberto. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita*. Dissertação (mestrado em história). Salvador: UFBA, 1994.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro: PUC- Rio; Apicuri, 2016.

HORA, Ana Paula Cruz Carvalho. *Negócio entre senhores: o comércio de escravos em Feira de Sant' Anna (1850- 1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação- Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2a. ed. Campinas: EdUNICAMP, 1992

LIMA, Zélia de. *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira; estudos sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana. 1807 – 1849*. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 1990.

MATHEUS, Leticia Cantarela. *Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. Brasil; N-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares. Imagens e práticas do cotidiano*. (Feira de Santana, 1937-1970). Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *De empório a Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1819-1937)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

_____. *Canções da cidade amanhecendo”: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires. *“Adeptos da mandiga”: candomblé, curandeiros e repressão política na Princesa do Sertão (Feira de Santana-Ba,1938- 1970)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

RAMOS, Aluísio Wellichan. *Espaço tempo na cidade de São Paulo: historicidade e espacialidade do “bairro” da água branca*. Revista do Departamento de Geografia – Departamento de Geografia da FFLCHUSP, São Paulo, n. 1, p. 65-75, 1982. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47298>> acesso em 08.05.2021

SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira. *Diversões e civilidade na Princesa do Sertão, (1919-1946)*. Dissertação Mestrado em História- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusão do progresso. In:SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando (org.). *História*

da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

SIMÕES, Kleber José Fonseca. *Os homens da Princesa do Sertão: modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1928)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SILVA, Aldo José Moraes. *Natureza sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo de construção da identidade social no interior da Bahia (1833-1937)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

SIMBOLOGIAS NEGRAS E IDENTIDADES CULTURAIS: breves reflexões

Mario Sélvio Ferreira de Brito ¹

Artigo recebido em: 11/12/2020.

Artigo aceito em: 08/06/2021.

RESUMO: O presente artigo trata sobre as simbologias negras como identidades culturais brasileiras com destaque para a feijoada, o samba e os estilos identitários representativos. Embasado em autores como Bastide (1971), Hall (1997), Hanchard (2001), Paranhos (2003), Diniz (2006), Albuquerque (2006), Aladrén (2012), Mbembe (2014), Neto (2017), entre outros, o objetivo do trabalho é refletir sobre esses temas e suas dispersões nos espaços, ultrapassando os muros da invisibilidade. Através de uma análise crítica, foi possível refletir que, por mais que quisessem “apagar” o negro e suas simbologias da história do Brasil, são suas raízes que representam a identidade cultural do povo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Raízes; Identidades; Cultura Afro-brasileira; Visibilidade.

BLACK SYMBOLOGIES AND CULTURAL IDENTITIES: brief reflections

ABSTRACT: This article deals with black symbologies as Brazilian cultural identities with emphasis on feijoada, samba and representative identity styles. Based on authors such as Bastide (1971), Hall (1997), Hanchard (2001), Paranhos (2003), Diniz (2006), Albuquerque (2006), Aladrén (2012), Mbembe (2014), Neto (2017), among others, the objective of work is to reflect on these themes and their dispersion in spaces beyond the walls of invisibility. Through a critical analysis, it was possible to reflect that, as much as they wanted to “erase” the Negro and his symbologies from the history of Brazil, it is his roots that represent the cultural identity of the Brazilian people.

KEYWORDS: Roots; Identities; Afro-Brazilian culture; Visibility.

¹ Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Especialista em Geo-História do RN pela Universidade do Rio Grande do Norte - UERN, Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Professor da Rede Municipal de Ensino do município de Santana do Matos-RN. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8293363388205899> - Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2095-7921>. E-mail: selio.ferreira@gmail.com

Introdução

A formação e a organização sociocultural dos negros africanos que vieram como escravos para o Brasil e seus descendentes, sempre foi objeto de discussões nos campos acadêmicos. Com o intuito de discutir o cotidiano, as lutas, os meios de sobrevivência, os comportamentos e suas identidades culturais, como também a inserção nos espaços elitistas dos brancos, há valorosas discussões desde sua chegada (escravos) até os dias atuais (Bastide, 1971; Hall, 1997; Hanchard, 2001; Paranhos, 2003; Diniz, 2006; Albuquerque, 2006; Aladrén, 2012; Mbembe, 2014; Neto, 2017).

A fixação no território brasileiro por europeus e escravos africanos é oriunda de relevantes discussões. De um lado, a busca pela permanência de uma cultura que cruzou o Atlântico pelos colonizadores portugueses com a tarefa de fixá-la de forma permanente. Do outro, os africanos que foram obrigados a deixarem para trás suas vidas (sociocultural) para viverem como mercadorias em um mundo desconhecido. Uma viagem sem mala e sem retorno, apenas com o corpo despido, fúria, angústia e tristeza.

Sob essa concepção, Bastide (1971) corrobora ao dizer que,

Portugal importou sua sociedade ao mesmo tempo em que sua civilização. A escravidão, pelo contrário, destrói a sociedade africana, e o negro não pode trazer consigo, nos costados dos navios negreiros, mais que seus valores culturais. O português deve se adaptar a um novo meio e as modificações que sofrerão sua organização social, assim como sua civilização serão, sobretudo, de ordem ecológica. O africano deverá se adaptar, pelo contrário, a uma sociedade bem diversa da sua que lhe é imposta pelo branco, e é sua civilização que ele deverá adaptar a fim de incorporá-la numa outra estrutura social. (BASTIDE, 1971, p. 55)

Sem escolhas, os africanos, quando chegaram ao Brasil, passaram a conviver com diversos grupos sociais: portugueses, crioulos, indígenas e africanos originários de diferentes regiões da África. Nesse “caldeirão” social chamado Brasil, tentou-se garantir a própria sobrevivência, estabelecendo relações com os companheiros de cor e origem, construindo espaços para a prática de solidariedade e recriando suas manifestações culturais e as visões de mundo (MATTOS, 2012).

Da recriação da cultura quanto à prática de sobrevivência alimentar, do lazer, da diversão e dos estilos pessoais, os africanos escravizados, mesmo sem querer, ao longo dos séculos, construíram as principais simbologias representativas do povo brasileiro. Ou seja, as raízes culturais alimentares como a feijoada, o ritmo musical do samba e seus estilos próprios, constituíram-se os símbolos culturais de identidades afro-brasileiros prestigiados em todos os espaços geográficos². Símbolos esses que, segundo Hall (1997), são representações pelos quais membros de uma cultura usam como linguagem para instruir significados, ideias, além de preservar e transmitir valores das manifestações culturais de um grupo e/ou um povo quanto ao processo identitário.

No entanto, construir uma identidade numa sociedade moldada pelo preconceito e negações não é uma tarefa fácil, já que, segundo Valle (1999), estas não se elaboram a partir de uma polarização estanque entre o eu e o outro. Elas são marcadas por tensões e negociações, colocando-as sempre como realidades construídas mediante as subjetividades das pessoas e do contexto social. Assim, é perceptível que a caminhada não foi fácil, pois, como relata Souza (1990, p.77), “ser negro no Brasil é tornar-se negro e para entender o ‘tornar-se negro’ num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico”. Isso, referindo-se aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos e à linguagem.

Para D’Adeskyd (2001), a identidade, para se constituir como realidade, pressupõe uma interação. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Segundo o autor, nenhuma identidade é construída no isolamento; ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade

² Esses espaços geográficos fazem referências aos estados do território brasileiro. Entretanto, o estudo está voltado para os espaços geográficos do Rio de Janeiro (áreas das classes nobres e áreas periféricas das classes menos favorecidas e/ou subúrbio como também são conhecidos), por serem lugares contribuintes para as reflexões propostas no estudo. (Nota do autor)

socialmente derivada são formadas em diálogos abertos e esses dependem de maneira vital das relações dialógicas com os outros.

Dessa forma, levando em consideração a ideia do “tornar-se negro” (SOUZA, 1990) e do ser “eu” (D’ADESKID, 2001), segundo Mbembe (2014), isso é fruto de um pensamento ocidentalizado que inventou um “direito das gentes”, dando origem a uma ideia de ser humano com direitos civis e políticos. O autor ainda acrescenta que esse pensamento permite desenvolver poderes privados e públicos como pessoa, como cidadãos que pertencem ao gênero humano e, enquanto tal, preocupado com tudo que é humano.

Infelizmente a atitude imposta pelo pensamento europeu causou muita dor, ódio e sofrimento por séculos aos negros africanos e seus descendentes no Brasil que foram forçados a “apagar” suas identidades culturais (raízes) para serem moldados por outras, constituindo-se como objeto de inferioridade numa luta constante no cenário brasileiro. Por fora, aparentemente, a ideia de inferioridade esteve presente, mas por dentro, as raízes identitárias permaneceram vivas através da dinamicidade ocorrida com suas manifestações culturais de diversas maneiras (crenças, culinárias, música, lazer, estilos, etc.).

Essas manifestações e identidades culturais, segundo Hall (2003) no contexto contemporâneo, conformam um universo de sentido de amplo espectro, polissêmico, de uso político-identitário igualmente diverso e procura-se versar sobre o fenômeno da identidade afro-brasileira, perspectivando-a como identidade étnica, acionada, situada, projetada, subjetivada e dada a ser compartilhada, resignificada e apropriada em situações sociais específicas.

Sem desistir de valorar sua identidade na história do Brasil, a cultura afro-brasileira veio se constituindo de diversas maneiras e, nesse caminhar, adentrou as mesas das famílias, levou melodias aos ouvidos de sua gente como também dos preconceituosos (brancos) e construiu algumas simbologias identitária do povo brasileiro.

Assim, esse estudo traz como objetivo, refletir sobre as simbologias negras oriundas da culinária (feijoada), da música (samba) e dos estilos identitários construídos ao longo dos séculos como identidades culturais próprias. É certo que muitas pesquisas já foram realizadas sobre as simbologias e identidades culturais afro-brasileiras, mas sempre há um espaço para novos olhares.

Por entender que a construção de uma identidade cultural não acontece de uma hora para outra e que não existe uma construção linear; para esse estudo, o recorte temporal está embasado por acontecimentos e situações originárias das simbologias (a feijoada, o samba e os estilos próprios) apresentadas desde o Período Colonial até o Período Republicano³. Quanto aos espaços para discussão, trata-se especificamente da cidade do Rio de Janeiro, observando as vivências e os acontecimentos: dos subúrbios (negros) ao centro urbano “reservado” para a elite (branca) carioca.

Como se trata de breves reflexões e por ser um procedimento exclusivamente teórico, o estudo foi desenvolvido sob as bases da Pesquisa Bibliográfica de cunho qualitativo. Esse método, de acordo com Fonseca (2002, p. 32), “é feito a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Destarte, foram fundamentais para esse estudo, autores como Bastide (1971), Hall (1997), Hanchard (2001), Paranhos (2003), Diniz (2006), Albuquerque (2006), Aladrén (2012), Mbembe (2014), Neto (2017). A partir desses, foi possível refletir um pouco sobre o negro escravo na construção territorial do Brasil e suas simbologias culturais (a feijoada, o samba e os estilos afro-brasileiros) como identidades culturais afro-brasileiras.

³ Apesar de tratar de um período longo, a ideia do estudo não é analisar século por século, mas sim, refletir sobre os acontecimentos das simbologias e identidades culturais negras que aconteceram nesse intervalo de tempo. (Nota do autor)

O trabalho escravo e a construção territorial: uma análise geral

Falar sobre a ideação do território brasileiro e não falar em quem representa a parcela considerável para essa empreitada, já pode-se considerar como o primeiro crime de identidade social. Os negros que vieram forçados de suas terras maternas para serem explorados como mão de obra nas terras do Brasil, são os principais meritórios da produção de um ciclo econômico (plantação da cana-de-açúcar e a produção do açúcar, extração de ouro e diamante, plantação de café, etc.) e que deu de “calçar e vestir” a muitos colonizadores que por aqui se estabeleceram.

Para Albuquerque (2006),

A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se quem mandava e quem devia obedecer. Os cativos representavam o grupo mais oprimido da sociedade, pois eram impossibilitados legalmente de firmar contratos, dispor de suas vidas e possuir bens (ALBUQUERQUE, 2006, p. 68).

Por centenas de anos, fomos acostumados a lidar com nomes europeus responsáveis por empreitarem volumosos investimentos nas bases econômicas agrárias, construindo simbologias de poder através de construções imobiliárias (casas-grandes, prédios comerciais, casarões, etc.), grandes extensões de terras destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, engenhos produtores de açúcar e seus numerosos agrupamentos de corpos (nesses espaços) do trabalho escravo. Entretanto, todas essas características que definiam uma simbologia de poder no período colonial, só foram possíveis através do submundo exploratório da força, do suor, das tristezas, dos castigos e da morte de centenas de milhares de africanos.

Com o crescimento do tráfico de africanos, os escravos se tornaram sinônimo de negros. Embora nem todos os negros fossem escravos, a maioria o era. A cor da pele era um elemento fundamental para identificar a condição de escravo e também para estigmatizar a marca da inferioridade (ALADRÉN, 2012).

Os colonizadores europeus foram “sugadores” que se apoiavam entre favores políticos e transações comerciais (escravos e açúcar) para permanecerem

com a imagem figurativa de ostentação e poder num território em construção. Nunca souberam o valor de um suor derramado em baixo de um sol escaldante e jornada desumana de trabalho diário. Assim, como podemos dizer que os europeus são os únicos personagens que construíram o território econômico do Brasil?

Uma construção econômica precisa de bases sustentáveis e mediações. As mediações do capital ficaram a cargo dos proprietários de terras e agentes comerciais; mas a história, contada por séculos, deixou de registrar com veemência a força do trabalho escravo como simbologia de poder, como também, no percurso da construção econômica do primeiro esboço do Brasil.

Tudo isso persistiu no decorrer dos séculos subsequentes que, segundo Aladrén (2012), quantidades maiores de africanos foram importadas durante o século XVIII, passando a ser utilizada em uma diversidade de atividades que incluía os antigos engenhos de açúcar, as minas de ouro e diamante, a pecuária e a produção de alimentos.

Além da mão de obra negra destinada à economia do campo, elas também estiveram presentes nos centros urbanos. De acordo com Albuquerque (2006),

Nas cidades, eram eles que se encarregavam do transporte de objetos e pessoas e constituíam a mão de obra mais numerosa empregada na construção de casas, pontes, fábricas, estradas e diversos serviços urbanos. Eram também os responsáveis pela distribuição de alimentos, como vendedores ambulantes e quitandeiros que povoaram as ruas das grandes e pequenas cidades brasileiras (ALBUQUERQUE, 2006, p.65).

O trabalho escravo (tanto no campo como nos centros urbanos) ultrapassou o espaço do submundo concebido pelas ideias eurocêntricas de animais ferozes e sem alma para, no seu pouco tempo de vida diário com familiares e/ou em grupos, criar sua subsistência alimentar e espiritual que, ao longo dos séculos, tornar-se-iam as simbologias culturais representativas do povo brasileiro e adentrando o território de outros mundos (países). Estamos falando de identidades como: a culinária, a música e os seus estilos de identificação pessoal.

Essas identidades nasceram sem intenção de atingir algo, mas sim, nas raízes da subsistência, variando entre a labuta diária e os seus momentos de descanso. Surgiram nos espaços forjados pelas elites que tinham, como propósito, torná-las invisíveis, muito bem descrito nos distanciamentos impostos entre os centros sociais urbanos e os “lugares” não sociais das senzalas e subúrbios. Lugares que, para os poderosos, durante muito tempo, foram apenas um local vazio, sem saber, sem conhecimentos e longe de uma identidade cultural. E isso foi assim, desde as senzalas até a formação dos casebres e barracos nos subúrbios.

Simbologias negras: a feijoada, o samba e os estilos pessoais

É comum encontrarmos, nas culturas de outros países, raízes autóctones que identificam seus povos, seus lugares e suas identidades advindas de suas árvores genealógicas que transpassaram longas gerações. Muitas vezes, identificamos ou percebemos como coisas simples, mas que, na verdade, é uma simbologia representativa de um povo, de um lugar, de uma vida.

O Brasil também tem suas simbologias culturais que representam o povo brasileiro. Entre várias, destacaremos a feijoada, o samba e os estilos pessoais, que levam o nome do nosso país para vários lugares do mundo. No entanto, é cabível refletir sobre a origem dessas simbologias. Um país moldado na imagem de um homem branco que traz na bagagem o status de prestígio, poder e querer, que ao longo de séculos, escondeu os pés e as mãos do povo que mais trabalhou para construir o “Primeiro Brasil” (Período Colonial), que é reconhecido nos territórios internacionais pela cultura do desrespeito da cor, do sofrimento, da dor, do cansaço, da subsistência e da resistência.

É assim que se pode definir a feijoada, o samba, os estilos pessoais, entre tantas outras manifestações culturais edificadas à base de muita humilhação. Quantas lutas foram travadas para que essas raízes pudessem ser fincadas em terras brasileiras? Quantos gritos e difamações inflamaram as audições dos seres escravos, libertos e submissos? Anos foram usados para, tão somente, menosprezar uma raça,

milhões de seres humanos, milhões de vidas, que deixaram de alicerçar uma identidade cultural que fosse advinda dos moldes do europeu civilizado.

O Brasil é mostrado ao mundo por simbologias culturais de raízes negras. É certo que vários pratos representam seus estados, suas regiões, mas é a feijoada que representa a bandeira culinária brasileira no mundo lá fora. Assim como ocorre com o samba representando seu ritmo musical e os estilos representativos que trazem identidade, cor e vida para todos aqueles que resistiram e resistem no sentido de manterem vivas suas origens e histórias de lutas.

A culinária afro-brasileira: um olhar para o feijão preto

Desde o início de sua ocupação pelos colonizadores europeus, o Brasil adotou o distanciamento racial com o intuito de preservar uma cópia europeia das tradições e costumes. Aos poucos, os sabores foram ganhando pitadas das culturas negras e indígenas, diversificando os pratos em companhias dos resquícios vindos de Portugal. Mesmo sem querer mostrar a realidade existente da época, a culinária afro-brasileira, desde muito cedo, esteve presente na vida e nos espaços sociais dos homens de cor, mas que quiseram sempre encobrir para não se tornarem submissos a uma cultura considerada inferior, tornando-a invisível.

É de conhecimento de todos que a formação dos lugares conhecidos advém de uma verdadeira diáspora dos grupos humanos. Esses deslocamentos ao longo dos tempos levaram consigo seus conhecimentos e suas manifestações culturais que, ao passar dos séculos, foram se apropriando e se adaptando ao que o ambiente lhe proporcionava.

Entre as adaptações estava a cultura alimentar, como relata Souza (2017) ao comentar que:

A dispersão das culturas culinárias, de técnicas, alimentos e receitas, que passam a fazer parte de outro contexto cultural mantendo a cultura alimentar de origem, com a dificuldade de acesso aos alimentos e do próprio contexto, é para muitos uma questão de extremo valor, pois diz respeito à manutenção da existência espiritual e política do grupo (SOUZA, 2017, p. 31).

Assim aconteceu com africanos que vieram escravizados para o Brasil. Adaptaram suas bases alimentares para dinamizar sua subsistência diária. Essas adaptações de valores culturais são resultados das únicas coisas que puderam trazer consigo nos fedidos e monstruosos navios negreiros (BASTIDE, 1971).

Dessa subsistência alimentar vai originar-se um dos pratos mais conhecido nos dias atuais que é a feijoada. Prato construído, segundo a historiografia, da mistura no feijão preto, de pertences de porco correspondentes às partes menos nobres que não tinham tanta importância na mesa dos patrões.

Para Souza (2017), o significado dessa mistura vai muito além das panelas e seus ingredientes; é a lógica da mistura racial e acrescenta:

A feijoada é o arcabouço simbólico que extrapolou a mistura para firmar-se como “afro-brasileira”. A comida que seria então considerada de menor qualidade torna-se iguaria étnica, junto à emolduração do típico nacional. Mas, ainda, vem sendo constituída como elemento utilizado na batalha étnica, para afirmar ideias, confirmar lugares e dar visibilidade a inúmeros sentidos do ser étnico nacional por não se circunscrever a um grupo identitário específico ou região (SOUZA, 2017, p. 34).

Apesar da discordância de autores como Rodrigo Elias que, no seu trabalho *Sabores do Brasil*, disserta sobre a origem da feijoada e discorda que ela tenha origem nas senzalas, explicando que há distância entre a feijoada e o feijão, descrevendo que a primeira é preparada com o cortejo das carnes, legumes, hortaliças. Acrescenta que essa combinação só ocorreu no século XIX, e bem longe das senzalas. Assim, não se trata aqui de discutir o contínuo, mas sim, refletir sobre a origem dos primeiros ingredientes que, realmente, veio das misturas decorrentes nos momentos alimentares dos escravos africanos em terras brasileiras.

É importante observar nessa reflexão que as classes ricas conseguiram colocar mais ingredientes na mistura com o feijão preto, até mesmo por ter condições para isso. Ao mesmo tempo, perceberam que seria um alimento que atenderia às necessidades diárias de quem precisaria está satisfeito com uma refeição. Entretanto, é cabível observar que, praticamente, essa mistura em suas origens, esteve presente inicialmente nas panelas dos negros escravos.

Ao mesmo tempo, quando passamos a refletir no contexto social da época, percebemos apenas um aprimoramento de um prato culinário absorvido pelo paladar de todos querendo distanciar suas origens. São ações como essas que vêm, ao longo do tempo, denegrindo os valores culturais afro-brasileiros. Apesar dessa distância entre o feijão preto dos negros escravos e a feijoada incrementada por outros, como alguns autores defendem, não vai tirar o mérito de suas origens e está nas suas raízes identitárias como de origem negra.

A feijoada hoje se tornou um dos pratos principais em diversos eventos como em reunião de família, acompanhamento de churrascos dos finais de semana, prato permanente em diversos restaurantes espalhados pelo país, entre outros tantos que requer a presença de muitos e/ou poucos convidados. Esses encontros, muitas vezes, seguidos do ritmo musical do samba.

A música Afro-brasileira (o samba)

Som de preto, de ruídos, de badernas, de folias, de batuques, de vozerias ou de tocadás de pretos (VIANA, 2012) são alguns dos adjetivos atribuídos aos momentos de lazer e descontração construídos pelos afro-brasileiros ao longo de suas histórias no território brasileiro. Aos poucos, o som foi ganhando um ritmo identitário dos negros e originou o samba que conhecemos hoje.

Segundo Paranhos (2003),

Na galeria de ícones nacionais, a invenção social do Brasil como terra do samba representa uma imagem que perdura até os dias de hoje, atravessando os tempos apesar de todos os contratempos no terreno da música popular brasileira. Denominador comum da propalada identidade cultural brasileira no segmento da música, o samba urbano teve que enfrentar um longo e acidentado percurso até deixar de ser um artefato cultural marginal e receber as honras da sua consagração como símbolo nacional (PARANHOS, 2003, p.81).

Desde a era colonial, quando os ritmos e danças dos escravos começaram a ser rotulados pelos brancos sob a designação genérica de batuques, as tais umbigadas – recorrentes nas danças dos povos bantos de Angola – vinham chamando a atenção de portugueses e viajantes estrangeiros no Brasil (NETO,

2017). Atenção essa, mais para descrever pontos negativos do que positivos, já que se tratava de uma classe desfavorecida no cenário brasileiro.

O samba faz parte hoje de uma identidade brasileira, trazendo, nas suas raízes, o preconceito de uma sociedade moldada pela discriminação que perdura até os dias atuais. Mas, o importante aqui é observarmos que o samba é uma das mais importantes simbologias musicais que apresenta o Brasil pelo mundo além dos muros nacionais. É um “ímã” atraindo todas as classes sociais para participar da roda de samba que, através da música, mostrou sua resistência e confronto na quebra dos paradigmas da cultura musical trazida pelos europeus.

Foi o momento da aculturação entre os eventos dos subúrbios e os eventos dos espaços elitistas. De acordo com Neto (2017),

Sob o olhar nauseado das elites, as festividades originárias de tradição branca e portuguesa experimentaram uma gradual apropriação pela comunidade negra. [...] Nesse cenário, emergiam novas sonoridades, coreografias, ritos, saberes, crenças, formas de lazer. Instrumentos trazidos da Europa como o violão, violas, bandolins, flautas e sanfonas passaram a dialogar com atabaques, xequerês, ganzás e marimbas (NETO, 2017, p.23).

Historicamente, não é difícil entender porque esse ritmo se tornou tão atrativo para o povo brasileiro. Se pensarmos na organização dos eventos, os bailes eram os meios de diversão restritos, apenas, à classe dos economicamente poderosos. Exclusivo para os bens vestidos com, dependendo dos espaços, números reduzidos de convidados para abrilhantar seus salões que serviam muitas vezes de encontro de negócios, do que diversão. Ao contrário do que acontecia nos salões ornamentados, as rodas de samba era um lugar de todos. Reservados exclusivamente para a diversão, os encontros eram regidos de muita dança, bebedeiras e cantos que se entoavam por longas horas. Como testemunhou o escritor Raul Pompeia num desses eventos, descrevendo-o que a “alegria colossal da plebe vence as horas”.

Era o momento de se sentir bem diante de um muro posto entre os salões iluminados e os casebres da periferia. Ou melhor, era a construção de uma

identidade que ultrapassaria os muros do preconceito para se tornar símbolo de um país.

Não se prendendo à linha histórica do tempo, mas mostrando a popularidade dos ritmos afro-brasileiros, de acordo com Diniz (2006),

A Festa da Penha era a principal festa popular carioca fora do carnaval. Originada no século XVIII para comemorar o dia de Nossa Senhora, aos poucos foi deixando de ser uma festa branca católica para ir assumindo uma feição mais afro-brasileira. Nos fins de semana de outubro, na Penha, as tias baianas vendiam os mais variados produtos. A festa em que conviviam tambores brutos do Zé Pereira, os choros, o maxixe e o samba, transformou-se no principal palco de encontro das classes sociais do Rio de Janeiro (DINIZ, 2006, p.29).

Tudo isso mostra a passagem do espaço geográfico dos subúrbios do Rio de Janeiro e passa a interagir para depois integrar, formalmente, os espaços, antes dominados pela elite branca. Essa inserção nos espaços elitistas vai se consolidar definitivamente quando o samba assume a trilha sonora principal do carnaval. Sem dúvida alguma, o carnaval é o momento de esplendor do samba. Sua organização mobiliza milhões de pessoas pelo Brasil, e ele acabou por tornar-se o maior símbolo cultural brasileiro no exterior (DINIZ, 2006).

Assim, a integração do samba ao carnaval trouxe regozijo e gingado, além de “quebrar”, literalmente, a cor e padronização dos estilos costumeiros do carnaval da época. Essa quebra da cor está relacionada à inserção definitiva para configurar as bases de um novo carnaval. Uma nova voz, uma nova cor, uma nova mulher, um novo enredo e variados estilos.

O estilo afro-brasileiro: apenas sendo eu

Muitas pessoas e/ou grupos criam seus estilos e disseminam na sociedade que, muitas vezes, grudam no gosto de faixas etárias diferentes. São estilos de roupas, cortes de cabelos, partindo muitas vezes de alguém que está sempre presente nas mídias como atores e jogadores de futebol. Não que seja exclusividade apenas desses grupos, mas que se alastram rapidamente nos meios sociais.

Costumamos classificar essa “onda” de moda que, para Harger (2016),

Pode expressar o modo de se vestir, a personalidade, os interesses e outras características que demonstram o tempo histórico em que os seres humanos se encontram inseridos, demonstrando comportamentos e permeando processos comunicativos e culturais. Assim, a moda funciona como um mediador de papéis dentro da sociedade (HARGER, 2016, p.98).

Entretanto, essas modas, muitas vezes, têm curtas durações que acabam se tornando esquecidas ou substituídas à medida que vão surgindo novos personagens. Nesse caso, devemos nos atentar que essas “ondas modistas” nem sempre trazem uma simbologia histórica de identidades, mas sim, momentos temporais que surgem para satisfazer um indivíduo, um grupo ou uma classe.

Ao contrário dessas modas passageiras, os estilos cultivados até hoje pelos afrodescendentes trazem a identidade de um povo que lutou e que luta por respeito as suas origens. Essa luta está nas roupas, que seja os longos vestidos brancos muito presentes nas baianas ou outros estilos, nos adornos que enfeitam os pulsos, orelhas e cabelos, como também nos estilos de penteados; todos são capazes de identificar as origens daqueles que cultivam suas identidades.

Logicamente, existem simbologias negras que têm uma representatividade que ultrapassa os espaços territoriais internacionais como o carnaval. Mas, em outros casos, é possível se conhecer, a partir do contexto interno, a origem desses estilos em todas as regiões do nosso país.

As comunidades quilombolas são responsáveis por guardar parte das tradições e valores culturais de origem africana. Nesse caso, estamos falando de um grupo organizado numa área demarcada que, ao sair do seu “mundo”, percebe a ignorância de parte da sociedade que não aprendeu conceitos essenciais de respeito, de identidade, de ética e de cidadania. Além das comunidades, existem os próprios descendentes que lutam no meio social, mostrando sua cara, sua cor e disseminando orgulho através do vestir, do pentear, do cantar, entre tantas outras maneiras de dizer que se orgulha de ser quem realmente é.

De acordo com Harger (2016),

Com a valorização das matrizes africanas, há o resgate de costumes e crenças dos antepassados. Porém, é fato que não se pode afirmar que toda população negra se identifique com suas raízes através da moda afro-brasileira, pois cada um possui uma maneira de afirmar a identidade cultural por meio da roupa, e as escolhas do vestir são individuais, mas é possível que haja um fortalecimento dessa cultura, permitindo que quem faz o uso dessa moda identifique valores comuns (HARGER, 2016, p. 97).

Os afrodescendentes que valorizam suas raízes são os principais divulgadores dos estilos pessoais nos seus lugares. No entanto, a tomada de decisão em ser um precípuo propagador de suas origens, nem sempre consegue atingir seu esforço de forma imediata. A sociedade ainda se esquivava em entender as identidades e valores afrodescendentes e faz seus julgamentos a partir do que lhe foi ensinado.

Ensinos de poucas discussões e sem reflexões sistemáticas que mostram o quanto se precisa enxergar com outros olhos o que são raízes, cultura, identidade, valores e simbologias de um povo, de uma raça e de um país. E não apenas dizer que a cultura afro-brasileira advém de categorias inferiores, sem conseguir explicar o que acham que sabem.

Considerações finais

A cultura afro-brasileira foi construída no território brasileiro à custa de muita luta, dor e desrespeito numa trajetória de tempo que a tornou invisível à maior parte do tempo. Aos poucos, esse cenário vem sendo moldado por uma identidade negra na culinária brasileira, criando o que poderíamos chamar de afropaladar com receitas além da feijoada, como também de diversas outras receitas e temperos.

Muito além de enxergarmos a identidade culinária como um prato típico, certas cozinhas regionais são fomentadas pela história e oferecem, junto aos seus ingredientes, inúmeros significados. Portanto, nos alimentamos de sentidos e sentimentos; de desejos e intenções; de histórias, de memórias e lembranças, que servem para recordar, ensinar, afirmar e intensificar saberes e práticas de grupos além de seus lugares sociais (SOUZA, 2017).

O samba saindo do subúrbio carioca e adentrando os salões e espaços públicos, até antes animados por outros ritmos musicais, passa a se multiplicar, não só nos eventos festivos, como também para satisfazer o público nobre em seus eventos particulares. Os próprios estilos pessoais (pulseiras, fitas, amuletos, lenços, penteados, etc.) que personalizavam as origens negras, passam a enfeitar os corpos e a abrenhar lugares diversos de uma leva de descendentes da classe dominadora.

Por mais que a impregnação do racismo, do preconceito, de uma formação social incompleta na sociedade brasileira ainda persista nos tempos atuais, devemos refletir e entender que os colonizadores e seus descendentes construíram um império, mas não construíram uma identidade própria. A prova disso está nas principais simbologias que representam a identidade do povo brasileiro no cenário, tanto nacional quanto estrangeiro, que é o samba e sua união às festividades carnavalescas, à culinária com a feijoada (apesar das discussões), à capoeira que representa dança e arte marcial e ao próprio estilo que identifica suas origens em qualquer lugar que estejam.

REFERÊNCIAS

ALADRÉN, Gabriel. **O tráfico de escravos e a escravidão na América portuguesa**. In: DANTAS et al. (Orgs.) **O negro no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Ocidentais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. 1º volume. São Paulo: Livraria Pioneira Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

D'ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil; pluralismo étnico e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DINIZ, André. **Almanaque do samba: a história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

HALL, Stuart. **The Work of Representation**. In: **Representation, Cultural Representations and Signifying Practices**. Londres/Nova Deli: Thousands Oaks/Sage, 1997.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

HARGER, Patrícia Helena Campestrini. **O segmento de moda afro-brasileira: conceitos, estruturas e narrativas**. *ModaPalavra E*-periódico. Ano 9, n.18, jul./dez. 2016, p.96-120.

MATTOS, Regina Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução Marta Lança. 1. ed. Lisboa (Portugal): Editora Antígona, 2014.

NETO, Lira. **História do samba: as origens**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

OLIVEIRA, Eduardo David. **Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Ibeca, 2003.

PARANHOS, Adalberto. **A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e a sua afirmação social**. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 07 de dezembro de 2020.

SOUZA, Mônica Dias de. **Feijoada quilombola: chancela de identidade. Contexto da Alimentação** – Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade. V.5, n.2, julho de 2017, São Paulo: Centro Universitário – Senac.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. **Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará**. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.) *A Viagem da Volta*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p. 279-337.

VIANA, Larissa. **Festas e irmandades negras no Brasil**. In: DANTAS et al. (Orgs.) *O negro no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

“BRIOSOS FILHOS DO NORTE!”:

A representação dos escravizados e dos abolicionistas no periódico *Boletim da Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense* (1888)

Krishna Luchetti ¹

Artigo recebido em: 21/01/2021

Artigo aceito em: 30/03/2021

RESUMO: Esse artigo tem como fonte o primeiro volume do *Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense* (1888) problematizando a forma como os escravizados eram representados por esse periódico abolicionista, assim como para destacar a autorrepresentação de seus membros, enquanto homens virtuosos. Dessa forma, será estudado o espaço do Rio Grande do Norte, por meio do periódico, da historiografia e das ações da elite enquanto escritores e disseminadores de um ideal civilizatório. Para tanto, serão mobilizados Achille Mbembe e Sidney Chalhoub, para pensar o lugar do negro enquanto escravizado. Assim como, Patrícia Hansen e Marion Segaud quanto à disseminação do periódico, em cotejo com Silvaney Santos. Na metodologia serão mobilizadas Tania R. de Luca e Márcia M. D’Alessio.

PALAVRAS-CHAVE: Escravizados; Século XIX ; Representação; Periódico; Elite.

“BRIOUS SUNS OF NORTH”:

The representation of the slave and the abolitionists in the periodic newsletter of the *North Rio-Grandense Libertating Society* (1888)

ABSTRACT: This article is based on the first volume of the *Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense* (1888), problematizing a way in which the enslaved were represented by this abolitionist periodical, as well as to highlight the self-representation of its members, as virtuous men. Thus, it will be studied in the space of Rio Grande do Norte, through the periodical, the historiography and the actions of the elite as writers and disseminators of an ideal civilization. To that end, Achille Mbembe and Sidney Chalhoub will be mobilized to think about the place of blacks as slaves. As well as Patrícia Hansen and Marion Segaud regarding the dissemination of the periodical, in comparison with Silvaney Santos. Regarding the methodology mobilized Tania R. de Luca and Márcia M. D’Alessio.

KEYWORDS: Enslaved; XIX century; Representation; Periodical; Elite.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História e Espaços, graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5013716777032159>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2821-1742>; E-mail: krisluchetti8@hotmail.com; Orientador: Magno Francisco de Jesus Santos; Participa do Grupo de Pesquisa Teoria da História, Historiografia e História dos Espaços.

Introdução

O poder de alforriar concedido aos senhores de escravos potiguares lhes garantiam domínio sobre a vida de seus escravizados, assim os corpos e almas desses homens e mulheres estavam à mercê daqueles que os consideravam uma mera propriedade. Essa alforria, concedida como um presente, uma benesse, dada pelo senhor ao seu escravo, tornava os primeiros homens de grande virtude, exemplos a serem seguidos naquela sociedade.

Todavia, mesmo nos periódicos com a narrativa dedicada a alforria dessas pessoas escravizadas, o “[...] negro não existe enquanto tal. Ele é constantemente produzido.” (MBEMBE, 2018, p.42). Ou seja, nesse espaço do periódico ele é representado por seus próprios senhores e ex-senhores enquanto um dado sem rosto, não possui um lugar de fala próprio. Seus algozes além de deter o controle de seu corpo, também cerceiam suas palavras.

É tendo isso em mente que nesse artigo pretende-se mobilizar enquanto fonte o primeiro volume do *Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense*. Visto que o mesmo, traz justamente a ação desses senhores potiguares, homens brancos de posses, acerca de suas boas ações enquanto abolicionistas, exaltando a si mesmo e seus pares por meio do periódico. Assim como, invisibilizando os homens e mulheres pretas alforriadas no processo, que no máximo aparecem como dados.

O *Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense* foi publicado no dia 8 de janeiro de 1888, por meio da *Tipografia do Correio do Natal*. Dessa forma, nosso recorte temporal será o ano da publicação do primeiro volume aqui analisado, 1888. Enquanto o recorte espacial se refere ao estado do Rio Grande do Norte, visto que as ações referidas no *Boletim* ocorreram nesse território, tanto a capital do estado, Natal, como localidades do interior, como Estivas, Angicos, Macaíba e outros locais são diretamente mencionadas no periódico.

Segundo nosso documento, seus fundadores são os mesmos que fundaram a *Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense*, são eles: Dr. Pedro Velho (presidente da

associação), o Dr. Oliveira Santos (1º secretário), Major Antônio Pinheiro Camara (2º secretário) e o Capitão Urbano Barata (tesoureiro), vê-se então tanto membros da elite política, quanto militar na organização em questão. Como um todo, da época do primeiro volume, a sociedade possuía 54 sócios espalhados por todo o estado do Rio Grande do Norte.

E bem, tendo em vista que nosso objetivo aqui é problematizar a forma como as pessoas escravizadas eram representadas por esse tipo de periódico abolicionista. Como também para destacar a questão do prestígio dos honrosos abolicionistas potiguares ao se identificarem enquanto portadores dessas ações exemplares nesse espaço midiático. Iremos mobilizar enquanto fonte apenas o primeiro volume do *Boletim*, pois este por si só já é uma fonte muito profícua para responder às questões norteadoras deste trabalho.

Sendo assim, neste trabalho iremos analisar como os membros da *Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense*, criaram uma ode a si e aos seus pares enquanto homens honrados por meio dos artigos do primeiro volume do *Boletim*. Também frisando o apagamento dos negros alforriados em questão, que não tem voz em tal periódico, e aparecem muitas vezes apenas como seres passivos ou dados para exaltar as benesses perpetuadas por esses “briosos filhos do norte”.

Dessa forma, neste artigo, primeiramente serão analisadas as formas como os membros da *Sociedade Libertadora* explanavam suas honrarias e virtudes por meio do periódico, enquanto silenciavam os negros. Afinal, “várias tarefas desempenhadas por esses intelectuais subordinavam-se, não raro, às demandas políticas das facções oligárquicas proprietárias dos jornais e que igualmente detinham as chaves que controlavam o acesso ao cenário da política.” (PINSKY, 2014, p.124). Ou seja, ao tentar moldar a si como baluartes da civilização potiguar, esses homens elite, por meio do periódico, reafirmavam seu poder político e ideológico.

E de como esse tipo de ideia foi perpetuada pela historiografia potiguar no início do século XX, nas chamadas obras clássicas de História do Rio Grande do Norte. Para tanto serão mobilizadas a obra *História do Rio Grande do Norte*, de Tavares de Lyra. Assim como, *História do Estado do Rio Grande do Norte*, de Rocha Pombo, em cotejo com *História do Rio Grande do Norte* de Câmara Cascudo.

Já em um segundo momento, será feito um estudo comparativo das ações dos abolicionistas da corte e os nossos abolicionistas potiguares, ressaltando as características em comum desses dois grupos. No terceiro e último ponto, vai ser analisada a criação desse ideal de homem abolicionista, como aquele que concede a liberdade ao outro, assim como reforçada a situação de silenciamento do negro. Para pôr fim, concluímos este trabalho.

No que concerne a bibliografia acerca dos processos de alforria dos escravizados, será feito amplo uso do trabalho de Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade*. Assim como consultas às obras clássicas já mencionadas do estado do Rio Grande do Norte, e o livro *Na Senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava*, de Robert Slenes.

E no que concerne ao contexto potiguar e a relação com nosso documento, irei usar a monografia de Silvanei Silva dos Santos, *Sociedade Libertadora Norte-riograndense e o fim da escravidão no Rio Grande do Norte*. Já no que concerne a esse espaço midiático disposto pelo *Boletim* e sua disseminação enquanto periódico serão articulados os conceitos de Patrícia Hansen, *Brasil um país novo*, e Marion Segaud, *Designar o espaço*.

No que diz respeito a metodologia referente ao uso de periódicos como documento histórico, serão trabalhados o capítulo de Tania Regina de Luca, na obra *Fontes Históricas* organizada por Carla Pinsky, assim como outro capítulo da mesma autora na obra *O historiador e seu tempo*. Desse último livro, também será mobilizado um capítulo de Márcia Mansor D'Alessio.

Denominações e honrarias para uns, apagamento e silêncio para outros

Ao batizar este artigo de “briosos filhos do norte” se faz uso, justamente, da própria denominação que estes homens da *Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense* se autointitulavam, considerando-se homens honrados, corajosos e dignos, verdadeiros doadores de benesses. O protagonismo de nossos virtuosos abolicionistas pode ser claramente identificado logo nas primeiras páginas do primeiro volume do *Boletim*, como é visto na citação a seguir

Povo Rio-Grandense - briosos filhos do norte! Não vêdes como da consciencia de cada cidadão se ergue uma chamma ardente e fulgida, que se vai reunir na alma collectiva do povo soberano, formando um vasto e grandioso incendio de patriostimo? Não vêdes como se desmorona, esphacelado e podre, o colosso do escravismo, que a consciencia publica não pode mais encarar sem pejo e sem horror? Não vêdes como o paiz inteiro se pronuncia pela morte de uma instituição, que cava entre a nossa querida patria e o resto do mundo culto um valle profundissimo de trevas e de lagrimas, que só as flores viventes da liberdade poderão encher e occultar aos olhos do futuro? Não vêdes como esperamos tremulos e envergonhados os severos juizos da historia, quando ella ensinar aos povos do porvir que nesta terra a escravidão fez penetrar tão fundo as suas envenenadas raizes, que cem annos depois da revolução franceza ainda os homens se dividião em escravos e senhores? (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.4)

Nesse trecho é possível ter uma amostra considerável das diversas denominações e honrarias a que se atribuem os “briosos filhos do norte”! Assim como são exaltadas algumas das mais importantes virtudes deles, como sua consciência cidadã, patriotismo, liberdade e afins.

Entretanto, enquanto exaltavam as suas qualidades enquanto homens civilizados e virtuosos, nossos abolicionistas norte-rio-grandenses, ao se referir aos escravos alforriados neste processo, os descreviam basicamente como seres passivos. Homens e mulheres escravizados foram vistos como sem iniciativa alguma, praticamente sem participação nenhuma no processo, além, é claro, do ato de receberem suas liberdades das mãos de seus ex-proprietários.

Assim, vê-se que se leva em conta tão-somente a ação do senhor, que de forma honorável lhes fornece sua liberdade, por pura bondade. Ou como colocado pelo periódico diversas vezes por humanidade, consciência pública e patriotismo. É notável o quanto o periódico funciona com um forte

caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. (PINSKY, 2014, p.133)

Sendo assim, a partir dos pontos elencados, é possível questionar o significado destas boas ações expostas pelo periódico analisado, e refletir acerca do silenciamento dos sujeitos históricos recém-libertos presentes neste documento. No *Boletim* vemos diversas odes ao nobre espírito desses “briosos filhos do norte”, assim como sua inocência diante da escravização do outro, como na passagem que se segue

A ideia do dever e as imposições cathegoricas da moral civilizada não podem achar-vos surdos a um applo, em que se pedem duas libertações: - a dos captivos, que soffrem sem crime o maior do males, e a dos senhores que praticão inconscientemente a maior das injustiças! (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.4)

Outro aparato para esse tipo de mentalidade, ou seja, do apagamento dos sujeitos escravizados e exaltação dos virtuosos abolicionistas, foi a clássica historiografia norte-rio-grandense, sobretudo no que diz respeito aos três grandes precursores da mesma, Tavares de Lira, Rocha Pombo e Câmara Cascudo.

Os três autores em suas respectivas obras não se aprofundaram na questão da escravidão no Rio Grande do Norte. Cascudo chegou ao ponto de minimizá-la tanto, que pode levar o seu leitor a pensar que tal instituição praticamente era inexistente no estado, com apenas raras exceções.

No caso dos outros dois autores, há alguma menção a escravidão, porém ambos não chegam a se debruçar ou discutir sobre o assunto propriamente dito, no máximo são realizadas algumas citações ao tema. À título de exemplo, tem-se, na

obra de Rocha Pombo, referência aos escravos quando pretende discorrer acerca da vida cotidiana local e da própria província do Rio Grande. Ao colocar que na família patriarcal,

A sua autoridade no lar [aqui refere-se a figura paterna] quase que se podia dizer absoluta e suprema. A ordem interna da casa, no entanto, ficava inteiramente entregue à esposa. Esta dirigia os serviços da casa, e tinha sob suas ordens tanto os filhos como os escravos e agregados. (POMBO, 1922, p.212).

Além disso, Pombo traz informações acerca dos escravizados, muito brevemente por meio de dados estatísticos, quando aponta que “Segundo a defectiva estatística baseada em informações dos parochos, a população da província orçava por 80.530 almas, inclusive 10.189 escravos (...)” (POMBO, 1922, p.338).

Esse mesmo autor só volta a tratar da escravidão no estado com o advento das leis de libertação, alegando que “Basta ver que a lei áurea encontrou apenas no Rio Grande do Norte uns 300 e poucos escravos [...]” (POMBO, 1922, p.397). Ou seja, reforçando a ideia de que era uma pequena população de escravizados que habitava o Rio Grande.

Esse silêncio acerca da escravidão nas obras clássicas do estado pode ser significativo, uma vez que reforça a ideia de que eram poucos os escravos na província, assim como sua presença não se fazia significante para a população em geral. É também de suma importância levar em consideração o contexto daqueles que escreveram essas obras, assim como os que escreveram o *Boletim*, se tratava de homens brancos, pertencentes a grupos da elite política e econômica.

No entanto, apesar de anos de apagamento, atualmente sabe-se que houve um número considerável de escravos no Rio Grande do Norte. Essas mudanças historiográficas ocorreram graças às novas pesquisas que vêm sendo realizadas nos últimos anos, tendo como principais fontes, processos criminais, censos, registros de freguesias e afins. São numerosos os trabalhos realizados acerca de tal temática,

desde clássicos como os de Muyrakitan, até trabalhos mais recentes produzidos pelo Programa de Pós-graduação em História da UFRN, disponíveis no repositório de teses e dissertações da própria instituição.

Tendo isso em mente, e levando em conta o documento analisado, é possível perceber alguns pontos principais, dentre eles a noção de que havia escravos no Rio Grande do Norte, e que muitos deles foram alforriados ao final do século XIX, em períodos bem aproximados da Lei Áurea. Acrescente-se a isso o fato de que essas populações foram praticamente excluídas da memória intelectual potiguar, sendo só recentemente redescobertas por pesquisas acadêmicas.

Tendo em vista essa questão do silenciamento nos clássicos da historiografia potiguar, e das mudanças que nos últimos trinta anos vem se perpetuando nesse campo, para extinguir o silenciamento em torno dos povos escravizados, esse artigo busca enriquecer ainda mais essa discussão. Para tanto, iremos usar como fonte primária o primeiro volume do *Boletim da Libertadora Norte-Rio-Grandense*, que consistia em uma publicação quinzenal proveniente da *Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense* e na qual eram relatadas as ações do grupo para libertação dos escravos da terra. Grupo este composto por homens brancos e abastados potiguares.

A fonte trabalhada neste artigo, trata-se de um *boletim* de tiragem quinzenal (2º e 4º domingos de cada mês), com sua publicação alternada entre as reuniões da sociedade civil intitulada *Libertadora*. Como se faz ver no documento, a *Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense* era constituída por membros da elite local, representantes das esferas eclesiástica, militar e civil, cujas sessões ocorriam em Santa Cruz, contando no seu ato inaugural com 54 membros.

Ou seja, membros que pertenciam à elite local do Rio Grande do Norte, os chamados homens bons, representantes das virtudes sociais e religiosas. “Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas.” (PINSKY, 2014, p.139). Portanto, é levado em conta o fator desse

periódico ter sido publicado no seio da elite potiguar. Neste artigo, é preciso levar em consideração a estrutura da fonte. Afinal,

o conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, os objetivos propostos, o público a que se destinava e as relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos. (FERREIRA, BEZERRA, DE LUCA, p.118, 2008).

Sendo assim, vê-se que nosso periódico não teve uma longa duração, afinal, o mesmo já foi fundado as vésperas do fim oficial da escravidão no Império Brasileiro. Dessa forma sua primeira edição foi lançada no dia 08 de janeiro de 1888, e findou sua atividade já em 20 e maio do mesmo ano.

No que concerne à estrutura, tem-se edições curtas, de em média oito páginas, com um sumário que indicava os diversos tópicos presentes no texto, como o quadro de honra, as atas das sessões e a propaganda abolicionista. Essas seções também traziam indicações do espaço que se referiam, seja em relação ao meio estadual ou dos municípios, cidades, vilas etc. (SANTOS, 2016, p.30).

A ideia básica defendida pela *Sociedade Libertadora* era extinguir totalmente o trabalho escravo na província do Rio Grande do Norte mediante ações de convencimento dos senhores de escravos através de reuniões periódicas, debates nos lugarejos e publicação dos resultados alcançados. Para tanto, discursos como o que já apresentamos anteriormente, reforçam essa ideia abolicionista para a virtuosa elite potiguar. Ampliando seus ideais, inclusive, para o plano nacional, como podemos ver no trecho a seguir

A abolição do captivo no Brazil não é somente uma aspiração, é uma necessidade, uma exigencia do espirito publico. Hoje o escravo não é mais uma propriedade porque não tem valor: não constitue fortuna de ninguem, porque ninguem pode reduzi-lo a dinheiro. Tambem não representa entre nós uma raça inferior ou selvagem, que não tenha aptidões para viver em liberdade, sem perigo para si e para a tranquilidade social: nada o differença do physico ou no moral dos

trabalhadores livres. Além disso, ele vai compreendendo que é útil, que é necessário, e quem quer que tenha a consciência dessa força não se pode mais submeter à condição de besta de carga, explorado em o estímulo moralizador e legítimo do lucro. (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.4)

Esse tipo de literatura produzida por esses membros da elite evidenciavam todo um projeto sociocultural de educação, nesse caso principalmente voltado aos seus próprios pares, a fim de incentivá-los a abandonar as práticas da escravização. Essa pedagogia moral acabava “[...] procurando impor um padrão de hábitos e comportamentos aos quais os indivíduos deveriam se condicionar, e que sintetizam um ideal de homem [...]” (HANSEN, 2007, p.11).

Ou seja, nesse espaço da elite potiguar, tanto no que diz respeito ao midiático, produzido pelo *Boletim*, quanto à própria socialização entre os membros dessa elite, vê-se uma clara tentativa de disseminar um ideal de homem civilizado no estado. O documento comprova esse tipo de pensamento, essa ideia de se pôr como um parâmetro da moral e civilidade em oposição a crueldade e barbaridade daqueles que não concordassem com os ideais abolicionistas, com passagens como:

Ainda quando houvesse homens com o senso moral tão pervertido, com os instintos naturais de creatura racional tão entorpecidos pela asphyxia das senxalas; tão apodrecidos na apathia de uma indiferença bestial que não sentissem mais animo de aspirar à liberdade, o dever de todos nós seria arrancar-os a esse torpôr, e abrir-lhes os olhos da consciência á luz brilhante do primeiro dos ideias humanos, que é ser livre! Que vê um seo semelhante na ebejecção de um tal estado, e não lhe dá a mão para erguel-o, é um egoista cruel e criminoso! (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.4).

Assim, é naturalmente possível perceber o quanto a questão da moral é importante para os nossos virtuosos abolicionistas potiguares. Essa ideia de ação generosa nos atos de alforria encontra-se também nas divulgações de momentos festivos e de solenidades ocorridas nas comunidades da província. A exemplo das matérias intituladas *Macahyba Livre*

O dia 6 de Janeiro deve ficar em caracteres inapagabeis gravado n’alma de todos os Macahybenses, que de futuro poderão dizer: “ainda havia muitos milhares de escravos no Brazil, e nós já eramos livres.” Aos

sentimentos generosos de toda a população e especialmente aos donados e heroicos esforços do Club Abolicionista Padre Dantas se deve esses esplêndido resultado: A MACAHYBA É LIVRE! (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.6).

Do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro

Essa vangloria das ações das sociedades libertadoras não se limitou ao Rio Grande do Norte, Sidney Chalhoub a destaca também no estado do Rio de Janeiro, à época, corte do Império do Brasil. Um icônico personagem histórico evidenciado por Chalhoub é Perdigão Malheiro, avido abolicionista, ou ao menos assim esse sujeito se autodenominava. Tal qual os virtuosos potiguares, Perdigão exaltava sua própria posição enquanto abolicionista, Chalhoub aponta que

[...] numa nota de rodapé em *A escravidão no Brasil*, Perdigão narra com emoção a decisão, tomada por ele juntamente com a mulher, de alforriar todas as suas escravas “capazes de ter filhos”. Ele afirma ainda que também libertara um pardo “em razão dos bons serviços”, e arremata afirmando “Nossa alma sentiu um prazer inefável; a consciência mais satisfeita e pura. Foram nove concessões de alforria ao todo, e a intenção era dar um exemplo a ser seguido, como já ficara patente logo na introdução do volume: “Não me limitando a teoria e a desejos, no ano passado libertei gratuitamente todas as minhas escravas, e ainda alguns escravos”. (grifo do autor) (CHALHOUB, 2011, p.173).

Assim vemos que existiam conexões entre a postura de nossos abolicionistas potiguares com os abolicionistas da então capital brasileira, sobretudo no que concerne aos ideais de civilidade, boas ações e exemplos a serem seguidos. Esse tipo de texto acabava visando por “[...] educar a sensibilidade, inteligência e a vontade;” (HANSEN, 2007, p.173) desses homens da elite local, assim, dando ao espaço potiguar toda uma conotação de modernidade e civilidade, liderados pela égide e bom exemplo por estes “briosos filhos do norte”.

Vale lembrar que, apesar de a *Sociedade Libertadora* não ter sido a primeira no Rio Grande do Norte, ela apresentou novidades em sua articulação enquanto organização, como aponta Santos

A Sociedade Libertadora Norte-Rio Grandense não foi o primeiro grupo abolicionista existente no Rio Grande do Norte, mas parece ter sido o

primeiro a fazer uso de uma ferramenta que já vinha sendo bastante utilizada em outras províncias: o jornal. Na província, a campanha para o fim da escravidão foi iniciada em Mossoró, sendo abolida em março de 1883, contando com a influência do movimento e abolicionistas do Ceará, que se tornou a primeira província a extinguir o trabalho servil. O que representa que as ideias abolicionistas tornaram-se uma prática presente em alguns pontos isolados da província, nos quais não seriam mais necessárias a atuação de abolicionistas, como destacava o periódico. (SANTOS, 2016, p.34).

Ou seja, os membros dessa organização investiram em um meio de comunicação que poderia disseminar seus ideais, de forma mais abrangente, o jornal. Dessa forma, suas boas ações relativas à libertação dos escravizados não ficavam restritas a um pequeno grupo específico da elite potiguar. E pôde circular entre os letrados do estado, que apreçoaram ainda mais os méritos dos “briosos filhos do norte” nesse espaço, e difundiam esse ideal de civilidade de homem potiguar.

Para a elite, mostrar seus resultados enquanto abolicionistas era muito importante, não à toa levantamentos estatísticos também eram realizados no periódico estudado neste artigo. Assim se faz importante observar o levantamento estatístico de escravos da matéria intitulada *Libertações em Angicos* (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.7). No qual se tem uma relação de nomes de proprietários de escravos com seus respectivos escravos alforriados, aqueles com o maior número de alforriados, eram exaltados por seus pares como homens de natureza benevolente.

Essa publicação quantitativa também aparece no documento, ao destacar que “Restam menos de 20 escravizados em Natal e certamente uma aspiração que tanto nos eleva e tanto nos honra na opinião nacional não encontrará estorvos” (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.8). Esse tipo de citação denota o quão importante era para esses ex-senhores de escravos mostrarem sua própria presteza no que dizia respeito às alforrias, elevando a si próprios como exemplos de civilidade a serem seguidos.

Enquanto os alforriados em questão apareciam como meros números, ou ainda como almas abnegadas que receberam a graça da liberdade pelas mãos de seus outrora algozes. Não aparecem os nomes dos negros na maior parte das seções, tampouco suas identidades nos textos principais de nosso documento.

Além disso, esses abolicionistas deixavam claro no próprio periódico, que muito do que os movia, para além das qualidades virtuosas, vinha da motivação de mudar o regime de escravidão para o de trabalhadores livres. Visto que o primeiro era visto como uma ação bárbara e ultrapassada. Dessa forma,

O modo como o grupo objetivou eliminar a escravidão do RN era pelo convencimento dos leitores do seu periódico, através de argumentos que indicassem que a manutenção da escravidão era um ato retrógrado, antieconômico, incivilizatório e contra a moral. Assim sendo, não há no periódico menção a qualquer tipo de reembolso em troca da liberdade de cativos, o que corrobora com o argumento que a abolição da escravidão atendia, economicamente, aos ensejos dos proprietários de escravo, acarretando tal retórica a ganhar um sentido específico. Reforçando seu argumento, lembrava que o ano de 1889 marcava o centenário da revolução francesa, símbolo de luta pela igualdade dos homens, sendo pesaroso ainda ter homens sem direitos, como ocorria com os escravos. (SANTOS, 2016, p. 39).

Não é por acaso que o filósofo Achille Mbembe, enfatiza “[...] ao fato de o negro ser este (ou aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender.” (MBEMBE, 2018, p.12). Ou seja, o negro, o escravizado, o alforriado, são sujeitos invisíveis, que servem ao propósito de denotar a virtude desses homens brancos que lhe concedem com toda sua “benevolência” a tão desejada liberdade.

Ou, pelo menos, é assim que os próprios ex-escravizadores se pintam nas páginas de seus periódicos, afinal, de novo é importante lembrar que esses homens estão construindo essa narrativa acerca de si próprios. Afinal, ao elevar-se de tal forma por meio do periódico vemos a importância das palavras, visto que “[...] as palavras qualificam o espaço.” (SEGAUD, 2016, p.104). Assim dizendo, falar é uma maneira de habitar, determinar funções e apregoar padrões, ao se destacarem

enquanto líderes heroicos e virtuosos por meio do espaço midiático, essa elite também buscava se consolidar no espaço territorial local, e até mesmo nacional.

A análise acima ratifica a tese do presente trabalho. Em nenhum momento, o periódico analisado dá voz ao sujeito escravizado. Ao contrário, tudo acontece de forma alheia a qualquer reação por parte deles. É como se os escravizados fossem seres desprovidos de vontade própria, seres que dependiam do cuidado, do direcionamento e da compaixão de seus proprietários, para que então livres pudessem finalmente conviver em sociedade.

Felizmente, apesar de anos de endosso da historiografia a tal discurso, como já foi dito nesse trabalho, nas últimas décadas tal cenário deu voz àqueles que por tanto tempo foram silenciados, a título de exemplo podemos pensar na trajetória acadêmica e militante da historiadora Maria Beatriz Nascimento (NASCIMENTO, 1985, p.41-49). Que ao estudar os quilombos nas décadas de 1970-1980, deu voz aos protagonistas negros de nossa história, como Zumbi dos Palmares, e tantos outros que lutaram ativamente por sua liberdade.

Dentre vários autores que trilham essa nova visão da participação ativa do escravo na sua relação com o seu senhor, tais como João José Reis e Eduardo Silva, neste trabalho utilizaremos os ensinamentos do historiador Sidney Chalhoub, que em sua obra *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, vai totalmente de encontro a essa perspectiva passiva e alienante.

O autor, partindo de estudos de casos envolvendo conflitos entre senhores e escravos no Rio de Janeiro, demonstra a participação ativa dos sujeitos escravizados na luta, seja pela via da negociação ou por meio do conflito direto, por uma melhor situação na relação escravocrata, bem como por condições direcionadas a conquista efetiva de sua própria liberdade.

Sujeitos escravizados que realmente existiram ganham nomes, papéis principais em suas próprias histórias, seja a escravizada Helena, que lutou

arduamente pela liberdade dela e de suas filhas, concedidas por meio de testamento (CHALHOUB, 2011, p. 158). Ou da escravizada Francelina que recorreu na justiça aos maus tratos que sofria pela mão da senhora que possuía sua liberdade, e tantos outros mencionados nas páginas graciosas da obra (CHALHOUB, 2011, p.251-255).

Ocorriam também casos em que o escravo, através de um curador, ajuizava uma ação contra o seu proprietário. Esse tipo de caso é exemplar para o tema da alforria aqui tratado. Foi o relatado no processo em que uma africana chamada Rubina e sua filha Fortunata, na mesma obra. Ela alegou judicialmente que o seu antigo dono, antes de falecer, pediu à sua esposa que alforriasse a escrava em pagamento pelos serviços prestados à família, acordo esse que não foi cumprido pela viúva. O processo posteriormente foi favorável para o proprietário e Rubina com sua filha mantiveram-se escravas, no entanto, apesar deste desfecho é possível ver as duas lutando para mudar seus destinos.

Não são poucas as iniciativas escravas para alterar seus destinos, como nos mostra a obra de Chalhoub recheada de situações desse tipo, assim como para resistir ao sistema escravista. Na obra *Na Senzala, uma flor* de Robert Slenes, o autor levanta toda uma trajetória historiográfica acerca da escravidão. Tanto no Brasil como nos Estados Unidos, chegando a fazer uma crítica concisa a historiografia de ambos que por muito tempo praticamente representou os escravos como seres apáticos, e não como sujeitos de sua própria história.

Felizmente, como já foi denotado acima, este quadro vem se alterando, afinal como indicou o próprio autor "(...) as novas pesquisas "reabilitam", por assim dizer, a "luta de classes" sob o escravismo, praticamente inexistente na maioria das obras da Escola Paulista (...)" (SLENES, 2011, p.54).

Dessa forma, apesar de décadas de reforço a ideia do protagonismo branco, tanto pela documentação, quanto pela historiografia é possível notar uma mudança crescente de paradigmas no campo acadêmico, dando voz também à população negra. Vale lembrar, é claro, como também destacou Slenes, que tais mudanças são

decorrentes de vários fatores, sobretudo ligados aos movimentos sociais, em luta por seus direitos, além das próprias correntes acadêmicas em renovação.

A título de exemplo, podemos voltar a citar a historiadora negra, Beatriz Nascimento, que além de participar dessa virada acadêmica, também se fez presente ativamente nos movimentos de militância negra. Ela tecia diversas críticas ao meio acadêmico, que continuava perpetuando conceitos engessados e repletos de elementos racistas. A título de exemplo podemos ler em sua obra que “Falta ainda um esforço historiográfico de, ao estudar os quilombos brasileiros, defini-los segundo suas estruturas e sua dinâmica no tempo.” (NASCIMENTO, 1985, p.44)

É claro, nesse contexto, a iniciativa dos abolicionistas não passa a ser excluída ou desqualificada, pelo contrário, ela é contextualizada. Afinal, o ato de alforriar possuía significados específicos também para aquele que o concedia ao cativo. Como denota Chalhoub "(...) o ato de alforriar para Perdígão ainda era um ato solene, que envolvia questões delicadas de consciência; mais do que isso, era uma atitude repleta de simbolismo, a dramatização de toda visão de mundo." (CHALHOUB, 2011, p.178).

Tal cenário, apesar de descrever o caso de um abolicionista da corte, apresenta diversas semelhanças com os discursos encontrados no documento estudado, do qual constantemente são denotadas as virtudes daqueles que concedem tal alforria.

Levando em conta, também o período em que o *Boletim* foi publicado, e em que as solenidades foram realizadas, é possível perceber uma questão ligada ao *status* desses homens bons norte-rio-grandenses. "Afinal, era chiquérrimo assumir fumaças abolicionistas aqueles anos finais da escravidão." (CHALHOUB, 2011, p.213). Não à toa as principais famílias do estado, como, por exemplo, Albuquerque Maranhão, na figura do Dr. Pedro Velho, se fazem presentes em praticamente todos os eventos, ainda discursando sobre a honraria em que se consiste no ato de alforriar, reforçando suas figuras como grandes líderes e homens de virtude.

A criação de um homem ideal: aquele que concede liberdade

Um tipo ideal de homem é forjado por esse tipo de periódico do final do Império e posteriormente início do período republicano, assim, também a partir da análise de nosso objeto vemos que

Os autores procuravam configurar como normas as virtudes, hábitos e sentimentos que compunham um ideal de novo homem brasileiro, e, por meio desse; transformar a sociedade. [...] Além das ideias do “modelo por excelência do tipo humano” - que deve-se destacar, é “varonil” -, do “herói”, ou ainda, do “homem perfeito” [...]” (HANSEN, 2007, p.197-198).

Esses homens, por mais que considerassem suas próprias iniciativas nobres, não viam aqueles a quem concediam a alforria propriamente como lutadores do direito de liberdade, e sim, como recebedores de benesses de bons senhores, do presente doado por esses senhores. Dessa forma,

[...] toda a iniciativa, portanto, devia caber aos abolicionistas, aos iluminados ou esclarecidos que sabiam exatamente o que era melhor para os cativos, e que tinham mesmo o “mandato da raça negra. O raciocínio possuía ainda um certo charme poético: incapacitados e proibidos os negros de lutarem em causa própria, tudo passava a depender dos abolicionistas redentores, dos cavalheiros da liberdade. (CHALHOUB, 2011, p. 216).

Tal pensamento pode ser reforçado pelo próprio documento, como por exemplo, na passagem das *Libertações em Angicos*, na qual é escrito que “A corrente abolicionista, não há negar, inunda todos os espíritos, e no seu seio poderosos arrasta os últimos destroços da negra instituição, que vae fatalmente cedendo à picareta energica e irresistivel dos obreiros da civilização”(BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.7). Ou seja, são esses cavalheiros esclarecidos, ao menos na visão deles mesmos, os únicos responsáveis pela destituição da escravidão. O escravo aparece como uma figura secundária, aquele que apenas recebe a benesse graças a bondade do senhor.

São diversos os trechos em nosso objeto que reforçam esse ideário, na seção *Libertações em Natal*, descreve-se que

O abolicionismo vai dominando do modo mais lisonjeiro e auspicioso o espírito do povo natalense. A província do Rio Grande do Norte não podia deixar de tomar a atitude que felizmente tem tomado, defendendo a sacrosanta ideia da emancipação dos captivos, essa ideia sympathica, generosa, nobilitadora e humanitaria. Essa capital que sente-se maravilhosamente impressionada diante do grandioso impulsionamento desses últimos tempos, e que tem sabido honrosa e altivamente compreender o papel que lhe é distribuído na marcha da civilização, amanhã poderá soltar às auras bemfazejas do porvir, cheia de glória, repleta de heroísmo - o grito ingente - LIBERDADE! (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.7).

Essa questão de consciência e civilidade, também foi destacada por Sidney Chalhoub em seu estudo sobre a corte carioca, ele aponta que no final do século XIX, “A escravidão se tornava agora um problema de consciência, e havia um sentimento de culpa relativamente generalizado na sociedade.” (CHALHOUB, 2011, p.255).

Tal sentimento de culpa e heroísmo se repetem diversas e numerosas vezes em nosso periódico, afinal, para os virtuosos abolicionistas potiguares a escravidão simbolizava selvageria, incivilidade, e sendo membros ilustres da elite local, esses homens não podiam se dar ao luxo de serem associados a tais ideias depreciativas.

Portanto, quando os briosos filhos do norte, colocavam seus nomes no periódico em questão, e pontuavam o número de escravos que haviam libertado, eles reverenciavam as próprias características de nobreza e boa conduta de sua classe. Novamente, vê-se a importância que o espaço escrito tem na reafirmação desses homens em sua própria sociedade, afinal

Podemos formular a hipótese de que, numa sociedade determinada, as formas do habitat e sua localização informam sobre o *status* social dos habitantes. Assim, o espaço diz algo sobre a sociedade, o grupo ou o indivíduo que o ocupa, indica um estado das relações sociais, “comunica” desde que conheçamos o código para poder ler o que ele nos diz. (SEGAUD, 2016, p.106).

Assim, quando analisamos essas autorrepresentações dos abolicionistas, e a representação que eles fazem do escravizados e alforriados, temos de levar em conta que esses homens enquanto observadores da própria sociedade julgam-na a partir de

seu lugar de origem, suas próprias referências. Ou seja, essa construção da própria personalidade, do papel heroico por meio do periódico se dá justamente como uma forma de auto consolidação no espaço potiguar enquanto ícones civilizatórios, membros heroicos dessa elite que tanto se orgulham de cuidar do povo local.

Vemos então, uma mudança lenta e contínua no pensamento dessas elites, que antes escravizavam o outro e ostentavam suas posses, como sinal de poder. Mas, no fim do século XIX, passa a ver essa prática como uma mácula no seu ideal de civilidade. Assim

O trabalho escravo, que por mais de três séculos sustentou a economia do Brasil, agora descrito como a causa maior do atraso e o empecilho na direção do progresso da nação, nos argumentos abolicionistas da Libertadora questionou-se a permanência deste. Assim a escravidão passou a ser percebida não pelo mal infligido aos negros, mas pelos fatores negativos que causava à sociedade. O Manifesto Abolicionista do grupo potiguar também segue esta lógica de discurso, no qual sua base parece estar guiada mais por questões de ordem econômicas, em que o trabalho livre é considerado mais interessante, do que por questões sociais. (SANTOS, 2016, p.40).

Portanto, ao olharmos para essa sociedade potiguar do final do século XIX, e sobretudo para essa elite que tanto se exalta, vamos os nomes desses benfeitores serem destacados em nossa fonte de forma clara e modelar, mostrando seu brio, sua ética, enquanto libertadores da mácula da escravidão.

Graças aos sentimentos verdadeiramente altruístas do povo natalense, este grandioso desideratum, que symbolizará o baptismo purificador e santo de nossa completa regeneração, hade grander as mais honrozias, significativa e louváveis adhesões. No numero destas adhesões temos a satisfação de mencionar aqui com maior effusão de contentamento os seguintes nomes de distintos cavalheiros e senhoras que acabam de conceder liberdade plena aos unicos escravizados que possuiam: Professor Joaquim Ildefonso Emericiano e as Exms. Sras. D. Maria d'Alcantara d'Oliveira Sucupira, D.Eulina Guilherme de Souza Caldas, D. Josefa Maria Cavalcante e D. Joseta Lourenço Bezerra Cavalcante Rocha, mãe do nosso talentosos e ilustrado comproviciano, Dr. Thomé Maria Cavalcante, em nome de cuja saudosissima memoria recebeo a escravizada Alexandrina em sua liberdade. Tambem odecebendo a um espontaneo e generoso impulso de sua alma, o Dr. Jeronymo Americo

Rapozo da Camara concedeu carta de alforria ao seu ultimo escravizado. É mais uma conquista da ideia, que, como todos, nos merece um brado de louvor. (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.7).

Nessa longa passagem vemos elementos bastante interessantes de nossa fonte, em primeiro lugar a presença de diversas mulheres sendo mencionadas como benfeitoras, para além dos diversos homens já mencionados ao longo de todo o *Boletim*. Dessa forma, podemos verificar que nesse espaço a presença feminina, por mais que comumente fosse apagada ou vinculada a condição de esposas e mães, ganham destaque justamente baseadas na ação de caridade cristã, que concede a benesse da liberdade aqueles a quem as próprias possuíam outrora.

Outro ponto muito importante no trecho é finalmente a presença do nome de uma escravizada, nada se indica sobre a escravizada Alexandrina, mas ao menos essa mulher teve seu nome registrado no periódico. Diferente de tantos outros alforriados que quando muito são representados por um número, dessa forma, vemos a lógica racista ser perpetuada neste periódico de cunho liberacionista. Quanto a esse tipo de mentalidade branca, o filósofo Mbembe explica que

A fantasia do branco age, desse ponto de vista, como uma constelação de objetos de desejo e de marcadores públicos de privilégio. Esses objetos e marcadores afetam tanto o corpo quanto a imagem, a linguagem e a riqueza. Aliás, sabe-se que toda fantasia sempre busca se instituir no real enquanto verdade social efetiva. (MBEMBE, 2018, p. 90-91).

Dessa forma, se faz notável a perpetuação de comportamentos racistas por parte dos briosos filhos do norte, esses homens e mulheres da elite potiguar que se esforçam em reforçar sua própria identidade enquanto virtuosos libertadores de escravizados.

Os próprios, ao sublimar seus nomes, e outrora serem ainda proprietários de corpos e almas de outros sujeitos, permanecem inseridos em uma sociedade que a cultura racista é majoritária. Não à toa, ao analisarmos esse espaço norte-riograndense por meio do periódico, consiste em um ato que “[...] ler o espaço permite

uma construção, uma interpretação da sociedade, a descrição de um verdadeiro estado social.” (SEGAUD, 2016, p.106).

Portanto, a partir desse estudo sobre as representações dos abolicionistas e dos escravizados e alforriados, por meio do *Boletim da Sociedade Libertadora Norte-riograndense*, foi possível perceber em parte a complexidade e os jogos de poder que compunham tal espaço social.

Considerações finais

Vimos o quão exaltados por si mesmos eram nossos briosos filhos do norte no periódico, denotando seu heroísmo e suas virtudes, desde o patriotismo e o sentimento de civilidade, até as virtudes cristãs de caridade para com o próximo. Enquanto aos escravizados e alforriados, cabia o silenciamento, o esquecimento, esses apareciam como sujeitos passivos, dispostos a receber a benevolência de seus ex-proprietários. Quando muito, tiveram seus nomes expostos no periódico, mas que em sua maioria, eram representados apenas como números, dados que atestavam a benevolência do alforriador branco.

Essas representações por meio do periódico também denotam a estrutura dessa sociedade, em que as elites locais sobressaem a si mesmas com o papel de protagonistas da história, sujeitos dominantes do espaço político e social do Rio Grande do Norte. Esses homens se retratam como heróis, reforçando a própria posição no meio social em que vivem, como lideranças.

Ao passo que o *outro*, o sujeito escravizado, não passa de uma peça nos jogos de poder desses poderosos para reforçarem suas próprias narrativas enquanto heróis. Como nos disse Mbembe, os sujeitos negros são construídos, apagados, e reforçados sobre a fantasia do homem branco.

Sendo assim, viu-se que as pessoas escravizadas e alforriadas eram representadas no *Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense* como um mero

dato que favorece a construção da identidade de benfeitores de seus membros, homens da elite branca potiguar.

FONTE

Boletim da Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense. Natal-RN: Tipografia do correio do Natal, 1888, n. 1. Publicação quinzenal.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** Editora Val: Natal, 1965.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FERREIRA, Antonio Celso. BEZERRA, Holien Gonçalves. DE LUCA, Tania Regina (Orgs.) O historiador e seu tempo: encontros com a história. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo:** literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. São Paulo, 2007.

LYRA, Tavares de. **História do Rio Grande do Norte.** EDFURN, Natal, 2008.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiaspora**, Ano 3, n° 6 e 7, p.41-49, 1985.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. 3.ed, São Paulo: Contexto, 2014.

POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

SANTOS, Silvanei da Silva. **Sociedade Libertadora Norte-rio-grandense e o fim da escravidão no Rio Grande do Norte.** Brasília, 2016.

SEGAUD, Marion. Designar o espaço. In: **Antropologia do Espaço:** habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo: SESC, 2016, p.104-125.

SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava:** Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CONTRA-ATAQUE EM ANGOLA: o futebol contra a situação colonial (1910 – 1974) Counterattack in Angola: Football against the colonial situation

Petrus Albino de Oliveira¹

Artigo recebido em: 03/12/2020

Artigo aceito em: 06/06/2021

RESUMO: Este artigo é uma revisão bibliográfica com o objetivo de investigar o futebol como um espaço de resistência relevante a distintos agentes angolanos diante do colonialismo português durante o século XX. Por futebol, o trabalho se refere às associações e aos clubes assentados no território de Angola, desde a fundação dos primeiros no território angolano em 1910 até a independência do país em 1974. Como aportes teóricos principais na compreensão destes espaços sob o domínio colonial lusitano, menciona-se as obras de Frantz Fanon (1925-1961), “Condenados da Terra” (1961) e a de Georges Balandier (1920-2016), “A noção de situação colonial”, além de “Sociologia de una Revolución” (1959), também de Fanon, no intuito de realizar um paralelo entre o futebol e a instrumentalização da rádio francesa pelos colonizados argelinos.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços; Futebol; Angola; Colonialismo; Fanon.

COUNTERATTACK IN ANGOLA:
Football against the colonial situation

ABSTRACT: This article is a bibliographical review with the purpose of investigating football as a space of relevant resistance to different Angolan agents in the face of Portuguese colonialism during the 20th century. The word refers to associations and clubs based in the territory of Angola, from the foundation of the first clubs in Angola in 1910 until the country's independence in 1974. As the main theoretical contributions in understanding these spaces under the Portuguese colonial rule, mention is made of the works of Frantz Fanon (1925-1961), “Condemned Earth” (1961) and that of Georges Balandier (1920-2016), “The notion of colonial situation”, in addition to “Sociology of a Revolution” (1959), also by Fanon, in order to make a parallel between football and the instrumentalization of French radio by the Algerian colonized.

KEYWORDS: Spaces; Football; Angola; Colonialism; Fanon.

¹ Graduado em História (licenciatura) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9823108909938892>. E-mail: petrus.2011_oliveira@hotmail.com.

Introdução

No futebol, há inúmeras formas de se atingir objetivo final consagrador do gol, assim, seja por meio da formação de estratégias e de desenhos táticos, do uso dos melhores jogadores, ou até mesmo, pelo simples acaso, é possível atingir o momento tão esperado do esporte mais popular do mundo. Dentro disso, um dos mais clássicos meios é, sem dúvida, o contra-ataque. Em suma, por mais que possa ser utilizado por qualquer equipe, o uso desta ferramenta é frequentemente utilizado por equipes que estejam em desvantagem a outra. Por isso, o time mais tecnicamente fraco escolhe ser submetido, comprimido e sofrer toda a pressão de ataque e da ofensiva do time mais forte, mas em um momento em que é preciso cálculo e reflexão, o primeiro encaixa um (contra) ataque sobre a defesa antes inviolável da equipe superior e surpreende e atinge a meta do goleiro antes insuperável. O contra-ataque é então esse modo reativo, calculado, em que aqueles que estavam na defensiva, se utilizam de um jogo ofensivo rápido e implacável para derrotar o adversário, que era previamente dono, imperioso e dominante de todo o jogo.

Dessa forma, metaforicamente, a proposta deste artigo é investigar como os espaços do futebol – associações, clubes – foram utilizados para a resistência dos angolanos contra mecanismos e estruturas da situação colonial portuguesa, propriamente em um marco temporal estabelecido entre os primeiros clubes fundados em 1910 e o término do processo de independência angolana em 1974. Em outras palavras, como, nesse período, grupos e sujeitos de Angola instrumentalizaram (contra-atacaram) lugares antes utilizados como símbolos europeus para redefinir ou rechaçar seus destinos de submissão e subordinação colonial.

Nesse sentido, por se tratar de um trabalho de revisão bibliográfica e para analisar esse esporte no país angolano, utilizamos as análises documentais do livro *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, de Vitor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt e Augusto Nascimento, principalmente a partir do artigo de

Marcelo Bittencourt, “Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política” e Andrea Marzano, “Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda”, além de explorar a temática das associações civis em contexto imperial na ótica de Eric Hobsbawn e Terence Renger, “A Invenção das Tradições”. Já teoricamente, temos como apoio as investigações de Frantz Fanon em “Condenados da Terra” (1961)” e “Sociologia de una Revolución” (1959) e Georges Balandier (1920-2016) em “A noção de situação colonial”, sobretudo pelas suas reflexões entorno da noção de situação colonial. Começemos por esta.

A Situação Colonial

Processo impositivo de conquista realizado pelas nações europeias em África durante século XIX – com exceção justamente da colonização retratada neste estudo, em que já é possível projetar a dominação portuguesa em Angola nos moldes e na intensidade deste período do oitocentos desde o século XVI -, a situação colonial pode ser caracterizada por um domínio e exercício de autoridade brutal em um território, em que todas as instâncias da vida do sujeito subjugado são afetados – político, cultural, econômico, psicologicamente, etc.

Como bem mostra Georges Balandier, em seu artigo “A noção de situação colonial”, do livro “Sociologia da África negra: dinâmica das mudanças sociais na África Central” é necessário pensar o colonialismo como um processo total, “acreditando que há algum falseamento da realidade no fato de reter unicamente uma das implicações da situação colonial” (BALANDIER, 1993, p. 108). Nesse sentido, um dos exemplos que o autor utiliza no texto para validar sua argumentação é o da África do Sul, mostrando a ligação intrínseca dos mecanismos de subjugação colonial, em suma, dados de exploração econômica e do trabalho relacionados com elementos de segregação social e racial por meios legais e jurídicos:

A situação particular – de alguma maneira caricatural – da África do Sul mostra como os aspectos econômicos, políticos e raciais estão estreitamente ligados e como um estudo atual dos povos da União só pode ser feito considerando-se todos esses aspectos (BALANDIER, 1993, p. 112).

Além dessa total intensidade e brutalidade da imposição colonial, é necessário esclarecer também quem são os atores envolvidos nessa relação conflituosa, em uma diferenciação – fundamentalmente ideológica, que na realidade empírica assume outras formas - daqueles que perpetraram o ato colonizador e que sofrem com sua imposição. Como mostra Frantz Fanon em seu último livro “Condenados da Terra” de 1961, no capítulo “Da violência”, “O mundo colonizado é um mundo cindido em dois” (FANON, 1979, p. 28) ou “O mundo colonial é um mundo maniqueísta” (FANON, 1978, p. 30), em suma, verificando duas sociedades, dois sujeitos que estão intimamente ligados pela opressão e violência.

De um lado, o colono, aquele que arbitrariamente ocupou, infligiu e fundou a colonização, do outro, o colonizado mortificado, racializado e explorado em todas as instâncias de sua vida. De maneira semelhante Balandier também divide a situação colonial em espectros sociais que rondam dois polos ou sujeitos: o grupo dominante chamado de “sociedade colonial” e o grupo submetido (sociedade colonizada). Portanto, é de acordo com essas concepções tanto de uma totalidade do empreendimento colonial, cujo domínio e consolidação se expressam em caráter político, econômico, social e cultural, quanto de um mundo cindido, maniqueísta e hierarquizado que este artigo pretende refletir sobre a situação colonial angolana sob a dominação portuguesa.

As Associações

Após essas reflexões sobre a categoria de situação colonial e as características que a compõe, o artigo passa à apresentação do objeto de estudo proposto - sem esquecer do aporte teórico anteriormente delimitado -, pois é a partir deste que se pretende trabalhar o problema central: a instrumentalização do futebol como elemento de resistência pelos angolanos contra o colonialismo lusitano.

Em primeiro lugar, especialmente o objeto analítico encontra-se no território de Angola e temporalmente é focado em parte do período da colonização portuguesa. O país africano também passou pelos elementos descritos de situação colonial apresentados na introdução, mas com as especificidades próprias de sua

experiência histórica. Uma das mais relevantes é verificar que a presença e autoridade portuguesa no território mais tarde denominado de Angola pode ser datado desde o século XVI, uma exceção comparada à dominação profunda europeia em África, que se inicia em boa parte do continente apenas no século XIX. Dessa forma, já é possível descrever para o território angolano elementos da categoria de situação colonial, ou seja, poder e domínio hierárquico profundo das populações africanas deste local desde os primórdios da primeira modernidade.

Entretanto, como primeira delimitação temporal pontual, o objeto de estudo analítico deste artigo se insere em um contexto já característico do imperialismo europeu do século XIX: estimulado pelas demandas expansionistas do capitalismo financeiro e industrial, além de permeado pelas ideologias do racionalismo científico e das ideias liberais de igualdade política e civil, cujo um dos principais efeitos constitui-se as noções de diferenciação racial.

Desse modo, enquanto paradoxalmente o mundo ocidental europeu pregava ou iniciava seus movimentos de igualdade, liberdade e democracia entre os cidadãos junto com uma suposta missão civilizatória e humanista para o mundo, também legitimava a situação colonial em África e Ásia sob uma ideologia de distinções e hierarquia entre raças e sociedades. Nesse sentido, como descrito na introdução, a situação colonial é um processo total, ou seja, tem sua hierarquização e divisão imposta em todas as camadas da vida humana, inclusive por elementos sociais e culturais. O objeto analítico deste trabalho, ou seja, as associações e os clubes se encaixam justamente nesta última categoria de imposição e dominação.

Um livro relevante para se compreender o simbolismo destas associações no papel no contexto colonial africano é a obra “Invenção das Tradições”, de 1983, organizado por Terence Ranger e Eric Hobsbawn. No capítulo “A invenção das Tradições na África Colonial”, escrito por Terence Ranger, o autor mostra como os colonizadores se utilizaram de tradições sociais e culturais reinventadas em África “tanto para definir quanto justificar sua posição, e também para fornecer modelos de subserviência nos quais foi às vezes possível incluir os africanos” (RANGER,

1997, p. 219). Assim, não somente modelos políticos foram levados e impostos em terras africanas, mas também modelos de sociabilidade e de atividades coletivas das classes europeias que migraram ao continente.

Desse modo, no continente africano “todo o aparelho composto pelas tradições escolares, profissionais e regimentais veio a exercer um papel de comando e controle muito maior do que na própria Europa” (RANGER, 1997, p. 219). As associações civis e clubes eram exemplos de todo esse aparelho de dominação, levados sobretudo por uma classe média alta e profissionais liberais – grupos com apego pela socialização fidalga e aristocrática, cujos modelos não estavam mais em alta em muitas metrópoles europeias, mas puderam ser reinventados em contexto colonial - que migravam das metrópoles europeias para o exercício de serviços, poder e autoridade nas sociedades colonizadas:

Com o advento do domínio colonial formal, tornou-se imprescindível a transformação dos brancos em membros de uma classe dominante convincente, com direito de defender sua soberania não só pela força das armas e do capital, como também através do status consagrado pelo uso e outorgado pelas neotradições (RANGER, 1997, p. 223).

Status, poder, distinção, tudo isso esteve permeado no estabelecimento das associações e dos clubes nos territórios africanos. Nestes espaços eram comuns atividades, reuniões e formas de lazer que davam aos sujeitos uma sensação de compartilhamento e vivência conjunta. Nesse sentido, uma identidade mútua com a adoção de valores e normas que se eram inventadas naquele século XIX, como mostram os autores, não deixavam de ser importantes para a formação de um espírito comum e de uma distinção de classe e raça, fator fundamental em uma sociedade hierarquizada como a da situação colonial.

Dentro disso, uma das principais atividades performática desses valores e desse compartilhamento eram os esportes, inclusive o futebol – área de interesse deste artigo. Isso também aparece na obra dos dois últimos autores citados, em que o futebol aparece como exemplo de uma certa organização e integração de indivíduos europeus responsáveis pelo colonialismo. Assim, “Os jogos de equipe reuniam regularmente os vizinhos de maneira aprovada e regulada. Permitiam

também expressões simbólicas de protesto em linguagem familiar tanto a colonizadores como a administradores.” (RANGER, 1997, p. 227).

Dessa forma, após todos esses esclarecimentos e a delimitação desse objeto de estudo das associações e clubes, o artigo pretende analisar aqueles espaços associativos que empreenderam atividades esportivas no território angolano, propriamente o futebol. O ponto central é perceber como este modelo europeu de dominação, hierarquia e sociabilidade de raça e classe descrito anteriormente como símbolo europeu – consequentemente, também português - foi instrumentalizado por diversos agentes angolanos contra os mecanismos e as estruturas de subjugação da situação colonial. Passa-se, então, a uma análise empírica do contra-ataque angolano.

Contra-Ataque

As primeiras associações civis propriamente de futebol fundadas em território angolano confirmam as observações e teorizações anteriores realizadas. Por um lado, “É o colono que fez e continua a fazer o colonizado” (FANON, 1978, p. 26), a sociedade cindida apresentada por Frantz Fanon é assim fruto da ação do colono, que levanta e edifica as instituições responsáveis por submeter, consolidar e legitimar a situação colonial. Por outro e junto a isso, essas instituições devem ser pensadas também inscritas na amplitude característica do colonialismo, “Aprendemos assim a necessidade imperiosa de se considerar a situação colonial como um complexo, como uma totalidade” (BALANDIER, 1993, p. 112).

Por isso, relacionada a um aspecto cultural das formas hierarquizadas de sociabilidade da colonização, as primeiras associações civis voltadas ao futebol em Angola surgiram na década de 1910 – marco inicial do recorte temporal tratado neste artigo – pela ação de colonos portugueses brancos que chegavam para trabalhar em empreendimentos de ação colonial e formavam entidades de socialização coletiva de classe e raça: “No início da década de 1910, dois times se formaram: um com membros da Associação dos Empregados do Comércio e outro

com funcionários da Alfândega e da Fazenda e empregados de escritório.” (MARZANO, 2010, p. 90).

Por essa composição majoritariamente branca e migrante portuguesa dessas primeiras associações – apesar de haver mestiços já nestas primeiras equipes, eram minoria e não faziam parte dos quadros dirigentes mais altos – é possível fazer paralelo com um outro texto teórico, agora com a intenção de auxiliar no entendimento de formas de resistência no período do colonialismo, especificamente neste artigo, nos modos de “contra-ataque” que os angolanos realizaram contra estruturas e mecanismos da situação colonial portuguesa. O texto é mais um do intelectual Frantz Fanon, na obra “Sociología de Una Revolución” de 1959, em que no capítulo intitulado “Aquí La Voz de Argelia” o martinicano preocupa-se em demonstrar a relação dos sujeitos envolvidos na situação colonial francesa na Argélia – tanto colono como colonizado – em relação à rádio. “Los europeos de Argelia, em general, poseen aparatos de radio. Antes de 1945, los radiorreceptores pertenciam em 95%, a los europeos” (FANON, p. 50). De propriedade inicialmente apenas da maioria europeia branca, de forma semelhante às associações, a rádio representou em um primeiro momento, no processo de colonização da França em território argelino, um instrumento exclusivo de coletividade, reafirmação dos valores de classe e raça dos colonos: “Para um europeo, poser um radioreceptor significa inaugurar el circulo de la posesión pequeno burguesa occidental, que va de la radio a casita propia, pasando por el automóvil y el refrigerador” (FANON, p. 50, 51).

Entretanto, esse símbolo de dominação e ratificação da situação colonial francesa, observa Fanon, sofre uma virada de significado. Se antes de 1945, era objeto do colono, com o acirramento das lutas coloniais – guerrilhas, batalhas -, se tornou instrumento revolucionário dos argelinos subjugados. Perdendo “su caracter del objeto del enemigo. El radioreceptor deja de formar parte del arsenal de opresión cultural del ocupante” (FANON, p. 64). A rádio que antes somente falava de franceses para e sobre os próprios franceses, reconstituiu-se e se coloca como instrumento de fala, de escuta dos próprios argelinos. Um veículo de notícias e

informações sobre a situação da luta, dos embates dos guerrilheiros, das derrotas francesas e dos próximos passos para a descolonização e libertação.

Assim, de repressão à expressão de liberdade, o artigo passa agora a analisar de forma análoga as associações civis e clubes no território angolano, inicialmente – como já demonstrado anteriormente – entidades de poder e dominação europeus, mas que semelhantemente à rádio francesa, se tornaram símbolos de instrumentalização de ataques e resistências dos colonizados angolanos à estruturas e mecanismos da situação colonial portuguesa. Como afirmou Domingos, mas para o caso da difusão do esporte em Moçambique:

Depois de transmitido, o futebol expandiu-se por inúmeras formas. Os limites da sua apropriação não estavam controlados por organismos coloniais (...). Foram fundados clubes e associações «nativos», situados normalmente nos principais centros urbanos, que criaram estruturas próprias, reguladoras das competições (DOMINGOS, 2006, p. 401).

Com enfoque específico dentro de um recorte temporal que abrange desde a primeiras fundações de clubes associativos em 1910 até o período da independência angolana em 1974, o artigo primeiramente pretende abordar as formas de resistência nativa nesses espaços entre 1910 a 1930. Nesse sentido, é necessário realizar um diálogo com os conceitos e as categorias anteriormente analisadas com as experiências e os contextos específicos que a documentação e a bibliografia sobre determinado período angolano apresentam – um diálogo entre o conceito e a fonte, diria. E.P. Thompson em a Miséria da Teoria (1983).

Dito isso, esse período entre as décadas de 1910 e 1930 correspondem ao fim de um processo iniciado na segunda metade do século XIX, marcado “pela intensificação da presença portuguesa em Angola, sobretudo em Luanda e arredores.” (MARZANO, 2010, p. 72). Dentre as consequências desse processo, a mais importante para este artigo é a percepção de um acirramento entre esses grupos de colonos portugueses que passavam a aumentar e grupos das elites crioulas angolanas. Estas elites nada mais eram que grupos de nativos miscigenados culturalmente, que se beneficiavam de atividades exercidas dentro do contexto colonial desde pelo menos o século XVIII no território. Ocupavam “os espaços

abertos pela fraca presença portuguesa” (MARZANO, 2010, p. 73) seja em atividades econômicas como tráfico de escravos, ou até mesmo em postos militares, clericais ou da própria administração colonial.

Então, dentro de todo esse contexto, se observa que com a imposição de uma presença maior de migrantes portugueses junto com a abolição de atividades importantes como o tráfico no século XIX – ou, por exemplo, em 1919, com uma lei de concessão de terras à colonos europeus, prevendo até mesmo a expulsão de agricultores negros de suas propriedades – houve um aumento de inúmeros conflitos nessa sociedade colonial angolana, com disputas no campo político, social, econômico e cultural entre os grupos crioulos e as elites portuguesas. Outrossim, é nesse sentido que os espaços associativos e de clubes se tornam lugares de reivindicações contra os mecanismos de segregação ou imposição propostos ou estabelecidos pela metrópole portuguesa, mas também, seguindo as estruturas e demandas hierárquicas da situação colonial, obtiveram por meio delas um ambiente de diferenciação aos outros angolanos considerados “indígenas” ou nativos não-civilizados, pois adotavam modelos europeus de educação e esporte, por conseguinte, uma melhor forma de requerer privilégios dentro das estruturas colonizadoras.

Um exemplo concreto disso tudo é de João Anapaz de Lemos, dirigente do Clube Atlético de Luanda, clube de futebol fundado por famílias de elites crioulas. Em 1930, em meio aos conflitos que culminaram em duas federações de futebol angolanas, cujas equipes direta ou indiretamente se juntaram em dois grupos baseados em diferenças de raça e classe, o funcionário do Atlético utiliza-se de sua proeminência, em uma entrevista a um jornal angolano, para pedir maior cuidado com o futebol angolano, pedindo que se criasse não apenas uma federação, mas que esta fosse filiada à Federação Portuguesa, e consequentemente, à FIFA: “As palavras do dirigente do Atlético metaforizavam, em parte, os anseios das elites crioulas naquele contexto: o respeito a sua dignidade e a equiparação de direitos em relação aos colonos, ainda nos limites traçados pelo colonialismo.” (MARZANO, 2010, p. 95).

Esse último ponto é importante, pois retoma algo anteriormente mencionado sobre o diálogo do aporte teórico com a experiência das fontes e das documentações. Assim, os conceitos ajudam a refletir e compreender vivências de indivíduos e grupos, mas não devem ser usados sem a cautela de delimitar as especificidades do objeto histórico, que mostra os limites e as possibilidades do uso de categorias conceituais.

Por isso, como exemplo, a noção de instrumentalização da rádio francesa pelos argelinos contra um ataque direto à dominação colonial pode parecer deslocado ou dessemelhante do uso das associações pelas elites crioulas angolanas contra os portugueses, mas, por outro lado, delimitado às circunstâncias históricas e do contexto das elites, que não possuíam ainda um arcabouço político sólido de pensar totalmente fora da situação colonial – o que ocorreria posteriormente –, é possível fazer um paralelo e verificar que há também uma instrumentalização de modelos culturais europeus por parte dessas elites, que se não pediam o fim da situação colonial, requeriam direitos e privilégios para resistir às formas de opressão e segregação que eram impostas naquele período específico da colonização.

Ao fim, também pode-se desdobrar essas ponderações aos conceitos de situação colonial, tanto de Frantz Fanon quanto de Georges Balandier, que os próprios autores têm o cuidado também de fazer e tornar mais complexo. Na realidade, o que se pode concluir pelos autores é que a situação colonial é fundamentalmente cindida em dois mundos e autores maniqueístas – colonos e colonizados, mas que suas expressões na realidade empírica podem ser bem diferentes. Assim, pode haver tanto alianças entre elites estrangeiras coloniais e elites dos colonizados para afirmação do regime colonial, como diferenças e conflitos entre os próprios colonizados, como se pode ver no exemplo analisado no último parágrafo, em que as elites crioulas não se consideram no mesmo status dos outros colonizados nativos, e por isso, pedem maiores direitos dentro do próprio colonialismo que ideologicamente o segrega.

Outros casos podem elucidar essas últimas reflexões tratadas. Agora no contexto pós-segunda guerra mundial – anos 50, 60 -, em que a legitimidade dos impérios europeus em África e Ásia começam a ser contestadas e cada metrópole empreende suas ferramentas na tentativa de manter suas colônias. Portugal, por exemplo, se utilizou de um discurso baseado em ideologias ligadas ao trabalho de Gilberto Freyre, cujos pilares se desdobraram em visualizar o colonialismo português como mais humano e harmônico. Uma das medidas adotadas pelo Estado Português, por exemplo, foi uma nova nomenclatura dos territórios africanos de seu império, retirando o termo “colônia” e substituindo por “Províncias Ultramarinas” O “Estado colonial português enfatiza o discurso de que não há discriminações raciais em seu território, ainda que houvesse um estatuto de cidadania diferenciado para assimilados e indígenas.” (BITTENCOURT, 2010, p. 108).

É justamente seguindo essa retórica que membros de associações futebolísticas das elites angolanas passam a reivindicar então o estatuto prometido pelos portugueses de que havia uma igualdade entre todos os cidadãos do império. Mais uma vez, a exemplo do caso dos anos 20 e 30, não uma instrumentalização pelo fim da colonização, mas uma forma de resistência contra certas estruturas e mecanismos do imperialismo. Assim, visualiza-se por meio de outro dirigente esportivo do Clube Atlético de Luanda, em 1954 – em contexto de popularidade ainda maior do esporte na cidade e em Angola (BITTENCOURT, 2017, p. 877) -, também em um texto a um jornal angolano, o uso dessa retórica de igualdade, em que se exige que a discussão sobre a situação do futebol português seja estendida aos territórios angolanos (BITTENCOURT, 2010, p. 108). Este denuncia que a mudança de nomenclatura das colônias não correspondeu em uma mudança de atitude da metrópole perante Angola, que poucos investimentos foram feitos tanto nas federações ou clubes, quanto nas escolas de aprendizado, no sentido de relacionar a educação esportiva com o ganho civilizacional aos colonos (BITTENCOURT, 2010, p. 109). Por isso, do mesmo modo do exemplo dos anos 30, não há uma ação contrária ao regime, mas uma forma de resistência visando melhorias de vida e fim de privilégios:

Evidentemente, essas críticas no campo futebolístico também irão surgir em outras esferas da vida colonial. Sempre adotando o discurso colonial de que não há diferenciações de ordem racial em Portugal que causem discriminações e privilégios, esses angolanos, jogando dentro do campo da legalidade, irão pleitear conquistas no terreno jurídico que atacavam os privilégios coloniais (BITTENCOURT, 2010, p. 109).

Formas de instrumentalização com a finalidade do fim da situação colonial assim como a rádio francesa na situação colonial argelina são somente mais posteriores. Já em um processo de completa inabilidade e falta de legitimidade dos impérios coloniais, em que teorias políticas de descolonização ganharam mais terreno nas sociedades colonizadas e o mundo político dos territórios africanos é pensado agora fora dos terrenos do imperialismo. A situação colonial portuguesa em Angola e outros territórios se encontra, por conseguinte, dessa maneira sobretudo após os anos 60 – luta armada angolana se inicia em 1961, por exemplo – e os clubes e associações tomam uma importância ainda maior no contexto.

Como mostrado anteriormente, se já era um espaço de discussão que pleiteou medidas e demandas dos colonizados, ainda mais em território em que eram ausentes os partidos políticos, - “que fez com que determinados espaços associativos, como os clubes esportivos, assumissem uma conotação política, se transformassem em espaços de discussão política” (BITTENCOURT, 2010, p. 109), se tornam ainda mais efetivos em um momento de acirramento das tensões coloniais. O caso mais emblemático desse período talvez seja o do Botafogo de Luanda, equipe que neste período do acirramento colonial abrigou em seus plantéis inúmeros nacionalistas, como Manuel Santos, além de oferecer consultas médicas gratuitas à população, ensino e alfabetização e um departamento cultural em que publicavam um jornal chamado “Balumuquene”, que em Kimbundu poderia ser traduzido como “Levantem-se”. Assim, antes um lugar somente desportivo, “o Botafogo vai se transformando em um local de encontro de discussão política e até mesmo, para alguns de seus adeptos, em local de conscientização política e trabalho clandestino.” (BITTENCOURT, 2010, p. 115) – caso semelhante de contestação da soberania do império por meio do futebol pode ser encontrado nos eventos da colonização britânica na Índia, como mostra Karine Dalsin (2010, p. 4).

Conclusões

O artigo teve o objetivo de apresentar como os espaços associativos e os clubes de futebol se transformaram em formas políticas de resistência aos colonizados angolanos perante a situação colonial. Lugares que inicialmente eram símbolos de dominação e diferenciação europeia, mas que tomaram outro significado para distintos atores em território angolano, os quais os utilizaram para reclamar direitos, denunciar privilégios e encontrar novos destinos e caminhos dentro das hierarquias e segregações impostas pelo colonialismo português. Nesse sentido, houve um trabalho de esclarecer as categorias e os conceitos utilizados, ao mesmo tempo, em que se pensava na experiência prática dos angolanos, cujas noções conceituais deveriam ser então repensadas e reformuladas, e não somente transpostas.

Edward Said, em “Cultura e Imperialismo”, apontou na introdução de seu livro que desde as primeiras entradas e contatos dos colonos em África ou Ásia, ocorreu a resistência ativa e constante dos colonizados, em um enfrentamento, por uma série de meios, contra o futuro incerto e violento que os europeus os destinavam. Em outras palavras, sempre houve contra-ataques. Cada qual em um momento distinto do campeonato (contexto imperial específico), realizados por equipes diversas (os agentes, atores e personagens da sociedade colonizada) e empreendidos em diferentes estratégias que levam em conta o elenco, a tática e o modo de chegar ao gol adversário (princípios, objetivos e propostas dos sujeitos resistentes). O contragolpe é, ao final, não somente válido, mas, em todos as suas expressões, constitui-se uma ferramenta fundamental para aqueles que enfrentam um adversário superior e poderoso. Naqueles minutos finais de partida, é ele quem, contra todas previsões e contra toda naturalidade de uma suposta vitória legítima e eterna do time dominante, constrói uma jogada iluminada, transgressora e eficiente, que serve para surpreender, abater e ruir as estruturas políticas, morais, sociais, culturais e econômicas do antes aparentemente imbatível e onipotente rival.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **Sociologia da África negra: dinâmica das mudanças sociais na África Central**. Mangualde/Luanda: Edições Pedagogo/Edições Mulemba, 2014.

BITTENCOURT, Marcelo. Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política. In: MELO, Vitor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto (org.). **Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 101-133.

_____. O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960). **Análise Social**. Lisboa, ICS, n. 225, pp. 874-893, 2017.

Dalsin, K.. Futebol e Colonialismo no Território Indiano. **Revista de História do Esporte**, 2010, p. 1-20.

Domingos, N. Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: Sobre o caso Moçambicano. **Análise Social**, XLI (179), p. 397-416, 2006.

FANON. Frantz. **Os condenados da terra**. 2. ed. Pref. Jean-Paul Sartre. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Sociología de una revolución**. Cidade do México: Ediciones Era, 1968.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 6. ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARZANO, Andrea. Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda. In: MELO, Victor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto (Orgs.). **Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 71-99

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

SAID, Edward. Introdução. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 3-22.

ANTIRRACISMO(S) DE OUTRORA:

Juliano Moreira, Manoel Querino e a luta contra o racismo científico (1870-1933)

Mateus Ferreira Galvão¹

Artigo recebido em: 17/12/2020.

Artigo aceito em: 23/08/2021.

RESUMO: Em meados do século XIX e início do século XX o Brasil passou por um processo de ressignificação das hierarquias sociais e política com o declínio da escravidão e a ascensão da República. O controle da população negra recém liberta e as propostas de projetos nacionais para redefinir os novos rumos da sociedade figurava entre as preocupações das elites intelectuais. A construção de um projeto nacional tinha como base as teorias raciais que enxergava a população negra como o “problema” a ser solucionado. Este trabalho pretende lançar luz, seguindo a ideia de “multiplicidade da diáspora” no “Atlântico negro” de Paul Gilroy, sobre as trajetórias e atitudes antirracistas dos intelectuais baianos negros Manuel Querino e Juliano Moreira, diante do racismo científico que hegemonizava nos meios acadêmicos daquele período.

PALAVRAS-CHAVE: Juliano Moreira; Manoel Querino; Antirracismo; Atlântico Negro; Racialismo científico.

ANTI-RACISM(S) OF YORE: Juliano Moreira, Manoel Querino and the fight against scientific racialism (1870-1933).

ABSTRACT: In the middle of the 19th century and the beginning of the 20th century, Brazil underwent a process of redefinition of social and political hierarchies with the decline of slavery and the rise of the Republic. The control of the newly liberated black population and proposals for national projects to redefine the new directions of society were among the concerns of intellectual elites. The construction of a national project was based on racial theories that saw the black population as the "problem" to be solved. This work intends to shed light, following the idea of “multiplicity of the diaspora” in Paul Gilroy's “Black Atlantic”, on the anti-racist trajectories and attitudes of black Bahian intellectuals Manuel Querino and Juliano Moreira, in the face of the scientific racialism that hegemonized in the academic circles of that period.

KEYWORDS: Juliano Moreira; Manoel Querino; Anti-racism; Black Atlantic; Scientific racialism.

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduando em História (Bacharelado) pela mesma instituição; Professor de História da Rede Estadual de Educação da Bahia (SEC-BA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5167576125751886>. E-mail: mateus_galvao7@hotmail.com.

Introdução

Vivemos atualmente em uma conjuntura de crise global que põe em xeque as bases institucionais da democracia liberal (CASTELLS, 2018). Entre as reivindicações mais urgentes no bojo dos movimentos sociais e do conjunto da sociedade podemos citar, entre outros, a superação do racismo e das desigualdades sociais. Movimentos ativistas internacionais como *Black Lives Matter* têm pressionado e influenciado os diversos segmentos da sociedade civil à um posicionamento e um maior engajamento diante da luta antirracista. No Brasil, o livro *Pequeno Manual Antirracista* (2019) da escritora negra Djamila Ribeiro desponta entre os livros de não-ficção mais vendidos no ano de 2020 segundo o site da revista *Veja*², além de ter sido a obra vencedora do 62º Prêmio Jabuti³ de literatura na categoria ciências humanas. Isso nos indica de forma mais palpável como o ideal e o sentimento antirracista permeia o imaginário de parte considerável da população brasileira.

Perante esse cenário e entendendo que o olhar sobre o passado acontece através das carências de orientação do tempo presente (RÜSEN, 2001) este trabalho pretende lançar luz sobre as trajetórias e atitudes dos intelectuais negros Manuel Querino (1851-1923) e Juliano Moreira (1872-1933), diante das ideias racialistas que hegemonizava nos meios acadêmicos e intelectuais do Brasil entre meados do século XIX e início do século XX.

Manuel Querino e Juliano Moreira nasceram na Bahia e viveram num período marcado pelo processo de ressignificação das hierarquias sociais com o declínio da escravidão e de mudanças políticas que levaram o fim do Império e a ascensão da República (ALBUQUERQUE, 2009). Aquele momento foi marcado por preocupações entre as elites brasileiras em exercer o controle sobre a população

² VEJA. Os livros mais vendidos(não-ficção), c2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/livros-mais-vendidos/nao-ficcao/>>. Acesso em:14 de nov. 2020.

³ CÂMARA BRASILEIRA DOS LIVROS (CBL). Jabuti: premiados 2020, c2020. Disponível em: <<https://www.premiojabuti.com.br/premiados-por-edicao/premiacao/?ano=2020>>. Acesso em: 14 de dez. 2020.

negra recém liberta e de propor projetos nacionais para redefinir os novos rumos da sociedade brasileira.

A partir desse parâmetro, será analisado como as teorias racialistas foram apropriadas no *métier* intelectual brasileiro e como esses personagens reagiram a essas ideias através de seus trabalhos intelectuais. Por fim, seguindo a ideia de “multiplicidade da diáspora” no contexto do “Atlântico negro” de Paul Gilroy, investigar as especificidades das ações antirracistas de Manoel Querino e Juliano Moreira através das suas ações cotidianas.

Teorias racialistas: Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Cesare Lombroso

Com o cenário movediço de transformação da realidade nacional é que de forma lenta e gradual os setores aristocráticos tentavam adiar o declínio da instituição escravista. As ideias positivistas em voga promoviam a ciência como signatária do progresso e diante do quadro de mudanças as elites intelectuais tomavam consciência de sua importância perante os novos rumos nacionais. Entre as elites intelectuais brasileiras a construção de novos projetos nacionais, surgidos naquela conjuntura, tinha como elemento fundamental teorias raciais que elegia a população negra como o “problema” a ser solucionado.

Dessa forma, emerge um discurso científico e etnológico que realocava um novo espaço de inferiorização na transformação de escravos em negros (CORRÊA, 2013). Nessa nova categoria de análise o negro deixou de ser uma “maquina econômica” e passa a ser visto como um “objeto da ciência” (ROMERO, 1879, p.99). Membro de destaque do movimento intelectual denominado “Escola do Recife”, surgido nas dependências da Faculdade de Direito do Recife em 1870, Sílvio Romero defendia um projeto de nação baseado na tese do branqueamento da população através do processo de mestiçagem com o incentivo à imigração europeia:

“O futuro povo brasileiro será uma mescla afro-indiana e latino-germânica, se perdurar, como é provável, a imigração alemã, ao lado da portuguesa e italiana. (...) O Brasil não deve contar seriamente com os

índios e negros como elementos de uma civilização futura, ainda que estenda até eles os benefícios do ensino.” (ROMERO, 1888, p 21)

Dessa forma, ele acreditava que haveria o desaparecimento gradual da população negra e indígena no processo de formação da futura civilização brasileira. Essa solução proposta por Silvio Romero não era uma unanimidade entre os intelectuais da sua geração, enxergar a miscigenação de forma positiva foi uma solução original encontrada por uma parte desses intelectuais para viabilizar um projeto de nação dentro do paradigma do racismo científico (SCHWARCZ, 1993). Por outro lado, a mestiçagem era percebida de forma negativa o que ocasionou uma perspectiva pessimista sobre esses projetos de nação.

A visão pessimista sobre a miscigenação era compartilhada por parte dessa elite intelectual, pois era entendida como sinônimo de degeneração. Dentro do jargão científico do período a degeneração provocada pela mestiçagem tinha implicações negativas na saúde física e mental da população. Um dos defensores dessa tese era o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1902), considerado o precursor da Medicina Legal no país e consagrado professor e pesquisador da Faculdade de Medicina da Bahia. Seus estudos e pesquisas circulavam nos principais periódicos de Medicina do país, a Gazeta Médica da Bahia e o Brazil-Medico do Rio de Janeiro, além de revistas internacionais, nos quais as discussões sobre suas pesquisas podiam ser apreendidas.

Na Medicina Legal, o modelo jurídico e médico se absorvem (CORRÊA, 2013) e as discussões racialistas transparece nas faculdades de Direito e Medicina, como observada nas discussões de Sílvio Romero e Nina Rodrigues, além de outras instituições (Museus e Institutos Históricos) de caráter intelectual do país (SCHWARCZ, 1993). Apesar da divergência sobre o aspecto da mestiçagem, os dois convergiam sobre a necessidade de estudos sobre os negros, especialmente a população africana:

“Exigências do ensino da medicina legal, disciplina que professo, impondo-me o dever de conhecer de perto os Negros brasileiros, ofereceram-me oportunidade de apreciar a exatidão do juízo externado há vinte anos pelo Dr. Sílvio Romero. Hoje é a Bahia talvez a única

província ou estado brasileiro em que o estudo dos Negros africanos ainda se pode fazer com algum fruto.” (RODRIGUES, 2010, p 23)

A preocupação de Nina Rodrigues sobre seu “objeto de pesquisa” se tornava ainda maior, pois havia constatado através de suas pesquisas que a população africana estava envelhecendo e diminuindo cada vez mais no contexto do pós-abolição. Em sua visão, era necessário um esforço para coligir informações para os estudos científicos da “raça negra” no Brasil e entendia que na Bahia residia a maior parte dessa população africana. Esses estudos serviriam para um melhor entendimento das influências das diferentes etnias africanas e suas culturas, línguas e costumes na sociedade brasileira, visto que a população negra ainda era considerada um “problema”.

Em suas inquirições Nina Rodrigues atribuía perfis psíquicos às diferentes raças e pontuava a influência disso na criminalidade. Nesse sentido, ele acreditava haver uma espécie de criminalidade étnica, no qual existiria diferentes níveis de evolução moral e jurídica entre as raças e isso ficaria nítido em sociedades em que várias “raças” coexistiam, esse tipo de pensamento implicaria em críticas sobre o código penal da época que não considerava essas variáveis baseados em estudos ditos “científicos” (RODRIGUES, 2011).

Essas discussões de cunho jurídico emergiram com as propostas para a elaboração do então novo código penal de 1890. Tais ideias eram reflexo da influência do pensamento positivista e os intelectuais brasileiros buscaram respostas na ciência para resolver questões pertinentes para a sociedade naquele período. De forma mais específica, a influência do médico e antropólogo físico Cesare Lombroso (1835-1890) e a sua “galáxia” de associados italianos, pertencentes a Escola Positiva de Criminologia de Turim, teve grande impacto entre os intelectuais no Brasil (SANSONE, 2020).

As teorias de Lombroso foram bastante populares no país e serviram de base à chamada Antropologia criminal que buscava através da frenologia, ou das técnicas de craniometria (medição de crânios), reconhecer características físicas

inatas pertencente à grupo de criminosos ou “seres atávicos”, percebidos como “homens delinquentes menos evoluídos”. Em uma série de pesquisas publicadas na seção de “Anthropologia Criminal” da Gazeta Médica da Bahia em 1892, Nina Rodrigues divulgou os resultados dessas técnicas utilizadas na medição craniana do “famoso salteador” Lucas de Feira.⁴

Sob a perspectiva da Antropologia criminal que interpretava de forma particular as teorias raciais, o perfil do “homem delinquente”⁵ era comumente associado às “populações de cor” que carregava todos os estigmas que os desabilitavam a fazer parte dos projetos de nação idealizados por esses intelectuais. Daí surgem as questões: quais os impactos dessas teorias raciais sobre os intelectuais negros e mestiços? como eles reagiram a essas teorias?

Juliano Moreira

Para refletirmos sobre essas indagações sigamos a trajetória de Juliano Moreira, um intelectual negro baiano que ingressou de maneira precoce, aos 13 anos, na Faculdade de Medicina da Bahia iniciando uma trajetória de elevado destaque profissional chegando a tornar-se diretor do Hospital Nacional dos Alienados no Rio de Janeiro entre os anos de 1903 a 1930. Nascido no ano de 1873 na cidade de Salvador na antiga província da Bahia, de origem humilde, foi apadrinhado pelo médico baiano Adriano Gordilho, o Barão de Itapuã, ao qual sua mãe prestava serviços em sua casa. Era mestiço, filho de português que exercia a função de inspetor de iluminação pública encarregado de fiscalizar os acendedores de lampião das ruas (SANTOS, 2013, p.47) (LOPES, 1997, p.180).

Juliano Moreira representa um contraponto ao pensamento racista que imperava naquele ambiente acadêmico, aliás, somente a sua presença como intelectual negro em meio a esse cenário é algo extremamente curioso. Desse modo, vale a pena ressaltar um trecho de seu discurso ao ser aprovado no concurso para

⁴ Gazeta Médica da Bahia, N°9, 10, 11, 12, 1892.

⁵ O termo em referência à obra influente de Cesare Lombroso “O Homem delinquente” lançado em 1880.

professor da Faculdade de Medicina da Bahia: “a quem se arreceie de que a pigmentação seja nuvem capaz de marear o brilho desta faculdade” (MOREIRA, 1896 *apud* ODA e DALGALARRONDO, 2000).

No respeito à atuação da prática profissional, a visão de Moreira destoava sobre questões que associavam degeneração à mestiçagem. Mediante suas pesquisas referente às doenças mentais, Juliano Moreira confrontava diretamente seu pensamento com as ideias defendidas por Nina Rodrigues sobre raça e doença mental. Nesse sentido, Moreira entendia o tema sobre as degenerações mentais por outro viés, suas investigações eram influenciadas pelas teorias organicistas de Kraepelin⁶, grosso modo, o que preponderava era o determinismo físico-orgânico entre as causas e origens das doenças mentais (VENÂNCIO, 2004). Portanto, por esse viés, Moreira introduziu novas ideias ao campo psiquiátrico brasileiro sendo um rigoroso crítico do determinismo racial e geográfico sobre as questões das degenerações mentais.

Segundo a historiadora Magali Gouveia Engel:

“Juliano Moreira asseverava que as variações psicológicas manifestadas por indivíduos pertencentes a diversos grupos raciais seriam decorrentes, sobretudo, dos diferentes níveis de instrução e educação, concluindo que “[...] indivíduos pertencentes a grupos étnicos considerados inferiores, quando nascidos e criados em grande cidade, apresentavam melhor perfil psicológico do que indivíduos, mesmo provindo de raças nórdicas, criados no interior do país em um meio atrasado”. (MOREIRA, 1929 *apud* ENGEL, 2013, p54).

Ou seja, o foco não estava relacionado a questão racial em si, mas, entre outros motivos, à questão organicista individual e de instrução educacional. Reforçando essa ideia, Juliano Moreira escreveu um artigo para o periódico *Brazil-Medico* intitulado, *A luta contra as degenerações nervosas e mentais* (1922), e defendia de forma direta uma luta contra as “degenerações mentais” que extrapolavam o muro dos asilos dos alienados:

⁶ Emil Kraepelin (1856-1926) foi um psiquiatra alemão e é comumente citado como o criador da moderna psiquiatria e genética psiquiátrica.

“Continuemos nas oficinas, nas escolas secundárias, nas escolas superiores e em todas as collectividade o trabalho de hygiene mental que tornará effectiva a melhor prophylaxia contra os fatores de degeneração de nossa gente sempre sem ridículos preconceitos de côres ou castas [...]” (MOREIRA, 1922, p. 226)

Dentro do paradigma sanitarista Juliano Moreira defendia, de acordo com as possibilidades daquele contexto, um ensino que através do trabalho de higiene mental combatia o racismo científico em voga. Além disso, podemos destacar várias medidas adotadas por Juliano Moreira sobre maneiras mais humanizada de tratar os pacientes ao assumir o Hospício Nacional dos Alienados. Entre essas medidas a abolição do uso de coletes e camisas de força; a retirada de grades de ferro das janelas, etc. (ODA e DALGALARRONDO, 2000).

Ao escrever o artigo *Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil* (1905), Moreira deixa algumas impressões sobre os “elementos formadores na nossa nacionalidade” através do olhar da higiene mental. Dentro de um quadro complexo, nos apresenta uma “História do Brasil”, no qual, pelo viés sanitarista, questionava a razão da mestiçagem figurar entre os fatores de decadência social da nação, ideia essa defendida pelos intelectuais mais pessimistas como Nina Rodrigues. Vejamos seu questionamento:

“O álcool representou nesse bárbaro processo de colonização o maior papel imaginável. Com ele procuraram aumentar a pacatez das vítimas, mas simultaneamente foram-se-lhes infiltrando nos neurônios os elementos degenerativos que, reforçados através do tempo, dão a razão de ser de muita tara atual atribuída à raça e à mestiçagem por todos aqueles que não querem se dar ao trabalho de aprofundar as origens dos fatos.” (MOREIRA, 2011, p.729)

“Perdoada seja esta suposta digressão cujo fim foi: primeiro, mostrar que à má natureza dos elementos formadores de nossa nacionalidade deve-se a nossa vasta degenerescência física, moral e social que injustamente se tem ligado ao fato da mestiçagem.” (MOREIRA, 2011, p.730)

Juliano Moreira apresentava o impacto do tráfico negreiro na saúde das vítimas do processo de colonização e elegia o alcoolismo como um fator importante para a “degenerescência física, moral e social” na formação da nação, minimizando

assim, o debate sobre causas relacionadas ao “problema do negro” ou da mestiçagem.

Juliano Moreira entrou em debates associado à pauta da imigração, no decorrer da Primeira República essa era uma discussão que envolvia discursos que promovia a imigração europeia e restringia ou dificultava o incentivo à imigração de populações não brancas, não apenas negros, mas também povos de nações asiáticas. Nesse sentido, seu discurso ampliava o combate às formas de preconceito ligado a cor ou etnia, confrontando-se com ideias xenofóbicas relacionadas à imigração japonesa. O controle à imigração defendido por Juliano Moreira estava alinhado “sob o ponto de vista mental”, não defendia restrições sob o pretexto da distinção de “raça ou nacionalidade”, ele considerava o “aspecto individual” que evitasse qualquer imigrante que apresentasse “perturbação mental congênita ou adquirida” (MOREIRA, 1925).

Como visto, a desvinculação entre degenerescência e mestiçagem defendida por Moreira, tinha implicações que extrapolava os corredores dos hospícios e asilos se estendendo às outras áreas da sociedade. Essa tendência era refletida, também, no modo de enxergar a História do país e em questões contemporâneas ao seu tempo, em sua perspectiva os problemas de ordem higiênica e sanitária enfrentados pela nação não seria uma questão relacionada a mestiçagem ou à imigração africana e de não brancos.

Manoel Querino

Manoel Querino foi um intelectual negro que nasceu na cidade de Santo Amaro no Recôncavo da Bahia em 1851, por alguns conhecido como “autodidata”, figurou em diversos espaços sociais como professor, jornalista, escritor, político, militante operário, abolicionista e artista. De origem pobre e filho de negros livres, perdeu os pais durante a infância e foi entregue ao tutor Manuel Correia Garcia, homem branco educado na Europa e professor da Escola Normal da Bahia. (GLEDHILL, 2020; GUIMARÃES, 2004)

Como mencionado Manoel Querino atuou em diversos espaços sociais e uma revisão completa da sua trajetória exige um esforço considerável, porém existem vários trabalhos que se debruçaram nos rastros de Querino.⁷ Aqui irei me ater a suas publicações de cunho etnográfico principalmente em seus escritos em *O colono preto como fator da civilização brasileira*, *A arte culinária na Bahia*, seu ensaio *A raça africana e seus costumes na Bahia*.

Seguindo seus passos, especialmente em sua obra *O colono preto como fator da civilização brasileira*, o pensamento de Manoel Querino seguia na contraposição do pensamento hegemônico intelectual que considerava o negro como “um problema” e traçava de forma positiva a “colonização” do povo negro no país. Desse modo, demonstrava em seus escritos que o “colono africano” possuía conhecimentos importantes na mineração, na agricultura, pecuária, na arte da navegação entre outras habilidades essenciais para o desenvolvimento da nação. (QUERINO, 1980)

Nessa obra, Manoel Querino tratava o negro, não como um “objeto da ciência” e de maneira abstrata, mas como um agente importante na história do país, pois em sua perspectiva as riquezas aqui conquistadas era fruto do trabalho laborioso desses agentes, enfatizando o “colono preto” como “fator máximo” na construção econômica do Brasil.

Em tom de denúncia escrevia sobre a violência da escravidão moderna e colocava em evidência a agência dos negros nas diversas estratégias de resistência, desde o suicídio, levantes, fugas, formação dos quilombos e na ajuda mútua para a obtenção de alforria. Assim, em perspectiva histórica, a liberdade dos negros escravizados não seria uma “dádiva” concedida e aceita de forma passiva, mas consequência da evolução de suas lutas ao longo do tempo. Esse ponto de vista histórico só recentemente adentrou nos ciclos acadêmicos e no ambiente escolar do livro didático. Saindo do campo teórico, Querino efetivou de forma prática

⁷ Cito alguns: Jaime Sodré, *Manoel Querino: um herói de classe e raça*, Salvador, 2001; Jaime Nascimento e Hugo Gama, *Manoel Querino e seus artigos na Revista do Instituto Geográfico da Bahia*, Salvador, IHGB, 2009; Sabrina Gledhill, *Travessias no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T Washigton e Manoel R Querino*, EDUFBA, 2020.

resistências à instituição escravista participando de clubes abolicionistas como a Sociedade Libertadora Baiana e sua “ideia de civilização não excetuavam os africanos nem a irracionalidade fazia parte da “raça negra” (ALBUQUERQUE, 2009, p.87). Em oposição à ideia propagada sobre o elemento negativo da mestiçagem, Manoel Querino exaltava os talentos de vários intelectuais mestiços que eram consagrados no imaginário intelectual do período.

“Do convívio e colaboração das raças na feitura deste País, procede esse elemento mestiço de todos os matizes, donde essa plêiade ilustre de homens de talento que, no geral, representaram o que há de mais seleta nas afirmações do saber, verdadeiras glórias da nação. Sem nenhum esforço pudemos aqui citar o Visconde de Jequitinhonha, Caetano Lopes de Moura, Eunápio Deiró, a privilegiada família dos Rebouças, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Cruz e Souza, José Agostinho, Visconde de Inhomirim, Saldanha Marinho, Padre José Maurício, Tobias Barreto, Lino Coutinho, Francisco Glicério, Natividade Saldanha, José do Patrocínio, José Teófilo de Jesus, Damião Barbosa, Chagas, o Cabra, João da Veiga Wdrici e muitos outros, só para falar dos mortos. Circunstância essa que nos permite asseverar que o Brasil possui duas grandezas reais: a uberdade do solo e o talento do mestiço.” (QUERINO, 1980, p 156,157).

Com essa tática Manoel Querino contestava de forma sucinta as ideias do racialismo científico, especialmente as considerações de Nina Rodrigues que considerava a mestiçagem o maior entrave para a construção da nação, ideias essas que circulava nos meandros da Faculdade de Medicina da Bahia.

Outra maneira de representar de forma positiva o papel do negro na sociedade foi evidenciar a sua contribuição na culinária baiana. Em *A arte culinária na Bahia*, a formação étnica do Brasil foi percebida através da cozinha baiana e junto aos elementos da cultura portuguesa, indígena e africana, porém, na sua visão, o fator de excelência da culinária baiana centrava-se na primazia do elemento africano. Dessa forma, deixou um registro de grande valor sobre a culinária baiana descrevendo o modo de preparo de diversas iguarias na época e que ainda permanecem nos dias atuais (QUERINO, 1957).

Sobre a *A raça africana e seus costumes na Bahia* (1916), Manoel Querino representava através de fotografias os africanos resididos na Bahia de forma humana e digna. Segundo as análises de Christiane Silva Vasconcellos “o ensaio é pioneiro

na utilização de fotografias para produção historiográfica sobre a temática de africanos na Bahia”, além do mais, o jeito que foram montadas as fotografias seguia na contramão dos teóricos racialistas que enquadrava as populações não brancas de maneira ignóbil em formato de “catálogo de espécies” (SILVA VASCONCELLOS, 2009).

Essa atitude de contraste era refletida em seus escritos de modo incisivo:

“[...] deixamos aqui consignado o nosso protesto contra o modo desdenhoso e injusto por que se procura deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas.” (QUERINO, 1938 *apud* GLEDHILL, 2010)

Em seus “versos” Querino protestava explicitamente, mais uma vez, “contra o desdenhoso e injusto por que se procurava deprimir o africano chamando-o de rude e boçal” (QUERINO, 1955. *Apud*, ALBUQUERQUE, 2009, p.223). As fotografias de cunho etnográfico organizadas por Querino continham representantes do candomblé, a representação das pessoas de santo e do seu “refinamento cultural” nas imagens era uma atitude promovida para combater a perseguição religiosa policial daquele período (SILVA VASCONCELLOS, 2009).

A partir das publicações analisadas nesse tópico, podemos constatar que foram várias as atitudes de Manuel Querino na tentativa de valorizar os negros e dar luz as suas contribuições com o intuito de transformá-los em um fator civilizacional positivo. De acordo com as palavras da historiadora Sabrina Gledhill as maiores contribuições de Querino foi sua “insistência para que a história nacional levasse em consideração suas raízes africanas e a presença e influência dos africanos” (GLEDHILL, 2020, p.118-119).

Comparações e desconexões

Após essas considerações parciais das trajetórias de Juliano Moreira e Manoel Querino podemos estabelecer comparações e “desconexões” entre esses intelectuais negros. Para isso creio que devemos partir de uma reflexão que

compreenda as subjetividades dos sujeitos, as suas diferentes concepções da realidade e a conseqüente “agência múltipla” (ALBUQUERQUE, 2009).

Nesse sentido, por mais estreitas que pareçam as atitudes desses ilustres baianos em frente ao racismo científico, as suas ações eram heterogêneas e partiam de uma subjetividade específica. Segundo o sociólogo inglês Paul Gilroy:

“Onde as comunidades de interpretação, necessidades e solidariedade sobre as quais se assentam as culturas do Atlântico negro se tornam uma multiplicidade intelectual e política, elas assumem uma forma fractal na qual a relação entre comunidade e diferença se torna tão complexa que pode continuamente enganar os sentidos. Nossa capacidade de generalizar e comparar as culturas negras é circunscrita, portanto, pela escala de análise que está sendo realizada. Os contornos que são percebidos desses movimentos variam de acordo com a posição precisa do observador” (GILROY, 2012, p. 241)

Usualmente o conceito de Atlântico Negro serve para dar conta de análises comparativas transnacionais da diáspora negra entre locais e espaços distintos. Nesse aspecto, as lutas antirracistas podem apresentar similaridades que permitam interconectar trajetórias de personagens negros ao longo do Atlântico⁸. Contudo, a ideia elementar de “multiplicidade diaspórica” se torna uma ferramenta útil para esta pesquisa. Seguindo a ideia de “multiplicidade da diáspora” de Gilroy⁹, essa heterogeneidade de ações “é uma formação caótica, viva e inorgânica”, ou seja, as ações são dinâmicas e móveis. Além disso, a ideia de multiplicidade da diáspora deixa evidente a “dinâmica política e ética negra de história inacabada”, a pluralidade das culturas e das ações em suas “similaridades e diferenças”.

A partir dessa reflexão teórica, podemos lançar mão de um método comparativo frutífero para analisar a trajetória desses intelectuais negros de épocas e espaços semelhantes, porém destacando a heterogeneidade das suas batalhas contra

⁸ Cito como exemplo o estudo recente realizado pela historiadora Sabrina Gledhill que usa o conceito de Atlântico Negro ao comparar as similaridades das trajetórias e das táticas antirracistas de Manoel Querino no Brasil e de Booker T. Washington nos Estados Unidos (GLEDHILL, 2020).

⁹ Ver: GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro. Editora 34; Universidade Cândido Mendez, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

o racismo (GILROY, 2012, p. 243). Em diálogo com o intelectual negro norte americano W.E.B Du Bois (1868-1963), Gilroy discute sobre três fases “desordenadas” da multiplicidade diaspórica:

“A primeira pode ser definida pelas lutas contra a instituição da escravidão conduzidas em todo o Novo Mundo. Eram lutas pela emancipação do trabalho coagido, produzindo mercadorias para venda em um mercado mundial, e do sistema distintamente moderno de opressão codificada em cor a ele associado. *A segunda é identificável através das lutas prolongadas para conquistar status humano e os consequentes direitos e liberdades burgueses para as populações negras libertas dos países modernizados e industrializados, nos quais liberdade, justiça e direito ficam marcados como "Apenas para Brancos"*. Essas lutas, acima de tudo, eram uma busca pela cidadania, quer conduzidas no contexto de sistemas de mão-de-obra migrante administrados pelo estado, quer nas estruturas menos formais e menos centralizadas da subordinação racial. Essa dinâmica está ligada tanto às formas políticas que a sucedem como a escravidão que a antecedeu. Ela extrai grande parte de sua força e de sua potência simbólica dos padrões distintivos e vibrantes da ação política coletiva possibilitada pela escravidão. O terceiro conjunto de lutas políticas pode ser definido pela busca de um espaço independente no qual comunidade e autonomia negras podem desenvolver-se em seu próprio ritmo e direção.” (DU BOIS, 1903 *apud* GILROY, 2012, p. 242). [grifo nosso]

Em um diálogo transnacional de lutas políticas dos negros pela cidadania, a segunda fase da multiplicidade diaspórica nos orienta a conectar as atitudes antirracistas de Querino e Moreira no contexto amplo do Atlântico Negro, assim como, refletir sobre essas ações no contexto específico de pós-abolição no Brasil. A variedade de lutas numa escala ampliada ou reduzida pode tanto apontar semelhanças entre atitudes de pessoas e grupos em locais diversificados, como tornar mais complexa a análise. Entretanto, Gilroy adverte que:

“A heterogeneidade com que as batalhas contra o racismo se manifestam em todas essas etapas é um lembrete de que as três dimensões não obedecem a uma sequência linear clara. Os traços de cada uma passam a ser inscritos no imaginário político e cultural das outras. As lutas orientadas para determinadas metas táticas muitas vezes coexistiam e até se contradiziam ativamente entre si por gerarem conjuntos radicalmente diferentes de prioridades políticas, alianças e agendas conceituais.” (GILROY, 2012, p. 243).

Nesse sentido, a experiência na modernidade cativou esses personagens a promoverem atitudes singulares na realocação do negro dentro de um projeto de cidadania que não os excluíssem.

Juliano Moreira era “mestiço” e seu pai um português, foi casado com a enfermeira alemã Augusta Peick (SANTOS, 2020, p. 95) e vivenciou uma experiência “cosmopolita”, conheceu a realidade europeia em suas viagens acadêmicas e teve um consequente aumento do seu capital cultural que o orientava nas suas reflexões sobre a sua própria inserção na modernidade. Em 1928 Moreira viajou para o Oriente e conheceu de perto o Japão, isso acrescentou ainda mais seu “aparato cosmopolita” e sua reordenação na batalha contra o racismo parece ter se centrado nessa dinâmica.

Nas entrelinhas de seu discurso sobre as relações internacionais da imigração revela-se o desejo pela diminuição de entraves causados pelo deslocamento entre grupos étnicos entre os Estados-nação. Na sua percepção médico-higienista a preocupação com prevenção de fatores degenerativos eram visíveis, entretanto, isso se estendia para o fator individual. Seguindo esse raciocínio, ao analisarmos a sua obra *Impressões de uma viagem ao Japão* em 1928 transparece um entusiasmo por relações culturais que interagisse de modo dinâmico com a modernidade:

“Dentre os povos do Oriente os que melhor se adaptou aos chamados progresso do Ocidente foi incontestavelmente o japonês.” (MOREIRA, 1938, p. 111)

“Não ser talvez o inglês todos os representantes de todos os outros povos andam ali diluídos em nossa população, às vezes até *com perda completa das características mais frisantes dos seus ascendentes*, com a aquisição das qualidades e até infelizmente dos defeitos de nossa gente.” (MOREIRA, 1938, p. 113) [grifo nosso]

“Sob o ponto de vista biológico e social não» condeno a imigração japonesa, pelas razões já allegadas, assim como porque sob o ponto de vista biológico, estou certo de que *o japonês da segunda geração em diante, nascido no Brasil, será um brasileiro tão afastado do typo original como o filho e o neto do português, do hespanhol, italiano, alemão, etc., nascidos no Brasil que não se julgam' mais ligados, senão excepcionalmente, à patria de seus pães e avós.*” (MOREIRA, 1938, p. 114) [grifo nosso]

Dessa forma, suas atitudes antirracistas seguiam no caminho da inserção do negro no projeto de nação, assim como, num “projeto universalista de desenvolvimento”, sem a necessidade de reforçar um retorno às tradições africanas ou ao “typo original”. Assim defendia a inserção do negro nos pressupostos de

cidadania como qualquer outro grupo étnico, enquadrados nos pressupostos das hierarquias sociais, não raciais, das “práticas políticas modernizadoras e civilizatórias” (RIOS, 2016).

Por outro lado, Manoel Querino não teve a mesma experiência para além das fronteiras nacionais, contudo, fez viagens pelo Nordeste, se estabeleceu por um período no Rio de Janeiro e voltou a se fixar na Bahia (GLEDHILL, 2020). Em atitudes antirracistas procurava elevar o negro a um patamar de destaque da sociedade brasileira e nos meios de representação cultural. Suas atitudes seguiam a trilha da “afrocentricidade” na tentativa de recomposição da tradição africana dentro da modernidade, daí percebemos o “colono preto” como fator da civilização. Como frequentador dos terreiros essa ligação tornava-se mais viva e a sua atuação na direção do grupo carnavalesco negro Pândegos da África endossa ainda mais esse fato. Os clubes carnavalescos negro foram atrações de importância considerada durante o fim do século XIX na Bahia e durante esse período havia um desejo das elites brancas em substituir o Entrudo¹⁰ pelo Carnaval de modelo europeu. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 226). A Embaixada Africana e os Pândegos da África foram clubes carnavalesco negro de significativa repercussão e “promoviam o candomblé nas ruas”, além de tematizar e idealizar a África em seus desfiles. Segunda descrição de Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho percebemos valiosos detalhes sobre os Pândegos da África:

“A multidão negra tomava as ruas, cantando canções em língua iorubá ao som de atabaques, os mesmos tambores usados nos cultos afro-brasileiros. Manoel Querino, professor, escritor e abolicionista negro, foi membro da sua diretoria em 1900. Para ele, o desfile desse clube era a reprodução de festejos que ainda aconteciam na África. Não nos cabe aqui avaliar a veracidade da informação desse folião tão ilustre, mais importante é assinalar a predisposição do clube em reafirmar os vínculos culturais entre a Bahia e a África, apesar da divulgação das teorias racistas que colocavam o continente africano como o último na escala da evolução.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 232).

¹⁰ “Entrudo era a brincadeira com água, farinha e máscaras que desde o tempo da colônia garantia a diversão dos foliões.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 226).

Seguindo esse raciocínio, a participação ativa de Querino no grupo carnavalesco Pândegos da África nos indica outro sintoma desse “africanismo” e da sua ação promotora de “carnavalização da África” em contraste ao “afrancesamento” do carnaval baseado em idealizações culturais europeias desejadas pelas elites locais brancas (ALBUQUERQUE, 2009). Dessa maneira, Manoel Querino usava seus repertórios intelectuais e culturais para combater o preconceito de cor no cotidiano, assim como, contradizer os teóricos racialistas da elite intelectual de outrora.

Diante desses fatos, sua atitude antirracista para incluir o negro dentro do projeto civilizacional centrava-se na exaltação dos africanos e afrodescendentes como colaboradores tão dignos, ativos e capazes como o homem branco. Essa atitude era refletida tanto nos seus escritos como em seu cotidiano, podemos sugerir que Querino buscava nos africanos e na África ligações para reforçar sua própria identidade indesejada nos projetos nacionais forjados pelas elites intelectuais.

Considerações finais

Mesmo em um período dominado pelas teorias racialistas no *métier* intelectual, tanto Manoel Querino quanto Juliano Moreira contribuíram, cada um a seu modo, para uma melhor representação do negro na sociedade. Ambos resistiram ao preconceito racial propondo ideias dissonantes e contestando a visão dominante que os viam como inferiores ou um problema para aquela sociedade. Entretanto as suas atitudes antirracistas não eram idênticas e tinha inspirações com sentidos diversos.

Hoje, percebemos um esforço na busca por referenciais de vozes que por muito tempo foram excluídas ou silenciadas nos debates acadêmicos. O resgate dessas vozes para recompor as reivindicações antirracista é algo sintomático e não foge às demandas da sociedade. Os esforços dos “baianos de outrora”¹¹ em levantar a voz num ambiente intelectual desfavorável que defendia explicitamente a

¹¹ Aqui faço alusão a obra “A Bahia de Outrora” lançada em 1916 do Manuel Querino.

inferioridade dos negros e mestiços parecem ecoar nos dias atuais. Esse eco será mais perceptível se fizermos um exercício de aproximação entre as táticas e atitudes antirracistas de Manuel Querino e Juliano Moreira e as práticas antirracistas evocadas na atualidade.¹²

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CÂMARA BRASILEIRA DOS LIVROS (CBL). **Jabuti: premiados 2020**, c2020. Disponível em: <<https://www.premiojabuti.com.br/premiados-por-edicao/premiacao/?ano=2020>>. Acesso em: 14 de dez. 2020

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

ENGEL, Magali Gouveia. Educação, sanitarismo e eugenia: o negro e a construção da identidade nacional nos debates científicos da Primeira República (1889-1930). In: **História do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos**. Niterói: EDUFF, v. 1, p. 49-63, 2013.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro. Editora 34; Universidade Cândido Mendel, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GLEDHILL, Sabrina. **Travessias no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manoel R. Querino**. Salvador. EDUFBA, 2020.

_____. “Velhos respeitáveis”: notas sobre a pesquisa de Manuel Querino e as origens dos africanos na Bahia”. **História Unisinos**. São Leopoldo. Vol. 14 N° 3 - setembro/dezembro de 2010.

¹² De acordo com o Manual Antirracista de Djamila Ribeiro podemos aproximar, com as devidas ponderações, algumas atitudes antirracistas adotadas por Moreira e Querino evocadas em sua obra: Enxergue a negritude; Transforme seu ambiente de trabalho; Leia autores Negros; Questione a cultura que você consome; Combata a violência racial.

GUIMARÃES, A. S. A. **Manoel Querino e o pensamento negro no Brasil.** (artigo) 2004. Disponível em: <https://docplayer.com.br/13863122-Manoel-querino-e-a-formacao-do-pensamento-negro-no-brasil-entre-1890-e-1920-1.html>
Acesso:16/12/2020.

MOREIRA, Juliano. “A luta contra as degenerações nervosas e mentais. **O Brazil-Medico: revista semanal de medicina e cirurgia.** Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, v. 36, P4, set-out, 1922. P. 226. Disponível em: <https://www.obrasraras.fiocruz.br/gallery.php?mode=gallery&id=47&page=1> .
Acesso em 14 de dez. 2020.

Impressões de uma viagem ao Japão em 1928. Bibliotheca “Juliano Moreira”. Rio de Janeiro, 1935. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg219085/drg219085.pdf .

Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (1905). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental.** São Paulo, v. 14, n. 4, p. 728-768, dezembro 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142011000400012 . Acesso em 14 de dez. 2020.

Seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental.** Rio de Janeiro, n. 1, mar. 1925. p. 115.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Revista Brasileira de Psiquiatria.** São Paulo, v. 22, n. 4, .178-179, dez.2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151644462000000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 11 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000400007>.

QUERINO, Manoel. **A arte culinária na Bahia.** Salvador. Editora Livraria Progresso, 1957.

O colono preto como fator da civilização brasileira. **Afro-Ásia.** Salvador. n.13 v. p. 143-158 m. 1980. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20815> . Acesso em 14 de dez. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIOS, Iara Nancy Araujo. Juliano Moreira: Modernidade e civilização na primeira república brasileira. **Bahia com História,** v. 1, p. sem páginas, 2016.

RODRIGUES, RN. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011. ISBN 978-85-7982-075-5. Available from SciELO Books.

_____. **Os africanos no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ROMERO, Sílvio. “A poesia popular no Brasil”. **Revista Brasileira**, tomo I, jun-set, pág. 99, 1879.

_____. **Historiada Literatura Brasileira: Fatores da literatura Brasileira** (1888). [bn] Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2128 . Acesso em 14 dez. 2020.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANSONE, Lívio. Hiperbólicos italianos: as viagens dos integrantes da Escola Positiva de Antropologia na Itália pela América meridional, 1907-1910. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.265-274, jan.-mar. 2020.

SANTOS, Raquel Pinheiro do. **Manoel Bomfim e Juliano Moreira: aproximações e oposições ao racismo científico na Primeira República**. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2014.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Juliano Moreira: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira** [livro eletrônico] / Ynaê Lopes dos Santos. – Niterói: Eduff, 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA VASCONCELLOS. O Uso de fotografias de Africanos no Estudo Etnográfico de Manuel Querino. **Sankofa**. São Paulo. v, 04, p. 88-111, 2009.

VEJA. **Os livros mais vendidos (não-ficção)**, c2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/livros-mais-vendidos/nao-ficcao/>> . Acesso em:14 de nov. 2020.

VENÂNCIO. A.T. A. Doença Mental, Raça e Sexualidade nas Teorias Psiquiátricas de Juliano Moreira. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 14(2): 283-305, 2004.

**CAETANO DA SILVA SANCHES:
um governador interino em uma capitania subordinada
(Rio Grande, 1791-1797)**

Jeferson dos Santos Mendes¹

Artigo recebido em: 21/12/2020

Artigo aceito em: 03/06/2021

RESUMO: O presente artigo, à luz da história política e de trajetória dos governadores luso-brasileiros do Império português, busca analisar a trajetória e a administração da capitania do Rio Grande pelo capitão-mor governador interino Caetano da Silva Sanches. Natural de Cascais, Portugal, serviu no Regimento de Cascais durante a Guerra dos Sete Anos. Foi transferido para a América portuguesa no posto de sargento de auxiliares no Regimento do Recife, serviu em Pernambuco e, posteriormente passou a ocupar o posto de sargento-mor do Regimento de Pernambuco na Ilha de Santa Catarina, durante as guerras contra Espanha. Entre 1791-1797 atuou no cargo de capitão-mor governador interino da capitania do Rio Grande, atuando até a morte em 14 de março 1800.

PALAVRAS-CHAVE: Governador; Trajetória; Capitania.

CAETANO DA SILVA SANCHES:
an interim governor in a subordinated capitania (rio grande, 1791-1797)

ABSTRACT: This article, in the light of the political history and the trajectory of the Portuguese-Brazilian governors of the Portuguese Empire, seeks to analyze the trajectory and administration of the captaincy of the Rio Grande by the interim governor-chief Caetano da Silva Sanches. Born in Cascais, Portugal, he served in the Cascais Regiment during the Seven Years' War. He was transferred to Portuguese America in the post of sergeant of auxiliaries in the Regiment of Recife, served in Pernambuco and, later on, he occupied the post of sergeant major of the Regiment of Pernambuco on the Island of Santa Catarina, during the wars against Spain. Between 1791-1797 he served as interim governor-captain of the Rio Grande captaincy, acting until his death on March 14, 1800.

KEYWORDS: Governor; Trajectory; Captaincy.

¹ Doutor em História e Cultura do Brasil pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: mendesjeferson@campus.ul.pt; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9536-707X>; Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3284620192147683>

Um governador sem história

A trajetória e a administração de Caetano da Silva Sanches ainda estão para serem escritas. Elas foram muito pouco exploradas pela historiografia clássica norte-rio-grandense. Câmara Cascudo definiu Caetano como “pessoa simples e que se tornou familiar e querido, deixando muitos compadres e afilhados” (1984, p. 129). Já, para Rocha Pombo, o capitão-mor “deu provas de moderação e bom senso em quase seis anos de exercício do cargo” de governador interino e, por esse motivo, “recebeu o cargo de forma definitiva”, em 1797 (2019, p. 183). Tavares de Lyra reduziu toda a administração de Caetano a menos de um parágrafo, desde a posse como governador interino até o falecimento em 15 de março de 1800 (2012, p. 185). Nessa perspectiva, Vicente de Lemos e Tarcísio Medeiros, em *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, primeiro trabalho a fazer um levantamento documental das cartas-patentes dos capitães-mores e governadores do Rio Grande, lembram que Caetano da Silva Sanches foi o primeiro a receber o título de “governador e capitão-mor do Rio Grande do Norte”, através da carta-patente de 9 de janeiro de 1797. Segundo eles, mesmo administrando a capitania por mais de nove anos, “não são conhecidos os seus atos de maior importância”, nada além de, segundo a tradição oral, ter doado o galo da torre da Igreja de Santo Antônio, concluída em janeiro de 1799, e ter provido alguns cargos públicos (1980, p. 61).

A ampliação dos programas de pós-graduação no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, e o profícuo diálogo entre pesquisadores brasileiros e portugueses, no final do século XX, ampliaram as discussões sobre a participação da América portuguesa na política e na administração do Império português. Essas novas pesquisas colocaram em dúvida a utilização dos conceitos de Absolutismo e de pacto colonial, além das relações entre o centro e suas periferias. Antônio Manuel Hespanha (1994) propôs analisar o Antigo Regime a partir de uma lógica negocial, em que o rei era a cabeça de um corpo político e social. Além da noção de uma monarquia corporativa que funcionava na lógica da negociação e da concessão, seu funcionamento dependia da participação dos homens da América na administração

do Império no Ultramar . Nessa lógica, a administração das capitanias dependia da lealdade ao rei e da participação na conquista de novos territórios, funcionando como moeda de troca nas relações entre esses homens e a coroa (FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO; 2007).

Essa renovação historiográfica sobre a administração lusitana na América portuguesa reacendeu os estudos sobre trajetória e administração dos territórios ultramarinos. Da mesma forma, refletiu nos estudos sobre as capitanias do Norte, que ao contrário da historiografia clássica, deram destaque à atuação dos governadores e administradores coloniais.

Por outro lado, estamos diante de um governador que experimentou diversas limitações governativas, que emanavam de diferentes esferas de poder e representação, desde o governador de Pernambuco, do ouvidor da Paraíba, da Câmara de Natal e dos colonos. Em suma, um capitão-mor governador obrigado a moldar suas ações individuais, escolhas e decisões, num contexto de falta de recursos e em paralelo às reações de outros atores naquilo que Rosental chamou de “universo de possíveis” (1988, p. 159).

Para a pesquisa, utilizamos como fontes documentais as cartas do capitão-mor governador Caetano da Silva Sanches, além da documentação referente às capitanias do Rio Grande e Pernambuco, depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino e disponibilizadas pelo Projeto Resgate, além dos termos de vereação da Câmara do Rio Grande, depositados no Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e dos escritos e memórias do padre Joaquim José Pereira, publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB).

A Trajetória

Natural da freguesia de Cascais, Portugal, Caetano da Silva Sanches nasceu por volta de 1745. Filho de Francisco da Silva Sanches e D. Maria Joaquina Sanches. Ingressou muito cedo na carreira das armas, incorporado como porta-bandeira, chegou a alferes, depois tenente e, em setembro de 1770, foi promovido a sargento-mor de auxiliares. Serviu no Regimento de Cascais durante a Guerra dos Sete Anos, no Regimento comandado por Luís de Almeida Portugal (2^a marquês do Lavradio).

Após a guerra, foi transferido para a América portuguesa, servindo no Recife e na Ilha de Santa Catarina durante a guerra contra Espanha. Em 1771, Caetano da Silva Sanches atuava como tenente do Regimento de Pernambuco sob ordens do capitão Manoel de Azevedo do Nascimento, do Regimento de Infantaria da praça do Recife de Pernambuco (AHU_ACL_CU_015, Cx. 111, D. 8605). Com uma leva de militares foi transferido para o Sul. Na Ilha, Caetano foi preso por matar o soldado do Regimento da Ilha, João da Rocha. O sargento-mor “dera duas vezes com a espada na cabeça e a terceira lhe remeteu pelo ventre, que não chegou a durar 48 horas” (ABNRJ, 1983: 113-115). Foi acusado de cometer o mesmo crime quando era porta-bandeira do Regimento de Cascais e ter fugido para a América aproveitando-se de promoções: “passando a América fugido, achou-se na proteção de um general faze-lo alferes, e logo na de outro general, faze-lo tenente; e por ser livre dele e dos empenhos o fez sargento-mor dos auxiliares” (AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 261; AHU-Santa Catarina, cx. 4, doc. 52). Após reconhecer o crime “que não tinha feito de propósito”, o comandante militar, Antônio Carlos Furtado de Mendonça mandou soltá-lo (ABNRJ, 1983, p. 113-115).

A reconquista da vila do Rio Grande (1776) para os portugueses acabou com uma ocupação de treze anos das tropas castelhanas na região, mas gerou um esforço militar de retaliação da coroa espanhola. Uma expedição chefiada por Pedro de Cevallos e o pelo marquês de Casa Tilly, singrou vela do porto de Cádiz com uma frota de mais de 116 navios de guerra e embarcações de pequeno porte, com

destino a Ilha de Santa Catarina. Sem resistência, com o porto desprotegido – no momento em que os espanhóis chegaram às proximidades da Ilha o comandante da Esquadra do Sul, Robert Mac Douall singrou vela para o Rio de Janeiro – os militares luso-brasileiros entregaram as armas sem dar um único tiro. Não exigiram das tropas espanholas que montassem um único trem de guerra.

Com a capitulação da Ilha, o sargento-mor foi preso com os outros responsáveis pelo governo, defesa e administração, levado para o Rio de Janeiro e depois para Lisboa. Luís de Almeida, vice-rei do Brasil (1769-1779), iniciou um processo para apurar os responsáveis pela capitulação. Finalizada a devassa, foram enviados para o Reino, onde o processo foi reaberto nos diferentes tribunais e instâncias.

Primeiramente, o processo passou pela Casa da Suplicação, mas uma petição do marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça pedia um Conselho de Guerra (ALDEN, 1968, p. 502-503). No Conselho de Guerra, foram considerados culpados pelo crime de lesa-majestade. Mas o Conselho de Justiça de 1783 declarou que eram inocentes². Em 1786, com a aproximação entre as coroas ibéricas, a rainha decretou o “perpétuo esquecimento” e o desencarceramento de todos os responsáveis pela defesa da Ilha. Caetano foi reformado no posto de sargento-mor de infantaria do Regimento do Recife e transferido para Pernambuco, onde o governador Tomás José de Melo, segundo as recomendações do secretário Martinho de Melo e Castro, deveria empregar o sargento-mor em uma das capitanias anexas.

Indicado, sem concurso³, ao cargo de capitão-mor governador interino da capitania do Rio Grande, Caetano da Silva Sanches governou por seis anos

² Para mais informações sobre a capitulação da Ilha de Santa Catarina, devassa sobre os responsáveis pela defesa da capitania e condenações nas diversas instâncias, ver: MENDES, 2019.

³ Mafalda Soares da Cunha lembra, até o século XVII, que a escolha dos governadores para as capitanias era feita através de concursos de “extrema selectividade social” e o “recrutamento para este cargo era objecto de uma cuidadosa selecção, não passando sequer pelo Conselho Ultramarino” (2005, p. 82-83). Na mesma perspectiva, Nuno Gonçalo Monteiro reforça que foi na

interinamente e nos últimos três anos, 1797 a 1800, como governador efetivado. Durante a administração interina, essa que nos interessa, atuou muito próximo da Câmara na chamada “Grande Seca” de 1791-1793 e nas tentativas de reduzir o valor da venda de carnes na capitania. Por outro lado, mesmo inserido nos reduzidos espaços de poder, nota-se que as limitações jurídicas e administrativas, vindas da Paraíba e de Pernambuco, limitaram a atuação do governador.

Após três meses de viagem, tempo estimado entre as travessias atlânticas, Caetano recolheu-se à sua praça. A 20 de março de 1790, Tomás José de Melo, governador da capitania de Pernambuco (1787-1798), informou a Martinho de Melo e Castro o recebimento das providências que deveria tomar com o sargento-mor Caetano da Silva Sanches. Disse ele que imediatamente havia mandado na folha militar,

[...] q.^e formasse para o pagamento dos soldos da Tropa paga inclusive ao dito sargento-mor Caetano da Silva Sanches para que lhe pagasse o meio soldo com q.^e Sua Majestade o reformou, como sargento-mor do Regimento do Recife por ser o em q antes servia e desta sorte fica executada esta determinação quando ao soldo (AHU_ACL_CU_015, Cx. 175, D. 12121).

Sobre a recomendação de empregar o oficial em algum posto dos governos dependentes da capitania, o governador respondeu: “q.^e o governo q.^e lhe pode ser conferido é o do Rio Grande do Norte, q.^e se acha vago pelo falecimento de Joaquim Felix de Lima” (AHU_ACL_CU_015, Cx. 175, D. 12121).

Os métodos de seleção dos governadores no Ultramar assumiam diferentes formas. Mafalda Soares da Cunha lembra que podiam ser nomeados pela coroa, após consulta ao Conselho de Portugal, das Índias, ou do Conselho Ultramarino;

década subsequente ao fim da Guerra de Sucessão de Espanha (1703-1714), ou seja, “nos anos 20 de setecentos” que os governadores passaram a ser “nomeados sem consulta do Conselho Ultramarino”. Quanto mais importância tinha a capitania, mais cedo foram desaparecendo os concursos ou foram tornando-se irregulares (2005, p. 212). No caso da capitania do Rio Grande, o último concurso para o governo da capitania foi realizado em 1760. Caetano é o primeiro nomeado a receber o título de capitão-mor governador e ainda, vale destacar, será nomeado sem concurso. Antes dele, apenas Antônio Carvalho de Almeida (1701-1705) parece não ter passado por processo de concurso (ALVEAL; OLIVEIRA, 2018).

pelos donatários (nas capitanias hereditárias), embora, muitas vezes, carecessem de ratificação da Coroa; além de, muitas vezes, pelos governadores das capitanias principais no que respeita às capitanias suas dependentes, embora essa prática, segundo Mafalda, perdeu expressão com a institucionalização do Conselho Ultramarino. Por último, não menos importante e não menos comum, a partir da “eleição das câmaras locais (em situação de abandono, morte súbita ou deposição do titular nomeado), quase sempre na situação de governante interino e, embora raramente, o próprio donatário” (2005, p. 75). No caso de Caetano, partiu do governador de Pernambuco a indicação, que foi aceita pelo secretário Martinho de Melo e Castro.

O antigo capitão-mor, Joaquim Felix de Lima, governou a capitania de 1760 até o falecimento, em 1774. Desde a morte do capitão-mor, a administração estava a cargo do Senado da Câmara. Composto por diversos governos interinos organizados na forma da ordem régia de 12 de dezembro de 1770: “em caso de morte ou impedimento do governador, seja este substituído por um triunvirato, composto do Ouvidor da Comarca, do vereador mais antigo e do oficial de guerra de maior patente”. João Barbosa Gouveia, vereador e comandante das tropas desde 1783, foi um dos homens que mais tempo dividiu a administração (LEMOS; MEDEIROS, 1980, p. 57-58). Como a capitania do Rio Grande estava subordinada à Ouvidoria da Paraíba, também ocupou o cargo no triunvirato o ouvidor Antônio Felipe de Andrada de Brederode⁴.

Após a autorização de Martinho de Melo e Castro, Tomás de Melo tratou da posse do novo capitão-mor governador. Em outra esfera de poder, os oficiais

⁴ Antônio Felipe Soares de Andrada de Brederode era conhecido pelas elites locais, principalmente pelos seus envolvimento em diversos tipos de negócios, nos quais aproveitava-se do poder conferido pelo cargo. Em seus abusos cometeu os mais variados delitos: desde soltar presos por dinheiro até fazer roubo no cofre do Tribunal dos Defuntos e Ausentes. O Ouvidor envolvia-se diretamente nas arrematações, buscando sempre aumentar seus proventos associados ao cargo e aos negócios ilícitos que mantinha. Para dificultar ainda mais a administração de Caetano, na contra mão dos seus desejos, “os grupos de poder da Paraíba, identificados com a elite, buscaram um bom relacionamento com Brederode, cedendo-lhe quantias de dinheiro e aceitando-o nas sociedades de negócio”. Para mais informações sobre o ouvidor, ver: PAIVA, 2012.

camarários “se ajuntaram” em 19 de fevereiro de 1791 para deliberarem o “útil ao bem-comum” e decidiram em comum acordo “irem formados à matriz à posse do novo governador interino desta capitania Caetano da Silva Sanches”. O escrivão da Câmara, Inácio Nunes Corrêa Tomas fez a leitura da nomeação do capitão-mor governador interino (TERMO DE VEREAÇÃO, 1748-1803, p. 294-295). Nesse mesmo dia, com todas as formalidades do cargo, acompanhado “das pessoas mais nobres”, Caetano da Silva Sanches tomou posse.

Entre a governança e a seca

Na primeira correspondência com a Coroa, Caetano agradeceu pela concessão e pela nomeação ao cargo a Martinho de Melo e Castro e expôs as primeiras impressões da capitania e os limites governativos a que estava sujeito. Destacou os problemas de enfermidades que passavam os moradores, desde epidemia de bexigas, escassez de carne, farinha, peixe, além da falta de militares e armamentos para os corpos de infantaria da capitania:

No dia 19 de Fevr^o deste pres^e ano tomei posse desta Capitania do Rio Grande do Norte, da qual V. Ex^a me fez a honra em carregar o governo dela, achando esta pequena cid^e e suas vizinhanças no deplorável estado de maior compaixão, com uma epidemia de bexigas q tem morto mt^a gente, e poucas casas há tanto nesta cidade, como nas referidas vizinhanças que não experimentem o mesmo mal, sendo o meu maior sentim^{to} a falta de todos os víveres que padecem, por me constar q alguns dos doentes chegaram a comer cocos e Mangabas⁵, por não terem outro mantim^{to} (AHU_ACL_015, Cx. 8, D. 483).

A preocupação com a capitania do novo capitão-mor foi reconhecida pelos oficiais camarários em correspondência direta com a rainha. “Atestamos”, escreveram os oficiais, “que o governador desta capitania, Caetano da Silva Sanches” demonstrou interesse “com desvelo no bem deste povo, ao qual no tempo de sua posse achou oprimido com peste e fome”. O governador “tem feito conduzir de remotas partes, aonde não chega o poder desta Câmara, o preciso mantimento de

⁵ Koster lembra que durante a seca de 1793 os habitantes de Pernambuco se alimentaram com sumo de mandioca (1942, p. 467).

farinha, fazendo distribuir sem preferência de rico a pobre [...] atendendo também à grande falta de carne” (AHU_ACL_015, Cx. 8, D. 483)⁶.

Caetano assumiu o comando da capitania justamente no ano da “grande seca”. A maldição das capitanias do Norte, que desde o século XVI pairava nos escritos de autoridades coloniais e nos relatos de viajantes que passavam pelas capitanias, levou à destruição da lavoura, à dizimação do gado e à morte de muitos habitantes.

Uma das memórias a tratar da “grande seca” na Ribeira do Apodi foi escrita pelo padre Joaquim José Pereira. Escrito em 1798 – período em que o secretário de Estado, D. Rodrigo de Souza Coutinho recebia diversos pedidos das câmaras e dos governadores das capitanias do Rio Grande, Paraíba e Ceará, de desanexação da capitania de Pernambuco. Em sua memória, o padre inicia sua observação do período de 1792 e de 1793 com as causas da calamidade que viveu a região:

A investigação desta carta temporária nasceu de uma atenta e escrupulosa observação feita a meditada sobre a estação dos anos de 1792 e de 1793, nos quais a cada passo se esperava a morte. Ela devastou, pelo excesso a que chegou, e despovoou os sertões por falta das chuvas, que se esperavam do céu, de que resultaram tristíssimas conseqüências e desgraçados fins.

A geral penúria que houve de viveres e mais mantimentos, causou uma excessiva fome, sem recurso algum mais do que a tudo quanto se encontrava pelos campos, e que podia encher os estômagos famintos: calamidade esta que assolou os povos daquele continente, e que como bloqueados de um assédio, em que estavam constituídos, suportavam com gemidos e lágrimas o desamparo da sua infeliz situação, em que os pôs era o céu naquele castigo; onde lhes pareciam estar abandonados do mesmo céu e da mesma terra.

⁶ Ao analisar a atuação da Câmara do Rio de Janeiro, Fernanda Bicalho ressalta que as câmaras municipais ultramarinas eram órgãos fundamentais de representação dos interesses das demandas dos colonos (BICALHO, 1998). Com autonomia, tais conselhos municipais, lembra Russell-Wood, eram mais poderosos que seus equivalentes da América espanhola. Governadores e vice-reis que os negligenciavam incorriam em “risco próprio” de “pessoas influentes na colônia” com “linha direta de comunicação com a corte, e cujas reclamações poderiam facilmente ganhar os ouvidos de um ministro poderoso ou do próprio rei”. Em caso de “malogro de um governador em negociar ou acomodar interesses locais poderia provocar uma repreensão régia ou levar à sua destituição” (1998).

[...] Nas secas inesperadas, de que cuidados se não ocupam eles. Como andam espavoridos. Pela situação em que se acha aquele sertão, o mais leve princípio de uma seca os faz andar espasmódicos, tristes e pensativos, lacrimosos e desconhecidos. Eis aqui o verdadeiro caráter que representavam no ano de 1792 e 1793. Seus passos eram lentos pela mínima fraqueza em que se achavam; sua respiração era cheia de repetidos ais e suspiros; seus olhos estavam fundos e encovados com espanto, e os rostos minimamente pálidos; todos os pobres, e igualmente todos os ricos enfim, foram reduzidos ao miserável estado desta catástrofe da natureza (PEREIRA, 1798, p. 175 e 179).

Tal estado de penúria relatado pelo padre, também foi relatado pelos *homens bons* da Câmara, em 21 de janeiro de 1792. Na vereação, os camarários “acordarão” em “notificar todos os pescadores da redinha para venderem a este povo todo o peixe que pescassem [...] pela grande fome que há nesta cidade por causa da grande seca” (TERMO DE VEREAÇÃO, 1748-1803, p. 168). Nesse contexto, as ações do governador eram visivelmente apoiadas pela Câmara. Para os camarários, Caetano tratava a “ambição” e o “gênio”, buscava ainda tentar resolver a peste de bexigas que deixava “este aflito povo” (AHU_ACL_015, Cx. 8, D. 483).

Em meio à seca e suas consequências, o governador de Pernambuco deu ordem para arrematação de um novo edital para o contrato das carnes, a ser realizado na capitania do Rio Grande. Caetano convidou os homens com mais posses da capitania para participar do remate do contrato das carnes, mas como entre os homens que “teriam posse” não havia “um só homem que pudesse rematar”, mandou “convidar p.^a virem lançar e ver se havia quem desse os lances mais cômodos em favor do povo”. Entretanto, “antes de por esta determinação em execução”, em março, chegou o corregedor da Comarca da Paraíba Antônio Felipe Soares de Andrada de Brederode com “um homem p.^a lançar nov.^{te} contrato”⁷

⁷ Geralmente, o contrato das carnes era arrematado pelo prazo de três anos consecutivos, com valor superior aos contratos dos molhados e das aferições, e exigia um fiador como garantia à Câmara. Se o valor pago pela arrematação era maior conforme outros produtos, era maior também o lucro do contratador, que monopolizava a venda das carnes na capitania de tal forma que qualquer comerciante interessado em vender o produto deveria, não só pedir licença ao contratador, mas pagar ao mesmo e depois à Câmara. Com o monopólio, o arrematador era o único com jurisdição para comercializar carne, ficando ao cargo da Câmara fazer a vistoria na cidade e o controle contra possíveis comerciantes. Após a licença concedida, cabia ao contratador abastecer as localidades em dias estipulados pela Câmara (DIAS, 2011, p. 145-146).

(AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 483; AHU-Pernambuco, cx. 8, doc. 483; AHU-PERNAMBUCO. AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 485).

A interferência do Ouvidor da capitania da Paraíba, Antônio Soares de Brederode, no remate do contrato das carnes, gerou uma série de reclamações do capitão-mor governador. Caetano justificava os abusos praticados por Brederode e pelas elites coloniais nas arrematações dos contratos das carnes a Martinho de Melo e Castro, dizendo que “todo meu desejo é só beneficiar este miserável povo” (AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 483; AHU-Pernambuco, cx. 8, doc. 483; AHU-PERNAMBUCO. AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 485). Sobre esse primeiro governo de Caetano, Inaldo Júnior destaca que o governador enfrentava dificuldades “ao exercer um ofício sem jurisdição alguma, posto que, além da sujeição a Pernambuco, o referido capitão-mor partilhava os minguados espaços de poder com o ouvidor-geral da Paraíba, já que o Rio Grande integrava a jurisdição dessa comarca” (2017, p. 305-306).

Em meio à seca e à falta de jurisdição emanada de diferentes esferas de poder, o capitão-mor em conformidade com a Câmara, determinou o aumento da porção de farinha, essencial para a alimentação da população e para o comércio colonial. “Vendo eu a pobreza deste povo”, escreveu Caetano a Martinho de Melo e Castro “passei a ordenar p.^a o fim de q.^e todos os lavradores, reservando a farinha que lhe fosse precisa p.^a sua sustentação toda a mais aviesassem vender a esta cid.^e” (AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 483; AHU-Pernambuco, cx. 8, doc. 483; AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 485). Na vereação de 5 de março, os camarários acordaram em “acrescentar mais uma polegada nas medidas de farinha, isto é, na quarta, e a proporção nas outras medidas, por advertência que a esta Câmara mandou fazer o capitão-mor governador desta capitania Caetano da Silva Sanches” (TERMO DE VERAÇÃO, 1748-1803, p. 297). Thiago Alves Dias lembra que a produção de farinha esteve sempre vigiada e controlada pela Câmara de Natal e, a partir da segunda metade do século XVIII, com a criação de novas vilas, a farinha

“provocou querelas jurisdicionais e interconexão entre sertão e litoral, centro e periferia, sede do governo da capitania e suas demais vilas coloniais” (2011, p. 220).

Assim como a pecuária, a pesca também era regulada pela Câmara. Mesmo sem jurisdição, o capitão-mor mandou “das praias deste distrito buscar quantas jangadas e pescadores que por elas se achavam p.^a afim de irem pescar e virem vender o peixe nesta cid.^e” (AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 483; AHU-Pernambuco, cx. 8, doc. 483; AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 485). Os camarários, no mesmo caminho, mandaram os pescadores “venderem a este povo todo o peixe” (TERMO DE VERAÇÃO, 1748-1803, p. 168). Thiago Dias recorda que um dos mecanismos notabilizados na documentação do Senado da Câmara de Natal, nas ações durante os prolongados períodos de estiagem, principalmente para amenizar os efeitos da seca, muitas vezes, “era recrudescer a vigilância nos portos de Natal, ora não permitindo a saída de víveres, ora obrigando as embarcações que entrassem a vender ao povo de Natal” (2011, p. 150).

Se os primeiros anos como governador interino – objeto do presente estudo e texto – foram marcados pela interferência direta em seu governo, os próximos anos – que devem ser tratados em outro momento – representaram um contraste nos *modos de governar* das capitanias do Norte. Com as mudanças de governança das capitanias de Pernambuco e das subalternas – Paraíba e Ceará – patrocinadas também pelo secretário D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, foi possível um novo expediente da governação. Essas mudanças abriram espaço para Caetano na ampliação dos contatos com o Reino. Não apenas para ele, mas também para as novas autoridades das capitanias do Norte. Essas mudanças representaram uma nova orientação dos rumos da ilustração portuguesa no Império. O homem era o mesmo, mas o tempo era outro.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania do Rio Grande do Norte.

Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania de Santa Catarina.

Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania de Pernambuco.

Carta do comandante militar de Santa Catarina, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, ao tenente-general Boehm. Ilha de Santa Catarina, 18 de julho de 1776. *Anais da Biblioteca Nacional (ABNRJ)*. Rio de Janeiro: 1983, vol. 103, pp. 113-115.

PEREIRA, Padre Joaquim José Pereira. Memoria que contém a descrição problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de S. Luiz do Maranhão, que igualmente diz respeito ao numero das freguezias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida, e consagrada ao Ilmo e Exmo Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, conselheiro, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha, e domínios ultramarinos. Ano 1798. RIHGB. Tomo XX. 1857. Vol. 20. Rio de Janeiro: Kraus Reprint, 1973, p. 165-169.

Termos de Vereação, 1748-1803.

REFERÊNCIAS

ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1968.

ALVEAL, Carmen; OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Capitão-Mor: nomeações para o governo do Rio Grande (1667-1781)*. Natal, RN: Flor do Sal, 2018.

BICALHO, Maria Fernanda B. “As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 18, no 36. São Paulo: ANPUH / FAPESP / Humanitas, 1998.

CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas no Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 45-68.

CASCUDO, Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal/Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. “*As duras cadeiras de hum governo subordinado*”: história, elites e governabilidade na capitania da Paraíba (1755-1799). 2013.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. *As Capitânicas de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume, 2011.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs). *Modos de governar: Ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 69-92.

DIAS, Thiago Alves. *Dinâmicas mercantis coloniais: capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)*. 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Pós-graduação em História), Natal, 2011.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs). *Conquistadores e negociantes: América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político Portugal: século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1942.

LEMOS, Vicente Simões Pereira de; MEDEIROS, Tarcísio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. v. 2. Edição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Ministério da Educação e Cultura: Natal, CERN, 1980.

LIRA, Augusto Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, 2012.

MENDES, Jeferson dos Santos, *Capitulações Portuguesas na América Meridional, 1762-1777, Histórias, Julgamentos e Punições das Autoridades Coloniais*, Tese (Doutorado em História e Cultura do Brasil) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas no Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CUNHA, Mafalda Soares da. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas no Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 191-252.

PAIVA, Yamê Galdino de. *Vivendo à sobra das leis: Antônio Soares Brederode entre a justiça e a criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802)*. Dissertação (mestrado em História e Cultura Histórica) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

POMBO, Rocha. *História do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFERN, 2019.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso brasileiro: 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 36. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 1998.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.

SOUZA, Laura de Melo e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ESPACIALIDADE, AMBIENTE E IMIGRAÇÃO: a territorialização de alemães em Santa Maria (Rio Grande do Sul, século XIX)

Octávio Becker Neto¹

Artigo recebido em: 23/06/2021.

Artigo aceito em: 06/08/2021.

RESUMO: Busca-se discutir os processos de inserção social e de territorialização de imigrantes alemães no município de Santa Maria, na Província do Rio Grande do Sul, no século XIX. Para tanto, utiliza-se de alguns preceitos da Micro-história italiana e da História Ambiental e propõe-se uma reflexão sobre o espaço encontrado, ocupado e experienciado pelos imigrantes, e também sobre o espaço por eles produzido. Associa-se a isso o diálogo com uma historiografia dedicada à temática da imigração e preocupada com o espaço enquanto uma categoria analítica não meramente contextual. São utilizadas fontes de origem diversa, sobretudo requerimentos de terrenos urbanos. Entende-se que o espaço de inserção dos imigrantes passa a ser um território produzido pelas suas relações e práticas sociais localmente reproduzidas.

PALAVRAS-CHAVE: Espacialidade; Ambiente; Territorialização; Imigração alemã; Santa Maria.

SPATIALITY, ENVIRONMENT AND IMMIGRATION:
the territorialization of Germans in Santa Maria (Rio Grande do Sul, 19th century)

ABSTRACT: It is sought to discuss the social insertion and territorialization processes of German immigrants in the municipality of Santa Maria, in the Province of Rio Grande do Sul, in the nineteenth century. Therefore, it is used some precepts of Italian Microhistory and Environmental History and it is proposed a reflection on the space found, occupied and experienced by immigrants, but also on the space produced by them. This is associated with the dialogue with a historiography dedicated to the theme of immigration and concerned with space as an analytical category that is not merely contextual. It is used sources from different origins, especially urban land requisition. It is understood that the immigrants' space of insertion becomes a territory produced by their locally reproduced social relations and practices.

KEYWORDS: Spatiality; Environment; Territorialization; German immigration; Santa Maria.

¹ Doutorando e mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Licenciado em História pela Universidade Franciscana - UFN. Bolsista de doutorado da CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa em História Social: Escalas, Mobilidades e Trajetórias (GPEHS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2711676139450998>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8902-0689>. Endereço de e-mail: octaviobecker@yahoo.com.br

Introdução

O presente texto propõe uma discussão historiográfica espacializada da imigração alemã ao município de Santa Maria, buscando inspiração no método micro-histórico e no campo da História Ambiental. Faz-se necessário, primeiro, uma breve apresentação do aporte teórico-metodológico escolhido, explicando a sua convergência na questão espacial – chave interpretativa deste trabalho. Ao fim da primeira parte, situa-se o presente texto em meio à historiografia da imigração alemã ao Rio Grande do Sul.

Conferiu-se o nome *spatial turn* ao movimento intelectual que, nas décadas finais do último século, voltou-se à dimensão espacial para interpretar os fenômenos sociais. Este “giro espacial” (uma das traduções utilizadas para referir-se ao *spatial turn*) propiciou às Ciências Sociais e às Humanidades uma nova mirada a uma categoria analítica, até aquele momento, pouco reclamada pelos pesquisadores das referidas áreas de estudo (com exceção, claro, dos geógrafos). Distintas abordagens emergiram de tal movimento intelectual, porém, naquele momento, destacou-se fortemente o uso do espaço enquanto categoria metafórica e abstrata, – uma inovação interpretativa trazida pelo giro espacial. Foi o surgimento do *espaço simbólico*, um importante conceito trazido pelos estudos culturais e aplicado por nomes como Michel Foucault e Pierre Bourdieu (TORRE, 2018, grifo nosso).

Entretanto, importante a este trabalho é a noção de *espaço relacional*, uma outra forma de interpretar o espaço, também oriunda de fins do século XX. Sem abandonar a materialidade do espaço, como faz a perspectiva simbólica, a abordagem relacional permite interpretá-lo sob a luz da experiência humana, em todas as suas particularidades, sejam elas de fundo econômico, político ou social (ESPÍNDOLA, 2012; TORRE, 2018). Tomar o espaço de modo relacional é, portanto, entendê-lo como um produto de ações, comportamentos, práticas e relações constituídas pelos seres humanos e entre os seres humanos. Dessa forma, mais do que espaço, isto é, mais do que esta condição de materialidade das coisas, fala-se da conformação de territórios. Ou seja, fala-se de um espaço intencionalmente apropriado e objetivado por um ator, ou por um grupo, e dotado

de sentido (RAFFESTIN, 1993). Nas palavras de Haruf Espíndola (2012, p. 193), o território deve ser interpretado como algo que transcende o sentido puramente institucional/jurídico-político, pois ele:

permite perceber as imbricações e amálgama entre sociedade e natureza, ao expressar a complexidade dessa relação. Para isso, é preciso ir além da noção do território como divisão político-geográfica, ir para além do Estado, até atingir a problemática relacional.

Também no contexto de renovação paradigmática de fins do século XX, houve, em 1977, a publicação do artigo *Micro-analisi e storia sociale*, do historiador italiano Edoardo Grendi. O seu texto é considerado por muitos o primeiro escrito sistemático, ou, ainda, texto fundacional, do que viria se tornar a Micro-história, apresentando importantes princípios que norteariam este modo de fazer História. Menos conhecido do que nomes como Carlo Ginzbug e Giovanni Levi, que não possuem *a priori* o espaço e a espacialidade das relações como preocupações analíticas (DE VITO, 2020; TORRE, 2020), o autor de *Microanálise e história social* mostrou-se preocupado com esta questão desde o início de seu texto, de modo a abordar a “correspondência entre a morfologia social e a morfologia da ocupação do espaço” (GRENDI, 2009, p. 21-22).

A preocupação de Grendi para com a dimensão espacial suscitou a reflexão de alguns outros historiadores adeptos da Micro-história, dos quais destaca-se, aqui, Angelo Torre (2018, 2020) e Christian De Vito (2020). Estes autores são profundamente inspirados na abordagem topográfica de Grendi, que trata da espacialização da leitura de fontes e, conseqüentemente, da espacialização da análise dos comportamentos, das práticas e das relações sociais estabelecidas pelos indivíduos em um espaço circunscrito de observação. A interpretação de Torre para a produção do espaço pode ser entendida como um refinamento dos pressupostos grendianos referentes à Micro-história e à espacialidade. Ao cunhar a expressão *produção histórica dos lugares*, Torre (2020, p. 73) se refere às “práticas econômicas, sociais, culturais e políticas com as quais determinadas populações recriam incessantemente o universo de suas relações circunscritas em relação às demandas do mundo externo e as organizam no espaço imediato”. Um entendimento

relacional do espaço, aqui, é inegável. Esta vertente micro-histórica, nesse sentido, mostra-se atenta à polifonia produtora de territórios.

Aproximadamente no mesmo período em que Grendi publicou *Micro-analisi e storia sociale*, a História Ambiental estruturou-se como um campo de pesquisa historiográfico. Foi especialmente a partir da década de 1970, nos Estados Unidos, que ela foi impulsionada pelas demandas que o movimento ambientalista produzia nas esferas científico-acadêmica e civil. Para o universo das Ciências Sociais, tais demandas repercutiam na necessidade de conciliação entre humanidade e natureza, uma mudança paradigmática que se mostrava emergente em diversas áreas, com exemplos de maior ou menor sucesso. Para a História, nascida sob um viés antropocêntrico do século XIX, a superação da dicotomia humanidade-natureza era reclamada por diversos profissionais, o que não significava que não houvesse tido na historiografia tentativas anteriores de tal feito.

Na primeira metade do século XX, historiadores como Lucien Febvre e Fernand Braudel destacaram-se pelo diálogo interdisciplinar, de onde a Geografia emergiu como uma aliada das análises históricas. A formalização da História Ambiental, porém, marcou o aprofundamento da relação dos pesquisadores com os objetos *naturais*, pois pregava-se o seu protagonismo, isto é, o seu entendimento enquanto agente histórico. Dessa forma, passava-se a compreender não somente as pessoas como indivíduos responsáveis por mudanças no espaço, mas também o ambiente natural como condicionador da ação humana (WORSTER, 1991; DRUMMOND, 1991; PÁDUA, 2010). A História Ambiental, conseqüentemente, apresentou uma outra maneira de apreender o espaço de modo relacional, entendendo-o como um ecossistema simultaneamente social, econômico, político, cultural e natural –, isto é, um ambiente dotado de interrelações complexas e sobrepostas.

Sabe-se que na historiografia brasileira a temática da imigração foi e é bastante trabalhada sob as perspectivas da Micro-história² e da História Ambiental. Limitando-se a um recorte, à historiografia produzida nas últimas duas décadas no Rio Grande do Sul, isso se reflete, especialmente, em uma ampla produção acerca do processo imigratório de alemães e italianos ao estado no decorrer dos séculos XIX e XX. Na mencionada historiografia, sobrepõe-se o montante de trabalhos que exploraram o universo agrário da imigração. A respeito da inserção de imigrantes italianos e, sobretudo, de imigrantes alemães em espaços urbanos, as pesquisas ainda são pouco numerosas.

O método micro-histórico, nos estudos históricos das imigrações, foi introduzido como uma alternativa à história serial e demográfica que se desenvolveu em meados do século XX. Propondo o enriquecimento e a complexificação da dimensão social, a Micro-história foi incorporada por historiadores da imigração, que passaram a se debruçar sobre as relações estabelecidas entre e pelos indivíduos migrantes (MÍGUEZ, 1995). Na historiografia da imigração alemã ao Rio Grande do Sul, a adoção do método micro-histórico marcou uma geração de historiadores que rompeu com os discursos apologéticos tradicionais desenvolvidos no século XX (WITT, 2015). Contudo, a Micro-história grendiana, preocupada também com a espacialidade dos fenômenos sociais, pouca influência exerceu nessa historiografia. O espaço, nesse sentido, continuou como uma dimensão analítica relegada, cumprindo, muitas vezes, o papel coadjuvante de cenário onde as ações e as relações dos agentes históricos aconteceram.

Como mencionado anteriormente, estudos históricos da imigração realizados sob uma mirada ambiental não são novidade, especialmente por lidarem com uma temática de fácil superação de fronteiras nacionais de pesquisa, – um atrativo à História Ambiental de tendência transnacional e/ou global (WORSTER,

² Apesar da Micro-história ser propriamente considerada um método historiográfico, e não um campo de estudos, considera-se, aqui, a produção intelectual realizada sob, ou influenciada por, esta perspectiva como um conjunto historiográfico preocupado com a observação de fatores comuns. Fala-se, especialmente, dos que concernem às práticas, às experiências e às relações sociais estabelecidas por indivíduos e grupos em um espaço circunscrito.

1991). Para o caso da imigração alemã ao Sul do Brasil, em especial ao Rio Grande do Sul, destacam-se os trabalhos que analisaram as relações estabelecidas entre os colonos alemães e as áreas florestais para as quais eram destinados (BUBLITZ, 2008; RELLY, 2020a), observando, muitas vezes, a transposição de experiências, saberes e práticas aos espaços de recepção (RELLY, 2020a; 2020b). Assim como foi reproduzido pela historiografia da imigração alemã ao Rio Grande do Sul, de modo geral, os esforços analíticos desses trabalhos também estiveram concentrados sobre contextos rurais de colonização. Evidentemente, pode-se justificá-los pelo fato de que a própria imigração alemã ao Brasil foi um projeto que alocou a grande maioria dos estrangeiros em espaços agrários. Além disso, deve-se lembrar que a busca por um enfoque ambiental em análises de contextos urbanizados é um desafio, visto que o ambiente natural, essencial à abordagem da História Ambiental, é apreendido de maneira mais fácil em contextos não urbanos.

Este texto, inspirado nos contemporâneos trabalhos sobre a imigração alemã ao Rio Grande do Sul, elaborados a partir das perspectivas da Micro-história e da História Ambiental, propõe uma retomada do processo de inserção dos imigrantes alemães no município de Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul, para pensar a sua territorialização no século XIX. Busca-se, nesse sentido, ampliar a discussão já existente sobre os planos social e econômico desse movimento migratório, ou seja, espacializando o debate. Propõe-se, portanto, a valorização do espaço para a interpretação da inserção imigrante em Santa Maria, de modo a apreender dinâmicas de territorialização desenvolvidas e possíveis significados dados pelos estrangeiros ao território por eles conformado ou apenas pretendido.

A imigração alemã a Santa Maria

A imigração alemã ao município de Santa Maria, diferente das colônias que foram estabelecidas na província sul-rio-grandense ao longo do século XIX, foi primeira e fundamentalmente urbana. Por não fazer parte da geografia oficial das políticas imigrantistas do Império e da Província, a localidade recebeu um fluxo descontínuo de imigrantes ao longo das décadas de 1830, 1840 e 1850. Advindos de

contextos distintos, como das Colônias de São Leopoldo e de Três Forquilhas, ou ainda dos batalhões mercenários contratados pelo Império brasileiro, esses estrangeiros eram imigrantes de primeira ou segunda geração. Os alemães que se dirigiram a Santa Maria formaram um corpo social expressivo naquela incipiente urbanidade, e lá atuaram principalmente como artífices, comerciantes e negociantes.

O seu estabelecimento na localidade ocorreu, muito provavelmente, por meio de cadeias migratórias: muitos dos soldados contratados que passavam pela localidade retornavam a São Leopoldo após o desmantelamento dos seus batalhões e consumavam casamento com filhas de outros alemães. Logo em seguida, partiam da Colônia e rumavam à já conhecida paragem de Santa Maria, uma localidade menos povoada, que apresentava uma menor concorrência aos artífices e comerciantes, e, ainda, com maior possibilidade de aquisição de terras e terrenos devolutos aos aspirantes proprietários (NICOLOSO, 2013; BECKER NETO, 2020b). Diversas pesquisas mostraram indícios da existência de cadeias migratórias alemãs para Santa Maria, porém esta é uma hipótese a ser mais bem analisada em pesquisas futuras. Um estudo apropriado da questão permitiria uma melhor interpretação quanto às aspirações rurais e/ou urbanas dos estrangeiros estabelecidos no Rio Grande do Sul para além do projeto imigrantista agrário institucionalizado pelos poderes públicos e aos imigrantes imposto.

Em 1857, por outro lado, foi fundado no município um empreendimento colonial espontâneo, de origem privada, por um grupo de alemães estabelecido em Santa Maria, – a Colônia do Pinhal, localizada ao norte da sede municipal. Até a fundação do Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, em 1876, futuramente Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul, a Colônia do Pinhal foi o único empreendimento agrícola de imigração no município. Destaca-se que o referido empreendimento foi idealizado por imigrantes primeiramente estabelecidos no espaço urbano santa-mariense, o que garante a este caso uma inversão da tradicional lógica das migrações campo-cidade.

Tem-se, assim, dois contextos distintos de inserção de imigrantes alemães em Santa Maria: um urbano e outro rural. Atentando-se à geografia do município, é possível visualizar que, ao período, o espaço urbano santa-mariense e a região onde estava localizado o Pinhal não correspondiam a um mesmo ambiente natural. Fala-se, nesse sentido, a respeito da divisão geográfica de biomas existente no município, isto é, um ecótono. A porção norte de Santa Maria corresponde ao extremo sul do Planalto Meridional brasileiro, coberto, na região, por florestas subtropicais pertencentes ao bioma Mata Atlântica. Por sua vez, a sede municipal, correspondente ao espaço urbano santa-mariense do século XIX, foi erguida abaixo da “serra” existente ao norte, na Depressão Central do Rio Grande do Sul, pertencente ao bioma Pampa. Abaixo, a figura 1, uma fotografia do centro santa-mariense de 1902, mostra o contraste entre a região norte do município, formada pelo Planalto Meridional, e o centro, localizado diretamente abaixo desta elevação.

Figura 1 – Fotografia de parte da região central de Santa Maria, datada de 1902



Fonte: Machado, Noal Filho e Marchiori (2008)

Uma vez que é possível constatar a existência de duas realidades espaciais distintas, tanto pelas suas características naturais quanto pela sua constituição e atividade (rural ou urbana), admite-se que a imigração alemã a Santa Maria não foi uma experiência uniforme. Para melhor visualizar a relação dos imigrantes com o

espaço, discutindo a sua inserção e a sua territorialização, propõe-se abordar os contextos urbano e rural separadamente.

Uma vez que é possível constatar a existência de duas realidades espaciais distintas, tanto pelas suas características naturais quanto pela sua constituição e atividade (rural ou urbana), admite-se que a imigração alemã a Santa Maria não foi uma experiência uniforme. Para melhor visualizar a relação dos imigrantes com o espaço, discutindo a sua inserção e a sua territorialização, propõe-se abordar os contextos urbano e rural separadamente.

Inserção alemã no espaço rural de Santa Maria

A Colônia do Pinhal se assemelhou a outros empreendimentos coloniais alemães do Rio Grande do Sul por situar-se em um espaço florestal pertencente à Mata Atlântica sul-rio-grandense, uma área preterida pelos primeiros ocupantes europeus do Sul (BUBLITZ, 2008; ZARTH, 1997). Salienta-se, de imediato, que esta condição de ambiência agroflorestal, dotada de uma natureza distinta da encontrada no espaço urbano, garante uma espacialidade singular às relações estabelecidas entre os imigrantes ali inseridos. O território e a territorialidade (REFFESTIN, 1993), nesse sentido, são influenciados por relações de produção distintas das encontradas e experienciadas pelos estrangeiros na urbanidade.

Tradicionalmente, a historiografia tratou de dicotomizar as experiências socioeconômicas desenvolvidas em áreas de floresta e de campo. A primeira, localizada na *esvaziada* metade norte da Província do Rio Grande do Sul, foi ligada a uma ocupação tardia por imigrantes europeus, que desenvolveram a agricultura e o extrativismo como principais atividades econômicas. A segunda, localizada na metade sul da Província, marcada pelas planícies pampeanas, foi a primeira porção territorial a ser sistematicamente ocupada devido à propensão do espaço à pecuária, atividade mais lucrativa da região nos séculos XVIII e XIX. Sabe-se, atualmente, que esta divisão não é de todo correta. A realidade daquele espaço florestal, ocupado tardiamente pelos imigrantes alemães, mostrava-se mais complexa social e economicamente (ZARTH, 1997).

Antes da fundação da Colônia do Pinhal e da inserção de estrangeiros no altiplano norte do município, o espaço florestal de Santa Maria era ocupado por um contingente expressivo de lavradores nacionais, que tinham na agricultura e na atividade madeireira a sua principal fonte de subsistência. A sua produção era diversificada, abarcando, inclusive, a criação de alguns animais, como muares (FARINATTI, 1999). Além disso, a terra sobre a qual fundou-se a Colônia foi comprada de proprietários luso-brasileiros pelos futuros colonos do Pinhal, os imigrantes Miguel Kroeff, Jacob Adamy e Jacob Albrecht, indicando que aquela terra, em 1857, não era propriamente devoluta. Estas questões, para além da complexificação social do planalto santa-mariense, são importantes para uma reflexão sobre a conformação de territórios em espaços antes ocupados por outros. O território colonial do Pinhal, possivelmente, foi configurado a partir de um espaço já afetado por práticas e relações de outros grupos. Fala-se, portanto, de uma territorialização imigrante sobre um território previamente conformado por outro grupo.

Os colonos do Pinhal, assim como muitos de seus compatriotas alocados em áreas florestais, desenvolveram sua economia fundamentalmente a partir do cultivo de gêneros nativos do continente americano, como o milho, a batata, a mandioca e o feijão. Em segundo plano, ficava a criação de animais e também a extração de madeira, facilitada em virtude da vegetação circundante à Colônia (AVELLO, 2018). Deve-se levar em consideração, claro, que esses indivíduos não agiam desprovidos de conhecimentos prévios. Como indicou Eduardo Relly (2020a, p. 12) ao analisar a transferência de conhecimentos agroflorestais da Europa às colônias alemãs do Rio Grande do Sul, “os cultivos de horta permaneceram europeus e as culturas propriamente agrícolas se reportaram ao conjunto das plantas tropicais-latino-americanas”.

Pode-se dizer, dessa forma, que a relação mantida entre os colonos e o plano natural, isto é, a agricultura, os animais e a floresta, desenvolveu-se de forma híbrida, o que, novamente, garante uma singularidade ao território produzido pelos imigrantes. Afinal, “a apropriação produtiva e/ou cognitiva da natureza sempre é

um processo de territorialização, no qual o território resultante se torna, ele próprio, força condicionante das ações futuras” (ESPÍNDOLA, 2012, p. 183). A Colônia, assim, passa a ser entendida como o território produzido pelas práticas coloniais, isto é, práticas criadas pela transferência de saberes, neste caso agrícolas, pastoris e florestais, e reproduzidas e um espaço circunscrito (TORRE, 2020).

No deslocamento de um espaço de origem para outro de destino, os migrantes, colonizadores, traficantes, conquistadores, etc., levam consigo a territorialidade, que tentarão recriar ou que usarão para se territorializar no destino. Junto com a bagagem cultural-histórica, conhecimento-tecnicidade (prática) que lhes servirá de guia no novo espaço, também levam uma bagagem biótica [...]. O processo de territorialização nem sempre é viável ecologicamente, e, portanto, ou os impactos ambientais tendem ao desastre, comprometendo os assentamentos humanos, ou, antes que esse ocorra, os atores conseguem as adaptações necessárias. (ESPÍNDOLA, 2012, p. 189)

É bastante provável que os imigrantes alemães estabelecidos na Colônia do Pinhal, sob o ponto de vista socioeconômico da História Ambiental (WORSTER, 1991), tenham tido experiências similares a outros colonos estabelecidos na metade norte do Rio Grande do Sul, também em espaços florestais. Diz-se, nesse sentido, da relação estabelecida com o espaço natural em que estavam inseridos, de uma relação fortemente influenciada pelos seus conhecimentos prévios, saberes de uma natureza diferente da natureza encontrada nas colônias. Fala-se também de como este espaço agroflorestal foi transformado e conformado por suas relações econômicas, políticas e sociais, conferindo-o uma singularidade territorial. Sob esta perspectiva, uma aproximação com outras experiências imigrantes é possível.

Contudo, ponto de imprescindível destaque, que distingue a experiência do Pinhal das demais, é o fato de que os fundadores da Colônia conscientemente estabeleceram-se em uma área florestal anteriormente ocupada. Esta questão permite que sejam levantados dois pontos: 1) os colonos do Pinhal divergiram da maior parte dos imigrantes alemães, que tomaram conhecimento do ambiente de mata virgem apenas quando da sua chegada ao Brasil (RELLY, 2020a); 2) possivelmente, os colonos do pinhal não se estabeleceram em um ambiente de – mata virgem –, uma vez que o espaço da Colônia foi adquirido de terceiros. Além disso, o direcionamento dos alemães fundadores do Pinhal a um espaço

agroflorestal ocorreu depois de sua passagem pelo espaço urbano de Santa Maria. Portanto, para pensar o território do Pinhal, espaço apropriado e significado pelos colonos imigrantes alemães é também preciso levar em consideração essas singularidades. São elas que complexificam a relação dos imigrantes com o espaço, visto que a sua inserção ocorreu de maneira consciente e voluntária.

Inserção alemã no espaço urbano de Santa Maria

Diante de pesquisas já realizadas sobre a relação dos imigrantes alemães com o espaço urbano de Santa Maria (BECKER NETO, 2020a; 2020b), faz-se necessária uma síntese objetiva da espacialidade da sua experiência. A partir da observação de um universo de práticas voltadas à apropriação do solo urbano santa-mariense entre as décadas de 1850, 1860 e 1870, especialmente os requerimentos de terrenos realizados pela população ao poder público municipal e provincial, se chegou a um delimitado contingente de imigrantes alemães e descendentes. A requisição de terrenos foi uma prática muito difundida na segunda metade do século XIX pela população local, e pesquisas demonstraram como um problema étnico destacou os imigrantes alemães frente ao restante da população (BECKER NETO 2020a) na busca pela posse de terra urbana.

Chegou-se a um contingente formado majoritariamente por membros e membros fundadores da Comunidade Evangélica Alemã e da Associação Alemã de Assistência de Santa Maria. Com a execução do método onomástico para a recomposição de seus círculos sociais, pôde-se reconstituir fragmentos de redes de relações dos imigrantes requerentes de terreno. Para tanto, foi necessário expandir o universo das fontes e adentrar o âmbito privado dos indivíduos em observação, isto é, analisar as relações estabelecidas a partir das dimensões patrimonial (inventários e testamentos), religiosa (registros de batismo e casamento), associativa (lista de membros da Associação de Assistência; lista de maçons), educacional (matrículas em escolas alemãs) e outras. Esses fragmentos de redes relacionais levantados foram complexificados pela constatação da etnicidade como um fundamento para a manutenção dos vínculos estabelecidos entre os alemães requerentes de terrenos.

Essa dimensão étnica era alimentada e reproduzida pelos indivíduos pela contração do matrimônio entre alemães e alemãs, por práticas de apadrinhamento/compadrio, e pelas atividades associativas e religiosas das suas agremiações (BECKER NETO, 2020b).

Esse universo relacional mostrou-se articulado para requerer terrenos em um espaço próximo, muitas vezes apresentando adjacência entre os lotes solicitados, ou entre as residências já existentes desses alemães. Isso apontou para a produção de uma vizinhança alemã, ou seja, de um espaço conscientemente produzido pelas suas relações e também pelas suas práticas (TORRE, 2018; 2020) – fossem elas as práticas associativas, as religiosas, ou propriamente a prática de requisição de terra. Fala-se, nesse sentido, de um universo de práticas e relações sociais, econômicas, culturais e políticas que dotavam um espaço com características próprias do grupo em questão. Essa vizinhança, nesse sentido, passa a ser um território de reprodução social da população em análise, um território produzido por e para alemães. Pode-se dizer, portanto, que a constituição de uma vizinhança fez parte de um processo de territorialização dos imigrantes e da sua descendência, ou seja, da articulação e da aplicação de uma (ou mais) estratégia(s) de apropriar-se e controlar um espaço, o espaço urbano de Santa Maria.

Abaixo, a figura 2 mostra a planta municipal de Santa Maria, de 1862, com a indicação de algumas das principais ruas onde estavam localizados os lotes requeridos pelos imigrantes alemães. Destacam-se as quadras circundantes à Igreja Evangélica Alemã e à Praça da Constituição, onde concentravam-se muitos dos terrenos almejados pelo grupo.

Figura 2 – Planta da Vila de Santa Maria da Boca do Monte de 1862



Fonte: Adaptado de Becker Neto (2020b).

De acordo com a análise dos requerimentos de terrenos expedidos entre os anos de 1858 e 1873, percebeu-se que houve um deslocamento, no sentido leste-oeste, da localização de muitos dos lotes almejados pelos alemães. Fosse pela ocupação primeira da porção leste da planta (eixo fundacional do núcleo urbano de Santa Maria), ou pela expansão da sede municipal, os alemães passaram a buscar lotes nas partes mais a oeste das ruas da Matriz, do Comércio, e, especialmente, da Rua 2 de Julho (posteriormente nomeada Coronel Niederauer) (BECKER NETO, 2020b). Esta área não coincidentemente abrigou o templo evangélico alemão, cuja construção foi finalizada na década de 1870.³ A vizinhança almejada contou, inclusive, com terrenos requeridos por colonos do Pinhal, simbolizando o não rompimento dos laços destes imigrantes com o centro urbano municipal.⁴

³ O construtor encarregado de erguer o prédio da igreja foi Jacob Adamy Filho, filho do colono do Pinhal Jacob Adamy.

⁴ Outros aspectos da relação dos colonos alemães do Pinhal com a urbanidade santa-mariense, no período pós-fundação da Colônia, podem ser conferidos em Becker Neto (2020b).

Abordou-se distintas experiências imigrantes alemãs na Santa Maria oitocentista. Enquanto a territorialização no espaço agroflorestal foi discutida a partir de elementos como as práticas desenvolvidas para o manejo de recursos naturais, propôs-se, para o espaço urbano, observar a territorialização a partir de práticas de apropriação do solo. Entende-se que estas são práticas e relações diferentes uma da outra, que emanam espacialidades distintas, e, portanto, não há motivos para confrontá-las e compará-las entre si.

A espacialidade não é única nem tem caráter universal, mas varia com a natureza diferencial dos diversos fenômenos e processos sociais. Os processos sociais produzem a espacialidade determinada, ou seja, a organização espacial (ou territorial) que é sustentada, reforçada e conservada, ou modificada por esses processos sociais (ESPÍNDOLA, 2012, p. 189).

Buscou-se, portanto, espacializar as experiências de inserção de imigrantes alemães em Santa Maria. Este movimento, cuja inspiração provém da superação da dicotomia sociedade-natureza, preconizada pela História Ambiental, e da chamada à espacialização dos fenômenos sociais por Edoardo Grendi, complexifica a análise. Tomar o espaço de modo relacional, procurando examinar as relações e as práticas sociais, econômicas e políticas estabelecidas pelos agentes históricos entre si, e entre si e o espaço, é um exercício desafiador e contínuo.

Considerações finais

Entende-se que, a partir da ideia de espaço relacional, cunhada em meio ao giro espacial das Ciências Sociais, nas décadas finais do século XX, é possível adentrar e complexificar os processos de inserção e de territorialização de imigrantes. Este conceito encontra respaldo em preceitos da Micro-história italiana, especialmente na vertente desenvolvida a partir de Edoardo Grendi, e encontra um universo de possibilidades no campo da História Ambiental. Partindo da ideia de espaço relacional, e unindo-a às perspectivas micro-histórica e da História Ambiental, propôs-se refletir sobre a inserção de imigrantes alemães no município de Santa Maria, no século XIX.

Destacou-se a importância das práticas e das relações, sejam elas de fundo social, econômico, político ou cultural, para a conformação de territórios. Na interação dos agentes históricos com o espaço, os fenômenos e os processos sociais são dotados de espacialidade. Na Colônia do Pinhal, o ambiente, o ecossistema social e natural, emerge como fundamental para a interpretação da experiência imigrante, visto que os recursos naturais materializados no espaço fazem parte do cotidiano das práticas desenvolvidas pelos colonos. Estas práticas, forjadas no processo de hibridização de saberes, conferem o caráter singular da espacialidade colonial. Importante ponto de consideração sobre o Pinhal é a possibilidade de que os imigrantes alemães tenham conformado o seu território sobre um espaço previamente apropriado e trabalhado, um outro território.

No espaço urbano, o processo de territorialização, ou seja, o processo de apropriação e de controle do espaço, ocorreu em meio a práticas diversas. A experiência dos imigrantes alemães em Santa Maria, neste caso, estava, em grande medida, fundamentada pela etnicidade das relações sociais estabelecidas intragrupo. Estas relações, como em um ciclo, eram essenciais para a reprodução da etnicidade e davam significado às práticas desenvolvidas pelos imigrantes analisados e sua descendência. A conformação de uma vizinhança, de um território conscientemente produzido, passou pelas dinâmicas relacionais dos alemães alocados no espaço urbano.

REFERÊNCIAS

AVELLO, Adriano Sequeira. **À sombra do sucesso: dinâmica social numa Colônia alemã no sul do Brasil (Colônia do Pinhal – Itaara/RS, 1857-1894)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

BECKER NETO, Octávio. **A morfogênese urbana de Santa Maria/RS sob perspectiva social: uma análise das concessões de terrenos realizada pela Câmara Municipal na segunda metade do século XIX. Temporalidades – Revista de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/19617>. Acesso em: 31 mai. 2020.

BECKER NETO, Octávio. **Requerimentos e concessões fundiárias: experiências sociais de apropriação do solo urbano** (Santa Maria, Rio Grande do Sul, século XIX). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020b.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Ambiente e Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 323-340, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a08.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.

DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v.4, n. 8, p. 177-197, 1991. Disponível em: <http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Hist%F3ria%20Ambiental%20Drummond.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (org.). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (1845-1880)**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MACHADO, Paulo Fernando dos Santos; NOAL FILHO, Valter Antonio; MARCHIORI, José Newton Cardoso (org.). **Do céu de Santa Maria**. Santa Maria: D. Marin, 2008.

MÍGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas. BJERG, María; OTERO, Hernán (org.). **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Buenos Aires; Tandil: Instituto de Estudios Históricos Sociales; Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, 1995.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria – RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830/1891**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, 2010, v. 24, p. 81-101, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/09.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RELLY, Eduardo. A agricultura e floresta dos alemães no Brasil: mobilidade, conhecimentos e transfers no Urwald (século XIX). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-16, 2020a. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/34021>. Acesso em: 12 out. 2020.

RELLY, Eduardo. As origens aldeãs das comunidades teuto-brasileiras no sul do Brasil: os commons. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 13, n. 2, 2020b. Disponível em: <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/1079>. Acesso em: 31 mar. 2021.

TORRE, Angelo. Micro/macro: ¿local/global? El problema de la localidad en una historia espacializada. **Historia Crítica**, n. 69, p. 37-67, jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/histcrit69.2018.03>. Acesso em: 9 jun. 2021.

TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã**. Rio Grande do Sul – Século XIX. 2. ed. São Leopoldo: Oikos: Editora Unisinos, 2015.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>. Acesso em: 21 set. 2020.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

A RONDA DOS SÉCULOS E A AUTONOMIA DA ASSINATURA “GUSTAVO BARROSO”

Antônio Ferreira de Melo Júnior¹

Artigo recebido em: 11/12/2020

Artigo aceito em: 28/06/2021

RESUMO: Este texto tem como objetivo discutir o significado da autonomização da assinatura “Gustavo Barroso” enquanto produção de uma espacialidade católica antissemita por meio da análise do discurso narrativo de *A Ronda dos séculos* (1933). Partindo dos estudos Yi-Fu Tuan e Simon Schama acerca do espaço e de Gérard Genette acerca do Discurso Narrativo, mostra que a assinatura é caracterizada pelo espaço católico e pelo espaço judaico, tornando-se uma espacialidade antissemita posta em jogo pela emergência do fascismo no contexto da Queda do Liberalismo. Conclui apontando a possibilidade de aprofundamento da pesquisa sobre a assinatura em termos da relação entre o ficcional e político e de seu papel estruturante.

PALAVRAS-CHAVE: Gustavo Barroso. A Ronda dos Séculos. Antissemitismo.

A RONDA DOS SÉCULOS AND THE AUTONOMY OF THE SIGNATURE “GUSTAVO BARROSO”

ABSTRACT: This text aims to discuss the meaning of the autonomization of the signature “Gustavo Barroso” while producing an anti-Semitic Catholic spatiality through the analysis of the narrative discourse of *A Ronda dos séculos* (1933). Starting from the studies Yi-Fu Tuan and Simon Schama on space and Gérard Genette on Narrative Discourse, it shows that the signature is characterized by the Catholic space and the Jewish space, becoming an anti-Semitic spatiality put in play by the emergence of fascism in the context of the Fall of Liberalism. He concludes by pointing out the possibility of further research on the signature in terms of the relationship between the fictional and the political and its structuring role.

KEYWORDS: Gustavo Barroso. A Ronda dos séculos. Anti-Semitism.

¹ Mestre em História e Espaços (PPGH-UFRN), professor convidado da Faculdade Educacional da Lapa (FAEL - São Gonçalo do Amarante-RN). Integrante do Grupo de Pesquisa História, Catolicismo e Política no Mundo Contemporâneo, liderado pelo Prof. Dr. Renato Amado Peixoto (PPGH-UFRN). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4932243554213566>; Endereço de e-mail: antoniofдемelojr@gmail.com.

Introdução

Sabe-se que até a década de 1920 o intelectual católico, polígrafo, tradutor e futuro líder integralista Gustavo Adolfo Luís Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1888-1959) assinava os seus textos com a marca “João do Norte/Gustavo Barroso” (BARROSO, 1917), recurso que funcionava como um elemento de identificação de um pensador dividido entre o romantismo e o folclore, apontava para a abertura ao nacionalismo e ao pessimismo oriundos da política externa e para sua imersão nas austeras transformações do Brasil republicano. No entanto, a partir da década de 1930 a assinatura “Gustavo Barroso” se autonomiza, passando a demarcar as produções do intelectual cearense radicado no Rio de Janeiro, inclusive as obras integralistas, ensejando uma compreensão do significado histórico dessa dada forma de assinar.

Neste artigo, objetivamos discutir o significado do processo de autonomização da assinatura “Gustavo Barroso” enquanto produção de uma espacialidade católica antissemita por meio da análise do livro *A Ronda dos Séculos* (BARROSO, 1933a). A escolha pela fixação em uma obra específica é importante por dois motivos: primeiro, a obra ora em relevo é a primeira a empregar a assinatura de forma autônoma, o que nos permite compreender a autonomia em estado de latência; segundo, essa movimentação permite uma análise mais minuciosa, atenta ao discurso narrativo.

Acreditamos que esse objetivo torna-se pertinente à história dos espaços na medida em que é necessário considerar, antes de tudo, a compreensão dos pressupostos da relatividade e da constituição do espaço enquanto elementos caracterizadores de sua natureza (KERN, 1983, p. 131-180) para retomarmos enquanto concepção teórica a compreensão do espaço como amálgama de produções mentais, como tal, alicerçado em um conjunto complexo de ideias e num conjunto imagético-discursivo (SCHAMA, 1996, p. 17; TUAN, 1983, p. 39). Embora publicada originalmente em 1920, *A Ronda dos séculos* (BARROSO, 1933a) foi reeditada integralmente na década de 1930 e era indicado pelo próprio autor como uma grande obra sua àqueles que queriam, na década de trinta, conhecer

profundamente os seus escritos, tornando-se um texto fundamental para o pensamento conservador do autor, porquanto é principal e a pioneira produção livresca a apresentar a referida assinatura de forma autônoma. Assim, nossa análise se limitará à apreciação desse conjunto complexo de ideias e dos seus aspectos imagético-discursivos na obra em relevo, tentando mostrar como esses elementos são construídos textualmente.

Sendo assim, para tal análise, os escritos de Gerard Genette (1990; 2001) nos servirão enquanto referência teórica e metodológica. A nossa preocupação central é atentar para o discurso narrativo no sentido de perceber a relação entre a obra e a autonomização de um elemento específico desse mesmo discurso, ou seja, a nomeação da assinatura “Gustavo Barroso”.

O recorte histórico do início do século XX, iniciado com a eclosão da Grande Guerra (1914-1918), foi marcado pela debilidade dos governos ao não conseguirem melhorar a condição humana das pessoas, uma vez que não superaram o desemprego, a fome e a miséria decorrente do conflito bélico, razão pela qual os valores caros à civilização liberal, tais como a desconfiança da ditadura, o compromisso com governos constitucionais, a liberdade de expressão dos cidadãos e o racionalismo no serviço público, entraram em descrédito. A queda do liberalismo, como veio a ser chamada pela historiografia (HOBSBAWM, 2013, p. 113-143), permitiu a ascensão de governos fascistas como o de Mussolini na década 1920 e de Hitler em 1930, fomentando a disseminação do pensamento nacionalista como uma forma de tentar solucionar os problemas sociais gerados. Neste momento histórico, o pensamento nacionalista católico se fortaleceu mais do que todos os outros nacionalismos, porque a Igreja Católica construíra uma experiência de contestação ao liberalismo desde pelo menos o século XIX.

A edição do livro *A Ronda dos séculos* foi publicada em 1933 pela Editora José Olimpo, no Rio de Janeiro e implica numa intervenção no contexto da Queda do Liberalismo. Barroso é apresentado como membro da Academia Brasileira de Letras na capa e faz um texto perpassando os séculos, fazendo a ronda, averiguando

por meio de contos cada época histórica, misturando personagens fictícios com reais. Se tivermos de o classificar, diríamos que se tratar de literatura histórica em consonância com a incursão de Barroso na literatura, desde os vinte e três anos de idade. Afinal, antes de se tornar membro da Academia Brasileira de Letras em 1923 e militante integralista em 1937, ele já era um escritor consagrado; antes de assinar “Gustavo Barroso”, já assinava “João do Norte”. O livro é um grande exercício de imaginação histórica.

Na obra, o autor escreve uma série de contos sobre a realidade político-social da época, mas fazendo com muita argúcia o recurso retórico. Inicialmente, ele estabelece uma cronologia centrada na ideia de guerra: o livro começa com o recorte da Primeira Guerra, aborda a Pré-História com o texto “Krum, o troglodita” (BARROSO, 1933a, p. 12-20) e se encerra com a parte “A Última Guerra?”, com o conto “O osso do presunto” (BARROSO, 1933a, p. 341-348), sendo que entre esses recortes aparecem as seguintes partes, sucessivamente: Antiguidade Oriental, a Grécia e o Oriente Helenizado, de Roma ao Islã, a Idade Média (a que dispõe de maior número de contos), a Reforma e o Renascimento, a Era dos Descobrimentos, a Época Moderna e a Grande Guerra. Em suas 348 páginas, sem contar com uma introdução, Barroso articula uma estratégia de exposição que estabelece o sentido da história pela volta da barbárie, pelo regresso moral e pela sugestão da guerra, misturando personagens e períodos históricos consolidados com personagens fictícios.

O discurso narrativo de *A Ronda dos Séculos*

O discurso narrativo de *A Ronda dos Séculos* (BARROSO, 1933a) difere de *Ideias e Palavras* (JOÃO DO NORTE, 1917) no tocante à disposição dos conteúdos, aos conteúdos em si e à estruturação do texto, de modo geral, e aproxima-se da chamada produção integralista do autor, ocupando um lugar de fronteira e de transição entre os cânones. No representante canônico imediatamente posterior à Grande Guerra, existe elogio às guerras e o reconhecimento da importância delas para a inteligibilidade histórica, mas comportando uma apreciação positiva em

relação ao judaísmo, uma vez que o judeu é percebido como a encarnação da história local, porquanto seria fraco e injustiçado, mostrando com isso que fraqueza, sofrimento e injustiça são realidades que perpassam a história (JOÃO DO NORTE, 1917, p. 111-113, 120, 167-168). Já no representante canônico do integralismo, o judaísmo aparece como um poder internacional degradante que se contrapunha à nacionalidade brasileira, corroendo-a em todas as dimensões: é nesse espírito que é produzida a associação entre judaísmo e comunismo (BARROSO, 1935, p. 148-158), a do imperialismo judaico que comandava a política externa brasileira desde o período imperial, notadamente em relação à dívida oriunda dos empréstimos bancários, estando os judeus representados enquanto os banqueiros (BARROSO, 1934), os judeus são colocados como a força principal dos encaminhamentos políticos brasileiros, atuando de forma oculta desde a atuação dos cristãos-novos e seriam responsáveis pela interiorização brasileira orientaram espacialmente os portugueses, inclusive argumentando que a inquisição teria sido frágil se comparada à potência dessa força oculta (BARROSO, 1939, p. 39, 41), ou seja, toda uma discussão que vai desembocar na versão e na recepção dos *Protocolos dos Sábios de Sião* (BARROSO, 1936), talvez o texto antissemita mais influente do século XX. Perpassando esses cânones está o pressuposto do catolicismo enquanto fundamento civilizacional.

O que está em jogo aí é a emergência de um fascismo novo, uma terceira geração que reconstitui os problemas nacionais dispostos no internacional, e internacionais dispostos no nacional na produção do seu discurso narrativo. Isso porque a partir de 1933, quando ingressa na Ação Integralista Brasileira (AIB), o autor unifica os tópicos do integralismo e do catolicismo. Em *A palavra e o pensamento integralista* (BARROSO, 1935), o autor entende que a civilização se caracteriza por um “espírito de sacrifício”, que equivaleria a uma “espiritualização” da sociedade, cuja promoção equivaleria a uma verdadeira revolução, uma “revolução interior”, porque significaria romper com uma consciência oriunda da Revolução Francesa de diminuir a importância da religião, de afirmar o materialismo, de pôr em risco as tradições nacionais. Nesse sentido, valeria a afirmação: “O que é preciso é criar uma nova ordem das coisas, nova justiça social, novas concepções dos problemas

nacionais, nova maneira de resolvê-los, não para gáudio destes ou daqueles, mas para o bem geral da Nação” (BARROSO, 1935, p. 111). *Integralismo e Catolicismo* (BARROSO, 1937) é escrito sob justificativa de traduzir, apresentar e anotar as encíclicas sociais católicas e relacioná-las aos textos integralistas, uma forma de convencer os religiosos de que no Brasil o integralismo representava a saída cristã por excelência em termos de política, ou seja, participar desse movimento seria realmente atender a um imperativo divino.

Nesse sentido, entendemos que a autonomia da assinatura “Gustavo Barroso”, com os elementos constituintes e significantes de sua produção, é um dos constructos que permite um mundo em comum para o catolicismo e o integralismo em termos da emergência de um fascismo à luz da realidade brasileira. Acreditamos que essa discussão adensa os estudos articulados pelo Prof. Dr. Renato Amado (PEIXOTO, 2015a, p. 139-158; 2015b, p. 99-126; 2016, p. 121-150; 2017; PEIXOTO & RODRIGUES, 2020, p. 61-94) acerca da analítica da colusão e na complexidade do pensamento católico na contemporaneidade. Gustavo Barroso, ligado à identidade do Fascismo Clerical, se distinguiria enquanto intelectual católico, forjando uma inteligibilidade sobre a identidade nacional e sobre o catolicismo.

Além disso, entendemos que a atenção ao problema da assinatura auxilia na superação de tendências dicotômicas na historiografia sobre Gustavo Barroso: de um lado, frisou-se o cânon ligado ao patrimônio histórico, à memória e à escrita de si (p. ex., CERQUEIRA, 2011; MAGALHÃES, 2009); de outro, frisou-se a exclusividade do cânon integralista (CARNEIRO, 1995; CYTRYNOWICZ, 1992; DANTAS, 2015; JESUS, 2011, p. 15-34; MAIO, 1992). O estudo à luz da assinatura produz um redirecionamento historiográfico, pois sugere uma continuidade entre esses cânones e repensa a canonicidade. Nesse ponto, cabe esclarecer que quando nos referimos à assinatura queremos com isso designar não apenas uma expressão (“Gustavo Barroso”), mas também a expressão enquanto mecanismo de poder simbólico, elemento demarcador do campo do saber e índice classificatório de toda

uma produção bibliográfica que permite identificar um intelectual e os temas a ele associados, mesmo após sua morte.

A seguir, analisaremos o discurso narrativo de *A Ronda dos séculos* enquanto demarcação de uma assinatura que funda uma espacialidade católica antisemita.

a) Voz do narrador e velocidade da narrativa

Dividido em dez partes e trinta e dois capítulos, o livro em discussão é formado por um conjunto diversificado de contos alusivos às realidades históricas e geográficas, cobrindo o recorte compreendido desde a Antiguidade Oriental até a época contemporânea. Seguindo uma linha evolutiva, portanto, o livro sugere a predominância de elementos de continuidade e alicerça-se numa abordagem do espaço em que as ideias são mais determinantes para as consequências das ações do que as questões materiais e econômicas. Cada parte do livro é composta por um número de capítulos, os quais significam - cada qual a seu modo -, uma ideia fundamental do período histórico consolidado, de modo que por meio da comparação entre cada parte torna-se possível perceber o que fundamentalmente caracterizou a mudança de uma época para outra em termos de ideias à luz do autor.

Assim sendo, a voz do narrador predominante é a terceira pessoa, tempo verbal flexionado no passado, caracterizando a marcação de um observador onisciente, atento ao pensamento fundante das ações dos personagens. Com isso, o autor consegue estabelecer rápidas e conexas ultrapassagens entre os parágrafos e os capítulos, sendo que as suas demoras são na descrição do ambiente geográfico (o que geralmente ocorre no início dos capítulos), na descrição do estado físico ou psíquico do personagem, na descrição de algum objeto e na apresentação de uma epígrafe disposta no início de cada capítulo. O narrador coloca na boca e na trama dos personagens risos, choros e raivas, de modo que a narrativa é rica de sensibilidade embora careça, de forma deliberada e intencional, de menção às estruturas político-econômicas marcantes das sociedades estudadas. Deve-se destacar, também, que o autor delibera essa atenção às emoções por meio da explicitação da importância das guerras enquanto acontecimentos históricos de clivagem.

Um dos principais e mais recorrentes recursos narrativos trazidos no início de cada capítulo é o da contextualização e descrição do ambiente geográfico, concebendo o espaço como um dos determinantes para as ações das pessoas, nesse sentido seria também o motor de uma evolução histórica ampla, como também como prenunciador de determinadas ações, isto é, quando um ponto de inflexão se desenvolve na narrativa a ação futura parece prognosticada pela descrição da geografia. Em ambos os termos, o espaço é percebido enquanto o conjunto interacional de pessoas, ideias e objetos. Assim, no início do capítulo “No país dos Vedas”, que versa sobre a Índia Antiga na parte “Antiguidade Oriental”, o autor narra a seguinte descrição de Ratnapura:

[...] estendia-se Ratnapura, a vasta planície dos Rubis. O sol, muito alto, ofuscante, dourava a formosa cidade de Sidocanda, cujas bizarras construções apareciam entre as palmas verdes e os tirso floridos dos talipots centenários. À sombra das figueiras sagradas, raras cabanas se acolhiam, e reinava a maior solidão em toda a paisagem cheia pelo estrídulo canto das cigarras (BARROSO, 1933a, p. 23).

Quando a narrativa se desenvolve, ficamos sabendo que o personagem principal, o guerreiro Vrikodara, é oprimido por uma forte solidão oriunda da morte da sua “mulher amada”, a quem ele mesmo matara enganado, como se a própria paisagem tivesse se injetado no personagem a ponto de determinar os seus sentimentos. Solidão e melancolia também aparecem como traços definidores do seu Chatria, que permanece imóvel, sozinho e calado durante a maior parte do tempo. A religião hindu, por seu turno, recebe um tratamento dispensado àquelas construções bizarras mencionadas, é vista como anacrônica, pois é criticada pelo dogma da divisão austera entre as castas na sociedade, uma vez que o personagem principal e a amada não permanecem juntos por causa da existência das castas.

De igual maneira, também objetos aparecem como tradutores da ação do exército para o autor:

Eram oito oficiais. Um general pálido, seco e alto, alourado, maçãs do rosto salientes, fisionomia hipócrita e ao mesmo tempo cínica, talhada em linhas duras, angulosas, cruéis, que lembravam as expressões dos povos das estepes. Silenciosamente, olhava uma carta estendida sobre a mesa e, de quando em quando, tomava um pouco de cerveja do caneco grosseiro que pousava ao alcance da mão ou mordida o charuto apagado (BARROSO, 1933a, p. 329-330).

Podemos perceber que a menção à rusticidade de objetos como mesa, caneco grosseiro, charuto e cerveja é a estratégia para a explanação da pessoa do general alemão e do exército como um todo, inclusive porque a expressão empregada para significar a expressão facial do general é “talhada”, ou seja, como se o próprio fosse feito de madeira, como se fosse o objeto.

b) Escala internacional

Barroso trabalha no livro em discussão as escalas do espaço internacional e toma como pressuposto de todos os textos a escala do nacional. Com efeito, cada capítulo do livro discute uma realidade nacional especificamente (Índia, China, Sérvia, Itália, dentre outros) como se as nações e os nacionalismos automaticamente sucedessem o período pré-histórico, nesse sentido, identificando-se as nações às civilizações.

Deve-se notar que o autor subentende o surgimento da humanidade a partir de um ponto de vista dos difusionistas, colocando como ponto de partida as iniciativas privadas e os anseios da espécie, adensando a tese darwiniana de ser o impulso para a perpetuação das espécies ser o fundamento formador das tribos e dos agrupamentos humanos (DARWIN, 2014).

Com apenas uma menção à realidade luso-brasileira, justamente quando sobre o papel do sertão à época dos Descobrimentos (BARROSO, 1933a, p. 261-270), ele difere e muito da abordagem feita em *Ideias e Palavras* (BARROSO, 1917). Agora, Barroso forja-se enquanto um intelectual das realidades macro políticas e sociais; “Gustavo Barroso” quer dizer, pois um problema do conhecimento de abrangência internacional e um intelectual que se projeta em escala internacional, de modo que a dimensão internacional é percebida como a dimensão fundamental da compreensão e da experiência da cultura contemporânea.

É nesse espírito de força internacionalista que todos os personagens são produzidos. Além dos personagens apresentados no capítulo anterior, o autor estabelece como protagonistas de suas tramas discursivas, com o enredo particular de cada conto: Ulisses da Grécia, Alexandre da Macedônia, Maomé, Juvenal, o rei Dagoberto, o papa Paulo III, Chica da Silva e o português Rodrigues, os amigos

internacionalistas, os dragões do rei, Dom Garcia, os índios antropófagos, Licofronte, um padre franciscano da Roma Antiga, enfim, são geralmente personalidades históricas consolidadas, em sua maioria homens, que são narrados enquanto líderes ou formadores culturais das diversas nações, com exceção do papel desempenhado pelas figuras judaicas, as quais sempre aparecem como degradantes dos espaços nacionais, seja pela influência econômica, seja por meio de uma iniciativa de promiscuidade.

Essa apreciação da escala internacional como cenário para o surgimento de personagens e grupos que impactaram as escalas nacionais revela que o autor toma como ponto de partida e lugar de fala o catolicismo como índice civilizacional, o que fica claro pelos personagens escolhidos, pelas nações discutidas, pela ênfase nas ideias e doutrinas, com a concepção da História enquanto uma linha evolutiva marcada por embates entre ideias e indivíduos e pela tomada de partido da realidade ocidental, tendo como pano de fundo o determinismo geográfico. Além disso, a escola internacional é compreendida como um espaço conflituoso, em constante disputa, de modo que se configura o judaísmo no polo oposto ao Ocidente católico, marcado pela atuação dispersa de judeus ao longo das nações no sentido de desagregá-las, quebrando a pretensa unidade do mundo católico ocidental. Dessa forma, estamos diante de um texto que conjuga a preocupação com o catolicismo e o antissemitismo.

O espaço católico

Estando a obra em relevo com uma mão no catolicismo e outra no antissemitismo, como escrito anteriormente, a localização fica evidenciada sobretudo pela vinculação a uma perspectiva ocidental, à importância das ideias e da religião e ao papel das guerras e do determinismo geográfico como elementos que se incorporam a uma assinatura. Neste tópico, chamaremos de “espaço católico” esse conjunto complexo de ideias para apontar a dimensão conflituosa e religiosa que esse constructo visa fomentar. Para tanto, fixaremos a atenção nos contos “Krum, o troglodita” e “O osso do presunto” por entendermos que eles melhor exemplificam o espaço da guerra, porquanto tomam como pressuposta a ideia de que a sociedade

contemporânea estaria se barbarizando, isto é, afastando-se do índice civilizacional representado pelo catolicismo em sua vinculação com a nacionalidade.

No capítulo “Krum, o troglodita”, percebemos a confluência entre idealismo, saberes sobre os espaços e de inteligentes recursos retóricos que pressupõe o catolicismo como índice civilizacional. Krum é apresentado como o “troglodita solitário” (BARROSO, 1933a, p. 18), de “corpo baixo e grosso” (BARROSO, 1933a, p. 16) e com uma força grande e peculiar (BARROSO, 1933a, p. 15), sendo o recorte temporal Pré-história discutido em conjunto com a discussão sobre o espaço: à medida que Barroso descreve o ambiente físico, menciona os animais e as plantas que vivem nesse ambiente e descreve a movimentação do personagem principal ele vai produzindo um espaço que chamaremos de espaço da guerra por este ser o nexo de sentido tecido ao longo da obra. É importante destacar que o autor se contrapõe aqui à concepção materialista então vigente, segundo a qual a coletividade tribal seria o determinante para a individualidade (ENGELS, 2014).

Barroso começa a tecer o espaço da guerra ao descrever o ambiente em que o troglodita habita:

[...] uma caverna sobre um planalto a cavaleiro do rio, cheio de esturjões, e das florestas de cicas, coníferas e fetos gigantes, povoadas de feras. De lá avistava o branco das geleiras, que desciam das montanhas sempre enevoadas, entre morenas de detritos, e grandes pradarias cobertas de ervas altas, em cujas lagunas espadanavam água os hipopótamos perseguidos pelo machoerodus monstruoso (BARROSO, 1933a, p. 15).

Podemos perceber a predominância de elementos discrepantes em relação ao aspecto físico de Krum, pois ele sendo baixo e grosso é alçado pelo ambiente em que vive à maior altura possível e a uma condição de observador privilegiado, dado que habita em um planalto, próximo ao rio, com animais para a caça, um espaço isolado. A presença de feras, de fetos, de montanhas e de grandes pradarias assinala a hostilidade e a robustez do espaço e reforça que a ideia da força do troglodita por meio dessas condições geográficas. Krum podia parecer insignificante frente às condições geográficas em que atuava, podia até confundido com elas, mas por causa

delas ele conseguiu fortalecer-se e ter um domínio intelectual sobre a natureza a partir da centralidade da visão (notemos que o trecho encaminha-se para colocar o bárbaro como o “monstruoso”). Com efeito, a visão aparece como o mecanismo produtor do domínio sobre espaço em duas perspectivas: primeiro, a visão do troglodita sobre o espaço o faz como que senhor dele, mecanismo empregado também em outras partes do texto: quando ele via o luar e a “melancolia da paisagem”, quando olha com inveja o seu oponente e quando vê o pássaro a quem matará com uma pedrada (BARROSO, 1933, p. 16, 17, 18). Segundo, a forma como Barroso produziu o texto faz com que o narrador assuma a função de observador; é como se sua visão fosse tão poderosa ao longo da narrativa que pudesse enxergar a materialidade e até as ideias e os sentimentos de Krum. O narrador confunde-se com o próprio autor.

Continuando essa função de narrador-observador onisciente, Barroso descreve a atividade de caça e as tensões existentes na vida que o ambiente proporciona a Krum. Ele anda por lamaçais e matagais espessos, tem músculos fortes que resistem aos cipós, tem uma escuta aguçada para ouvir os passos dos animais. Sendo portando um artefato a ser lançado aos animais, a sua alegria encontra-se na atividade da caça (ao caçar, ele ficava “rindo barbaramente”) e quando existiam sinais de que ela não podia ser feita os seus medos afloravam:

Ao longe, um vulcão erupia com fragor, alanceando de chamas o espaço, deixando escorrer pelas encostas lágrimas de lava. Milhares de animais fugiam, assombrados, em furioso tropel. Gritos de homens medrosos vinham dos convas clareados pelo fogaréu. Krum prosternava-se, porque sua alma era cheia de terrores desconhecidos e temia todos os espíritos ocultos: os que moram nos anfractos das pedreiras, os que olham dos luzeiros do céu, os que crepitam das labaredas da fogueira, os que roncam com o trovão, estalam com o raio, atroam com as erupções e os que, mansamente, deslizam sobre as águas e as ervas, na penumbra dos bosques e na face das penedias, almas dos que partiram para a longa viagem da morte (BARROSO, 1933, p. 15).

O ambiente físico parece que sofre e da sua tristeza exala nova tristeza no troglodita. Das lágrimas do vulcão afloram os temores e os medos mais ferrenhos. Como “homem primitivo” (BARROSO, 1933a, p. 16), Krum sentia forjar-se a sua própria condição humana e na medida em que andava, ouvia, via e atuava sobre o

território transformava o lugar em que vivia em espaço, em espaço da guerra. Os medos sinalizam para a sensibilidade e para a imaginação elaboradas a partir da experiência da existência dentro das florestas enquanto constituintes do espaço. Sinalizam também a influência das características geográficas sobre o homem: não fosse a erupção caça podia ter sido continuada e não haveria motivos para a eclosão de medos. Movido, então, entre as tensões da geografia e da condição humana, em que o conflito parece ser a regra de convivência, seja entre os homens, seja entre homens e natureza (fauna e flora). O troglodita também se autoformava nesse processo.

No processo de formação de Krum, Barroso destaca um elemento do campo afetivo como o grande impulsionador interno, da sensibilidade, a responder ao impulso externo das condições geográficas, ou seja: a solidão. Sabemos que a ideia de solidão ocupou parte dos escritores de literatura do período entre as duas guerras mundiais (1919-1938) e traduzia a condição de estranheza que os homens ocidentais sentiam frente ao mundo devastado pela guerra. Podemos mencionar como exemplo europeu paradigmático dos textos centrados na solidão a obra de Joseph Kafka (1997; 1998), cujos livros trazem muitos traços autobiográficos e os personagens principais são, de modo geral, convictos solitários. Em território brasileiro, Barroso produzia uma alternativa à solidão advinda da burocracia e racionalização liberais, como aquela diagnosticada por Graciliano Ramos (1964 [1934]).

Em conformidade com o aspecto contextual de evidenciar a solidão, Barroso descreve o retorno de Krum à caverna onde habita, após mais um dia de tensões com o ambiente físico, com a alegria da caça e com o medo do vulcão. O retorno ocorre à noite, a qual inaugura toda uma transmutação da forma de ver e conceber o espaço: se antes, podíamos afirmar ser um espaço da guerra, agora se trata de um espaço da solidão. Sob a luz do luar, Krum sente a solidão e ao enxergar e ouvir as coisas ao seu redor percebe que tudo o “enchia de solidão”: a flora agora não é mais verde, é cinzenta e prateada; os urros dos ursos e os uivos das raposas furam o silêncio da noite; acima de tudo não as montanhas, e sim “os cornos altos dos

megáceros” (BARROSO, 1933a, p. 16). A hostilidade do ambiente produz a solidão, essa desordem interna que enseja e requer superação no personagem. Deve-se notar aqui como a solidão é alçada como um dos pilares da civilização, da religião e da nacionalidade (PAZ, 1992).

De fato, a solidão não era entendida como algo necessariamente negativo, pois impulsiona o bárbaro à perda afetiva da mulher e à inteligibilidade do passado (BARROSO, 1933a, p. 16-17), de modo que o autor vai encaminhando o leitor para todo um complexo espacial que requer uma guerra para a solução do problema. Assim é que somos encaminhados à última página do conto, momento em que dois homens primitivos caçam e brigam em torno da ave (“orfaz de asas brilhantes”) abatida:

[...] acharam-se frente a frente, de armas em punho, rugindo. Krum desviou-se ao primeiro golpe do contendor, estendeu o corpo para diante e deu-lhe com o gume do sílex no crânio. A pancada foi rápida e seca como uma martelada. O outro caiu pesadamente. O troglodita atirou a arma ao solo, abandonou o pássaro rutilante e correu para a barraca do morto (BARROSO, 1933a, p. 18).

Rápida e seca como uma martelada é o golpe desferido, entre os oponentes uma ave de asas brilhantes e o prêmio, por assim, estava dentro da barraca: a mulher. Tendo ficado com a mulher do oponente, a qual é reduzido à sua condição de objeto, Krum saiu vencedor, tornando-se o único caçador da floresta e reconciliando a desordem externa (ambiente) com uma ordenação interna (afetiva).

Essa produção do espaço da guerra e da solidão perpassa todo o livro e está presente no capítulo final, “O osso do presunto” (BARROSO, 1933a, p. 341-348). A narrativa desenrola-se no Rio de Janeiro, essa “imensa cidade” (BARROSO, 1933a, p. 343), é tecida na forma de diálogo entre dois personagens: João Matoso, bacharel, viajante e literato, com uma mentalidade mais progressista e cosmopolita; e Antonio Mendes, engenheiro, mais afeito à tecnologia, mais provinciano. Mesmo com a confiança no desenvolvimento técnico e tecnológico, sobre o qual se insinua certa crença no progresso da humanidade, João não deixa de externar o seu medo do mar, razão pela qual se sentia mais motivado a viajar de avião e a enxergar o

progresso técnico como algo muito positivo. Esse medo do mar tinha uma explicação bem precisa, a qual ele explica assim ao seu amigo Antonio:

Ô homem! Sou um sujeito mais ou menos lido e doe-me o coração ver essa imensa planície líquida deserta, inteiramente deserta. Houve tempo em que as velas brancas dos navios e, depois, o penacho fumegante dos paquetes perturbaram a sua solidão. Hoje, não há um barco, não se avista um vulto. O mar foi abandonado! E eu não posso deixar de me entristecer, pensando nas navegações dos fenícios, nas sereias da Odisseia, nas façanhas marítimas dos portugueses e mesmo naqueles crimes que, ainda não faz um século, praticavam os submarinos alemães (BARROSO, 1933a, p. 342).

O medo do literato é o medo da solidão, essa recorrente desordem interna, o mar pela sua extensão traz à tona esse sentimento e pela modernização, isto é, pelo uso cada vez mais frequente do avião ele tornara-se mais solitário ainda. Ver o mar traz à memória os acontecimentos do passado, notadamente das leituras feitas de obras que enalteciam as façanhas marítimas, onde o mar desempenhava alguma centralidade na vida social e até nas relações geopolíticas. O mar devia ser mais aproveitado. Essa mesma posição acerca do aproveitamento do mar é tomada por Antonio que, em resposta ao seu amigo, menciona a riqueza de recursos e animais exploráveis presentes no mar, tais como salmões, sardinhas e bacalhaus (cf. BARROSO, 1933a, p. 343).

Se o mar é um espaço da solidão, um espaço povoado somente pelo incômodo e pela memória vegetal do viajante, como dominar esse espaço a exemplo do que fizera o troglodita em relação à perda da companheira? Que outro mar pode ser conquistado e povoado para existir o preenchimento pessoal do vazio da solidão? Barroso, na posição de narrador-observador, não o diz agora. Parece tentar chamar a atenção do leitor para outras particularidades. Ainda na resposta de Antonio a João, o amigo sugere que o bacharel, o literato “segundo diz a história, dominou com a sua mediocridade o Brasil” nos tempos idos, e Barroso faz notar que as serras cariocas estão como os “velhos livros tropicalmente descreviam” (BARROSO, 1933a, p. 342, 343). Assim, o espaço do Rio de Janeiro, embora rodeado pela solidão do mar e constituído pelo alto desenvolvimento tecnológico, é ainda um espaço marcado pela influência dos intelectuais; como as serras, é um

espaço formado por altos e baixos e por vislumbrar uma capacidade intelectual enquanto fortemente ligada às cidades europeias. Em uma de suas conversas, o bacharel João diz, com certa naturalidade, que na manhã seguinte eles têm que ir até Genova, mostrando a facilidade do contato em um mundo globalizado e em que as fronteiras parecem estar sempre abertas (BARROSO, 1933a, p. 343).

Dentro dessa perspectiva, o Rio de Janeiro é apresentado como “a capital dos Estados Unidos da América do Sul”, e ao incluir o Brasil no grupo internacional das Américas, os dois amigos desacreditavam na existência da ideia de nação brasileira:

Há os Estados Unidos da América do Norte aliados aos da América do Sul, os da Europa, os da Ásia, os da África e os da Oceania, que acabam de se formar, todos ligados pela Sociedade das Nações. Coisa engraçada: somente na África ainda existem fardas e serviço militar (BARROSO, 1933a, p. 344).

Há certa ironia na passagem, pois em um mundo considerado cada vez mais internacionalizado, esta surge basicamente como uma consubstanciação e um domínio dos Estados Unidos da América sobre o globo, dado que todos os continentes são nomeados como homônimos norte-americanos e apresentam uma organização política, indicada pelo próprio nome, baseada na confederação dos Estados. Há também a sugestão de certa ingenuidade na tomada de posição desses brasileiros instruídos, como se eles independente de seus perfis profissionais estivessem totalmente alheios aos interesses nacionais e não entendessem de relações geopolíticas, dado que os dois amigos estranham e entendem como uma anomalia a presença de soldados e do serviço militar na África, afirmando peremptoriamente em seguida: “Já faz tempo que houve a última guerra. E nunca haverá mais outra. A guerra é uma criação social infame. Encontramos decididamente a paz universal”; e, “Tens razão. Nunca mais à face da terra um homem brigará com outro homem” (BARROSO, 1933a, p. 344 e 345, respectivamente). Assim sendo, a configuração do Rio de Janeiro enquanto um espaço do moderno significa uma imaginação política por parte da elite letrada brasileira configurada enquanto dentro de um espaço internacional, o que na narrativa de Barroso é tida como ingenuidade porque ele vislumbrava que as

relações políticas e geopolíticas ainda eram na década de 1930 e seriam até um distante futuro, talvez eternamente, dramaticamente nacionais. O espaço era e continuaria a ser um espaço católico marcado pela guerra.

A perenidade dos laços nacionais e a proeminência do espaço da guerra são apreendidas pelo destino trágico ao qual são lançados os dois amigos quando estavam viajando em uma aeronave:

Meia hora depois [do diálogo], um ciclone envolvia o aeroplano, atirava-o loucamente em horríveis rodamosinhos, trazia-o entre uivos e estalar de trovões até à superfície do mar. Por fim, partia-lhe uma das asas a cinco metros de ondas espumantes. O aparelho rodopiou, despejando na água revolta, furiosa, os dois tripulantes (BARROSO, 1933a, p. 345).

Podemos entender pela citação que a perspectiva defendida pelos amigos João e Antonio de fronteiras abertas e de uma paz universal constituintes de um mundo aparentemente internacionalizado é quebrada pela ação da própria natureza, que estabelece uma fronteira natural com ciclones e rodamosinhos, impedindo o livre deslocamento do avião. Barroso emprega o verbo “atirar” e adjetivos como “revolta” e “furiosa” para demonstrar a plena hostilidade do mar aos homens, de modo a ratificar que a força que as características geográficas exercem uma influência sobre a vida humana, ela molda o homem independente do contexto em que ele se encontre. O mar como que se vinga dos humanos por tê-lo abandonado em detrimento dos meios de transporte e de sociabilidade modernos. Uma perspectiva geopolítica que exclua as fronteiras nacionais, as quais teriam por base essas mesmas fronteiras naturais, e acredite no internacionalismo vai de encontro à condição humana. Nesse ponto, há o estabelecimento de nexos com o primeiro capítulo do livro, uma vez que o troglodita Krum fora moldado pelas montanhas, florestas e caverna por onde se movimentava. O interessante é que antes de narrar a queda do avião pelas forças naturais, Barroso faz notar que o avião dera uma guinada “à esquerda” e passara por entre um “revoio branco de gaivotas” (cf. BARROSO, 1933a, p. 344).

A influência do mar sobre a vida humana faz com que os dois amigos passem a lutar pela sobrevivência, então, o mar conduz os dois até uma ilha deserta, que outrora fora um presídio brasileiro; Barroso descreve as causas desse isolamento da ilha a partir de elementos históricos: devido à modernização e à busca pelo espaço aéreo pelas potências europeias (notadamente, Inglaterra e Espanha) e também pela “guerra do ABC” e devido à “reconstrução moderna da América meridional numa união feliz” (BARROSO, 1933a, p. 346), ou seja, a configuração internacionalista do espaço tornou preferíveis e mais povoados os locais mais centrais e sobre o domínio europeu, razão pela qual os locais brasileiros e de menor abrangência, que atendiam mais diretamente aos interesses nacionais, foram esquecidos em prol de cidades europeias ou norte-americanas, como Gênova e Nova York. O fato é que o mar determina uma queda e os locais aonde os amigos vão após a queda do avião.

Chegando à ilha, depois de muitas tensões com o oceano, ao contrário do que o leitor poderia esperar devido ao distanciamento do mar, o determinismo do mar sobre a vida dos homens não vai diminuindo, e sim se acentuando cada vez mais e se tornando um nível de objetivação e de animalização, em que cada pessoa parece perder paulatinamente a sua dignidade humana e se tornar uma espécie de objeto. Nesse momento da narrativa, estando nus, famintos e desprovidos de quaisquer recursos tecnológicos ou de qualquer ajuda de organismos internacionais, os homens se deparam com a relação da sua condição humana com a imperiosa ação da natureza. E assim, a grande atenção e o motivo de existência deles se voltam para o osso do presunto:

Os naufragos nada ali encontraram que minorasse sua miséria atroz. Somente um pouco de água fresca numa fonte. Felizmente, deu também à costa o cofre frigorífico dos mantimentos. Durante uma semana, puderam alimentar-se. Por fim, restava só o osso meio esbrugado do presunto, para o qual os ávidos olhos dos famintos se dirigiam a todo instante. Mas como repartir aqueles reles fiapos de carne em torno dum osso? A fome de ambos era terrível: tinha três dias de idade (BARROSO, 1933a, p. 346).

O mar promove a miséria e a fome, que tem até idade, como se fosse mais humana do que os homens em tremenda degradação. O mar tem o poder de

provocar a morte e de por término na amizade. O mar fez os homens retornarem à origem do progresso humano, isto é, ao próprio instinto de salvação da própria vida e da salvação da espécie. O mar põe fim à ilusão da paz eterna e põe os outrora homens, agora “duas feras premidas”, e coloca-os face à realidade da briga e da guerra. Assim Barroso encerra o capítulo:

E ambos avançavam, atracaram-se, lutaram arquejando. Por fim, o último caiu, arroxeadado, estorcendo-se no solo, procurando alcançar o alimento com as mãos recurvadas em garras. Mas o primeiro deu-lhe com os pés brutais; pisou-lhe cara, corpo, membros, imobilizou-o, esmagando-o; atirou-se ao osso, apanhou-o, correu e, acorado sob uma mangueira quase murcha, batida de sol, roeu-o, lentamente, com delícia (BARROSO, 1933a, p. 347).

Com esses dois contos, que dão sentido à obra como um todo por serem o primeiro e o último capítulo, respectivamente, podemos perceber que a obra literária apresenta saberes sobre o espaço e noções sobre o espaço que embasam a sua narrativa histórica. Nesse embasamento, Barroso assume a função de narrador-observador e onisciente, chamando à atenção o seu fascínio pela morte, pelas aves enquanto mau presságio, pela guerra e pela solidão, elementos retóricos presentes nos dois textos e que conduzem para a produção do espaço da guerra e do espaço da solidão. No entanto, não queremos encerrar a descrição e análise deste livro, sem mostrar outro recurso retórico que perpassará parte significativa da obra de Gustavo Barroso: os judeus.

Espaço judaico

Em relação à dimensão internacional, como anteriormente explicitamos, aparece em conflito com as escalas nacionais, como que ameaçando a existência delas, uma espacialidade corroída por dentro e por fora pelo sistema religioso judaico a partir de personagens influentes e de ações ocultas sobre a estrutura das nações ocidentais católicas. Chamaremos a esse complexo de ideias “espaço judaico” para sublinharmos a perspectiva antisemita na qual ele circunscreve. Para exemplificar esse ponto analisaremos o conto “Juízo de Deus” somente porque acreditamos que sua complexidade demanda uma atenção especial ao tecido do

texto, às letras empregadas, apesar de reconhecermos que o antissemitismo perpassa toda a obra ora em análise.

No capítulo “Juízo de Deus” (BARROSO, 1933a, p. 201-207), inserido no tópico histórico sobre a Idade Média, o autor discorre sobre a morte de Isac Vaco, um judeu que se convertera em “tão bom cristão” e que desempenhava a função de cobrador de impostos. Como epígrafe ao seu texto, Barroso coloca um trecho da obra *Histoire des Israelites*, de Theodore Reinach (1860-1928), em língua francesa: “do sistema fiscal sempre imperfeito da Idade Média, o judeu serviu de qualquer sorte como coletor de impostos, de intermediário oficial entre o tesouro e o contribuinte” (REINACH *apud* BARROSO, 1933a, p. 201, tradução nossa).

Assim, Barroso começa o texto falando da conversão de Isac Vasco (nome que mescla as heranças hebraica e bíblica e a portuguesa; que lembra dois personagens de envergadura: Isac, filho de Abraão, e Vasco da Gama, famoso navegador português) e de sua entrada na profissão de cobrador de impostos: Barroso, assumindo como o faz ao longo do livro, a função de narrador-observador trata com certa ironia velada a conversão de Vasco, pois na primeira página do texto diz que o personagem “fora judeu”, mas nas páginas seguintes usa de forma recorrente e demasiada a palavra “judeu” para identificá-lo (BARROSO, 1933a, p. 201, 203, 204); em seguida, como elementos comprobatórios dessa eventual conversão de Isac, ele narra a sua separação da esposa, que também era judia, e o início do seu trabalho no mosteiro de Alcaniz, onde passou a trabalhar como coletor de impostos.

No início do trabalho enquanto cobrador de impostos, então, que seria o nexos de Isac dentro da comunidade judaica devido à epígrafe, Isac Vasco demonstra uma habilidade salutar na lida com o dinheiro e consegue aumentar o bruto dos tributos para o mosteiro (cf. BARROSO, 1933a, p. 201), e isso ocupa lugar de destaque no texto, levando o leitor a se perguntar como Vasco conseguira essa proeza “nunca antes vista” e qual a relação do aumento de impostos com o título do texto.

Barroso narra, então, a importância e a riqueza constituintes do espaço do mosteiro: seu abade, Dom Geraldo, era confessor do rei de Aragão, razão pela qual após a morte do rei o convento herdou terras prósperas em colheita de vinho e de azeite. Ao trabalhar sobre essa área, Isac Vasco estava fazendo progresso financeiro, de modo que entre os freires “era grande o seu valimento e a honestidade de suas cifras desafiava perquirições” (BARROSO, 1933a, p. 202). No entanto,

[...] nas casas de um conqueiro e de um pergamilheiro, seus amigos, que lhe davam albergagem, escondera pequenos baús recheados de coroas velhas, cujo ouro não limaram nunca os banqueiros nem os ganhadores dos escambos. Nos burgos sujeitos ao abade, em troca de ligeira almeitega, refeição de couves, pão e ovos, que tomava numa alpendrada da judiaria ou da mouraria, dispensava dum terço dos pesados impostos da alfita, do azagui, da quarentena e da judenga os mouros e seus irmãos do antigo credo. Assim, conciliava a simpatia de todos (BARROSO, 1933a, p. 202).

Assim, Barroso acentuava o comportamento corrupto de Isac Vasco, que com isso não desviava dinheiro apenas do mosteiro, mas também da Coroa e da própria catolicidade, dado o período dos Reis Católicos. Vasco atuava como um divisor e como um desonesto em relação ao poder constituído, beneficiando os judeus e os mouros. De modo que a sua conversão seria falsa, mas não se diz que ela fora oportunista, ao menos claramente. Há insinuação. Quando Barroso emprega a frase “irmãos do antigo credo” sinaliza para o laço de pertencimento não só de Vasco, mas dos judeus como um todo: o pertencimento ao grupo social e étnico dos judeus seria quase indelével e constituiria o elemento de fidelidade deles. O laço étnico estaria indicado no próprio nome do personagem, judeu e português, israelita e católico ao mesmo tempo. Não bastava assimilar os judeus para fazer com que eles caminhassem no mesmo rumo da catolicidade e deixassem de corrompê-la, era preciso algo mais contundente. Nisso, o leitor é levado a pensar no título; talvez necessário fosse o juízo implacável de Deus. O interessante é que ao narrar este episódio do livro Barroso parece colocar-se dentro do mosteiro, tendo como companheiros os freires e assumindo uma postura de observador privilegiado, exemplo é o emprego dos verbos “vinha” e “trazia” quando da aproximação do judeu ao mosteiro. Podemos acreditar que Barroso já se incluía ou continuava a se incluir numa tradição espacial e religiosa católica.

Certo dia, um dia de “grande mormaço” e de céu “azul metálico”, Isac Vasco voltava ao mosteiro após o dia de coleta de impostos, trazendo o dinheiro em arcas de carvalho “com cruces enlevadas”. Barroso tece a cena: inicialmente, informa que “devia ser grande a quantia [de dinheiro]”, pois a cobrança ocorria há dois dias simultâneos e havia passado por diversos lugarejos e ele tinha cobrado as dívidas atrasadas sobre os foros encomissados, cumprimento de carta de gádea e detenção de gados, “como todos os bens do acaso”. Depois, Barroso apresenta elementos da natureza como constituintes do cenário do acontecimento: todas as árvores estavam imóveis, sentia-se um frêmito, zumbiam moscardos e gritavam, ao longe, milhafres, num dia de céu azul metálico (BARROSO, 1933a, p. 202-203). A natureza como que pressagia um acontecimento importante a acontecer; recolhe-se ao contrário da exuberância das arcas de dinheiro, nada discretas; atenta, fornece as condições geográficas e naturais propícias para que um observador qualquer, um ladrão, por exemplo, conseguisse identificar a enorme quantia de dinheiro ali acessível. Nesse encontro entre o judeu e o território da floresta, Barroso narra, enfim, o episódio pressagiado:

O judeu cochilava, cabeceando, quando um homem de esfarrapado alquicé, saltando do mato, travou da arreata da égua com um longo punhal na mão. Mal teve tempo de abrir os olhos, já a lâmina transpassava o ventre. Deu um grito e molemente caiu sobre as caixas. O sacomardo arrancou o cadáver da albarda, arrastou-o pelos braços até o bosque e deixou-o, entre touceiras de penhasco, à beira do córrego. Abriu as arcas. Revolveu com ávidas mãos e guloso olhar os sacos de espadins, os atados de escudos e ceitis; remexeu as tulhas de mealhas e xinfrans, alisou com delícia a face das castelas de ouro. Por fim, montou e fugiu, esporeando furiosamente a cavalgadura com a arma (BARROSO, 1933a, p. 203).

Podemos perceber que o fascínio do autor pela morte novamente se faz presente na narrativa do livro, dessa vez com a morte de Isac Vasco. Barroso descreve o assassinato com muitos detalhes, se coloca no lugar do assassino em todo momento e justifica a ação criminosa pela ênfase na presença de arcas de dinheiro e, mais amplamente, pelo vínculo dos judeus com o dinheiro. Pela ação corrupta de Isac contra o mosteiro, a morte dele não é lamentada, nem ganha tons de dramaticidade; é tida como algo natural e aparentemente justificada.

Ao contrário dos outros textos apresentados pelo mesmo autor, essa morte de Isac Vasco não significa o fim do texto. Com efeito, em “Juízo de Deus” a morte do judeu funciona como um ponto de clivagem na narrativa; a partir desse acontecimento temos acesso a uma série de surpresas que visam a dar sentido à morte de Isac. Essa dotação de sentido é necessária, sobretudo, pelo jogo de palavras ao qual nos lança Barroso em sua narrativa: o Isac bíblico chegou bem próximo da morte, prestes a ser dilacerado pelo próprio pai, a mando de Deus, Deus envia um anjo para que ele não viesse a morrer. No homônimo de Barroso, Isac não é poupado, razão pela qual se há de explicar o porquê dessa distinção em relação ao famoso episódio bíblico. Podemos dizer que a ação considerada perniciosa dos judeus acabou nesta morte no texto, mas que o juízo de Deus continuaria a se desenrolar ao longo da narrativa.

A dotação de sentido é tecida pela inclusão de um novo personagem: dom Egas Ortiz, senhor da Bica de Calamocha. Barroso o descreve como um “belo senhor” de “olhos pestanudos” (BARROSO, 1933a, p. 206). Indo ao seu solar, precisamente ao passar de forma fortuita pela mesma parte da mata onde ocorrera o assassinato, dom Egas ouve o barulho de água e logo para a montaria, desce com rapidez portando a concha na mão. Barroso constrói a cena: terra húmida, muitos arbustos, sons de um leve “murmurejar da levada”, um riacho na parte de baixo do terreno (BARROSO, 1933a, p. 204). Ao remexer os arbustos e direcionar a sua concha à água do rio, dom Egas consegue beber muitos goles de água e conseqüentemente consegue saciar a sua sede. Após a saciar a sua sede, ele vai embora sem perceber o cadáver morto ao lado do riacho.

No dia seguinte, os corvos (notemos novamente a presença dos pássaros na narrativa de Barroso) estavam consumindo o cadáver então em putrefação. Pelo fedor e pela presença dos corvos, um alfeireiro que guiava o rebanho naquele momento percebe o cadáver e vai ao mosteiro avisar sobre a nova descoberta. Barroso coloca-se ao lado do cadáver, emprega novamente o verbo “vieram” para designar a chegada dos clérigos e de juizes para o cuidado do defunto, de modo a sepultá-lo de forma cristã e para examinar os vestígios do “crime” (BARROSO,

1933a, p. 204). Aos emissários da Justiça, os populares, quer dizer, “aldeões de bristois escuros”, afirmam ter visto um homem “de má cara” com uma “égua pedrez”, o que designaria o ladrão sem nome que assassinara o judeu, mas os emissários, diz Barroso, não deram “ouvidos a tal reconto” e concluíram que dom Egas era, de fato, o criminoso e assim mandaram os emissários do rei para prendê-lo em seguida (BARROSO, 1933a, p. 204-205). Ao chegarem à residência de dom Egas Ortiz, a cena do acontecimento é esta:

Perante o foro de Tortosa, dom Egas negou com tal fortaleza e durante tantos dias a autoria do homicídio e furto que os juízes não tiveram talante de lavrar sentença sem uma prova mais concludente ainda. Tendo em vista as leis civis e canônicas, resolveram tentar o juízo de Deus. O cavaleiro aceitou cheio de fé. O duelo ou desafio não se podia travar, porque não havia outro acusado ou suspeito, nem padrinhos. A água fria e quente era benigna provação para crime tão alto. Restava a purgação vulgar do ferro em brasa (BARROSO, 1933a, p. 205).

Podemos extrair alguns indícios dessa narrativa. Dom Egas Ortiz ocupava a função de homem de fé, cristão convicto e inocente que estava a ser acusado injustamente de um latrocínio. Os ladrões eram vistos de forma pejorativa, como feio e ruins. E que o impulso criminoso sobre dom Egas foi uma iniciativa particular dos juízes. O título “Juízo de Deus” tem a ver com a postura tomada pelos juízes: não querendo condenar Ortiz de forma peremptória, dada a insistência do próprio acerca de sua inocência, eles apelam para o Juízo de Deus, ou seja, o procedimento jurídico em que o próprio Deus emitiria a sua posição e sentença sobre a inocência ou a culpa de dom Egas. Como ao longo do texto, Barroso deixa clara a inocência de dom Egas, era esperado pelo leitor que o referido juízo referendasse essa posição esperada e que contrariasse a dos juízes. No entanto, a narrativa de Barroso é surpreendente.

Barroso narra da seguinte forma os preparativos de Dom Egas Ortiz:

O senhor da Bica da Calamocho confessou e comungou, jejuou três dias, foi benzido e exorcizado. Dos homens nada podia esperar. *Mas Dus por certo demonstraria sua inocência.* Sua alma se enchia de esperança ao pensar na lenda formosa e tão espalhada pelas Espanhas de dona Tareja Soares, flor das mulheres de Riba-Douro, que segurara nas macias mãos um ferro caldo, retirando-as tão brancas como dantes, confundindo assim por mercê do céu, o marido que, falsamente, a acusara de adultério (BARROSO, 1933a, p. 205, grifo nosso).

Considerando a inexistência de erros editoriais ou gráficos na página da citação acima, pois a palavra “Deus” é empregada noutra ocasião (BARROSO, 1933a, p. 207), é interessante que a grafia “Dus” destoa da grafia empregada no título do texto e ao longo do mesmo. É estranha porque é uma forma de grafar característica do judaísmo, cujos fiéis não colocariam em vão o nome da divindade, e Egas Ortiz é apresentado aparentemente como um homem cristão, com uma fé piedosa. Ortiz está imerso no caldo cultural cristão da Idade Média: lembra-se das lendas da Espanha, elas funcionam como consolo e motivo de esperança. A fala que destacamos é tecida pelo narrador; é o próprio Barroso que a tece. Estaria dom Egas Ortiz de alguma forma vinculado ao grupo de judeus? Por que “Dus”, e não “Deus”, podia demonstrar a inocência dele? Seria Egas Ortiz um daqueles “irmãos do antigo credo” beneficiados por Isac Vasco à custa do dinheiro do mosteiro (BARROSO, 1933a, p. 202)? Essas são perguntas que não são respondidas diretamente, mas cujas respostas podemos encontrar respostas pelo exame minucioso de sua narrativa.

No julgamento, se as mãos de dom Egas queimassem e ele gritasse, a culpa ser-lhe-ia computada. Em caso contrário, sem grito ou queimadura, sua inocência e sua liberdade estariam asseguradas. O processo era tido como uma ação divina; os pensamentos dos homens como pensamentos do divino. Assim, ao colocar as mãos sobre a chapa de ferro ardente, “As carnes fumegaram. Soltou um grito, erguendo a palma em carne viva; e uns farrapos de pele ficaram chiando, enrugados, de encontro ao ferro” (BARROSO, 1933a, p. 206). Consequência: a convicção de culpa, que morava já no “sentir dos julgadores”, penetrou a multidão a ponto de os aldeãos, “que tinham visto o salteador fugindo sobre a égua do judeu, acharem que *Deus apontara o verdadeiro culpado*” (BARROSO, 1933a, p. 206, grifo nosso). Com isso, dom Egas Ortiz é condenado pelos juízes; a sua pena tem uma dupla face: os seus bens e os seus campos são dados ao abade do mosteiro de Alcaniz como ressarcimento ao roubo cometido e ele é condenado à morte inglória, de modo que o seu corpo fique exposto na encruzilhada de Tresfuentes (BARROSO, 1933a, p. 206-207).

Pelo desfecho surpreendente do caso se revela uma estratégia narrativa de Gustavo Barroso. Como cristão católico e pela forma como ele tece a narrativa, especialmente ao se colocar do lado dos residentes no mosteiro e ao enfatizar em sua descrição elementos do sistema religioso católico (cruzes, fé, ritos, ambiente geográfico, recorte histórico), Barroso não emprega as grafias “Dus” e “Deus” de forma aleatória; é antes uma estratégia discursiva. Com a segunda grafia, ele designa um componente do seu próprio sistema religioso, que ele naturalmente entende como correto e como ponto de referência (Deus não condenaria um inocente); a primeira forma, por seu turno, refere-se ao sistema religioso judaico. Com base nessa condição, podemos concluir que, na perspectiva de Barroso, o Deus seguido pelos judeus e o Deus seguido pelos cristãos são distintos e que, portanto, o “Juízo de Deus” aludido no título refere-se à morte de dois judeus: Isac Vasco seria abertamente judeu devido à condição étnica e como disfarce dessa condição se convertera ao cristianismo; dom Egas Ortiz seria um judeu muito disfarçado, um judeu de pensamento, de cunho mais privado, e o seu pertencimento à comunidade judaica se revelaria somente em casos extremados, em casos de vida ou morte, e por meio de uma intervenção divina.

De alguma forma, com esses dois tipos de judeus sendo identificados e com aquele grupo de “irmãos de credo” aludido ainda no início do texto, Barroso mostra que já na Idade Média existia uma forte influência da comunidade judaica sobre o espaço do mosteiro: os judeus se mesclaram de tal forma aos cristãos que se casaram, ocuparam cargos de confiança, alcançaram status elevados e ajudaram a convencer a todos de seu benefício sobre a sociedade, o que os auxiliou no domínio e na consolidação econômica sobre o mundo cristão. A Justiça de Deus se faz pela morte dos judeus.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, discutimos o conjunto de ideias complexas e seus aspectos imagético-discursivos que caracterizam o espaço na narrativa de *A Ronda dos séculos* (BARROSO, 1933a) e sublinhamos os elementos que demarcam a autonomia da assinatura “Gustavo Barroso”, que aparece pela primeira vez na obra em relevo e que vai demarcar também as demais produções do autor da década de 1930, como apontado também ao longo do trabalho. Os principais elencos demarcados dessa assinatura são dois: o espaço católico, que demonstra a pressuposição do catolicismo enquanto índice civilizacional do Ocidente, a ideia de que o mundo contemporâneo estaria se barbarizando e a ideia da guerra enquanto um dos fatores mais importantes para a reação e para a inteligibilidade do período, considerando uma linha evolutiva em que predominam as ideias em detrimento da materialidade; e o espaço judaico, que designa a corrosão das nacionalidades pela escala internacional, que é tido como o espaço de dominação dos judeus, os quais atuam pelo menos desde o período medieval e desde os primórdios da história brasileira de forma oculta, influenciando as principais autoridades de cada cultura ocidental. O texto analisado defende abertamente que a solução para a corrosão das nacionalidades é a morte dos judeus. Nesse sentido, citando *Ideias e Palavras* (JOÃO DO NORTE, 1917), demonstramos que os elementos do espaço judaico e do espaço católico são intrínsecos à autonomia da assinatura “Gustavo Barroso”.

Nessas condições, podemos afirmar que o significado da autonomia da assinatura “Gustavo Barroso” se constituiu enquanto uma espacialidade católica e antissemita que foi fundamental para a produção do Fascismo Clerical e da autoconstrução biográfica do autor, conforme lembramos ao longo do trabalho. Nesse ponto, cumpre estabelecer alguns apontamentos que assinalam a possibilidade de aprofundamento da discussão feita aqui. Primeiro, quando inserimos o problema da autonomia da assinatura na relação entre catolicismo, antissemitismo e fascismo, estamos mostrando como a assinatura é uma realidade estruturada, enclausurada à pessoa e às movimentações política do seu autor. É plausível pensar também a assinatura como uma realidade estruturante, que moldou

o conteúdo e a forma de outras obras assinadas com “Gustavo Barroso”, motivando uma investigação acerca de como o discurso narrativo é construído em obras das décadas de 1930 e 1940, particularmente pela explicitação do papel que a assinatura vai assumir no jogo de uma produção escrita. Segundo, sabemos a importância da assinatura para a construção do espaço nacional em termos de uma racionalidade católica antissemita (MELO JÚNIOR, 2017), de modo que se descentraliza o campo de estudos que tem “Gustavo Barroso” como objeto, uma vez que a parte majoritária da historiografia sobre a temática (basta conferir a citada ao longo deste trabalho) privilegiou as chamadas obras integralistas, naturalizando o problema da assinatura (até 2017, não discutido) e pressupondo uma relação em que o ficcional serviria ao político somente. Assim, surge a demanda por uma investigação sobre as relações entre os textos ficcionais e os integralistas que são marcados com a mesma assinatura, “Gustavo Barroso”.

“Gustavo Barroso” é um objeto de saber-poder que, sem ferirmos a historicidade do nosso trabalho, podemos afirmar que moldou a inteligibilidade sobre o intelectual e polígrafo que a produziu e encarnou. Essa assinatura demarca o catálogo de bibliotecas, o acervo de livrarias, sites de livros usados, a museologia e arquivologia e, claro, as palavras-chaves de diversos trabalhos acadêmicos. Quem dela escapou? Seria possível escapar ou estariam os trabalhos que naturalizaram o problema da assinatura sendo pensados por aquilo que acreditam pensar? Lançamos essa provocação e concluímos este trabalho com aquilo que cumpre a uma carta designar:

[...] de que é feita a vida, de 30 a 32 tive tantos desgostos que nem a viagem à Europa me restituiu a alegria. De repente, o cenário muda e recebo manifestações espontâneas e inesperadas. Respeito as sinceras, porque não tenho favores a retribuir. Tudo fora destruído do meu trabalho de dez anos. Só a pena me ficara na mão fatigada. E ela foi como um arado bendito: rasgou de novo a terra e fez brotar a messe clamada. Graças a ela, creio, sobrevivi ao terremoto, sobre a República Velha... (BARROSO, 1933b).

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Gustavo. **A palavra e o pensamento Integralista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- BARROSO, Gustavo. **A ronda dos séculos**. São Paulo: Livraria José Olympo, 1933a.
- BARROSO, Gustavo. **Brasil- colônia de banqueiros (história dos empréstimos de 1824 a 1934)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- BARROSO, Gustavo. **História secreta do Brasil: do Descobrimento à Abdicação de D. Pedro I**. 1ª parte. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.
- BARROSO, Gustavo. **Integralismo e Catolicismo**. Rio de Janeiro: ABC, 1937.
- BARROSO, Gustavo. **Os protocolos dos sábios de Sião**. São Paulo: Minerva, 1936.
- BARROSO, Gustavo. Rio de Janeiro [carta] para CASCUDO, Luís da Câmara. Natal [carta]. 07 de janeiro de 1933b. Instituto Ludovicus- Câmara Cascudo, Natal.
- CARNEIRO, Maria. Luiza. Tucci. **O Antissemitismo na Era Vargas (1930-1945)**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- CERQUEIRA, Erika Moraes. **O passado que não deve passar: História e Autobiografia em Gustavo Barroso**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mariana, 2011.
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30**. São Paulo. Dissertação de mestrado em História Social. São Paulo: FFHLS/USP, 1992.
- DANTAS, Elynaldo Gonçalves. **Gustavo Barroso, o Führer brasileiro: Nação e identidade no discurso integralista barrosiano (1933-1937)**. João Pessoa: Ideia, 2015.
- DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Bestbolso, 2014.

GENETTE, Gérard. **Narrative Discourse: An Essay in Method**. New York: Cornell University Press, 1990.

GENETTE, Gérard. **Paratexts: Thresholds of interpretation**. New York: Cambridge University Press, 2001.

HOBSBAWM, Eric. A queda do liberalismo. In: HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 113-143.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. O anticomunismo de Gustavo Barroso: a ação política como instrumento para um discurso antissemita. In: RODRIGUES, Cândido Moreira; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (Orgs.). **Intelectuais e comunismo no Brasil: 1920-1950**. Cuiabá: Editora da UFMT, 2011, p. 15-34.

JOÃO DO NORTE (Gustavo Barroso). **Ideias e palavras**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurício, 1917.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KAFKA, Franz. **O processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KERN, Stephen. The Nature of Space. In: KERN, Stephen. **The Culture of Time and Space (1880- 1918)**. Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 1983. p. 131-180.

MAGALHÃES, Aline Monteiro. **Troféus da guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso**. Tese (doutorado em História)- Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rothschild, nem Trotsky: o pensamento antissemita de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

MELO JÚNIOR, Antônio Ferreira de. **A assinatura “Gustavo Barroso”**: análise do discurso narrativo de Ideias e Palavras, A ronda dos séculos e os Protocolos dos Sábios de Sião (1917-1936). Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em História e Espaços -, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2017.

PAZ, Octavio. **El laberinto de la Soledad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

PEIXOTO, Renato Amado. “A verdadeira Liga Extraordinária” e a “História do Brasil em Quadrinhos”. In: BRAGA, Amado; MODENESI, Thiago (Org.).

Quadrinhos e Educação em 20 olhares. Recife: Editora da UFPE, 2015a. p. 139-158.

PEIXOTO, Renato Amado. “Creio no espírito cristão e nacionalista do Sigma”: Integralismo e catolicismo nos escritos de Gustavo Barroso, Padre J. Cabral e Câmara Cascudo. In: RODRIGUES, C.M; ZANOTO, G; CALDEIRA, R.C. **Manifestações do pensamento católico na América do Sul.** São Paulo: Fonte editorial, 2015b. p. 99-126.

PEIXOTO, Renato Amado. From “Apostles” Creed” to the Cult of the Duce: an Exam of the Collusion between Catholicism and Fascism in Interwar Brazil. In: HENDERSON, Gary (Editor). **Catholicism: Rites, History and Social Issues.** New York: Nova Science Publishers, 2017, Chapter 2.

PEIXOTO, Renato Amado. “System of the heavens”: um exame do conceito de colusão por meio do caso da criação do núcleo da AIB em Natal. **Revista Brasileira de História das Religiões,** ANPUH, ano IX, n. 25, p. 121-150, maio/agosto de 2016.

PEIXOTO, Renato Amado; RODRIGUES, Cândido Moreira. O catolicismo no Brasil no período Vargas: imbricações entre religião, política e espacialidade. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA, Maria Inácia (Orgs.). **Igrejas e ditaduras no mundo lusófono.** Recife: Edupe, 2020. Cap. 2, p. 61-94.

RAMOS, Graciliano. **Angústia.** São Paulo: Livraria Martins, 1961.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE:

um olhar para a sua constituição e institucionalização no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)

Samuel Lopes dos Santos¹

Artigo recebido em: 20/04/2021.

Artigo aceito em: 04/08/2021.

RESUMO: O presente trabalho evidencia os percalços e avanços da legitimação da Educação Popular em Saúde (EPS) ancorada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), objetiva realçar sua institucionalização na esfera estatal e os processos de consolidação e legitimação na última década no Brasil. Para tanto, trazemos uma breve contextualização da luta pela efetivação da EPS enquanto Política de Saúde a partir das reivindicações dos movimentos sociais populares engajados historicamente, assim, reiteramos brevemente cada contexto histórico até a sua fase institucionalizada na atualidade, notadamente com centralidade em arenas de disputas ideológicas ante interesses antagônicos latentes. Para a construção das análises apresentadas percorremos na literatura especializada sustentada no materialismo dialético.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública; Gestão Participativa; Saúde Coletiva.

PATHS AND DEVIATIONS OF POPULAR HEALTH EDUCATION:
a look at its constitution and institutionalization within the scope of the Unified Health System (SUS)

ABSTRACT: The present work highlights the mishaps and advances in the legitimization of Popular Education in Health (EPS) anchored by the Unified Health System (SUS), and aims to highlight its institutionalization in the state sphere and the processes of consolidation and legitimation in the last decade in Brazil. Therefore, we bring a brief contextualization of the struggle for the realization of EPS as a Health Policy from the claims of popular social movements historically engaged, thus, we briefly reiterate each historical context up to its institutionalized phase present, notably with centrality in arenas of disputes ideological against latent antagonistic interests. For the construction of the presented analyses, we covered the specialized literature sustained at the dialectical materialism.

KEYWORDS: Public Policy; Participatory Management; Collective Health.

¹ Mestrando em Ciências das Religiões, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0791350610648396>. E-mail: samuellopespb@gmail.com

Introdução

A presente elaboração traz em seu enredo, o contexto de consolidação institucional da Educação Popular no setor Saúde, enquanto processo recheado de disputas ideológicas, impasses e contradições ainda iminentes no tempo presente. Nosso estudo busca analisar, os caminhos percorridos pelos movimentos sociais populares em defesa dessa prática, no processo de legitimação como política pública, mais especificamente uma política de saúde tida na estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS), suscetível de atenção, investimento e continuidade, com ampla visibilidade nos moldes do planejamento estratégicos de todas as esferas de governo.

Nas palavras de Silva (2013, p. 20) a Educação Popular em Saúde (EPS), passou por “[...] construções forjadas coletivamente em meio aos embates de uma gestão caracterizada pelo ambiente de disputas”. Implementada no interior de governos desenvolvimentistas, sua constituição enquanto política se deu em espaços de interesses antagônicos, sobretudo, em arenas de conflitos, como percebemos em vários momentos em nossa história recente.

Identificamos a partir do surgimento da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) e dos atores envolvidos nas lutas sociais por melhores condições de vida e saúde, a influência dos movimentos e dos contextos sociopolítico e econômico, a partir da mobilização de blocos de forças pelo movimento sanitário.

A nossa proposta é permitir instigar a provocação e questionamentos, para analisarmos onde avançamos e onde não efetivamos, tendo em vista que; “O corpo teórico e metodológico da Educação Popular provê bases pedagógicas que pressupõe a formação de cidadãos com consciência crítica, ativa e reflexiva, portanto questionadora [...]”, como nos lembra Santos (1996, p. 30).

O desejo que nos atravessa na construção dessa elaboração é contribuir, alargando o leque de produções científicas sobre a EPS. Nesse intuito, não se configura como o fechamento das discussões, mas a continuação do debate

incansável denotando um legado importante para pesquisadores, estudiosos e educadores e para todos que se dedicam com práticas nesse âmbito.

Contextualização histórica da luta por saúde no Brasil

Com as mobilizações ocorridas no plano sociopolítico na mudança do regime autocrático para o sistema democrático, o processo de redemocratização do país trouxe a dimensão da saúde enquanto um direito, face aos apelos da sociedade através de lutas articuladas pelos sujeitos coletivos, em espaços repletos de tensionamentos ideológicos e intransigentes frente a interesses antagônicos.

Partimos do pressuposto de que o progresso da democratização da saúde ganhou corpo no movimento de RSB construída em meados da década de 1970, cujo objetivo centrava na luta pela democratização do Estado e na formulação de um projeto contra-hegemônico direcionado à ampliação da consciência sanitária² e do direito à saúde, que visava à reconstrução da sociedade em novas bases assumindo um caráter inovador e uma prática política alternativa.

Silva (1973) assegura que “a expressão ‘reforma sanitária’³ aparece no Brasil em 1973 em artigo sobre as origens da Medicina Preventiva no ensino médico”. (*apud* PAIM, 2012, p. 09). Esse Movimento inicia-se dentro da própria articulação do Projeto de Reforma Sanitária, que segundo Paim (2012, p. 14) “[...] implicava um conjunto articulado de mudanças, surgia da sociedade civil, como parte de um projeto de transformação social que não se restringia ao setor saúde, não sendo um processo homogêneo, mas recheado de contradições e diversas direções ideopolíticas”.

A elaboração do Projeto de Reforma Sanitária contou com a colaboração das instituições de referência em saúde através de pesquisadores e professores do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES), cuja fundação se deu no ano de 1976 e da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) fundada em 1979, ambos precursores da ideia da RSB.

² Conceito fundamental da Reforma Sanitária.

³ No Brasil o uso desta terminologia foi introduzida em razão da Reforma Sanitária Italiana.

Em 1979 a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou o Simpósio Nacional de Política de Saúde. Nesse encontro o CEBES e a ABRASCO apresentaram um documento que determinou a inserção das posições dos sanitaristas frente às questões de saúde na agenda de discussão do Congresso.

Assim, é necessário considerá-la como um processo e não apenas como um projeto que nas palavras de Paim (2012, p. 08-09) “[...] fez parte da história das políticas de saúde no Brasil e que desembocou na famosa VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS)”, realizada em 1986, marco no processo pela consolidação da RSB. Contou com a participação efetiva de mais de quatro mil pessoas, dentre as quais, mil foram delegados com direito a voz e voto, fruto de uma constante mobilização e articulação.

Ao término da VIII Conferência fortaleceu-se o entendimento sobre o conceito amplo de saúde, onde a RSB foi compreendida para além de uma reforma administrativa e financeira, passando-se a exigir “[...] uma reformulação mais profunda, e sua correspondente ação institucional, revendo-se a legislação que diz respeito à promoção, proteção e recuperação da saúde” (SILVA, 2013, p. 161).

Em consonância com os documentos elaborados, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) publicou o *Jornal da Reforma Sanitária* para divulgá-la, concomitantemente o Governo Federal criou a Comissão Nacional da Reforma Sanitária (CNRS) que produziu de imediato “[...] um texto encaminhado à Assembleia Constituinte como subsídio para o capítulo saúde da Constituição. A sua concepção sobre a RSB, no entanto, reduzia-se a uma reforma do setor saúde, ou seja, uma mudança apenas no sistema de serviços de saúde [...]” (BRASIL, 1987b *apud* PAIM, 2012, p. 12).

Neste cenário social e político em que vivia o Estado Brasileiro o momento era de discussão de um novo modelo de saúde, incorporando reivindicações do movimento sanitário, estabelecendo-se os princípios na Constituição Federal de 1988 (CF), expressos nos Artigos 196 a 200, e para alcance desses princípios

estabeleceram diretrizes organizativas, sendo asseguradas em cumprimento ao pressuposto constitucional.

Na própria formulação da CF/88 deixa explícito que no processo constituinte como assegura Bravo (2011, p. 62-63) o bloco vitorioso na correlação de forças foi o que representava o grande capital, onde as articulações de partidos de direita tiveram maior representatividade, convergindo para a polarização dos debates entre direita e esquerda, como vimos, este último galgou com menor representatividade mais ainda conseguiu defender a saúde no que se refere à estatização, participação e centralização, o bloco de direita defendeu a privatização, regionalização e manipulação.

Nesta esteira, desde a sua formulação até a promulgação em 19 de setembro de 1990 a **Lei nº 8.080/90**, intitulada de Lei Orgânica da Saúde (LOS) sofreu ataques com a proposta de privatizações que desmontam a proposta central do SUS. Silva (2013) salienta que as conquistas da área de saúde foram determinantes para a visão de universalização que impregnou o significado da saúde no âmbito da Seguridade Social. Com a aprovação da **Lei nº 8.142/1990**⁴, de 28 de dezembro de 1990, que “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências” (BRASIL, 1990, s/p). A mesma, estabelece as instâncias de controle social constituídas pela Lei Orgânica da Saúde inicialmente, em que um dos princípios do SUS é a democracia participativa. As expressões mais conhecidas e acessadas foram e são até a atualidade os Conselhos e as Conferências de Saúde nas três instâncias: Municipal, Estadual e Nacional.

Sobre esse avanço significativo para a Reforma Sanitária, sendo fator preponderante Bravo (2011, p. 110) ressalta: “[...] a necessidade de reestruturação do setor com a criação do Sistema Único de Saúde que efetivamente representasse a

⁴ A Resolução nº 453 de 10 de maio de 2012 aprovou as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

construção de um novo arcabouço institucional separando saúde de previdência”. A autora expressa o retrato original da RSB em sua expressão legítima quando explica: “[...] a questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, [...] colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal”. (*Ibid.*)

Com a criação do SUS o movimento sanitário não se esgota em sua totalidade, ou seja, não se diluiu, os atores e sujeitos coletivos continuam persistindo na luta em defesa da saúde pública, universal e com qualidade na oferta, suas bases de articulação permanecem até os dias atuais com seu caráter transformador, unindo forças para continuar lutando e mantendo viva a chama da RSB, principalmente em tempos nefastos de retiradas e ataque aos direitos exclusivamente o direito humano à saúde.

Concepção socioconstrutivista de educação popular: um encontro com a saúde coletiva

Inicialmente é importante mencionar que a proposta de Educação Popular é anterior ao SUS. Portanto, partiremos da sua chegada à América Latina e conseqüentemente no Brasil com as práticas sociopolíticas através da pedagogia, enfocando algumas de suas tradições face a uma fundamentação socioantropológica nesse momento a uma visão mais de educação.

Teve sua inspiração em meados dos anos 50 na Europa como atividades de ensinar a população técnicas de uso de plantas medicinais para tratamento de doenças e chás, uma espécie de PICS (Práticas Integrativas e Complementares em Saúde) que temos aqui, só que de uma forma menos aprimorada, e ou realizada através da educação das classes trabalhadoras vinculadas ideologicamente e a seus movimentos históricos, como os que conhecemos.

No Brasil ganha impulso no início de 1960, associada às ideias e práticas político-pedagógicas dos movimentos de cultura popular, apesar de que “[...] não

constituiu nunca um modelo único, datado e situado [...]”, como afirma Brandão (2017, p. 131).

Sobre a definição de Educação Popular não se encontra unanimidade na literatura que contemple um conceito único detentor de um sentido homogêneo, mas sinaliza-se a existência de uma diversidade de definições que nos ajudam a pensar sobre ela e buscar entendê-la em seu sentido estrito, mas para além de seus conceitos, é importante ressaltar que a Educação Popular deve ser entendida enquanto processo.

Sobre isso, Melo Neto (1999, p. 15) define como: “um sistema educativo, caracterizado por um conjunto de elementos teóricos que fundamentam ações educativas, relacionadas entre si, ordenados segundo princípios e experiências”. Outra possível definição de Educação Popular é colocada por Fleuri (1989, p. 40) quando afirma ser “um trabalho pedagógico voltado para a construção de uma sociedade cujo poder esteja sendo encaminhado para as mãos dos responsáveis pela produção social – os trabalhadores”.

Nesta seara, a Educação Popular nas palavras de Silva (2013, p. 50) “traz consigo princípios que ajudam a construir ferramentas de gestão em administração de governos democráticos”. O autor ainda coloca que é; “[...] uma relação de ensino-aprendizagem baseada na troca de conhecimentos e experiências [...]”. Sobre o método de Educação Popular concordamos com Vasconcelos (2006) quando conclui que passa a ser um instrumento para construção e ampliação da participação popular no gerenciamento e na orientação de políticas públicas.

O mesmo autor realça que;

Educação Popular é uma criação latino-americana, em expansão nos outros continentes, que busca incorporar os saberes trazidos da tradição cristã de busca da solidariedade com as reflexões das ciências sociais da modernidade que apontam para a importância do enfrentamento, não apenas das relações pessoais e comunitárias injustas e destrutivas, mas também das estruturas políticas e econômicas geradoras desta injustiça e destruição. (VASCONCELOS, 2017)

Desta forma, um dos valores que lhe dá embasamento é o diálogo, como atenta Silva (2013, p. 25): “A busca pela constante coerência do princípio do diálogo se apresenta como uma das principais formas de expressão da educação popular no campo da saúde”. Melo Neto (2002, p. 21) revela que: “o diálogo, em Educação Popular provoca processos de reconstrução crítico-hermenêuticos constantes quando dos dizeres e fazeres vão se externando nas obras de seus próprios partícipes.”

O movimento de Educação Popular no campo da saúde no Brasil teve seu início no período da ditadura militar, momento em que o país atravessava um contexto de repressão às liberdades individuais, artísticas, culturais, políticas e ideológicas, bem como, restrição dos direitos civis à liberdade de expressão e aos movimentos sociais que faziam oposição ao regime de governo autoritário e conservador.

A Educação Popular é incorporada no setor saúde mais fortemente nos anos 1970, com a mobilização feita por diversos movimentos sociais de base popular, atrelados ao campo institucional como, universidades, sindicatos e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), uma articulação nascida no seio da Igreja Católica no Brasil e na América Latina, inspirada pelo pensamento da Teologia da Libertação.

Em 1988 é promulgada a constituição cidadã, resultado da luta de muitas lideranças políticas que defendiam os interesses da classe trabalhadora, os chamados progressistas; a Carta Magna traz em seu bojo garantias de direitos sociais, civis e políticos, instaurando uma nova fase da democracia. Assim, a Constituição da República (1988) trata da saúde e estabelece na seção II, nos artigos 196 a 198.

Historicamente vivenciou-se no Brasil uma série de agravos epidemiológicos, com o surgimento de diversas doenças das quais, muitas enfermidades foram relacionadas à pobreza, como a filariose, leptospirose, tuberculose, hanseníase, diarreias, cólera e hepatites dentre outras patologias geradas por causas externas, principalmente como violências em suas várias tipologias e

expressões, nesse sentido, iniciou-se gradativamente a procura de soluções para cada determinada doença e ao que a ocasionava, ou seja as causas centrais.

Esse processo foi conduzido pelo Ministério da Saúde orientado por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras autoridades sanitárias, iniciando timidamente com a realização de campanhas educativas, distribuição de vacinas, preservativos, cartilhas e material gráfico e outras medidas dentre as quais a orientação das cidades e comunidades, utilizando-se da Atenção Primária à Saúde com o PACS⁵, ensejando processos educativos centrados no modelo biomédico.

Sobre essas atividades estratégicas, Silva (2013, p. 17) aponta que: “palestras e entrega de material informativo, principalmente as de panfletos, foram realizadas, na maioria de vezes, com uma abordagem individual e autoritária, com forte tendência a responsabilizar e culpabilizar as pessoas pela sua situação de adoecimento e morte”.

Nesse processo acrítico, são visíveis os princípios da educação bancária no pensamento biomédico, com forte tendência de responsabilizar e culpabilizar as pessoas pela situação de adoecimento, além de focar em ações de higiene pessoal centrada na prevenção de doenças, prevaleciam às campanhas e eventos pontuais e descontínuos, preservando a cultura curativa, microbiológica e tecnoburocrática que se sustenta numa perspectiva positivista da educação.

Ao longo da nossa história, o que se tinha eram atividades centralizadas, verticalizadas e conteudistas, ou seja, apenas focada na construção de material informativo e transmissão de conteúdos, sem a garantia de momentos de troca de saberes, muito menos ainda de reflexão da condição de adoecimento. Silva (2013, p. 35) afirma que “No caso do pensamento biomédico cartesiano, este se faz presente nas formas de cuidados que se baseiam numa visão pouco humanista das práticas

⁵ Programa Agente Comunitário de Saúde instituído nos anos 1990 e regulamentado em 1997.

médicas [...]”, visão fragmentada do ser humano sem a valorização das pessoas e da sua singularidade.

“É importante dizer que o pensamento biomédico cartesiano historicamente sustenta-se e dá sustentação a um modelo econômico e político mercantil e capitalista, onde o humano é visto como objeto a ser explorado. E isto o transforma em coisa [...]” como afirma Silva (2013, p. 43) criando assim posturas de desumanização, sem uma concepção integral, nas dimensões objetivas e subjetivas.

Enquanto a Educação Popular em Saúde trabalha com a qualidade, o processo de construção distanciada do ideário epidemiológico clássico, verticalizado, campo hegemônico do pensamento da saúde. “A saída metodológica que a educação popular propõe para essas questões é buscar subordinar o ato pedagógico ao movimento dos próprios educandos [...]” (VASCONCELOS, 2001b)

Pensar uma saúde humanizada pressupõe construir um propósito de sociedade não mercantil, repensando qual o modelo de sociedade que temos e o que queremos. Martins (2003, p. 20) relembra o utilitarismo mercantil “contribuindo para a banalização dos símbolos da vida e para a degradação dos vínculos sociais”. O sujeito é vazio, sem nenhum poder de participação na atividade educativa. Freire (2002, p. 58) afirma que “a educação torna-se um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”.

É nesse cenário geopolítico e epidemiológico que soluções foram encontradas, também a implantação dos chamados Distritos Sanitários divididos em macrorregionais de saúde, onde se localizam as Unidades de Saúde da Família (UBS), centros de saúde, policlínicas municipais, hospitais entre outros, onde acontecem processos educativos em saúde, sendo incluída a Educação Popular⁶ onde iremos nos deter a seguir.

⁶ Vasconcelos (2001, p. 15) afirma que há “uma certa crise do conceito de educação popular nos novos tempos, e ele que vem servindo para identificar e instrumentalizar a diversidade de práticas emergentes”.

Educação Popular no Setor Saúde: Gestão participativa e contradições

Historicamente a classe trabalhadora teve seu lugar de fala negligenciado, dentre os quais, destacamos os espaços de tomada de decisão coletiva, com isso, a partir do processo de redemocratização do país levantes ganharam nova roupagem no enfrentamento ao silenciamento das camadas populares em processos massivos de lutas articuladas, posteriormente os espaços instituídos pelo controle social foram primordiais para que tivéssemos uma Política de Educação Popular instituída no âmbito do SUS e outras políticas de interesse da população usuária em suas mais diversas expressões e segmentos.

Há muito tempo se reivindicava espaços pela democratização e fortalecimento da participação popular notadamente no SUS, na qual conquistamos as instâncias deliberativas e paritárias, da mesma maneira, havia militantes empenhados em superar a burocracia diante do arranjo estatal, para incorporar as experiências existentes de EPS na estrutura do SUS, estes processos elementares são apontados por Vasconcelos (2017) no que tange, às vivências geradoras de perplexidades que demandaram a criação de espaços reflexivos coletivos, doravante, permitiu a construção de novos aprendizados a partir da problematização destas complexidades vivenciadas.

A experiência de Educação Popular no campo da saúde nos convida, nas palavras de Silva, (2013, p. 25) “a uma reflexão sobre a participação popular nos processos educativos no setor da saúde pública. Além disso, provoca um debate de como a EPS pode ser incorporada à formulação e execução de políticas de saúde, colaborando na democratização do SUS [...]”. Portanto, a inclusão da Educação Popular em Saúde deve ser entendida como direito.

Vasconcelos (2006, p. 3) enfatiza que não é a simples transmissão de conhecimentos, mas “a ampliação dos espaços de interação cultural e negociação entre os diversos atores envolvidos em determinado problema social para a construção compartilhada do conhecimento e da organização política necessária à sua superação”.

Silva (2013, p. 26) retrata que “desde os anos de 1970, trabalhadores da saúde e lideranças dos movimentos sociais lutavam para o fortalecimento da educação popular em saúde e a sua incorporação nas atividades de atenção à saúde [...]”, o autor assegura ainda que muitas experiências vinham sendo desenvolvidas pelo Brasil a fora.

A corrente epistemológica hegemônica da educação na saúde representa o pensamento cartesiano da saúde e da educação, que olha e pensa o usuário como objeto [...] tais saberes passam a ser vistos de maneira fragmentada (SILVA, p. 47) prescreve procedimentos que devem ser seguidos pelos usuários.

A tensão existe entre as correntes emancipatórias de integralidade e o pensamento “bancário” da educação em saúde, cartesiano biomédico. As diferentes visões sobre saúde e educação e educação em saúde têm oportunizado confrontos de ideias, conflitos nas relações e aprendizados entre os trabalhadores da atenção básica e em vários espaços da gestão de saúde do SUS (SILVA, 2013, p. 46).

Portanto, Silva (2013, p. 33) conclui que: “a hegemonia da educação em saúde, na perspectiva bancária, tornava a proposta de EPS frágil e vulnerável às críticas e desvalorização, descréditos e retaliações” “[...] e afirma um pensamento prepotente da ciência médica, que não considera outras ciências, portanto, não permitindo dialogar com diferentes saberes nem analisar as suas contradições, estando tudo acabado e finito” (SILVA, p. 50)⁷.

Institucionalizar a educação popular em saúde, implica em experienciar um processo político de educação no setor saúde coletiva, a proposta inicial é entender como esses processos acontecem. Silva (2013, p. 06) afirma; “institucionalizar algo é, antes de tudo, estabelecer uma forma de o tornar perene”. Assim, “depois da democratização, as pessoas começaram a ocupar espaços institucionais e a criar um arcabouço jurídico e administrativo do SUS, quando o planejamento se tornou central” (VASCONCELOS, 2001, p. 263).

⁷ O autor ainda coloca que “um desafio permanente para quem lida com a educação popular em saúde é estar sempre atento e disposto a fazer crítica ao pensamento biomédico no cotidiano do trabalho em saúde” (SILVA, p. 51).

Silva (2013) evidencia que tal processo tem possibilitado uma participação ativa na construção de um novo significado para a ideia de saúde ao afirmar que “na área da saúde, algumas experiências recentes de institucionalização de práticas populares têm trilhado um caminho de idas e vindas nas instituições de ensino e de atenção à saúde. Essas experiências têm buscado também a participação de profissionais de saúde e usuários do SUS” (SILVA, 2013, p. 06).

A participação desses atores, nas palavras de Pedrosa (2001, p. 33) “[...] vem trazendo momentos de excelência para a discussão e recomposição de novas práticas voltadas para a promoção da saúde, como resultado da ação educativa e para a institucionalização de novas modalidades de gestão e gerenciamento participativo”.

Os trabalhadores são chamados a junto com os educadores e educadoras promoverem as ações de EPS no âmbito dos espaços e equipamentos do SUS, pois já dispõem de autonomia que os possibilitam efetivar essa política e sobretudo, melhorar seu trabalho na promoção da saúde dos usuários e usuárias da rede de atendimento na estrutura da atenção primária, porta de entrada dos serviços e base de sustentação da equidade enquanto princípio do SUS, principalmente no que se refere ao processo de incentivo e formação destes para atuação no controle social com o desenvolvimento da capacidade crítica e propositiva.

Maltez (2004, p. 01) afirma que; “[...] ao institucionalizarmos-nos, estávamos desejando o poder para quem faz educação popular em saúde no campo da saúde”. “A institucionalização do poder permite ao grupo que se continue [...] assegurar uma coesão mais estreita entre a atividade dos governantes e o esforço pedido aos governados”. Silva (2013, p. 55)

Com a incorporação da EPS nos processos de gestão, a preocupação é pensar como a educação popular pode ajudar a articular tal processos de maneira compartilhada e significada, que segundo Melo Neto (2000, p. 286) só é possível “quando há participação efetiva dos segmentos que estão nessa organização”. Rompendo com o modelo hegemônico, burguês e mercantilista, incluindo e

envolvendo a população enquanto sujeitos políticos coletivos nas decisões, para assim avançar na democratização da gestão.

Para tanto, ressaltamos que:

É necessário compreender que estas diferenças de classes e de luta pela vida e pela saúde são a construção dos sujeitos em modelos e situações econômicas, culturais e sociais muito distintas e requer que as classes menos favorecidas sejam partícipes de processos educativos emancipatórios que colaborem na organização política e de luta pela saúde (SILVA, 2013, p. 07).

Silva (2013, p. 07) realça que; “a educação popular traz consigo princípios que ajudam a construir ferramentas de gestão em administração de governos democráticos” o mesmo autor salienta ainda que: implica em tornar possível um referencial de condução das políticas de saúde que esteja preocupada com o bem comum de pessoas e o atendimento de suas necessidades básicas, o que inclui o acesso aos direitos sociais e aos serviços públicos, a participação de trabalhadores, gestores e usuários na construção deste referencial de gestão.

A EPS tem consigo princípios fundantes e elementos norteadores para a consolidação da participação social que defende o diálogo entre os saberes da academia e os saberes populares dos usuários do SUS, colocando-os como protagonistas na operacionalização das ações, como também ajudando a pensar um modelo de gestão participativa na perspectiva de processos de decisão de maneira qualificada do ponto de vista político e administrativo.

Em suma, concordamos com Silva (2013, p. 77) quando afirma que “Necessita-se construir coletivamente novas formas de formação de cuidados e gestão na saúde que garantam os princípios de solidariedade e luta por bandeiras comuns para o exercício de cidadania e emancipação política”. O autor ainda resgata que “o processo educativo em saúde deve então se preocupar em refletir as contradições do sistema capitalista, evocando os trabalhadores da saúde a dialogar com outros trabalhadores que utilizam o SUS, levando em consideração sua realidade de vida”. Assim, podemos compreender que existem contradições na

institucionalização da gestão democrática e popular, e que se faz necessário à construção de uma agenda pública para a educação popular.

Acreditamos que o lugar que a EPS ocupa hoje é o terreno da participação social articulada, não resta dúvidas que um dos ganhos presentes na carta magna de 1988 mais significativos para o exercício pleno da cidadania foi o direito de ir e vir e o direito de escolher seus representantes através do voto, mas essas garantias ganharam maior notoriedade com a criação do sistema de participação social efetivado pelo controle social como um todo, que permitiu dar voz aos excluídos e trazer para o centro do debate a sociedade civil organiza deliberando políticas públicas e reivindicando direitos básicos dentre os quais o direito à saúde universal, pública de qualidade.

Considerações finais

Em linhas gerais a EPS é, portanto, um modo comprometido e participativo de conduzir o trabalho educativo no setor saúde. Na perspectiva da sua realização em todos os espaços da sociedade, sendo uma estratégia engajada na construção política da superação da subordinação, exclusão e opressão que marcam a vida social e garantem a participação popular.

Lembramos o pensamento de Almeida (2017, p. 10) quando expõe: “aprender com as pessoas, conhecer suas vidas, partilhar experiências é algo mais engrandecedor do que a visão biologicista de tratar as pessoas. A cura para as doenças se torna natural e prazerosa, o aprendizado mútuo enriquece a convivência, e as amizades se perpetuam”.

Concluimos que a Política de EPS ganhou maior notoriedade por parte da população usuária diante do seu caráter institucional proporcionando uma melhor e coerente aceitação dos seus processos de articulação e organização por parte das gestões, na qual só foi possível graças à mobilização de todos os movimentos sociais e populares que se articularam promovendo o enfrentamento com pautas que reivindicaram bandeiras de lutas, galgadas em torno da inclusão e promoção da EPS.

Assim desejosos que a EPS siga cada vez mais fortalecida em seus processos institucionais, reafirmando-a com seu caráter emancipador e transformador além de ser um mecanismo extremamente necessário dentro do SUS. Sobretudo, denota um legado importante para pesquisadores, estudiosos e educadores, principalmente para as novas gerações que se ocuparão das práticas educativas nesse âmbito. Que ela continue ajudando no fortalecimento do projeto popular de saúde pública e de sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.B. **Currículo invisível: da lagarta à borboleta**. In: Cadernos de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária. João Pessoa: CCTA, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educar: ousar utopias da educação cidadã à educação que a pessoa cidadã cria. In: **Cadernos de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.

FLEURI, R.M. **Educação popular e universidade**. Piracicaba: Unimep, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MALTEZ, José Adelino. **Institucionalização do poder, o que?**. São Paulo: Mimeo, 2004.

MARTINS, Paulo Henrique. **Contra a desumanização da medicina: crítica sociológica das práticas médicas modernas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 86-164.

MELO NETO, J.F. **Dialética**. João Pessoa: UFPB, 2002.

MELO NETO, J.F. **Educação popular: uma ontologia**. In: SCOCUGLIA, A.C. (Orgs.). Educação popular: outros caminhos. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1999.

PAIM, Jairnilson Silva. **A Reforma Sanitária Brasileira e o CEBS**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

PEDROSA, José Ivo. **Educação popular, saúde, institucionalização: temas para debate**. In: VACONCELOS, E.M. (Org.). A Saúde nas palavras e nos gestos:

reflexões de rede de educação popular em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2001, p. 33-36.

SILVA, A. X. **Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos: no processo da Reforma Sanitária Brasileira.** Tese (Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco). Recife, 2013.

SILVA, J. C. **Educação Popular em Saúde: Reflexões sobre Educação em Saúde, Trabalho em Saúde e Gestão Participativa.** Recife, 2013.

VASCONCELOS, E. M. **A Saúde nas palavras e nos gestos: reflexões de rede de educação popular em saúde.** São Paulo: HUCITEC, 2001.

VASCONCELOS, E. M. **As trincheiras na universidade de uma guerra em andamento: a luta para preservar e construir uma sociedade que permita a todos a realização dos anseios fundamentais do coração.** In: Cadernos de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. p. 27-32.

VASCONCELOS, E.M. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: FROTA, L.H; SIMON, E. (Orgs.). **Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde.** São Paulo: Hucitec, 2006.

CORPO DOCUMENTAL
O TESTAMENTO DE MARIA INÁCIA DA ASSUNÇÃO:

crioula, forra e católica na Cidade do Natal setecentista

Thiago Torres de Paula¹

Corpo Documental recebido em: 14/07/2020.

Corpo Documental aceito em: 25/07/2020.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar a transcrição do testamento da senhora Maria Inácia da Assunção, crioula, forra, católica, participante de várias irmandades e proprietária de jangadas de vela. O material foi laborado na capitania do Rio Grande do Norte, freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, termo da Cidade do Natal, necessariamente no ano de 1773. O documento original encontra-se sob a guarda do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, especificamente na coleção de manuscritos. Ao cabo, a transcrição em tela poderá servir como meio para o processo de ensino e aprendizado de jovens pesquisadores e como fonte para investigações nos múltiplos campos das Ciências Humanas e Sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Historiadores. Pesquisa. Documento. Testamento. Transcrição.

THE TESTAMENT OF MARIA INÁCIA DA ASSUNÇÃO:
Black, manumitted and Catholic in the eighteenth-century Natal City

ABSTRACT: The objective of this research is to present to the transcription of the testament of Mrs. Maria Inácia da Assunção, a black woman, manumitted, Catholic, participant of several brotherhoods and owner of sailing rafts. The material was written in the captaincy of Rio Grande do Norte, parish of Nossa Senhora da Apresentação, territory of the City of Natal, necessarily in the year 1773. The original document is in the custody of the archive of the Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Norte, specifically in the collection of manuscripts. After all, the transcription on screen may serve as an alternative for the teaching and learning process of young researchers, as a source for investigations in the multiple fields of Human and Social Sciences.

Keywords: Historians. Search. Document. Testament. Transcription.

¹ Pós-Doutor em Educação pela UFRN, Doutor em História pela UFPR, servidor da FAPERN (Fundação de Apoio à Pesquisado Estado do Rio Grande do Norte); Lattes CNPq: <http://lattes.cnpq.br/1215912772573170>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4481-4327>; Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS/UFRN); Historiador Sócio do IHGRN (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte), Docente Colaborador da Pós-Graduação do IFRN e do Núcleo de Formação de Professores da SEEC-RN.

“Declaro que sou natural da vila de Santo Antônio do Recife, filha de pretos de Angola que nunca conheci, [...]”

Maria Inácia da Assunção, 1773

Os testamentos são uma invenção religiosa medieval, especificamente pensada pela Ordem Franciscana, sobretudo após a invenção definitiva do purgatório. Durante todo período moderno da história, os testamentos tiveram modelos de redação orientados e divulgados pelos manuais de *bem morrer*, publicados com muita aceitação na sociedade portuguesa, difundidos no imenso mundo colonial de além-mar. Ressalta-se ainda, que a regulamentação daquele tipo de documento passava pelas páginas das Ordenações Filipinas, legislação que vigorou na América portuguesa e Império do Brasil (1822-1889).

O objetivo deste trabalho é apresentar a transcrição do testamento da senhora Maria Inácia da Assunção, crioula, forra, católica, participante de irmandades, proprietária de jangadas de vela e moradora da Cidade do Natal setecentista. Com isso, buscando preservar o documento original elaborado, aprovado e aberto no apagar das luzes do século XVIII, que atualmente encontra-se sob a guarda do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, além de disponibilizar conteúdo para produção de uma possível história social dos espaços. O material transcrito foi elaborado na capitania do Rio Grande do Norte, freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, termo da Cidade do Natal, necessariamente no ano de 1773.

Assim, poucos foram os testamentos da capitania do Rio Grande do Norte que chegaram ao tempo presente, sobretudo os referentes ao termo da Cidade do Natal. Ressalta-se que são documentos curtos, entre três e cinco laudas no máximo, declarando quase sempre um cabedal reduzido, considerando que a região supramencionada foi durante todo o período colonial marcada pela pobreza material, submetida administrativamente por largo tempo a Capitania de Pernambuco e juridicamente a Capitania da Paraíba, não tendo em seu litoral um porto atlântico (DIAS, 2010; SANTOS, 2010).

A partir disso, os indivíduos mais ricos da Cidade do Natal na segunda metade do século XVIII, eram pobres quando comparados aos ricos moradores do centro-sul da América portuguesa, produtores de açúcares, mineradores e mercadores de escravos (POMBO, 1922; CÂMARAS CASCUDO, 1986; LYRA, 1998; MONTEIRO, 2000).

Salienta-se que os documentos testamentários arquivados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, trazem consigo marcas de suas próprias trajetórias. São folhas deterioradas pela ação de insetos, outras apagadas pelo desgaste do tempo, ou mesmo por acidentes com água. Algumas folhas apresentam parágrafos completamente borrados, ou grifadas por outros historiadores do passado, tipo as famosas anotações realizadas por Luís da Câmara Cascudo nas bordas dos documentos. Por outro lado, os pontos de ilegibilidade não impedem a compreensão geral dos textos setecentistas.

Agora, o testamento da crioula liberta Maria Inácia da Assunção, trata-se de um exemplar raro, haja vista que traz a público um personagem singular e excepcional no contexto da Cidade do Natal colonial. A partir das páginas transcritas do testamento, é possível observar e sentir o testemunho de uma vida, natural da Vila de Santo Antônio do Recife, filha de pretos de Angola que nunca conheceu. Por outro lado, escrava alforriada naquela mesma povoação, estabeleceu casamento legítimo com outro negro forro e mudaram estabelecendo domicílio na sede da capitania do Rio Grande do Norte. No entanto, ao longo da vida o casal de forros construiu patrimônio e símbolos de distinção social.

É importante ressaltar, que o Concílio de Trento (1545-1563) estabeleceu modificações importantes no processo de elaboração dos testamentos no mundo católico ocidental. Dentre as alterações, destaca-se a proibição de pessoas muito doentes, vivendo provavelmente os últimos dias, elaborarem textos testamentários. Todavia, a alteração proposta pela Igreja foi letra morta, os testadores quase sempre eram indivíduos moribundos, afirmando sentir as últimas horas, ou *diziam* ter saúde e desejavam estarem prontos para hora da morte. Assim foi expresso pelo crioula

forra Maria Inácia da Assunção, aos 6 de março de 1773 ao ditar seus últimos desejos:

Em nome da Santíssima Trindade, padre, filho e Espírito Santo, três pessoas distintas em um só Deus verdadeiro. Saibam quantos este instrumento virem em o ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e setenta e três, aos seis dias do mês de março do dito ano, eu, Maria Inácia da Assunção, crioula forra, estando de pé com saúde em meu perfeito juízo, entendimento que Nosso Senhor me deu, e desejando por minha alma no caminho da salvação, por não saber quando será Deus servido levar-me para si [...] (TESTAMENTO DE MARIA INÁCIA DA ASSUNÇÃO, 1773, fl. 39).

Documentos geralmente elaborados ao fim da vida, os testamentos deveriam ser escritos por homens livres com mais de 14 anos, obrigatoriamente elaborados ou ditados por pessoas que estivessem em perfeita saúde mental. O estado de consciência dos testadores deveria ser declarado nas linhas do documento, ou seja, os testamentos dos séculos XVII, XVIII e XIX assumiram dupla função: permitiam o acerto de contas do indivíduo com mundo celestial e humano, mas sobretudo possibilitavam a transmissão de bens moveis e imóveis (FURTADO, 2012).

Com isso, não somente a crioula forra afirmava está em perfeito equilíbrio mental, mas os agentes da burocracia colonial reconheciam o estágio de consciência no processo de aprovação do testamento.

Saibam quantos este público instrumento de aprovação de testamento, última e derradeira vontade [...] em casas de morada de Aleixo da Silva do Vale, aonde eu tabelião adiante nomeado vim, sendo aí apareceu Maria Inácia da Assunção, mulher do dito Aleixo da Silva do Vale, de pé e sã e em seu juízo e entendimento perfeito que Deus foi servido lhe dar; E é pessoa por mim reconhecida pelo mesmo de que se trata e por ela me foi dado de sua mão a minha este papel dizendo-me: era o seu solene testamento [...] (TESTAMENTO DE MARIA INÁCIA DA ASSUNÇÃO, 1773, fl. 40v-41)

Semelhantemente a muitas outras mulheres do mundo colonial português, fossem ricas, pobres, livres ou escravas, brancas, pardas, índias ou negras, Maria Inácia da Assunção não era versada na arte de ler e escrever. Assim reconheceu nas minhas do testamento:

E por estar tudo conforme ao que ditei, por me ser lido e ficar bem satisfeita, pedi ao licenciado Jose Joaquim Soares de Melo que assinasse a meu rogo este testamento que escreveu nesta cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte, em seis de maio de mil setecentos e setenta e três. E assim roguei, porém, não sabia ler nem escrever [...] // Assino a rogo de Maria Ignacia da Assunção // José Joaquim Soares de Melo // (TESTAMENTO DE MARIA INÁCIA DA ASSUNÇÃO, 1773, fl. 41).

Em um contexto mais amplo, a capitania do Rio Grande do Norte passou por um processo de crescimento populacional na segunda metade do século XVIII, como outras regiões da América portuguesa, pois entre 1774 e 1786 o contingente geral da capitania era de 23.812 habitantes, sendo que a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, termo da Cidade do Natal comportava 3.288 moradores (IDEIA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, E DAS SUAS ANEXAS ..., 1774).

Em uma sociedade profundamente hierarquizada e juridicamente desigual, como diferente não poderia ser na Cidade do Natal na segunda metade do século XVIII, o casal de pretos forros construiu sobretudo, como já dito, símbolos de distinção social, o que fez daqueles sujeitos egressos da escravidão indivíduos singulares e excepcionais, em destaque Maria Inácia da Assunção.

A crioula declarou ser moradora da ribeira, região baixa e alagada da Cidade do Natal, deixando naquele lugar uma casa de taipa e telha. Assim, perceba que em uma povoação litorânea onde os regimes de ventos eram possivelmente intensos, onde parte do ano era marca por chuvas, sendo a maioria dos domicílios e prédios públicos cobertos por palhas de coqueiros, era um prestígio social declarar em testamento a propriedade de uma casa coberta com telhas. Provavelmente o casal de forros tiveram dias e noites mais aprazíveis que os outros moradores da cidade.

Aliás, Maria Inácia da Assunção ainda declarou ser pessoa participante da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, e mais outras confrarias, a saber: Irmandade de Santo Estevão, São Bendito, Irmandade de Nossa Senhora do Carmo e a Irmandade de Jesus, Maria, José. Friso que participar de confrarias no mundo colonial era uma maneira de delimitar um lugar social, conferindo na maioria das

vezes respeito e dignidade ao indivíduo, que periodicamente deveria contribuir com valores para a agremiação.

Na condição de irmã de várias confrarias, a preta forra ainda deixou joias para os santos em igrejas na capitania de Pernambuco, “[...] Deixo a Nossa Senhora da Conceição da Ponta do Recife um bracelete [ilegível] retro expressado, e outro bracelete a senhora Santa Ana da Igreja do Sacramento de Santo Antônio do Recife [ilegível]” (TESTAMENTO DE MARIA INÁCIA DA ASSUNÇÃO, 1773, fl. 39v). Conjecturo que tudo o cabedal acumulado pelo casal de negros na Cidade do Natal, foi resultado de atividades ligadas a pesca, haja vista que, foi declarado por ela três embarcações tipo jangada de vela, como também negócios de pescaria associado a homens portadores de patentes militares.

Na condição de mulher católica, Maria Inácia da Assunção como tantos outros indivíduos que professavam a fé da Igreja de Roma, deixou expresso nas primeiras linhas do testamento o desejo de estar pronta espiritualmente na hora do passamento, estabelecendo negociação com toda corte celestial.

Primeiramente encomendo minha alma a santíssima trindade que a criou e Nossa ao eterno padre pela morte, e paixão de seu unigênito filho a queira receber, como recebeu a sua estando para morrer na vera cruz a meu senhor Jesus Cristo para por suas divinas chagas que já que nesta me fez mercê de dar o seu precioso sangue, e merecimentos de seus trabalhos me faça também mercê na vida que esperamos dar prêmio deles que é a glória. E peço e rogo a virgem Maria Senhora Nossa da Conceição e senhora Santa Ana e a todos os santos da corte do céu especialmente ao Anjo da minha guarda e aos mais da minha devoção queiram por mim interceder a meu senhor Jesus Cristo agora e quando morrer porque como verdadeira cristã protesto viver e morrer na Santa Fé Católica; crendo que temerei a Santa Madre Igreja de Roma (TESTAMENTO DE MARIA INÁCIA DA ASSUNÇÃO, 1773, fl. 39)

Todas as coisas são conectadas em uma vida organizada em sociedade. Sendo assim, as condições materiais construídas e declaradas por Maria Inácia da Assunção nas letras de seu testamento, possibilitou que ela nascida em cativo na Vila de Santo Antônio do Recife, desejasse ser sepultada com todas as horas de uma mulher branca, livre, casada em face da Igreja e abastada de nascimento.

Meu corpo será sepultado na Igreja Matriz desta cidade do Natal de Nossa Senhora da Apresentação, envolto em hábito do seráfico patriarca São Francisco em a tumba das almas da mesma Matriz, digo, da mesma freguesia a qual se dará a esmola do costume, acompanhado pelo reverendíssimo pároco e mais sacerdotes que se acharem até o número de seis, os quais por minha alma dirão missa de corpo presente com esmola de pataca cada um. E sendo que se não dizer as ditas missas de corpo presente por causa das horas, se me dirão logo no seguinte dia, no qual dia se me dirão mais duas missas uma ao anjo da minha guarda e Nossa senhora Santa do meu nome, outra com a mesma esmola (TESTAMENTO DE MARIA INÁCIA DA ASSUNÇÃO, 1773, fl. 39)

Não era por um simples acaso que crioula forra Maria Inácia da Assunção, desejou ser enterrada na principal igreja da freguesia, querendo que seu cadáver fosse amortalhado com um hábito de São Francisco, santo que resgatava as almas do purgatório. Por último, inumado especificamente na catacumba das almas, espaço de prestígio entre os mortos daquela jurisdição eclesiástica. Era perceptível a necessidade de elaborar uma distinção social, especialmente no último dia do corpo morto sobre a terra, era na morte em que as diferenças materiais deveriam ser realçadas e eternizadas (REIS, 1991; RODRIGUES, 2005).

Ressalta-se que a preta liberta, desejou um funeral acompanhado pelo vigário da igreja matriz, caso possível mais seis padres que deveriam rezar missas de corpo presente, incluindo missas para o anjo da guarda e para Santa Inácia. Veja que estava declarado nas linhas do testamento, um verdadeiro comércio de missas que existia na Cidade do Natal colonial, cada uma no valor de uma pataca. Com isso, Maria Inácia da Assunção deixa marcadamente em seu desejo que caso fosse necessário as missas deveriam prosseguir no dia seguinte ao enterro, era uma maneira de assegurar a salvação da alma e concretizar o bem morrer.

Nas folhas amareladas, borradas e corroídas do testamento da destacada negra da Cidade do Natal, revelou-se uma mulher sem filhos, nem outros herdeiros, ficando o esposo na condição de testamentário e legítimo herdeiro.

meu marido Aleixo da Silva do Vale, os senhores tenente coronel Francisco Machado de Oliveira Barros, e o capitão João Luís Pereira queiram aceitar esta minha testamentária por serviço de Deus e por me fazerem mercê, aos quais e cada um dê por si in solidum nomeio por meus testamentários, feitores, administradores e procuradores e como melhor me permite a lei eles, com todos os meus poderes necessários

para de meus bens tomarem, integrar posse, e porem e disporem e venderem para o meu enterramento, ofício e cumprimento dos meus legados depois dos quais satisfeitos pertence o remanescente ao dito meu marido, pois assim o tenho declarado por meu universal herdeiro do remanescente de minha fazenda sobre a qual nunca fiz outra disposição testamentária e quero que esta só valha da forma que por direito melhor vale possa para o que hei aqui por expressas todas as cláusulas necessárias do testamento, codecilho ou cédula. (TESTAMENTO DE MARIA INÁCIA DA ASSUNÇÃO, 1773, fl. 41v)

Segundo as leis do Reino de Portugal, seria realmente Aleixo da Silva do Vale o herdeiro de sua esposa. Todavia, não é possível detectar na redação do testamento nenhuma formulação de estratégias possíveis que desviasse os bens de um suposto mau marido, o que era extremamente comum no tecido social da América portuguesa. É importante frisar que o testamenteiro, era alguém designado pelo testador para resolver todas determinações expressas no testamento.

É notório que a negra liberta e católica apela para os serviços divinos, querendo realizar uma troca de ganhos simbólicos, “por serviço de Deus e por me fazerem mercê”, em outras palavras, os testamenteiros estariam prestando serviço ao criador e não a ela. Normalmente o testador indicava dois ou três testamenteiros, pois era comum a não aceitação da tarefa, estrategicamente Aleixo da Silva do Vale ocupava o primeiro lugar na fila.

Por fim, apesar de toda a uma preocupação de Maria Inácia da Assunção em ditar e aprova um testamento nos idos do ano de 1773, a morte só viria seis anos depois

Ao primeiro dia do mês de julho de mil setecentos e setenta e nove anos, nesta cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte, em casas de aposentadoria do doutor corregedor da comarca, provedor dos resíduos, Sebastião José Rabelo de Gouvêa de Melo, aonde o escrivão de seu cargo adiante nomeado fui vindo. Sendo aí por Aleixo da Silva do Vale foi entregue do dito Ministro este testamento estava cozido e lacrado na forma do estilo, com três pontos de linha branca, e outros tantos pingos de sacre vermelho. E sendo recebido pelo dito ministro, o abriu e pelo achar limpo, sem vício algum, mandou se cumprissem as disposições testamentárias na forma nele declarada e prontamente para constar fez este termo em que assinei (TESTAMENTO DE MARIA INÁCIA DA ASSUNÇÃO, 1773, fl. 42)

A primeira atitude após a morte de alguém que deixava testamento no precário mundo da América portuguesa, era abrir o documento na presença de testemunhas e autoridades para que fossem conhecidas as disposições para o sepultamento do testador. O crioulo forro Aleixo seguiu vivo fazendo valer a última vontade de sua esposa, herdando de forma universal os bens deixados por ela.

Quando observados por meio das lentes da história Serial, a coleção de testamentos do IHGRN não passa de uma amostragem de documentos, apenas 32 exemplares, material incapazes de fornecerem ao pesquisador dados o suficiente para remontar uma realidade passada. Por outro lado, quando a mesma coleção documental for examinada pelas lentes da História Social do Espaço, cada testamento representará um número absoluto, um ser humano, uma trajetória, as últimas vontades de uma vida e os últimos fios de uma rede relações.

Os homens foram e são responsáveis pela construção material dos territórios, com isso são produtores de espaços, freguesia, cidades, vilas, povoados e aldeias. Analisar o testamento de Maria Inácia da Assunção, sob a ótica da História Social do Espaço, é defronta-se com o mundo da escravidão negra na América portuguesa e suas peculiaridades, um modelo produtivo que desenhou a geografia atlântica e conectou continentes.

Além disso, o historiador poderá examinar os espaços sociais em que aquela crioula forra estava envolvida na Cidade do Natal, examinar a partir do cruzamento de outras documentações (atas de batismo), a possível rede de sociabilidade na qual Maria Inácia da Assunção estava envolvida, e que provavelmente não poderia escapa.

Por fim, é consenso entre os historiadores que os testamentos elaborados em outras temporalidades, apresentam-se como documentos importantes e necessários para compreensão de múltiplas dimensões do passado. Os testamentos em suas estruturas são portadores de informações que podem ser examinadas por procedimentos qualitativos e quantitativos (MARCILIO, 1983; RODRIGUES, 2013; SANTOS, 2013).

Em suma, a transcrição a seguir poderá servir como materiais para o processo de ensino e aprendizado de futuros pesquisadores e como fonte para investigações no campo da História Sociocultural, História Econômica, História da Cultura Material, entre outras possibilidades de análise nas Ciências Humanas e Sociais.

Transcrição

Registro do testamento com que faleceu Maria Inácia da Assunção.

Natal, 6 de março de 1773

Em nome da Santíssima Trindade, padre, filho e Espírito Santo, três pessoas distintas em um só Deus verdadeiro. Saibam quantos este instrumento virem em o ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e setenta e três, aos seis dias do mês de março do dito ano, eu, Maria Inácia da Assunção, crioula forra, estando de pé com saúde em meu perfeito juízo, entendimento que Nosso Senhor me deu, e desejando por minha alma no caminho da salvação, por não saber quando será Deus servido levar-me para si. Faço meu testamento na forma seguinte // Primeiramente encomendo minha alma a santíssima trindade que a criou e Nossa ao eterno padre pela morte, e paixão de seu unigênito filho a queira receber, como recebeu a sua estando para morrer na vera cruz a meu senhor Jesus Cristo para por suas divinas chagas que já que nesta me fez mercê de dar o seu precioso sangue, e merecimentos de seus trabalhos me faça também mercê na vida que esperamos dar prêmio deles que é a glória. E peço e rogo a virgem Maria Senhora Nossa da Conceição e senhora Santa Ana e a todos os santos da corte do céu especialmente ao Anjo da minha guarda e aos mais da minha devoção queiram por mim interceder a meu senhor Jesus Cristo agora e quando morrer porque como verdadeira cristã protesto viver e morrer na Santa Fé Católica; crendo que temerei a Santa Madre Igreja de Roma. E nesta fé espero de salvar a minha alma, não por meus merecimentos, mas pelos da santíssima paixão do unigênito filho de Deus // Rogo

a meu marido Aleixo da Silva do Vale e aos senhores tenente coronel Francisco Machado de Oliveira Barros, e capitão João Pereira queiram e o serviço de Deus ser meus testamenteiros. Meu corpo será sepultado na Igreja Matriz desta cidade do Natal de Nossa Senhora da Apresentação, envolto em hábito do seráfico patriarca São Francisco em a tumba das almas da mesma Matriz, digo, da mesma freguesia a qual se dará a esmola do costume, acompanhado pelo reverendíssimo pároco e mais sacerdotes que se acharem até o número de seis, os quais por minha alma dirão missa de corpo presente com esmola de pataca cada um. E sendo que se não dizer as ditas missas de corpo presente por causa das horas, se me dirão logo no seguinte dia, no qual dia se me dirão mais duas missas uma ao anjo da minha guarda e Nossa senhora Santa do meu nome, outra com a mesma esmola // Declaro que sou natural da vila de Santo Antônio do Recife, filha de pretos de Angola que nunca conheci, e sou casada em face da Igreja com o crioulo forro Aleixo da Silva do Vale, recebida no Recife donde viemos para esta cidade // Declaro que antes de casar fui escrava de Felipa Maria, moradora no mesmo Recife, solteira, que já falecida, e por sua alma deixo que se diga duas missas ao santo do seu nome // Declaro que não tenho parente algum, nem ascendente nem descendente, nem pois tinha transversal. E assim na forma da nova pragmática me é permitido nomear a quem me parecer por herdeiro, e nomeio o meu marido o dito Aleixo da Silva do Vale por meu universal herdeiro de todo que onde fosse depois de feitas as minhas disposições os quais este dito testamento o que [ilegível] seguintes. Declaro que no areal desta mesma cidade casa de taipa e telha na ribeira desta cidade da nossa morada um molecão de nação Angola, sem portar barba chamado João Faria // Um quarto a metade de puim bano em qual tem outras partes o capitão João Duarte da Silva deste porto parte são pescarias, e outros negócios // A mais três jangadas de velas apanhadas // Um breve de ouro lavrado com duas com duas voltas de ouro fino e dois braceletes com sete voltas cada uma [4 linha ilegíveis] cordão de prato, [ilegível] outro [linha ilegível] Bentinho // [2 linhas ilegíveis] santíssimo sacramento // Duas Caixas de amarelo, e mais trastes de casa que se acharem // Declaro que [2 linhas ilegíveis] da irmandade de Nossa Senhora do Rosário desta cidade trinta e quatro mil

réis de um sino que meu marido pagou e se acha em nossa casa // Deixo a Nossa Senhora da Conceição da Ponta do Recife um bracelete [ilegível] retro expressado, e outro bracelete a senhora Santa Ana da Igreja do Sacramento de Santo Antônio do Recife [ilegível] // Meu marido testamenteiro pagará o que montarem as irmãs da irmandade de que sou irmã no [ilegível] conforme [ilegível] e são a irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Santo Estevão, São Benedito, e Nossa Senhora do Carmo, Jesus e Maria, José // Deixo por minha alma duas capelas de missas aos santos do meu nome e todos do céu // Duas missas estas mais necessitadas almas do purgatório e atrás duas a [ilegível] Nossa Senhora da Apresentação por minha alma // Deixo que das minhas [ilegível] a melhor que houver pois [ilegível] d}e [ilegível] pobre [ilegível] seja donzela, casada ou viúva [ilegível] do meu testamento [ilegível] // Declaro que se [ilegível] senhora [ilegível] confrarias de Nossa Senhora da Apresentação, de Nossa Senhora do Rosário, das Almas e do Santíssimo Sacramento [ilegível] pela esmola costumada // Declaro que a minha [ilegível] foi conferida [ilegível] mil réis em dinheiro [linha ilegível] sem [linha ilegível] e por isso, e por não ter parente algum, como tenho declarado disponho da maneira que tenho disposto, conformando-me com a lei novíssima. E porque esta é a minha última vontade, torno a pedir aos meus testamenteiros, meu marido Aleixo da Silva do Vale, os senhor tenente coronel Francisco Machado de Oliveira Barros, e o capitão João Luís Pereira queiram aceitar esta minha testamentária por serviço de Deus e por me fazerem mercê, aos quais e cada um dê por si in solidum nomeio por meus testamenteiros, feitores, administradores e procuradores e como melhor me permite a lei eles, com todos os meus poderes necessários para de meus bens tomarem, integrar posse, e porem e disporem e venderem para o meu enterramento, ofício e cumprimento dos meus legados depois dos quais satisfeitos pertence o remanescente ao dito meu marido, pois assim o tenho declarado por meu universal herdeiro do remanescente de minha fazenda sobre a qual nunca fiz outra disposição testamentária e quero que esta só valha da forma que por direito melhor vale possa para o que hei aqui por expressas todas as cláusulas necessárias do testamento, codicillo ou cédula. E rogo as justiças de Sua Majestade Fidelíssima e eclesiásticas

ou seculares façam guardar inteiramente o que aqui tenho ordenado mesmo modo que fica disposto. E por estar tudo conforme ao que ditei, por me ser lido e ficar bem satisfeita, pedi ao licenciado Jose Joaquim Soares de Melo que assinasse a meu rogo este testamento que escreveu nesta cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte, em seis de maio de mil setecentos e setenta e três. E assim roguei, porém, não sabia ler nem escrever dia e era supra // Assino a rogo de Maria Ignacia da Assunção // José Joaquim Soares de Melo // Saibam quantos este público instrumento de aprovação de testamento, última e derradeira vontade ou como direito para sua validade melhor nome e lugar haja e dizer se possa virem que no ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil setecentos e setenta e três anos, aos vinte e sete dias do mês de maio do dito ano na ribeira desta cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte, em casas de morada de Aleixo da Silva do Vale, aonde eu tabelião adiante nomeado vim, sendo aí apareceu Maria Inácia da Assunção, mulher do dito Aleixo da Silva do Vale, de pé e sã e em seu juízo e entendimento perfeito que Deus foi servido lhe dar; E é pessoa por mim reconhecida pelo mesmo de que se trata e por ela me foi dado de sua mão a minha este papel dizendo-me: era o seu solene testamento e última vontade de que mandara escrever pelo licenciado José Joaquim Soares de Melo, depois de escrito lhe leu o dito a alta. E pelo achar da sua vontade do modo que o mandara escrever, pedira ao mesmo licenciado José Joaquim o assinasse ao seu rogo, por ela não saber ler nem escrever requerendo-me lhe aprovasse, em tudo lhe fizesse cumprimento da justiça. E requeria as justiças de Sua Majestade Fidelíssima que Deus Guarde e o fizessem cumprir e guardar como nele se contém como a sua última vontade. E revogava qualquer outro que antes deste tenha feito, o qual papel eu tabelião tomei, e o corri com vista e achei estar em três laudas e meia de papel que acaba aonde principia esta aprovação. E pelo achar limpo, sem vício em entrelinha ou coisa que dúvida faça e pela dita testadura estar também de pé, em seu perfeito juízo, segundo meu parecer e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas lhe aprovei o dito seu testamento e hei por aprovado tanto quanto em direito posso e por razão de meu ofício ser obrigado. De que fiz este instrumento que o escrevi e assinei em

público e raso e a testadoura que por não saber ler nem escrever o assinou a seu rogo o alferes Manuel Gonçalves Branco e com as testemunhas que que presente estava as seguintes // o tenente Francisco Oliveira Banhos // Manuel dos Santos Silva // José Gomes de Melo // digo, Manuel Teixeira // José Antônio // José Pregados Santos // e Manuel Gonçalves Branco, as quais três últimas testemunhas nomeadas a assinaram de uma cruz, por não saberem ler nem escrever. E eu, Sebastião Cardoso Batalha, tabelião do público judicial e notas desta cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte e seu termo que o assinei // Em testemunho de verdade // Sebastião Cardoso Batalha // Tinha o sinal público // Assino a rogo da testadoura Maria Inácia da Assunção // Manuel Gonçalves Branco // Francisco Oliveira Banhos // Domingos Nunes Ferreira // Maria dos Santos Silva // José Gomes de Melo // cruz de Manuel Gonçalves // Cruz de José Antônio // cruz de José Pereira dos Santos, o tinha a cruz de cada um // Ao primeiro dia do mês de julho de mil setecentos e setenta e nove anos, nesta cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte, em casas de aposentadoria do doutor corregedor da comarca, provedor dos resíduos, Sebastião José Rabelo de Gouvêa de Melo, aonde o escrivão de seu cargo adiante nomeado fui vindo. Sendo aí por Aleixo da Silva do Vale foi entregue do dito Ministro este testamento estava cozido e lacrado na forma do estilo, com três pontos de linha branca, e outros tantos pingos de sacre vermelho. E sendo recebido pelo dito ministro, o abriu e pelo achar limpo, sem vício algum, mandou se cumprissem as disposições testamentárias na forma nele declarada e prontamente para constar fez este termo em que assinei. E eu, Manuel de Jesus Mendes, escrivão dos resíduos o escrevi // Melo // Distribuído cumpra-se e registre-se, salvo o prejuízo de terceiro. Rio Grande, um de julho de mil setecentos e setenta e nove // Aleixo // Aceito este testamento em protesto daminha vintena. Rio Grande, um de julho de mil setecentos e setenta e nove // Aleixo da Silva do Vale // Fica registrado no livro dos registros a filha _____ Rio Grande, dois de julho de mil setecentos e setenta e nove // Mendes // E não se continha mais em o dito testamento sua aprovação, termo e abertura, aceitação e registro que eu Albino Duarte de Oliveira, escrivão da vara, aqui bem

fielmente do próprio que entreguei e o testamenteiro. Cidade do Natal, três de setembro de 1779 e me assinei.

Albino Duarte de Oliveira

Declaro que tinha o cumpra-se do Reverendo Vigário da vara Joaquim José Pereira.

Fundo Documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Livro de Notas. Testamentos N° cx. Ant. 71. N°. Cx atual: Ano: 1767-1792. fls. 39-42.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais** – capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821). 274f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. Testamentos e inventários: a morte como testemunha da vida In: PINSKY, Carla Bassanezi, DE LUCA, Tania Regina (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 93-118.

IDEIA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &. a &. a desde anno de 1774 em que tomou posse do Governador das mesmas Capitancias o Governador e Capitão General Jozé Cezar de Menezes. In: **ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**, publicados sob a administração do Director geral interino (Dr. Aurelio Lopes de Souza). Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1923. (Vol. XL – 1918)

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: IHGRN, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS, José de Souza. **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983. p. 61-75.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 2000.

POMBO, José Francisco da Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro – século XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Cláudia, DILLMANN, Mauro. Desejando pôr a minha alma no caminho da salvação: modelos católicos de testamentos no século XVIII. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 1, n. 17, p. 1-11, jan./abr. 2013.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)**. 3. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2010.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. Por uma história da morte: fontes, metodologia e possibilidades interpretativas sobre o Seridó. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 181-197.

“ESPAÇOS CORPORAIS”: UM DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA

Isabela Figueiredo

Entrevista cedida a Equipe Editorial da Revista Espacialidades –
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Revista Espacialidades: Prezada Isabela Figueiredo, gostaríamos de agradecer a sua disponibilidade e prontidão em colaborar com o atual dossiê da Revista Espacialidades. Com uma extensa carreira onde suas obras mesclam memória, identidade e sensibilidade nas quais renderam grandes obras de referência como *Memórias de Cadernos Coloniais* e *A Gorda*. Pensando em suas experiências como escritora, gostaríamos que a senhora comentasse um pouco sobre como o espaço literário em suas obras se cruza com as suas memórias e quais os autores que contribuíram para sua escrita?

Isabela Figueiredo: Não é possível responder a essa pergunta como gostariam. Todos os autores que li, os bons e os maus, contribuíram para a minha escrita. Não sei se Dostoievski foi mais importante do que os livros de quadrinhos. Todas as leituras que me atravessaram, me prenderam acabaram formando-me. Recuso fazer uma distinção entre alta e baixa cultura, própria deste tipo de questões e repostas. Tudo foi e é importante. A minha obra está muito marcada pela minha vivência. Cada artista é o resultado das experiências que viveu, o que se refletirá no seu trabalho. Na minha vida há uma relação inicial com África que é impossível ignorar. Esse espaço muito vasto, de enorme liberdade, mas aprisionado politicamente reverbera na minha memória constantemente.

Revista Espacialidades: A edição nº 17.2 da Revista Espacialidade, traz a público o Dossiê Temático “Corpos negros e espaços: Luta e

representatividade”, entendendo que é por meio da literatura, artes visuais, filmes, músicas que adentramos ao mundo das sensibilidades. É nesse espaço narrativo que conhecemos os sujeitos, seus rostos, suas carnes que fazem/fizeram parte de um determinado contexto histórico. Dessa forma, como suas escritas refletem a construção de um espaço social que retrata de forma explícita a realidade vivida pelos negros e também por você, além dos conflitos sociais internos com os colonizadores?

Isabela Figueiredo: No Caderno de Memórias Coloniais, o olhar da criança, os pensamentos das crianças são cruciais para preencher esse espaço social. Ela nada sabe de política, não olha para a realidade dessa forma. O que ela sabe sobre relações sociais e humanas são apenas princípios morais universais, como o dever de interajuda, de dignidade e respeito. A criança percebe um espaço social que carece dessa interajuda, dignidade e respeito para um grupo de pessoas com os quais ela é empática. Não existe justiça nem igualdade nessa sociedade. Mas o que valida toda a história, a meu ver, é o olhar impoluto da criança que recai impiedoso sobre as incoerências da sociedade colonial e jamais a aceita ou perdoa.

Revista Espacialidades: Pensando ainda na sua escrita, sabemos que suas problemáticas giram em torno das questões de poder colonial, gênero, identidade, racial e social têm sido temáticas de grande interesse. Qual desses você mais se interessa? E quais os motivos que te levam a trabalhar com essas temáticas que faz da sua escrita tão particular e necessária?

Isabela Figueiredo: Interesse-me por feridas abertas, interesse-me por tudo aquilo que se esconde, mas não escrevo pensando que estou a tratar um tema. Não penso que vou escrever sobre poder colonial ou gênero. O meu processo é muito livre e eu gosto que seja assim. Não desenho um esquema, não faço um plano, eu sigo a minha necessidade de expressão. Escrevo e os temas vão-se revelando. Só quando me aproximo do final – e o final também se impõe, não sou eu que o decido – começo a entender o caminho que tomei. Só depois de o livro ser publicado

começo a abarcar o que ali está. Tenho essa relação com a obra. Não mando nela totalmente. Relaciono-me com ela. Ela tem o seu trabalho a realizar e usa-me como eu uso a linguagem para me expressar. Os temas impõem-se. Sou capaz de escrever sobre qualquer coisa que me peçam, mas quando escrevo um romance gosto que ele me apanhe, me capture, que os temas me escolham. Quando comecei a escrever o Caderno não sabia que o livro seria uma carta de amor ao um pai, tal como não percebi, ao longo de A Gorda que aquele relato era sobre força e coragem. A Gorda não é ainda um livro que esteja totalmente explicado para mim, devo dizer.

Revista Espacialidades: Sendo licenciada em Línguas e Literatura Lusófonas, e em sua vida profissional atuando como professora. Como a senhora enxerga a contribuição de sua experiência na docência em seus escritos? E como acredita que suas obras possam influenciar os jovens e novos pesquisadores?

Isabela Figueiredo: Eu não penso a minha obra, apenas a construo. Acabei de revelar que ainda não sei bem o que é “A Gorda”. Pensar uma obra não é um dever do criador, para mim. Penso que isso iria atrapalhar o processo e refrear-me. Não sei como poderei influenciar o outro, mas sei que influencio. Sei que ninguém sai da leitura dos meus livros sem vir sacudido. O choque marca-nos. Eu também sou marcada pelos choques artísticos que tive a sorte de viver. As marcas ajudam-nos a tomar rumo na vida, a descobrir quem somos, a identificarmo-nos com realidades. A crescer. O meu trabalho de análise literária como professora de Literatura ajudou-me imenso a construir a estrutura do romance. Conhecer profundamente as categorias da narrativa nos textos dos outros autores e estudá-las por essa via é um maravilhoso treino. Sobretudo quando é feito sem a pretensão de nos tornarmos escritores, mas apenas a necessidade de ensinar os outros a compreender uma mensagem.

Revista Espacialidades: Nas últimas duas décadas, diversos escritores têm se dedicado a refletir sobre temas como colonialismo, gênero e etnicidade, um exemplo disso é a escritora Chimamanda Adichie. Como a senhora enxerga que esse movimento de escrita reflexiva tem reverberado na sociedade? E na sua visão, por que as buscas por essas temáticas têm crescido nos últimos anos?

Isabela Figueiredo: O mundo mudou nos últimos anos, graças a Deus. Estamos perante uma nova geração que não tolera mais as desigualdades e a enorme violência do mundo antigo em que eu vivi. Que bom! É natural que a busca por essas temáticas cresça. Existe um movimento de causa e efeito que gera resposta na sociedade. Foi sempre assim ao longo da história. Eu penso que Adichie já faz parte dessa geração e o seu papel como modelo, como guia é enorme.

Revista Espacialidades: Isabela Figueiredo, o corpo tem sido objeto de estudo de diversos estudiosos das ciências humanas nas últimas décadas. Autores como Michel Foucault mostraram os poderes investidos sobre o corpo pela sociedade disciplinar, e a necessidade de se questionar esse controle e todo o conjunto de códigos e valores que aprisionam nossa maneira de pensar, ver e dizer a experiência corporal. Qual o papel da literatura, da escrita, para a senhora, dentro desse processo de questionamento dos discursos e práticas que aprisionam e limitam nossas experiências corporais?

Isabela Figueiredo: Qual é o papel da literatura relativamente a qualquer poder, a qualquer sociedade, a qualquer código e valor? Agregá-lo e refleti-lo para que possa ser percebido e questionado. A escrita usa o código escrito, a linguagem para dar ao mundo um corpo singular, que possamos dissecar e observar. A escrita transforma o mundo num *corpus*. Dá-lhe corpo.